

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FRANCIS NUNES PEREIRA

**GÊNEROS DISCURSIVOS: PRÁTICAS, REPRESENTAÇÕES
E INSERÇÃO SOCIAL**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO - 2008
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FRANCIS NUNES PEREIRA

**GÊNEROS DISCURSIVOS: PRÁTICAS, REPRESENTAÇÕES
E INSERÇÃO SOCIAL**

**Tese apresentada no Programa de
Estudos Pós-Graduados em Língua
Portuguesa da PUC/SP, para obtenção do
título de Doutor, sob orientação do
Professor Doutor João Hilton Sayeg de
Siqueira.**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO – 2008

seria.

eu nada

tivesse

amor

não

e toda a ciência e

todos os mistérios

eu conhecesse

Ainda que...

I Coríntios 13.2

Dedico este trabalho

a Deus, autor e consumidor da minha fé
a meus queridos pais – Antonio e Eliúde
... extensivo a toda a minha família e
aos amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo o que tem feito por mim, desde o milagre da vida até as conquistas mais simples do dia-a-dia.

Ao Professor Doutor João Hilton Sayeg de Siqueira, pela amizade, confiança, pelo trabalho dispensado para realização desta tese, e por todas as coisas (que não foram poucas) que fez por mim desde a iniciação no Mestrado.

Aos Professores Doutores Jarbas Vargas Nascimento e Eliana Vianna Brito, pelas contribuições no Exame de Qualificação, e aos Professores Doutores

Luiz Antonio Ferreira, Doroti Maroldi Guimarães, Sueli Cristina Marquesi e Luci Bonini, pela participação na composição da Banca Examinadora.

À Lourdes, secretária do programa, pelos inúmeros auxílios a mim concedidos, e à Rita de Cássia Sorrentino, secretária de ADM, pela amizade e indicações.

Aos meus pais, pela educação que deram a mim, pelos investimentos realizados, e por serem tão maravilhosos em minha vida.

A minha querida Avó, D. Isabel, por ter acreditado e investido em mim no início de minha vida acadêmica.

Ao amigo e irmão Felipe Nunes, por disponibilizar seu escritório para meus estudos, além de me animar a todo instante, e aos irmãos Fábio, Flávio e Fernando pela amizade de sempre.

À amiga Lilian Ferreira pela amizade, apoio e pela tradução do resumo desta tese.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo apoio financeiro concedido.

SueD odagirbo

Banca Examinadora

RESUMO

PEREIRA, F.N. **Gêneros discursivos: práticas, representações e inserção social**. São Paulo, 2007. (Tese de Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós Graduated em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Nesta tese reflete-se sobre as noções da superestrutura do texto científico, como base para o estabelecimento de procedimentos de leitura, a partir dos quais se pode obter por resultado a produção textual do gênero relatório de leitura. Objetiva-se verificar como a superestrutura, com base na Lingüística Textual, pode estabelecer as bases para orientação na elaboração textual desse gênero, e como a atividade ajuda a construir relações sociais. Procura-se estudar as implicações dos gêneros pertencentes ao contexto acadêmico e seus reflexos no processo de inserção do sujeito nos grupos sociais. Para tanto, o trabalho se apóia em estudos sobre superestrutura e modelos cognitivos de representações globais, entendidos para a análise ideológica do discurso, embasada na psicologia social e cognitiva, na sociologia e na análise do discurso. Confrontam-se bases teóricas que estabelecem os princípios para um estudo complementar entre superestrutura e gêneros, bem como suas implicações ideológicas. Defende-se nesta tese que é por meio do conhecimento, domínio e prática dos modelos de representações que o cidadão se insere nos grupos sociais, passando por três estágios: a) assimilação e aceitação das ideologias e dos modelos de representações; b) prática dos modelos assimilados, em concordância, inclusive, com as ideologias aprendidas, o que possibilita a ele o recebimento de voz dentro do grupo, atribuída pelo próprio grupo; c) possibilidade de propor

mudanças nos modelos de representação social e nas crenças do grupo, por meio do plurivocalismo construído.

Palavras-chave: gêneros discursivos; análise ideológica do discurso; modelos cognitivos de representações globais; superestrutura; inserção social.

ABSTRACT

PEREIRA, F.N. **Discursive genres: social practices, representation and social insertion.** São Paulo, 2007. (Doctorate Thesis on Portuguese Language) – Program of Postgraduate Studies on Portuguese Language of Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

In this thesis it is reflected about the superstructure notions from the scientific text, as basis for the establishment of reading procedures, from which it is possible to obtain as a result the textual production of the reading report genre. It is intended to verify how the superstructure, based on Textual Linguistics, can establish the bases for guidance at the textual elaboration of this genre, and how the activity helps to build social relations. The purpose is to study the implications of the genres belonging to academic context and their reflex in the process of inserting the individual in the social groups. For this, the work relies on studies on superstructure and cognitive models of global representation, understood for ideological analysis of speech, based on social and cognitive psychology, at sociology and at speech analysis. Theoretical bases get in confront, which establish the principles for a complementary study between superstructure and genres, as well as their ideological implications. It is defended in this thesis that a citizen is inserted in social groups through knowledge, domain and practice of the representation models, facing three stages: a) assimilation and acceptance of both ideologies and representation models; b) practice of the assimilated models, in agreement, including with the learned ideologies, which enable him the receiving of voice inside the group, assigned by the group itself; c) chance of proposing changes in the social representation models and in the group's beliefs, through the voice built.

Key words: discursive genres; ideological analysis of speech, cognitive models of global representation; superstructure; social insertion.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DIMENSÃO TEXTUAL E DIMENSÃO DISCURSIVA.....	16
FIGURA 2 – SUGESTÃO DE PLANO PARA ELABORAÇÃO DE TESE (LEITE, 2000) .	58
FIGURA 3 – OS TIPOS DE RESUMOS DE ARTIGOS	66
FIGURA 4 – ABORDAGEM COGNITIVA E SUAS PECULIARIDADES PARA A INTERAÇÃO	135
FIGURA 5 – ABORDAGEM COGNITIVA E SUAS PECULIARIDADES PARA A INTERAÇÃO POR MEIO DA PRODUÇÃO E DA LEITURA	136
FIGURA 6 – O OBJETO E SUAS PERSPECTIVAS: A OBSERVAÇÃO DA LINHA TEÓRICA.....	170
FIGURA 7 – RESUMO DOS DADOS: LETRAS	195
FIGURA 8 – COLETA DE DADOS: DIREITO	203
FIGURA 9 – COLETA DE DADOS: ADMINISTRAÇÃO	210
FIGURA 10 – PROPOSTA PARA PRODUÇÃO DO GÊNERO RELATÓRIO DE LEITURA: INFORMATIVO.....	216
FIGURA 11 – PROPOSTA PARA PRODUÇÃO DO GÊNERO RELATÓRIO DE LEITURA: CRÍTICO.....	217
FIGURA 12 - INFORMAÇÕES ACESSÓRIAS À PRODUÇÃO DO GÊNERO RELATÓRIO DE LEITURA.....	219

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 GÊNEROS E SUPERESTRUTURA	10
1.1 Gêneros: abordagens teóricas e sua relação com a inserção social e a construção de identidades	11
1.2 Superestruturas: complementaridades	33
1.2.1 Macroestrutura e microestrutura	39
1.2.2 As macro-regras de redução da informação	40
2 DISCURSO ACADÊMICO: GÊNEROS E SUPERESTRUTURA	44
2.1 Gêneros acadêmicos: relatório e resenha	44
2.1.1 Relatório de leitura	45
2.1.2 Resenha	47
2.2 Discurso acadêmico: instruções gerais de como produzir textos acadêmicos e científicos em manuais diversos	54
2.3 Redação técnica: orientações sobre como produzir relatórios em manuais específicos	68
3 PROCEDIMENTOS DE LEITURA: PROCESSAMENTO COGNITIVO, SUBJETIVIDADE, IDEOLOGIA E SOCIEDADE	72
3.1 Subjetividade e modelos cognitivos de representações globais	83
3.1.1 A subjetividade	83
3.1.2 Modelos cognitivos de representações globais	89
3.2 A Ideologia: proposta multidisciplinar de Van Dijk	93
3.2.1 Conceito de ideologia e suas implicações mais gerais	93

3.2.2 Ideologia e cognição social	103
3.2.3 Sociedade e ideologia	122
3.2.4 O discurso e suas estruturas ideológicas	129
3.3 Gêneros, discursos e manifestações sociais.....	148
3.4 Subjetividade e poder: expectativas e realidades na produção de relatório enquanto instrumento de avaliação.....	158
4 A EXPERIMENTAÇÃO	164
4.1 Categorias de análise.....	164
4.2 Descrição dos Textos Utilizados: divergências e convergências, possíveis pela relativa estabilidade inerente aos (modelos)gêneros	172
4.2.1 Os temas	173
4.2.2 Os problemas levantados	175
4.2.3 Os objetivos	176
4.2.4 A fundamentação teórica.....	178
4.2.5 Os procedimentos metodológicos.....	180
4.2.6 As informações mais relevantes: o resumo por meio do reconhecimento dos temas.....	182
4.2.7 O gênero utilizado	183
4.2.8 A organização do gênero – as partes constitutivas	183
4.2.9 A diagramação: a aparência física do texto:	185
4.3 Resultados obtidos.....	187
4.3.1 Letras	188
4.3.1.1 Resultado – artigo de letras	188
4.3.1.2 Resultado – artigo de medicina	190
4.3.1.3 Regularidade: artigo de Letras e artigo de Medicina..	193
4.3.2 Direito	196
4.3.2.1 Resultado – artigo de direito.....	196
4.3.2.2 Resultado – artigo de medicina	198
4.3.2.3. Regularidade: artigo de Direito e artigo de Medicina.	200
4.3.3 Administração	204
4.3.3.1 Resultado – artigo de Administração	204
4.3.3.2 Resultado – artigo de Medicina	206

4.3.3.3 Regularidade: artigo de Administração e artigo de Medicina	208
4.4 – <i>Informações complementares</i>	211
4.5 <i>Sugestão para a produção do gênero relatório de leitura</i>	215
CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
REFERÊNCIAS	229
ANEXOS.....	240
1 – <i>Artigo de Letras</i>	241
2 – <i>Artigo de Administração</i>	246
3 – <i>Artigo de Direito</i>	250
4 – <i>Artigo de Medicina</i>	256
5 – <i>Relatórios: Letras</i>	262
6 – <i>Relatórios: Administração</i>	277
7 – <i>Relatórios: Direito</i>	285

INTRODUÇÃO

Este trabalho centra-se em um estudo expansivo das noções da superestrutura do texto científico, tomadas como base para o estabelecimento de procedimentos de leitura, a partir dos quais se pode obter por resultado a produção textual do gênero relatório de Leitura. Nele, estuda-se a elaboração de relatórios de leitura, entendendo-o como um gênero – assim como qualquer outro – necessário ao processo de inserção do aluno no grupo social ‘universidade’.

Objetiva-se ao longo do trabalho examinar como o diálogo entre os postulados sobre superestrutura, gêneros discursivos e a proposta multidisciplinar para a análise ideológica do discurso, de Van Dijk (2003), pode colaborar para o entendimento sobre o processo de inserção social. Nesse sentido, embora a pesquisa utilize o gênero relatório de leitura de contexto acadêmico, o fenômeno a ser observado, bem como os resultados a serem obtidos poderão ser entendidos como provavelmente aplicáveis a todos os gêneros veiculados na sociedade.

A tese apóia-se nos postulados sobre *Superestrutura Textual*, de Van Dijk (1978, 1980; 1980a; 1981), Kintsch & Van Dijk (1975, 1978), Bonini (2002), Adam (1992), Bathia (1993), Marquesi

(1996); sobre Gêneros, por Bakhtin (1992, 1997), Adam (1992), Bathia (1993), Marcuschi (1996) e Bazerman (2006, 2006a, 2007); sobre *Modelos Cognitivos de Representações Globais*, de Van Dijk (1983, 1988, 1997, 1998, 2000), e, por fim, sobre a *Visão Multidisciplinar Para Análise Ideológica do Discurso*, apresentada por Van Dijk (2003).

O diálogo das bases teóricas estabelece os princípios para um estudo complementar entre superestrutura, gêneros como modelos de representações sociais, e as implicações ideológicas no processo de inserção social. Desse modo, o estudo da superestrutura do texto científico vai à busca de processos de compreensão das relações sociais existentes no contexto escolar. Para tanto, refletem-se as teorias já mencionadas; estabelecem-se critérios de procedimentos para produção do gênero relatório, facilitadores ou mediadores entre texto-base, professor, alunos, instituição, sociedade; testam-se os critérios por meio de análise de textos e propostas de produção de relatório em sala de aula, com alunos do ensino superior; para, por fim, verificar como se dá o processo de inserção social do aluno no grupo social em que o modelo é praticado, o acadêmico.

A compreensão da leitura pode ser mensurada por meio do registro dos efeitos produzidos no leitor (interpretação). Isso, na academia, entre outras opções, é observada pela produção de relatórios de leitura. O conhecimento da superestrutura do texto científico e das condições de produção do gênero relatório de leitura, e as noções de grupos e de ideologia são conhecimentos

somatórios para o desenvolvimento da atividade e para sua avaliação, situações de comunicação corriqueiras no ensino superior, e que permitem a aceitação do cidadão no grupo.

O conhecimento e utilização superficiais da organização da superestrutura para o estabelecimento de procedimentos de leitura e a falta de orientação para a elaboração de relatório de leitura levam constantemente os professores, tanto da educação básica quanto do ensino superior, a se questionarem sobre a melhor forma de ajudar seus alunos na atividade de leitura. Vale mencionar aqui que, na verdade, a ajuda referida, com base nesta tese, não se trata apenas de uma ajuda para o aprimoramento das habilidades de leitura, mas para a habilidade necessária a sua aceitação e permanência nos grupos sociais. Como afirma Bazerman (2006a, p. 30), *cabe a nós, professores, ativarmos o dinamismo da sala de aula de forma a manter vivos, nas ações significativas de comunicação escolar, os gêneros que solicitamos aos nossos alunos produzirem, e acrescenta-se, aqui, a partir de estratégias de ensino que compreendam gêneros em seu uso, como possíveis de organizar atividades e possibilitar relações sociais relevantes.*

O relatório de leitura é um dos gêneros necessários para o bom andamento das atividades inerentes à escola, pois nela, *certos gêneros apresentados pelos professores veiculam informações a serem aprendidas pelos alunos, e outros gêneros realizados pelos alunos manifestam seu domínio sobre o material* (BAZERMAN, 2007, P.

75) estudado. Esse conjunto de gêneros possibilita o sucesso das atividades do grupo.

Geralmente, o professor solicita a produção de relatório de determinado texto, mas o aluno não sabe como realizar a atividade e, muitas vezes, o professor também não sabe como orientar seu aluno, comprometendo, como consequência, a avaliação da leitura realizada. É bem verdade que na educação básica e no ensino superior, a superestrutura e o gênero relatório são trabalhados, porém, de maneira dissociada.

Por ser uma ferramenta que o professor tem para avaliação de leitura, o relatório mostra-se uma atividade que precisa ser sistematizada, como resultado de investigação da estrutura deste gênero. Nela, o professor verifica, não só a eficiência de compreensão do aluno, mas também consolida o processo de leitura no instante em que o aluno produz o relatório. No âmbito social, esta avaliação feita pelo professor é que vai garantir ou não a aceitação e permanência do aluno à academia, uma vez que se consegue nota avaliativa suficiente é aprovado para os novos estágios do grupo acadêmico, caso contrário, deve ou melhorar a assimilação dos modelos e crenças ensinados ou procurar outro grupo específico para tentar a sua inserção, isso porque,

Dentro desse mundo discursivo delimitado da ciência, um intertexto de trabalhos citados ou uma literatura define um espaço discursivo que se transforma gradualmente, dentro do qual novas alegações disputam a aceitação e

*são julgadas por uma corte epistêmica de **especialistas de dentro*** (BAZERMAN, 2006a, p. 82).

Desse modo, o tema torna-se relevante e merecedor de investigação, para que se possam ampliar os conhecimentos a que se propõe estudar esta tese, esperando-se minimizar *problemas de leitura e de redação*, bem como de relacionamento entre os membros de grupos sociais específicos, e também entre os grupos sociais, pela negociação.

Desenvolvendo este tema, consolidam-se os resultados obtidos na Dissertação de Mestrado *Estratégias de textualização e procedimentos de leitura* (PEREIRA, 2002), quando se investigou a leitura, com base nos postulados de Van Dijk (1972, 1978, 1983, 2000), utilizando os modelos cognitivos globais para mostrar o processo de leitura e seus efeitos e movimentos na mente do leitor. Na ocasião, realizou-se um levantamento do *frame*, *script*, cenário, esquema, em um texto veiculado em jornal, para mostrar como esses elementos recuperavam os modelos de representação global. Naquele trabalho, não se investigam quais as implicações ideológicas ou de sociedade, tal como a ligação existente entre os modelos, a superestrutura textual e os gêneros discursivos, nem mesmo a importância desses conhecimentos para melhor orientação ao indivíduo no que diz respeito a sua inserção e permanência nos grupos sociais que os tomavam como adequados para cada situação específica.

A abordagem sobre leitura ganha neste trabalho uma outra dimensão, uma vez que não se delimita aos modelos cognitivos globais e à noção de superestrutura, mas a extensão social que podem ganhar na relação com os gêneros discursivos (modelos de representações), e das práticas responsáveis pela inserção social do indivíduo.

Pode-se dizer que, neste trabalho, opera-se com os dois mecanismos da comunicação: a leitura, por um lado, e a produção de textos em gênero específico, por outro, já que primeiro serve de motivação para o segundo, ou seja, acredita-se, neste trabalho, que para a produção de um relatório de leitura, necessita-se da realização de uma leitura (de textos verbais ou não verbais), que é a peça motivadora, o *start* para a nova expressão lingüística (a produção).

Um modelo mais sólido, para a orientação da produção do relatório de leitura, a ser aplicado em instituições de ensino superior é a maior incentivadora para a realização desta pesquisa. Não se trata de afirmar que há orientação mal elaborada para a prática de leitura. O que se observa, nessas instruções, é uma variação muito grande, principalmente aquelas dadas por orientadores pertencentes a um único curso, dificultando assim o trabalho dos alunos. Vale lembrar que não se encontram muitos estudos diretamente relacionados ao relatório de leitura, com a intenção de minimizar os problemas acima apresentados, o que viabiliza a realização desta tese.

Este trabalho é norteado neste sentido: investigar e sistematizar uma estrutura capaz de aproximar as necessidades do aluno às expectativas do professor, no desejo de transformar a atividade em uma tarefa mais tranqüila, prazerosa e eficaz, e com isso, diminuir a insegurança de alunos e professores ao realizar o trabalho proposto. A insegurança a que se refere aqui é fruto da falta de clareza de ambas as partes sobre o gênero trabalhado, resultado da relação social em que se encontram, conforme se pode conferir em Pinheiro (2002, p. 266), que considera

as instabilidades e as irregularidades, características da dinâmica e da rapidez que se instauram nas contínuas trocas sociais e culturais, específicas do período em que se vive, podem, com certeza, abalar a constituição de um enunciado ou texto, acarretando inseguranças a produtores e receptores.

O método a ser utilizado nesta tese é o hipotético-dedutivo, tendo como sustentação um levantamento qualitativo – caracterizada por Gil (1999) como descritivo e exploratório, sem a necessidade de uso de métodos e técnicas estatísticas, tendo o ambiente natural da pesquisa como fonte dos dados e o pesquisador como instrumento-chave para o desenvolvimento do trabalho; e com base em procedimentos teórico-práticos possíveis de permitir a análise da superestrutura do texto científico; o estudo do gênero relatório de leitura; estabelecimentos dos critérios de procedimento para produção de relatórios; o teste dos critérios por

meio de análise de textos e propostas de produção de relatório, a alunos de graduação; e, ainda, o resgate do modelo para a produção de relatórios de leitura, a partir dos resultados obtidos nos procedimentos anteriores. No entanto, a amostra reduzida se torna não probabilística, apresentando, portanto, valor indicativo, mas não representativo da população estudada, o que torna o resultado não generalizável.

Busca-se, assim, responder se o estudo expansivo sobre superestrutura e gêneros, com base nas teorias apresentadas, pode colaborar para estabelecimento de bases para orientação da produção do gênero relatório de leitura, e qual o papel dos gêneros no processo de construção das relações sociais.

Para tanto, este trabalho, assim, se organiza: **capítulo I**, em que se apresenta um estudo teórico sobre **gêneros e superestrutura**, recuperando temas como *macro, microestruturas e macro regras de redução da informação*. **Capítulo II**, em que se discorre sobre **o discurso acadêmico: gêneros e superestruturas**, em que se abordam temas como os *gêneros acadêmicos – relatório e resenha –*, as *instruções para elaboração de discursos científicos em manuais específicos*, e *redação técnica – orientações sobre como produzir relatórios em manuais específicos*. **Capítulo III** – sobre **procedimentos de leitura: processamento cognitivo, subjetividade, ideologia e sociedade**, em que se trabalha *subjetividade e os modelos cognitivos de representação globais*; a proposta multidisciplinar de Van Dijk (2003), baseada na *visão da Psicologia*

*Social e Cognitiva, da Sociologia e da Análise Crítica do Discurso; processamento cognitivo: os modelos cognitivos globais em evidência; a relação entre gêneros e modelos cognitivos; subjetividade e poder: sobre as expectativas e realidades na produção de relatório enquanto instrumento de avaliação. Capítulo IV, em que se apresenta a **experimentação**, com as categorias de análise, a descrição dos artigos utilizados, a observação dos aspectos divergentes e convergentes; os resultados obtidos. Considerações finais.* Por fim, apresentam-se as **referências** utilizadas para a realização desta pesquisa, e, também, os **anexos**.

CAPÍTULO I

GÊNEROS E SUPERESTRUTURA

Nesta tese, entende-se texto como a materialização do discurso, um instrumento capaz de relacionar indivíduos, conceitos, grupos de pessoas de uma dada sociedade, por meio de sua potencialidade relacional, que resulta, *a priori*, em significações, e depois, em discursos. Trata-se de qualquer tipo de unidade capaz de produzir interação comunicativa.

O conhecimento sobre os gêneros textuais possibilita a melhora dessa interação. Assim, o estudo do gênero relatório de leitura merece ser desenvolvido, no sentido de se encontrar um referencial, uma estrutura minimizadora de problemas de expectativas, em que o professor possui e privilegia as suas e o aluno, por sua vez, as dele.

O leitor, ao iniciar a atividade de leitura, cria expectativas, às vezes pessoal, outras vezes, resultado de orientações dadas pelo professor; isso faz com que tenha que haver explicações norteadoras claras do que é a atividade, onde se pretende chegar com ela, que funcione como referencial de leitura e de escrita para a produção do relatório. Caso contrário, devido à própria

subjetividade da linguagem, o professor poderá concluir que o aluno não aproveitou bem uma leitura porque ele, com base em seus conhecimentos prévios e objetivos de vida – inclusive do grupo a que pertence –, privilegiou um ponto em detrimento de outro: ou seja, alcançou suas expectativas e não as do professor.

Segundo Todorov (1980, p. 49), os gêneros funcionam como orientadores para enunciador e enunciatário e sevem como horizontes de expectativas para os leitores e como modelos de escrita para os produtores de textos. O entendimento sobre gêneros, sua estrutura e seu funcionamento na sociedade, faz com que se minimizem os problemas não só na produção de relatório de leitura, mas nas práticas sociais diversas em que o modelo circula. Sobre essa importância, Pinheiro (2002) considera que a dinâmica e a velocidade que se impõem aos textos e às produções da sociedade contemporânea exigem uma atualização constante, não só do meio e dos indivíduos, mas também de suas produções. Conforme a autora, aos gêneros cabe o papel de mediar a relação produtor (enunciador)-produto-receptor (enunciatário) na cultura moderna.

1.1 Gêneros: abordagens teóricas e sua relação com a inserção social e a construção de identidades

Meurer (2002), ao analisar os gêneros textuais, apresenta uma proposta fundamentada na noção de que o discurso produz e

reproduz conhecimentos e crenças por meio de diferentes modos de representar a realidade, estabelece relações sociais e cria, reforça e reconstitui identidades. A representação da realidade diz respeito à rede de conhecimentos e crenças que, em seus textos, os indivíduos revelam sobre diferentes aspectos do mundo. É importante considerar que diferentes crenças e esquemas de conhecimentos conduzem a diferentes percepções do mundo e a ações sociais e discursos diferenciados.

O autor se baseia em duas noções: a de que os acontecimentos sociais devem ser vistos não só como resultado de ações e valores humanos; e a de que nada existe de intrínseco nos fatos discursivamente apresentados que os tornem naturais da forma como se apresentam. Por essa ótica, é possível que as realidades e as práticas sociais estabelecidas possam ser questionadas e desafiadas como representações discursivas.

Desse modo, por meio de textos, os indivíduos refletem, constituem, desafiam e transformam os tipos de relações entre si, no caso desta tese, as relações entre professor e aluno, aluno e grupos social. Essas relações dizem respeito às conexões, dependências e entrelaçamentos interpessoais, que envolvem enunciador e enunciatário.

Com relação à recomposição das identidades sociais, Meurer (2002) afirma que a identidade se imbrica com as representações da realidade que se cria nos textos pelos indivíduos e

com os relacionamentos sociais que estes articulam. Por meio delas, é possível explicitar as características de identidade dos participantes e o seu posicionamento social representado no texto.

Meurer ainda apresenta uma proposta de trabalho que auxilia nos estudos de gêneros, mostrando de que forma é possível descrever e explicar os textos, evidenciando que neles e por meio deles os indivíduos produzem, reproduzem ou desafiam a realidade social na qual vivem. Para ele, constroem-se representações do mundo que, muitas vezes, refletem uma visão não-problematizada da realidade. No entanto, novas formas de perceber e expressar discursivamente podem (e devem) levar à construção de novas realidades, função da leitura.

A descrição e explicação de gêneros, relativos às representações e às relações sociais e identidades neles embutidas, poderão servir para evidenciar que, no discurso, e por meio dele, os indivíduos produzem, reproduzem, ou desafiam as estruturas e as práticas sociais nos grupos, instituições, estados, enfim, na sociedade onde estão inseridos. Além disso, essa abordagem poderá ajudar a entender que representar o mundo de uma determinada maneira, construir e interpretar textos evidenciando determinadas relações e identidades constituem formas de ideologia, que segundo Fairclough (1989) é mais efetiva quando sua ação é menos visível, e perpassa as práticas discursivas bem como as sociais, e está implícita nas formas de ver, pensar, compreender, recriar ou desafiar e mudar maneiras de falar e agir. E se alguém se torna consciente de que um

determinado aspecto do senso comum, daquilo que parece natural, sustenta desigualdades de poder em detrimento de seus próprios pensamentos, aquele aspecto deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente.

Marcuschi (1996) postula que gêneros são eventos textuais maleáveis, dinâmicos e práticos que se caracterizam muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades lingüísticas e estruturais. O autor também esclarece que é imprescindível estabelecer a distinção entre gênero e tipo textual. Este se caracteriza como uma espécie de seqüência definida pela natureza lingüística de sua composição, e abrange, em geral, categorias conhecidas, como narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Aquele se refere aos textos materializados que se encontram na vida cotidiana e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição próprios; são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos.

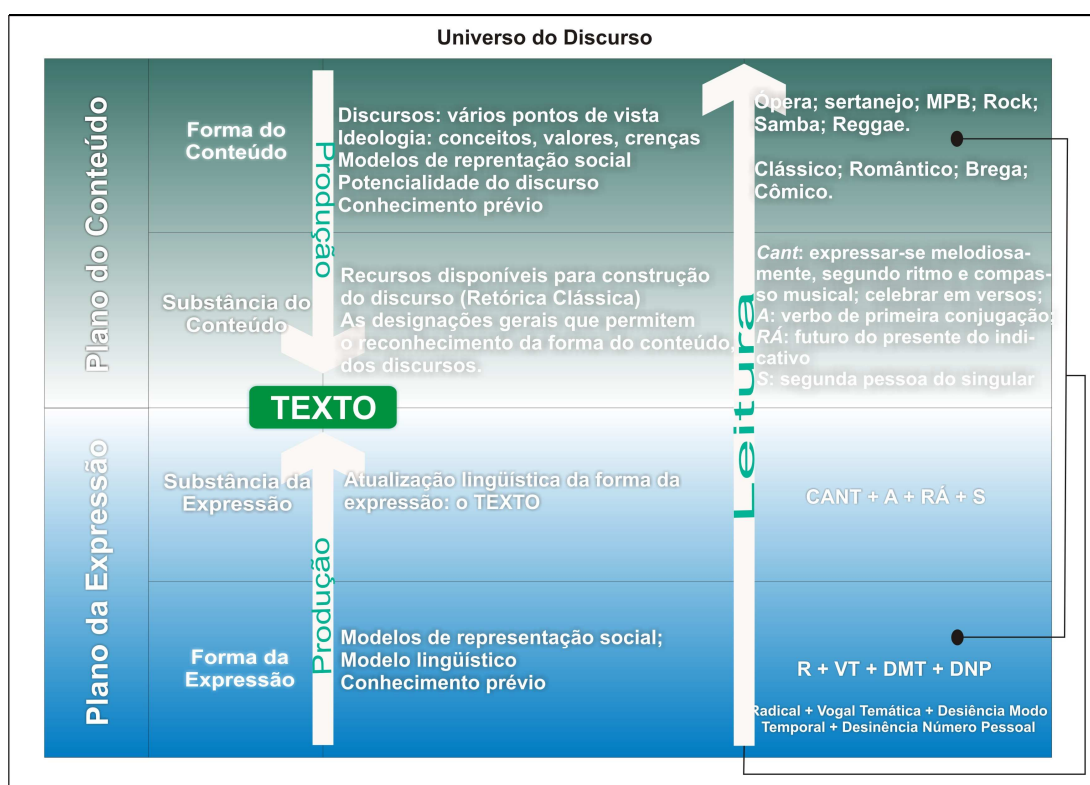
Além destas noções, é importante a conceituação de domínio discursivo, que designa uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividades humanas, sem se caracterizar como textos ou discursos, mas propiciando discursos bastante específicos. Ressalte-se, também, a importância em se distinguir texto

e discurso. O texto é a concretização da linguagem, é a matéria prima para construção do discurso, que pode ser corporificada em algum gênero, e o discurso é resultado que o texto produz ao se manifestar em alguma instância comunicativa, são os vários cursos que os diferentes conhecimentos prévios (social-histórico-ideológico) produzem no leitor.

A seguir, disponibiliza-se, na figura 1 (cf. GREIMAS, 1976), um panorama geral sobre a dimensão textual e a dimensão discursiva, conforme o entendimento acima descrito. Mais adiante, porém, no capítulo IV, no item *estruturas do discurso*, esse assunto é tratado de forma mais completa, bem como os dados da figura. A figura mostra que, dentro do universo discursivo, o trabalho de produção de texto se inicia, simultaneamente, pela aplicação dos conhecimentos sobre a *forma do conteúdo* (os conhecimentos prévios em geral, tais como os discursos, vários pontos de vista; a ideologia, os conceitos, valores, crenças), e sobre a *maneira* que o enunciador precisa se *expressar* naquela situação (conhecimentos prévios acerca dos modelos lingüísticos e dos modelos cognitivos de representações sociais disponíveis para a situação comunicacional específica). Em seguida, passa, também simultaneamente, pela substância do conteúdo (os recursos disponíveis para construção do discurso e as designações gerais que permitem o reconhecimento da forma do conteúdo dos discursos) e pela substância da expressão (atualização lingüística da forma da expressão, o texto). Já no processo de leitura, o trabalho se inicia pelo reconhecimento da

forma da expressão, passa pela substância da expressão, depois, pela substância do conteúdo, e por fim, chega-se à forma do conteúdo.

FIGURA 1 – DIMENSÃO TEXTUAL E DIMENSÃO DISCURSIVA



Fonte: baseada na Semântica Estrutural de Greimas (1976)¹

É Importante, ainda, salientar que em todos os gêneros também se realizam tipos textuais, possibilitando ao mesmo gênero realizar dois ou mais tipos, o que permite considerar que um texto é, em geral, tipologicamente variado. Entre as características básicas

¹ Apesar de pertencer a uma linha teórica diferente da que se adota para construção e apoio teórico desta Tese, optou-se por utilizar as noções de Plano da Expressão e Forma do Conteúdo, da Semântica Estrutural de Greimas, pelo entendimento de que se trata de um diálogo sobre a parte que versa sobre a estrutura do texto, assunto que será abordado com mais afinco no capítulo IV.

dos tipos textuais está o fato de eles serem definidos por seus traços lingüísticos predominantes, por isso, um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma seqüência e não um texto.

Bakhtin (1992, 1997), o precursor da noção de gêneros discursivos, postula que os gêneros são relativamente estáveis, formados por enunciados elaborados pelas mais diversas esferas da atividade humana. Assim, pode-se dizer que quando se domina um gênero textual, não se domina uma forma lingüística, mas uma maneira de realizar lingüisticamente objetivos em situações sociais particulares.

Vale mencionar que os gêneros podem ser considerados como fundamentados em critérios sócio-comunicativos e discursivos, que não são fruto de invenções individuais, mas formas socialmente maturadas em práticas comunicativas; enquanto os tipos textuais se fundam em critérios lingüísticos e formais, resultantes, muitas vezes, de estilos variados de produção.

Adam (1992), sobre gêneros, postula que os esquemas das seqüências são formados por proposições psicológicas que se cristalizam, mas não propõe explicitamente o trabalho como uma explicação do fenômeno cognitivo. Para ele, a noção de seqüência pode ser definida como uma estrutura, ou seja, como uma rede relacional hierárquica: grandeza decomponível em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem; uma entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna que

lhe é própria e, portanto, em relação de dependência/independência com o conjunto mais vasto do qual faz parte. Assim, um gênero é constituído de esquemas textuais de uma natureza mais específica.

Segundo Bonini (1999), o conceito de gênero

diz respeito à forma e ao conteúdo característicos de um texto, aos propósitos comunicativos que encerra e ao seu percurso social. Apresenta cinco características: 1) representar eventos comunicativos; 2) servir a certo conjunto de propósitos comunicativos compartilhados; 3) apresentar variação de prototipicidade entre seus exemplares; 4) ter seu conteúdo, posicionamento e forma limitados por conhecimentos e convenções relativos à totalidade de seus elementos; 5) apresentar um nome específico dentro da comunidade discursiva.

Considerando essa afirmativa, busca-se o aprofundamento de conhecimentos sobre o gênero relatório de leitura, para se construir ou reconhecer os esquemas textuais referentes a ele (protótipos), como estratégia de verificação do aprendizado da leitura e da produção textual (do relatório).

Para Bathia (1993), gênero se refere a uma instância de idealização bem sucedida de um propósito comunicativo específico, pela utilização de conhecimento convencionalizado sobre os recursos discursivos e lingüísticos. Para ele, há alguns pontos muito importantes na discussão sobre gêneros textuais. O primeiro deles é a distinção entre especialistas e não-especialistas, já que aqueles, por familiaridade com as regras, são mais criativos na utilização dos

gêneros, isso, provavelmente, porque eles dominam o conjunto de gêneros que envolvem o sistema de atividades desse conjunto (BAZERMAN, 2006), conforme abordagem mais adiante. O segundo ponto é a distinção entre gêneros e subgêneros (BATHIA, *op.cit*). Os gêneros, sendo caracterizados em termos dos propósitos comunicativos que incorporam, tornam-se subgêneros quando há pequenas alterações nestes propósitos. O terceiro ponto é que sua ampliação do conceito de gênero prevê uma análise do aspecto cognitivo em dois sentidos: delimitar forma e função do gênero como resultado das descrições de suas características típicas ou convencionais e explicar as limitações cognitivas que operam em uma área de especialização com relação ao contexto sociocultural caracterizado.

Para realização desta tese, tipo textual é associado à narração, dissertação, descrição; enquanto que gênero se associa aos textos produzidos para fins específicos dentro de uma dada situação. Entende-se que no discurso jornalístico existem os gêneros: notícia, reportagem, editorial; no discurso científico encontram-se gêneros dissertação de mestrado, artigo científico, tese de doutorado, resenha, relatórios, entre outros, todos compondo o que Bazerman (2006, 2006a, 2007) chama de conjunto de gêneros inerentes a um sistema de atividades.

A tentativa de se esclarecer as noções de gêneros ganha força na necessidade de se trabalhá-los efetivamente, oferecendo aos alunos uma oportunidade de se lidar com a língua em seus mais

diversos usos no dia-a-dia, atendendo-se aos pressupostos dos PCN (2000) e observando-se a oralidade e a escrita em seus usos culturais mais autênticos. Neste texto, consideram-se os relatórios solicitados por professores itens integradores do conjunto de gêneros formadores do sistema de atividades, de uma forma mais geral, do universo acadêmico.

Sobre gêneros, é relevante, ainda, considerar os estudos de Bonini (2002), que apresentam reflexões sobre o gênero textual como aparato cognitivo, e enfatizam os trabalhos de Van Dijk (1972, 1978) e Van Dijk e Kintsch (1983). Bonini, ao estudar a identidade dos textos, apresenta o conceito de superestrutura, no qual o esquema textual ganha um suporte teórico-metodológico da teoria do processamento, passando a ser percebido como um esquema cognitivo nos moldes de Rumelhart e Ortony (1977), com variáveis e um ordenamento destas variáveis.

Os conceitos de gêneros, mais próximos da visão adotada nesta tese, são os propostos por Bazerman (2006, 2006a, 2007), estudioso que concentra seus estudos no letramento social e no ensino da escrita em contextos de situações reais de usos da língua. O autor estuda não os gêneros, mas as formas de circulação de discursos (BARZERMAN, 2006, p. 10). Seus estudos, principalmente o que trata sobre a história do surgimento dos artigos de divulgação científica, no qual mostra a criação de um conjunto de gêneros, necessários para a divulgação da nova tecnologia, desenvolvido por Thomas Edison, pode-se entender de onde vieram os gêneros,

segundo o autor, da *carta*, e o que são e como devem ser entendidos os gêneros.

Para o autor, os gêneros são *formas típicas de usos discursivos da língua desmembradas de formas anteriores, pois os gêneros nunca surgem num grau zero, mas num veio histórico, cultural e interativo dentro das instituições e atividades preexistentes* (2006, p.10). Com o passar do tempo, os gêneros vão tomando novas formas que resultam do desenvolvimento natural das atividades inerentes à situação real de comunicação o que pode ser observado na história que envolve cada gênero específico. Isso mostra a importância de se estudar gêneros destacando o seu funcionamento nos grupos sociais em que são utilizados, bem como sua relação com o grupo, com os membros da instituição e suas culturas. Isso traz o indivíduo e seu papel no uso dos gêneros como elementos chave para o seu entendimento, sem deixar de lado as questões referentes à forma, aos traços textuais, mas enfatizando o uso, a compreensão, a criatividade, e as mudanças que o gênero sofre ao longo dos anos.

Desse modo, para Bazerman (2006, p. 31), pode-se chegar a uma compreensão mais profunda de gêneros se os compreendermos como **fenômenos de reconhecimento psicossocial** que são parte de processos de atividades socialmente organizadas. Nesse sentido, o autor apresenta conceitos complementares ao entendimento do tema, que são o *conjunto de gêneros* – que se refere aos tipos de textos produzidos por um indivíduo no

desenvolvimento de um papel social; o *sistema de gêneros* – que se trata dos vários conjuntos de gêneros produzidos por todos os envolvidos nas atividades de uma área específica (jurídica, por exemplo); e o *sistema de atividades* – que se refere às atividades necessárias para a realização de cada situação comunicacional. Nesse sentido, no universo discursivo jurídico, o advogado possui um conjunto de gêneros (disponíveis para leitura e para a escrita) à sua disposição para o bom andamento de todas as atividades que precisa desenvolver, tais como a petição inicial, as publicações de jurisprudência, os autos, os e-mails recebidos e enviados, as leis, as doutrinas, as contestações, as revisões, os cálculos, etc; o juiz também possui, de igual modo, um conjunto de gêneros à disposição para dar prosseguimento às atividades do advogado, tais como as leis, as doutrinas, as jurisprudências, os autos, as sentenças, documentos que informam sobre prazos, etc; o réu também possui seu conjunto de gênero, tais como as provas documentais à disposição, tais como seus depoimentos, a procuração que dá início ao desenvolvimento do processo, entre outros. A reunião desses conjuntos de gêneros pertencentes a cada um dos envolvidos nos eventos sociais (o jurídico) formam o sistema de gêneros da situação comunicacional, que serve para possibilitar o bom andamento do sistema de atividades que possibilitam sentido as interações sociais, por meio da resolução de um conflito.

Por essa visão, percebe-se que a observação realizada no *corpus* desta tese serve para mostrar a necessidade de

entendimento dos gêneros (uso) no universo acadêmico, por meio da observação da produção do relatório de leitura, enquanto processo de construção formal do gênero – visão anterior a de Bazerman (2006, 2006a, 2007) – mas, por outro lado, não serve para comprovar completamente a relação entre produzir bem um relatório, pelo conhecimento do gênero, e o processo de inserção social e construção de identidades, uma vez que, para isso, seria necessária a observação, o estudo, do sistema de gêneros pertencentes ao evento *disciplina cursada*, pelo menos, para, em um segundo momento, se ampliar a dimensão para o sistema de gêneros envolvido nas atividades acadêmicas. Entende-se dessa maneira por que o domínio de um único gênero – o relatório de leitura – não é suficiente para que o aluno seja aceito pelo grupo, não somente por essa prática discursiva realizada acertadamente.

Para que o processo de inserção social se efetive, assim como o proposto nesta tese, o indivíduo precisa conhecer cada gênero em seu funcionamento, em concordância com o sistema de atividades que o envolve. Daí resulta a maioria dos problemas encontrados na análise desta tese, por observação da parte prática da pesquisa, pois um gênero foi utilizado isoladamente, desconexo de seu conjunto e de seu sistema de atividades, pois quem o solicitou não era o professor da disciplina, e, nem mesmo, pertencia a instituição em que a atividade foi proposta; a atividade não serviria de nada para o aluno participante, a não ser para o sentimento de altruísmo por parte dele ao entender que estava ajudando um

pesquisador a cumprir sua atividade (por exemplo, não haveria conexão com outro gênero pertencente ao sistema de atividades: a planilha de notas do professor da disciplina); não havia relação entre o texto lido e a proposta, e os objetivos da disciplina, nem mesmo com os objetivos da instituição, e, muito menos com os dos alunos; entre outras coisas mais. Bazerman (2006, p. 33) considera que os conjuntos de gêneros do professor e do aluno *estão intimamente ligados e circulam em seqüências e padrões temporais previsíveis*: na aplicação da atividade aos alunos participantes, não houve essa ligação íntima, e ainda por cima, a atividade fugiu drasticamente à previsibilidade temporal a que o autor se refere. Isso tudo considerando a leitura do texto pertencente ao curso do aluno; o problema se agrava quando da observação da produção resultante da leitura do texto de fora da área do participante. Realizado desta maneira, um estudo de gêneros pouco avança nas questões referentes ao funcionamento dos gêneros, e, na proposta deste estudo, no que se refere à inserção social e à construção da identidade, o que ocorre como consequência da própria inserção conquistada.

Outro fato a se considerar é que, segundo Bazerman (2006a, p. 16),

uma visão interacional de gênero pode nos ajudar a expandir nossa pedagogia para fazer com que mais tipos de escrita se tornem mais significativos para nossos alunos, proporcionando mais motivação na escolarização e abrindo a porta para uma vida de escrita. Há muitas outras formas de escrita que têm valor –

embora não tenham lugar na organização atual da escola.

No que se refere à atividade realizada para análise desta tese, não houve um crescimento na significação da atividade para o aluno, e nem mesmo na motivação do aluno para que ele produza o relatório como gênero necessário a determinadas situações que envolvem o sistema de atividades do grupo em que pleiteia entrada. Isto se dá por conta da falta de conexão com o próprio sistema de atividade.

Por outro lado, a análise realizada possibilita um avanço sobre a importância do conhecimento da superestrutura do texto científico, como base para o domínio dos conjuntos de gêneros formadores do universo acadêmico, tanto por parte do professor, que não pode solicitar uma atividade sem saber exatamente sua ligação com o sistema de atividades, quanto por parte dos alunos, que precisam entender melhor o próprio sistema de atividades para utilizar melhor o conjunto de gênero à disposição para uso efetivo. Mas isso não é possível pelo estudo apenas do relatório de leitura, como fica comprovado na análise desta tese. No entanto, observa-se que o conhecimento do gênero é relevante pois faz parte do sistema de gêneros acadêmicos, e, portanto, deve ser ensinado, o que torna a proposta para produção do gênero relatório ainda relevante. Ainda vale mencionar que sobre o ensino dos gêneros nas escolas Bazerman (2006, p. 36 e 37) considera que

os estudos dos gêneros são necessários exatamente porque nós não compreendemos os gêneros e as atividades de áreas não-familiares que são importantes para nós e para nossos alunos. Até mesmo aqueles sistemas de gêneros e de atividades com os quais estamos, até certo ponto, mais familiarizados, podem ser submetidos a análises adicionais, de modo que possamos agir de forma mais eficaz e precisa, com uma noção articulada do que está acontecendo.

Bazerman (2006, p. 34) ainda aponta para a necessidade de pesquisas como esta, quando afirma que *a investigação e análise empíricas de fatos sociais e atos de fala levantariam muitas considerações metodológicas adicionais pertinentes à Sociologia, à Antropologia e a Lingüística*, mas considerando-se o sistema de atividades, pois *isso permite [ao pesquisador] compreender o trabalho total realizado pelo sistema e como cada texto escrito contribui para o trabalho como um todo* (2006, p. 43).

Para o autor,

as práticas lingüísticas, organizadas por gêneros, através das quais as pessoas indicam os traços de tempo, espaço, pessoas, ou seus próprios corpos, continuamente constroem o que é discursivamente saliente e, assim, o que forma o contexto relevante para enunciados (2006, p. 55).

Nesse sentido, o gênero exerce uma força muito grande no ato comunicacional, pois ele recupera contextos, muitas vezes complexos, das situações como um todo, o que possibilita ao

enunciador e ao enunciatário o entendimento da própria prática social que envolve o discurso. Como afirma o autor (*op.cit.*, p. 56),

o gênero fornece um meio para que os indivíduos possam orientar-se e realizar situações de modo reconhecível, como conseqüências reconhecíveis, e assim estabelecer um mecanismo concreto para teorias estruturais, as quais sugerem que a estrutura social é refeita constantemente em cada interação, restabelecendo as relações ordenadas.

Nesse sentido, os gêneros servem não só para veicular discursos, mas para guiar as práticas e os comportamentos dos indivíduos, pela observação e entendimento das relações existentes entre os gêneros, os conjuntos de gêneros e os sistemas de atividades.

Bazerman alerta para o fato de que em algumas situações nos encontramos com textos em que o único contexto possível de se reconhecer é construído pela relação intertextual. Para ele, *gêneros podem ajudar nessa confusão ao assinalar para nós a situação e a ação, projetando o contexto invisível. O leitor e o escritor precisam do gênero para criar um lugar de encontro comunicativo legível da própria forma e conteúdo do texto* (BAZERMAN, 2007, p. 23).

Para se conseguir essa facilitação de reconhecimento de contextos, os gêneros precisam ser ensinados, mas como instrumentos para compreensão das práticas discursivas dos grupos sociais e seus membros, considerando-se seus traços históricos, e

ideológicos, em um processo bem planejado que demanda tempo e comprometimento dos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem.

Para Bazerman (2006, 2006a, 2007), quando se reconhece um gênero, além disso, se reconhecem muitas outras informações sobre o evento social, a instituição, os papéis dos envolvidos, as motivações, as ideologias, as práticas gerais. O reconhecimento e uso dos gêneros tal qual o entendimento do autor possibilita a inserção do indivíduo a grupos sociais, a conquista de voz dentro dos grupos e sua permanência neles, conforme se observa no desenvolvimento desta tese. Desse modo,

os gêneros moldam as intenções, os motivos, as expectativas, a atenção, a percepção, o afeto e o quadro interpretativo. O gênero traz para o momento local as idéias, os conhecimentos, as instituições e as estruturas mais geralmente disponíveis que reconhecemos como centrais à sua atividade (BAZERMAN, 2006, p. 103).

Já o surgimento de novos gêneros e a modificação dos já existentes é resultado do desenvolvimento das áreas, com o surgimento de novas tecnologias, e novas formas de pensamento, por isso os gêneros devem ser entendidos por meio de análises que envolvem a sua história também.

Segundo Bazerman (2006a, p. 23), *gêneros não são apenas formas... são **frames** para a ação social... são os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas*

inteligíveis uns com os outros e são os modelos que utilizamos para explorar o não-familiar. O aluno, no entanto, precisa saber que eles estão, assim, disponíveis para a veiculação dos discursos, precisa saber como proceder as leituras, e o qual pode ser o resultado final por seus usos.

Ao longo da história, os gêneros servem, por resultar de padrões e expectativas compartilhadas socialmente, para orientar os cidadãos na interpretação dos eventos comunicacionais. Se o aluno conhece o conjunto de gêneros pertencentes ao sistema de atividades a que se submete, consegue, como consequência, se fazer presente nos grupos como aptos a pertencerem ao grupo, de maneira agradável, minimizando o risco de ser inconveniente nas situações reais de comunicação. Nesse sentido, segundo Bazerman (2006a, p. 29),

os gêneros constituem um recurso rico e multidimensional que nos ajuda a localizar nossa ação discursiva em relação a situações altamente estruturadas. O gênero é apenas a realização visível de um complexo de dinâmicas sociais e psicológicas.

O ensino de gêneros possibilita ao aluno recuperar informações que não estão presentes propriamente no conteúdo do que se lê, mas que aparecem implicitamente no próprio conceito do gênero, que recupera, por sua vez, informações sobre o contexto, a função e o objetivo do evento social.

Bazerman ainda entende gênero como uma *categoria sociopsicológica que usamos para reconhecer e construir ações*

tipificadas dentro de situações tipificadas. É uma maneira de criar ordem num mundo simbólico sempre fluido (2006a, p. 61). A compreensão de um gênero possibilita a adoção de práticas e atitudes acertadas para cada situação social em uso, o que facilita a construção de identidades na sociedade, pois se transmitimos discursos do jeito que os pertencentes a um grupo acreditam ser o mais adequado para a situação, logo, o produtor do discurso será aceito como membro do grupo, por meio de suas próprias práticas. É uma questão de produção de discursos e respostas discursivamente recebidas dos membros dos grupos ou da sociedade em geral. Para o autor,

os gêneros reconhecíveis de uma sociedade fornecem um repertório disponível de formas, ações e motivos. Essas formas são maneiras de ver quais atos são disponíveis e apropriados ao momento como você o percebe – aquilo que você pode fazer, aquilo o que você pode querer fazer (BAZERMAN, 2007, 22).

O autor (2006a, p. 124) considera, ainda, que

dentro de mundos produzidos interacionalmente, chegamos a observar a nós mesmos através das respostas dos outros. Observamos o sentido que eles fazem de nossos enunciados e o efeito que nosso comportamento tem sobre os outros. De tais observações fazemos sentido de nós mesmos como seres sociais.

Pensando-se assim, formação da identidade no grupo social *academia* depende, em alguns casos, do modo como o professor vê o aluno, o que pode, inclusive, determinar o modo como o aluno se vê. Se o professor considera que seu aluno não está

preparado para ser chamado de *advogado, médico, professor*, e informa discursivamente isso, o aluno pode se enxergar dessa maneira, mesmo se houver uma falha de avaliação por parte do professor. Nesse sentido, o professor pode ajudar na construção social do aluno – criação de uma identidade/inserção no grupo social – quando procura entender as produções de seus alunos, ou brevar esse processo, fazendo não só o grupo entender que o aluno não está preparado para o ingresso naquele universo, mas também o aluno a se ver assim. Dessa maneira, o professor pode ser visto, quando isso ocorre, como agente desmotivador no processo de inserção social, pois,

uma história de insucessos, humilhações e rejeições em encontros letrados criará aversão, ansiedade e posturas defensivas em torno de encontros letrados. Essas emoções e comportamentos negativos irão apenas reforçar qualquer lacuna de habilidades. Juntas, reações de aversão e lacunas de habilidades tornam experiências de escrita positivas menos prováveis de acontecer, de forma que o indivíduo perderá a motivação para escrever em quaisquer circunstâncias (BAZERMAN, 2007, p. 62).

Quanto aos gêneros, com base nos postulados de Bazerman (2006, 2006a e 2007), é possível afirmar que: compreender os gêneros, como são e porque são utilizados, ajuda a entender os posicionamentos a serem adotados nos diversos papéis sociais que o indivíduo desenvolve; os gêneros ajudam no entendimento do processo de compreensão do pensamento; o surgimento dos gêneros leva a mudanças nas práticas, assim como as mudanças

nas práticas levam a mudanças nos gêneros e à criação de novos gêneros; *as formas lingüísticas são tipificações sociais de que dependemos para moldar nossos significados em formas socialmente transmissíveis* (2007, p. 49); quanto mais estáveis as situações, quanto mais detalhes acerca de determinado evento sejam reconhecidos, mais probabilidade de se obter sucesso comunicativo, por se conhecer as condições para produção dos discursos; o entendimento do funcionamento do sistema de gêneros permite um diálogo mais agradável entre profissionais de áreas diferentes participantes de projetos em conjunto uns com os outros; o uso correto dos gêneros possibilita a compreensão da complexidade das interações, possibilitando ao enunciador e ao enunciatário se anteciparem em relação à ação do outro, e, assim, utilizarem os modelos cognitivos de representações sociais apropriados para cada situação; *a gama de gêneros disponíveis para aprendermos e integrarmos ao nosso repertório e ações define em grande parte os padrões característicos de interações dentro de uma sociedade* (BAZERMAN, 2007, p. 132); os gêneros podem ser entendidos como *ações retóricas tipificadas baseadas em ações recorrentes* (op.cit. p, 164); os gêneros mediam as ações e as práticas sociais; ensinar gêneros é ensinar o aluno a agir com o outro, com o ambiente, em um processo de mudança e desenvolvimento constante. É nesse sentido que se defende aqui que o conhecimento sobre gêneros possibilita a inserção social de um cidadão a um grupo específico, e, como consequência, a construção de sua identidade na sociedade.

O sucesso nos usos dos gêneros possibilita a construção de identidades, tal como se observa no estudo de Bazerman sobre Thomas Edison, em que encontramos que

devido ao seu sucesso em todos esses gêneros, Edison construiu uma identidade complexa, como o homem que podia provocar mudança tecnológica e crescimento industrial, e dessa forma se tornar o grande herói popular americano por quase um século (BAZERMAN, 2006, p. 105).

As identidades, segundo o autor, são construídas nos grupos sociais, que, por sua vez, são identificados pelos atos comunicativos dos cidadãos, possíveis de reconhecimento, ou seja, a identidade é construída a partir de como o *enunciatário* percebe o *enunciador* e vice-versa no uso dos gêneros, pela observação, também, do posicionamento adotado pelo enunciador em relação ao jogo intertextual.

1.2 Superestruturas: complementaridades

Van Dijk (1978), ao apresentar seu conceito de superestrutura textual, inicialmente o fez no bojo da gramática narrativa. Para ele, uma teoria narrativa deveria se constituir de uma sintaxe que definisse as categorias e as regras de uma narrativa bem formada, uma semântica que explicasse as interpretações possíveis e uma pragmática que explicasse a função e a situação das formalizações com relação a outros modelos teóricos. Além disso,

uma teoria tal deveria dar conta da atuação narrativa em oposição a uma competência narrativa que seria descrita, bem como apresentar uma estrutura profunda, que compreendia a introdução, complicação, ação, resolução e conclusão; e uma estrutura superficial, macroestrutura, vista como semântica responsável pela derivação textual.

Kintsch & Van Dijk (1975 e 1978) apresentam o conceito de superestrutura como conhecimento relativo à configuração textual, que passa a ser definida como uma estrutura cognitiva com variáveis hierarquizadas, de modo a retratar a sintaxe do texto que representa. Nesse caso, não se restringe mais ao texto narrativo, mas perpassa todo processamento, tanto microestrutural quanto macroestrutural. Dessa forma, a microestrutura passa a ser uma espécie de esquema mental ao qual o texto se adapta. O enunciador, assim, sabe que um esquema de produção lhes permite definir: 'agora produzirei um artigo de divulgação científica'; e o enunciatário o reconhecerá como tal, pela observação do esquema de produção. O enunciatário não sabe ao certo de que trata o texto, mas é orientado pela superestrutura textual a seguir procedimentos de leitura apropriados a ele. Dessa forma, leitor processa, mentalmente, a identificação do texto e se prepara para compreendê-lo. Essa preparação torna a atividade mais agradável e eficaz.

Outra concepção de superestrutura é apresentada por Van Dijk (1983). A partir daí, umas superestruturas têm categorias que

parecem menos discretas, e mais inter-relacionadas ao contexto social de interação. Isso pode ser observada na análise desta tese, na habilidade dos alunos do curso de Letras em resgatar os elementos do gênero artigo científico e apresentá-los em seus relatórios, o que não é possível observar nos relatórios dos alunos de Administração e Direito. Isso acontece porque os alunos de Letras possuem disciplinas específicas para o estudo dos gêneros textuais, em que aprendem a superestrutura do texto científico, associando-a ao gênero e ao contexto de circulação do discurso.

No entanto, este conceito apresenta problemas, o que Adam (1992) procura resolver apresentando um número restrito de tipos como sendo fundamentais em relação aos demais.

Bonini (2002) acata Van Dijk (1983) no que diz respeito à existência das superestruturas, mas não as concebe como um limitador uniforme descontextualizado. Algumas variáveis do esquema podem apresentar-se mais frouxas ou mesmo vazias, e o preenchimento destas variáveis pode ocorrer como mera consequência das ações dos indivíduos em determinado contexto sócio-histórico-interacional. Isso é observado na análise desta tese quando da observação dos artigos de divulgação científica, pois, os escolhidos, trazem itens essenciais ao gênero, mas variam em outros que podem ser entendidos como acessórios (um resumo introdutório, por exemplo). Essa variação pode ser explicada pelo caráter mais ou menos flexível que o próprio gênero possui, o que permite a cada editor de revista configurar a estrutura do texto a ser recebido, para

que seus textos sejam reconhecidos pela forma, em primeiro momento, sem perder a qualidade do conteúdo, observado em segunda instância.

Para Van Dijk (1980, p. 158) *superestruturas esquemáticas... são formas convencionais que caracterizam um gênero específico de discurso*. Elas não estão relacionadas ao conteúdo do texto, propriamente dito, mas ao esquema convencionalizado para cada gênero disponível na sociedade. Marquesi (1996, p. 35), citando Sprenger-Charolles (1980), considera que *as superestruturas textuais são tipológicas, e, assim, responsáveis pela forma do texto (forma no sentido de tipo de texto – narrativo, argumentativo, poético)*.

Nesta tese, trabalha-se a superestrutura do texto científico, ou seja, as formas convencionalizadas de produção de textos científicos, com o estudo de seus *subgêneros* (BATHIA, 1993), que, em grande parte, apresentam o mesmo esquema: resumo, introdução (apresentação do tema, do problema, da justificativa, dos objetivos, da linha teórica a ser utilizada, dos pressupostos, e descrição do texto), fundamentação teórica (exposição da teoria pertinente ao tema), metodologia (apresentação e explicações sobre o método de análise adotado para o trabalho), aplicação prática (experimentação ou confronto entre as teorias), análise (reflexão entre teoria e aplicação prática), considerações finais (apresentação dos resultados e retomada dos itens introdutórios), bibliografia consultada.

Marquesi (1996, p. 36), remetendo-se a Van Dijk, considera que *a noção de superestrutura está relacionada à de esquema e de categoria textual*. Nesta pesquisa, utiliza-se o esquema convencionalizado pela academia para orientação da produção do texto científico (formado por tema, delimitação, problema, objetivos, metodologia etc). Entretanto, trata-se de um estudo sobre as orientações mais gerais de produção, e que as áreas do conhecimento têm como ponto de partida para o estabelecimento de outras normas, meio que derivadas, para a produção do texto científico, considerando, para cada uma delas, detalhes e exigências que facilitam a leitura dos diversos tipos de análise, por exemplo. A possibilidade de variação nos esquemas é observada também por Van Dijk (1972, 1978, 2000) que considera, em estudo sobre as narrativas, que *as estruturas de praxe podem transformar-se pela aplicação de regras específicas* (VAN DIJK, apud: MARQUESI, 1996, p. 37).

Assim, como se observa mais adiante, quando confrontados os textos científicos das áreas estudadas para esta pesquisa, um artigo de Direito apresentará, em sua superestrutura, alguma variação quando comparado com o de Medicina, e de Administração.

Para Van Dijk,

uma vez explicitadas as regras, estratégias e categorias da organização esquemática do discurso escrito, é possível exercer um papel normativo na fundação de

programas concretos de escrita para esses tipos de discurso (apud: MARQUESI, 1996, p. 36).

Acredita-se que tal como observa Van Dijk (1980) – ao falar sobre escrita – essas regras, estratégias e categorias do esquema discursivo escrito orientam também o processo de leitura. Não se trata de dizer aqui, torna-se necessária uma melhor explicação, que a superestrutura é a responsável pela ativação dos conteúdos do texto, mas pela organização (orientadora no processo de produção e de leitura) formal do texto, e que o seu reconhecimento (das partes constitutivas do texto) serve como orientador para a reunião das informações mais importantes para o desenvolvimento da produção do relatório de leitura.

Segundo Marquesi (1996, p. 37),

adentrando à natureza propriamente dita das superestruturas textuais, Van Dijk afirma que elas são definidas por categorias formais e por um conjunto de regras de formação, as quais definem quais superestruturas de um determinado gênero de discurso são bem formadas.

Como se percebe nas instruções para envio de originais ao se pleitear a possibilidade de publicação nas revistas científicas, a primeira avaliação pela qual eles passam é a da formatação e a da superestrutura, uma vez que é observado se o autor colocou as *partes necessárias* ao texto para sua publicação, a saber, *resumo, abstract, fundamentação teórica, metodologia, análise, considerações finais e bibliografia*, ou seja, se o autor do texto

produzir conforme o modelo ele pode se inserir no grupo de autores daquela revista, caso contrário não será possível a sua inclusão.

1.2.1 Macroestrutura e microestrutura

A partir dos postulados de Van Dijk (1972), Conte (1977) considera que

a estrutura textual profunda (macroestrutura) está na base da estrutura textual superficial no sentido de ser a ordenação global (plano global) que rege seqüências de enunciados da estrutura superficial do texto. Os enunciados da estrutura superficial subseqüentes no texto, vice-versa, são chamados de microestruturas (VAN DIJK apud:MARQUESI, 1996, p. 28).

Nesse sentido, a macroestrutura, de caráter abstrato, é o representante do significado global do texto, e apresenta relação direta com as microestruturas, uma vez que os enunciados individuais (as microestruturas) do texto dependem fundamentalmente dela. Assim, as microestruturas projetam as macroestruturas, ou seja, as primeiras compõem coerentemente, em sua essência, em seu todo, a significação global, das segundas.

Vale lembrar, também, que Van Dijk (2000, 2003) considera que o comportamento verbal é baseado em estratégias cognitivas globais, por meio de regras de produção e

processamento da atividade de linguagem, e não somente uma atividade resultante de uma visão linear do texto. A questão do processamento cognitivo será mais adiante tratada neste texto. No entanto, para o autor, pensam-se não nas estruturas sintáticas dos enunciados, mas em suas estruturas semânticas de base, pois

os planos sintáticos são determinados pelos planos semânticos. Desta forma, ressalta Van Dijk que, tanto na produção quanto na recepção de textos, a macroestrutura desempenha um papel fundamental: na recepção, fazemos uma idéia global do que é dito, construindo planos semânticos globais; na produção, primeiro formamos um plano semântico global, para depois podermos falar e/ou escrever coerentemente (MARQUESI, 1996, p. 30).

Desse modo, considera-se que as macroestruturas orientarão o procedimento de leitura, pois as informações aparecerão organizadas e convencionalizadas em forma de superestruturas textuais, que possibilitarão, a princípio, o reconhecimento do gênero textual, servindo como um ponto de partida orientador para o desenvolvimento da leitura.

1.2.2 As macro-regras de redução da informação

Este tema torna-se necessário para o entendimento de como recuperar os elementos da superestrutura, além de esclarecer como produzir um resumo do texto original lido, para ser inserido no relatório de leitura. Considera-se que as macro-regras exercem a

função de estratégia para o reconhecimento dos temas (VAN DIJK, 2003), assunto que é desenvolvido mais adiante, no capítulo IV, no item *estruturas do discurso*. Na atividade aplicada aos alunos participantes da pesquisa, percebe-se que há dificuldades significativas na produção de resumos nos relatórios, devido às dificuldades em aplicar as macro-regras de redução da informação, entre outros problemas citados pelos alunos, como a falta de tempo para realização da atividade.

Marquesi (1996), retomando Van Dijk & Kintsch, apresenta as seguintes macro-regras de redução da informação. 1 – macro-regra da *generalização*, que é a substituição de duas ou mais proposições por outra que as englobe, exemplo: ‘João tem gripe (microestrutura 1) – Ele tem febre (microestrutura 2) – MR generalização – João está doente (macroestrutura). 2 – macro-regra da *supressão*, que autoriza retirar informações secundárias, exemplo: Maria brincava com uma bola azul – MR supressão – Maria brincava com uma bola. 3 – macro-regra da *integração ou da construção*, que permite a inserção ou construção de informações de ordem inferior em uma unidade mais geral ou superior, exemplo: Pedro construiu paredes (microestrutura 1) – Pedro montou um teto (microestrutura 2) – MR integração ou construção – Pedro construiu uma casa (MARQUESI, 1996, p. 34). A diferença entre a MR de generalização e a MR da construção é bem sutil, mas sua distinção torna-se relevante na medida em que na MR de generalização, parte-se de pressupostos mais comuns: quem tem gripe e febre está

doente (consenso geral); e na MR de construção, atribui-se uma unidade mais geral a partir da observação de partes específicas para conclusão de algo geral, mas que não pertence ao consenso geral, ou seja, quem levanta paredes e monta um tento nem sempre está construindo uma casa, pode ser outro tipo de construção com estruturas e funções diferentes.

Marquesi afirma que Sprenger-Charolles (1980) propõe a reorganização das macro-regras da seguinte forma: 1 – macro-regra de apagamento; 2 – macro-regra de integração; 3 – macro-regra de construção; 4 – macro-regra de generalização. Sobre a abordagem de Sprenger-Charolles, Marquesi afirma que

o enfoque dado pela autora corresponde ao de Van Dijk & Kintsch, sendo que ela ressalta o caráter de recursividade das macro-regras, à medida que elas podem ser aplicadas várias vezes, o que permite explicar, por exemplo, o fato de um texto poder receber vários resumos (MARQUESI, op.cit., p. 35).

Bazerman (2006a, p. 39) apresenta uma conceituação para resumo em que defende que *ele revela a estrutura de argumentos e a continuidade de pensamento; o aluno precisa descobrir as declarações importantes e aqueles elementos que unificam a escrita como um todo*, o que é possível quando se conhece e se sabe operar com as macro-regras de redução da informação.

A partir dessa consideração, pode-se dizer que a escolha das macro-regras, bem como quantas vezes elas serão aplicadas

dependem dos objetivos, das expectativas e do conhecimento prévio do leitor, bem como da orientação recebida para a realização da atividade.

Em relação à expectativa, duas observações se fazem necessárias: *da mesma forma que a consideração acerca do processo da produção de texto ajuda a ganhar o controle do texto final, uma antecipação da recepção do texto ajuda a ganhar o controle do significado que provavelmente será atribuído a ela* (BAZERMAN, 2006a. p. 72), e isso deve ser levado também em consideração no momento da produção, não só do relatório, mas também de todo gênero necessário nas situações reais de comunicação.

CAPÍTULO II

DISCURSO ACADÊMICO: GÊNEROS E SUPERESTRUTURA

2.1 Gêneros acadêmicos: relatório e resenha

Além dos conceitos sobre gêneros que já foram abordados neste trabalho, vale mencionar, ainda, o de Motta-Roth (2002, p. 79), que conceitua gênero como *formas estáveis de uso da linguagem que estão intimamente associadas com formas particulares de atividade humana*.

Assim, estudam-se, aqui, uma situação específica que envolve experiências sociais (acadêmicas) que resultam em gêneros, e o processamento da leitura, ou seja, a ativação do conhecimento do tema e da própria situação que envolve a atividade na mente do leitor e sua relação com a produção de relatórios de leitura, pois o gênero é utilizado para realização de ações tipificadas resultantes de situações recorrentes (MOTTA-ROTH, *op. cit*), e a leitura é uma atividade cognitiva (FÁVERO, 2000) resultante de ativações de conhecimentos armazenados na memória do leitor.

Por se acreditar que o gênero é reconhecido por sua relativa estabilidade lingüística, e pela capacidade de

reconhecimento de eventos comunicativos recorrentes e convencionalizados, conforme Motta-Roth (2002), investigam-se não só o discurso científico e seu gênero relatório de leitura, mas também suas relações com as situações comunicacionais, com os seus grupos, e as implicações ideológicas que os cercam.

Neste trabalho, toma-se a noção de discurso defendida por Fairclough (1989), em que o discurso é a linguagem em ação social. Sob esta ótica, é a esfera social em que o discurso circula que determina os gêneros.

2.1.1 Relatório de leitura

Relatório de leitura é uma atividade solicitada em quase todos os estágios da vida acadêmica, desde o ensino fundamental, passando pelo médio, até os cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, chegando à vida profissional do cidadão. Para Leite (1990), relatórios são escritos visando à divulgação de dados técnicos absorvidos por meio de pesquisas de campo ou teóricas, pela realização de seu registro em caráter permanente. Segundo Leite, para ITT – *Service, Federal Electric Corporation* – (op.cit., p. 15), *relatório é a comunicação de informações a alguém que deseja ou precisa ser informado, da maneira mais útil e conveniente, e, acrescenta-se aqui, no sentido de verificar, avaliar, ou melhorar*

resultados (ou atividades), seja por meio de orientações seja por meio de críticas.

Verifica-se, por experiência, que nem sempre os alunos entendem o que o professor está solicitando na atividade de produção de relatório, comprometendo, assim, não só a avaliação da atividade – já complicada por outros aspectos discursivos – mas também uma boa parte do processo educacional em que o professor, aluno e escola se encontram. Essas falhas resultam, em grande parte, da dificuldade na comunicação entre as partes, no que diz respeito ao que o professor deseja/espera, e o que o aluno pensa que o professor deseja/espera para aquela atividade. Como consequência, ao entregar seu relatório, o aluno cria uma expectativa (subjetiva) de que seu trabalho estava ótimo; e quando o professor lê o relatório, chega à conclusão de que o aluno não chegou perto da expectativa (subjetiva) esperada por ele. Na análise desta tese, percebe-se isso na observação dos resumos dos participantes, que obedecem regras de redução da informação diferentes, o que faz com que cada um apresente informações diversas, mas não menos relevantes umas que as outras. Trata-se de um resultado adquirido em um item mais subjetivo da atividade.

O relatório (acadêmico/científico) é um mecanismo em que o professor pretende verificar se seu aluno leu satisfatoriamente um texto, ou ainda, um instrumento que revela os pontos que devem ser retomados nas aulas, para que se concretize o processo educacional, que vai além da exposição e assimilação dos modelos

e conteúdos que transitam na academia, mas do resultado final, a inclusão do cidadão a determinado grupo (de médicos, professores, engenheiros, fisioterapeutas, pedagogos, etc.).

Assim, este texto pretende contribuir com uma reflexão que seja capaz de minimizar os problemas encontrados nos cursos superiores, no que tange a leitura e a produção de relatórios, e, ainda, diminuir problemas de construção de textos de profissionais, em suas atuações pós-faculdade, ou seja, facilite a inclusão social.

São poucos os autores que têm se dedicado a escrita de livros que versem sobre a produção do relatório, e embora Leite (1990) tenha escrito sobre a *prática de elaboração de relatórios*, as informações sobre o que realmente deve constar em um relatório não aparecem de forma profunda, uma vez que apresenta um esquema geral que contempla instruções para a formatação e apresentação gráfica do texto, partindo dos elementos integrantes de um relatório, tais como, o que seria o corpo do texto, o cabeçalho, o título, rodapés e fontes de dados, entre outros, mas sem dizer o que necessariamente precisa fazer parte do corpo do texto, a partir dos resultados obtidos em uma pesquisa, seja na dimensão prática – pela experimentação – ou na teórica – por meio da leitura de textos acadêmicos e científicos.

2.1.2 Resenha

Conforme Motta-Roth (2002, p. 79),

o texto acadêmico é construído como reflexo de normas e convenções, valores e práticas sócio-historicamente produzidos por um grupo de pessoas que se definem, entre outras coisas, por suas práticas discursivas.

Na academia, essa convencionalização de valores e práticas é combinada por cada grupo específico, originados a partir da observação das particularidades das grandes áreas de conhecimentos. A invenção de regras a serem seguidas também é imposta por cada curso nas universidades, e, cada um deles procura justificar as regras impostas que devem ser seguidas em seus textos acadêmicos e científicos.

No entanto, alguns dos elementos, por exemplo, os que não interferem no conteúdo nem mesmo nos tipos de análises e tratamentos, tais como, capa, folha de rosto, margens, poderiam ter uma padronização mais comum a todos os cursos e instituições, facilitando o intercâmbio entre trabalhos de alunos e professores pertencentes a instituições que ficam, inclusive, em regiões afastadas. Por outro lado, com isso, interferir-se-ia na própria manifestação dos discursos, e na construção da identidade dos grupos sociais, uma vez que os modelos convencionalizados por eles também é o responsável por esta construção.

Os elementos estruturais também podem ser convencionalizados para uso geral, porém, obedecendo-se às necessidades de cada área específica: a da Saúde terá,

provavelmente, elementos e uma estrutura mais específica, resultado da prática em cirurgia, por exemplo; enquanto que a do Direito terá os seus elementos e necessidades próprios, resultantes de estudos de leis, ou de doutrinas – as teorias – , ou de jurisprudências, enquanto que as exatas tenderão a ter outros detalhes que não estão embutidos nos trabalhos das ciências sociais.

Por outro lado, a falta de uma padronização, a começar dentro de cada universidade, chegando às áreas e cursos oferecidos nas faculdades em geral, dificulta o trabalho tanto do professor quanto do aluno, prejudicando, não só o desenvolvimento desses envolvidos, mas também o da sociedade como um todo, que acaba concebendo uma atividade de suma importância, e corriqueira, como um trabalho maçante e obscuro, dado à falta de clareza já no momento de sua solicitação.

Vale lembrar que, na graduação, já aparecem diferenças na solicitação e na execução da atividade entre disciplinas que compõem a matriz curricular de um único curso. Um professor solicita de uma forma, o aluno aprende e executa; outro professor pede de outra forma, o aluno tem que aprender a atividade (as estruturas) novamente, e executá-la com base nas novas instruções; isso quando não acontece de dois professores solicitarem o *relatório de leitura* simultaneamente, com instruções diferentes, fazendo com que o aluno tenha maiores dificuldades ainda, sem contar os resultados negativos que, dessa forma, a atividade produz, com inquietações como essa: 'qual professor está

certo e qual está errado'. É nesse sentido que se entende, nesta pesquisa, que o conhecimento do processo de inserção social como nos três momentos apresentados anteriormente – a) assimilação dos modelos e crenças; b) prática dos modelos e crenças assimilados, permitindo ao membro do grupo receber voz dentro dele; c) proposta de mudanças nos modelos e crenças, por meio da voz adquirida – minimizam problemas de relacionamento dentro dos grupos sociais.

Em Bazerman (2006, p. 102), encontram-se dados que corroboram com esta tese, quando afirma que

você sabe também que se passar a freqüentar um certo lugar o tempo suficiente, você se transformará num típico freqüentador do lugar – conhece o lugar, sabe como agir lá, o que dizer ali, quem pertence ou não ao lugar, e quem é novato... Mas ir ao lugar é apenas o primeiro passo, porque quando estiver lá, você precisará de acesso e encorajamento para se engajar com pessoas particulares em papéis específicos... Quando começar a escrever naqueles gêneros, você começará a pensar de maneira ativa, produzindo enunciados pertencentes àquela forma de vida, e também adotará todos os sentimentos, esperanças, incertezas e ansiedades relacionadas ao ato de tornar-se uma presença visível naquele mundo, participante das atividades disponíveis. Além disso, você passa a desenvolver e a se comprometer com a identidade que você está construindo dentro daquele domínio.

Assim, um estudo que apresente os elementos básicos necessários em um relatório de leitura, bem como uma apresentação formal mais unificada servirá de instrumento eficaz para o melhoramento do processo de ensino e de aprendizagem nos

cursos de graduação e de pós-graduação, no sentido educacional e no sentido social (a inclusão). Além do mais, os professores são responsáveis pela construção da identidade de seus alunos, pela participação nos sistemas de gêneros que envolvem as profissões, disponíveis no ensino superior, pois como defende Bazerman (2006, p. 104), *identidades profissionais emergem dentro de sistemas de gêneros e de atividades*.

Vale ressaltar ainda que sem o estabelecimento de critérios claros e consistentes para a *produção de relatório de leitura*, cada professor dentro de um mesmo curso solicitará a atividade com base em alguns elementos, mas sem uma referência mais concreta e duradora, dificultando o trabalho do aluno, e, muitas vezes, deixando o próprio professor, sem referência para uma correção capaz de resultar em avaliação mais eficiente.

Motta-Roth (2002) realiza um estudo sobre o gênero **resenha**, em que apresenta resultados de uma pesquisa realizada com editores, em que se busca saber quem são os produtores de resenhas, qual a sua estrutura, e qual a sua função, entre outras coisas.

Naquela pesquisa (MOTTA-ROTH, 2002), percebe-se que há ainda uma confusão envolvendo a resenha e o relatório de leitura crítica, em que se toma um gênero pelo outro. Com base na leitura do texto de Motta-Roth, pode-se entender que o relatório de leitura se difere da resenha na questão *funcionalidade*,

caracterizando-os em gêneros diferentes. Para a autora, a resenha tem sido produzida para promover determinados textos, para projeção ou progressão na carreira dos iniciantes, pois, como afirma a autora, pesquisadores experientes, em grande parte, não dedicam tempo para as resenhas, a não ser no sentido de socialização entre colegas, como trabalho realizado mais por amizade.

Se, por um lado, a resenha tem sido uma atividade desenvolvida para promoção de acadêmicos iniciantes, por outro, mostra-se, por conta disso, uma atividade arriscada, pois esses produtores podem ainda apresentar imaturidade na execução dessa produção. O relatório de leitura, no entanto, por ser uma atividade acadêmica em que se busca averiguar a capacidade de leitura e entendimento que o estudioso teve a partir de um texto, aparece como o instrumento de treino para produção de resenhas, uma esses dois gêneros compartilham mais ou menos dos mesmos elementos estruturais.

Outra função da resenha é a de estudo com vistas à produção de fundamentações teóricas para o texto científico (instrumento para construção de discursos, com vistas à inclusão social), dissertações e teses, por exemplo. Nela, o acadêmico registra os pontos levantados por teóricos que trabalham com o tema escolhido, fazem suas avaliações e observações, e, com isso, consolidam a base teórica de seu texto.

Se o gênero resenha tem essa função, o gênero relatório crítico de leitura, em contrapartida, tem como função a verificação do crescimento acadêmico do indivíduo (acompanhamento de inserção social), a partir da capacidade de leitura e compreensão sobre determinado assunto, resultado de uma leitura específica; e o gênero relatório informativo de leitura, a função de reproduzir as informações verificadas no texto base, tal qual elas são, sem a análise do leitor, mas se verificando se o aluno está aprendendo os modelos e teorias (acompanhamento de inserção social).

Na medida em que cada texto e cada gênero implicam um conjunto de relações, posições e papéis sociais reconhecidos, posições de trabalho cooperativo ou competitivo e conjuntos de relações discursivas tipificadas, o aprender a formular enunciados dos gêneros aceitáveis integra o iniciante nos papéis e nas posições dentro de relações estruturadas (BAZERMAN, 2006, p. 146).

Gênero precisa ser trabalhado nas salas de aula no sentido de mostrar aos alunos como o processo de escrita é poderoso para a sua formação e para seu desempenho a curto, médio e longo prazo, passíveis de observação em sua inserção, permanência e participação nos grupos sociais. *Nossa escolha estratégica de gêneros para trazer para a sala de aula pode ajudar a introduzir os alunos em novos territórios discursivos, um pouco mais além dos limites de seu **habitat** lingüístico atual (BAZERMAN, 2006a, p. 31).*

2.2 Discurso acadêmico: instruções gerais de como produzir textos acadêmicos e científicos em manuais diversos

Leite (2000), em sua obra *Monografia Jurídica*, apresenta uma série de conceitos e instruções para a realização de pesquisas, e ainda como textualizar os resultados os discursos acadêmicos e científicos. Segundo o autor, o trabalho deve ser planejado desde o início, com a escolha do tema, a escolha do tipo de metodologia a ser empregada, o estabelecimento de objetivos, a observação do gênero textual a ser trabalhado, como por exemplo, se será uma dissertação ou tese, além de sugerir também, assim como no texto de Garcia (1998), entre outros manuais de produção textual, que os resultados devem aparecer de maneira precisa, exaustiva e clara.

Leite (*op. cit.*, p. 23) não fala explicitamente em gênero, mas, quando afirma que *a dissertação é apenas um trabalho de iniciação à investigação, enquanto a tese representa, pela própria profundidade da parte teórica que a caracteriza, um autêntico trabalho de investigação científica*, trata, implicitamente, dos gêneros textuais *dissertação* e *tese*. Interessante notar as diferenças entre os dois gêneros apontadas pelo autor: a dissertação, de caráter didático, como treino e iniciação, é um estudo recapitulativo em forma de exposição, em que se objetiva a organização sistemática de um assunto, por meio da interpretação de dados ou fatos alheios, permitindo ao leitor que forme suas próprias opiniões a respeito do tema trabalhado; a tese, por sua vez, possui caráter

eminentemente científico, e embora seja recapitulativa e analítica, esgota-se na originalidade da proposição, vai além da mera sistematização e se propõe a revelar e provar proposições decorrentes da análise de fatos ou idéias, por meio de argumentação sólida que busca levar o leitor a concluir com o autor. Nela todo o esforço é aplicado para tomada de decisão de um tema que será concretizado em tese ou em teoria.

Já para Sá et.al. (2002, p. 28), a tese é *uma proposição... que se caracteriza por uma nova perspectiva de um tema já abordado ou apresentação de um tema original*, enquanto a dissertação consiste no estudo, o mais completo possível, do tema escolhido, expressando conhecimentos do autor a respeito do assunto e a sua capacidade de sistematização.

Segundo o Conselho Federal de Educação, por meio do parecer 977/65, o preparo de uma dissertação será exigido para obtenção do grau de 'Mestre', enquanto a elaboração de uma tese constitui exigência para obtenção do grau de 'Doutor' (art.2º, parágrafos 1º e 2º). Ainda conforme o conselho,

a dissertação do mestrado deverá evidenciar conhecimento da literatura existente e a capacidade de investigação do candidato, podendo ser baseada em trabalho experimental, projeto especial ou contribuição técnica (parágrafo 9º), e a tese de doutorado deverá ser elaborada com base em investigação original devendo representar trabalho de real contribuição para o tema escolhido (parágrafo 10º).

No entanto, embora diferentes em sua função e modo de investigação, para França (2001), a dissertação e a tese possuem a mesma estrutura: ambas devem ser formadas por introdução, revisão da literatura, material e métodos (ou metodologia), resultados, discussão dos resultados, conclusão, além do resumo, *abstract*, bibliografia, e outros não essenciais, como os agradecimentos, à dedicatória, entre outros. Essa mesma estrutura é também necessária para a produção do artigo de divulgação científica, assunto abordado mais adiante nesta tese, com algumas pequenas adaptações, o que abre possibilidade de se conceber o artigo de divulgação científica como um gênero pertencente ao universo (discursivo) acadêmico-científico.

Embora seja possível encontrar obras dedicadas à produção de textos acadêmicos e científicos, percebe-se que a grande maioria deles trabalha o assunto com enfoque na formatação do texto e na realização de citações, apresentando as normas da ABNT, além das instruções sobre a redação do texto, tais como clareza e concisão. Outros, como o livro de Leite, apresentam ainda um roteiro para elaboração do projeto de pesquisa: a escolha do tema, a escolha da linha teórica a ser adotada, o exame das fontes, o cronograma a ser seguido, e, no caso específico da obra mencionada, uma sugestão de plano inicial para o desenvolvimento de uma tese em Direito, com o título *Direito comparado: direito brasileiro e direito francês – sobre a responsabilidade civil de outrem*, apresentado na figura 2, a seguir, em que temos a organização da

primeira parte de um trabalho científico, com dois títulos e seus respectivos capítulos. É uma forma de estabelecer um roteiro detalhado das partes que constituirão o texto, no sentido de evitar digressões desnecessárias que, além de atrasar o desenvolvimento do trabalho, poderá comprometer a sua lógica.

No que diz respeito especificamente à redação do texto científico, os manuais geralmente apresentam os itens que se seguem como fundamentais para a sua produção. Importante ressaltar aqui que, para esta parte do trabalho, utiliza-se o livro de Leite (2000) como referência por dois motivos: primeiramente, porque a obra contempla as várias etapas que envolvem a pesquisa e a produção do texto científico; segundo, porque é um texto direcionado a uma das áreas utilizadas na pesquisa de campo (Direito).

FIGURA 2 – SUGESTÃO DE PLANO PARA ELABORAÇÃO DE TESE (LEITE, 2000)

I PARTE	-	As condições de responsabilidade pelo fato de outrem;
Título I	-	As condições referentes às pessoas responsáveis pelo fato de outrem;
Capítulo I	-	O pátrio poder;
Capítulo II	-	O vínculo de preposição;
Capítulo III	-	A interpretação extensiva do Art. 1.384 do Código Civil francês;
Título II	-	O caráter culposo do fato danoso de outrem;
Capítulo I	-	A responsabilidade da pessoa pela qual uma outra é indiretamente responsável no direito francês;
Capítulo II	-	A culpa do responsável indireto como fundamento da sua responsabilidade no direito brasileiro.

Fonte: Leite (2000, p. 119)

Ao iniciar o capítulo que aborda a introdução do trabalho científico, Leite (2000) apresenta a (comum) instrução de que o texto precisa apresentar introdução, desenvolvimento e conclusão. Já nesse momento, o autor levanta uma questão para se saber por qual dessas partes do texto precisamos iniciar a redação: pela introdução, pelo desenvolvimento ou pela conclusão. Para ele,

analisando a questão sob o prisma eminentemente metodológico, não resta dúvida de que a introdução só pode ser redigida depois do desenvolvimento pronto, ou seja, depois do total conhecimento daquilo que foi apresentado no transcorrer do trabalho (op.cit., p. 141).

No entanto, afirma que suas instruções partirão da introdução, por causa da ordem que a estrutura lógica de qualquer

trabalho científico impõe. O que autor diz com isso é que o posicionamento da introdução no texto é estratégico, pois é ela que orientará a leitura até a conclusão.

Se, por um lado, a introdução orienta a atividade de leitura, por outro, são os elementos que a compõem que orientam também a produção do texto acadêmico-científico, pois ela é a textualização dos elementos constituintes do projeto de pesquisa: a apresentação do tema, sua delimitação, o levantamento da problemática, o estabelecimento dos objetivos a serem alcançados, os aspectos metodológicos, a situação do trabalho no tempo e no espaço, a justificativa entre outras coisas.

A Introdução é a apresentação do trabalho acadêmico científico e é ela que vai orientar tanto o percurso de desenvolvimento da pesquisa – por meio do projeto – quanto a organização da redação final, acrescentando-se, isso sim por último, a descrição do texto, como ele se organiza. Assim, a introdução é a retomada dos principais elementos que compõem o projeto de pesquisa, necessitando apenas da realização da textualização final, ou seja, dos ajustes necessários para configurar aquelas informações em introdução do texto principal: a transformação dos tópicos para texto direto.

Segundo Leite (2000), o desenvolvimento do trabalho deve ser feito a partir do plano estabelecido; nesta tese, a partir do projeto de pesquisa. Ele apresenta várias formas de

desenvolvimento, como fazer as divisões, a apresentação das argumentações, as refutações, entre outras coisas mais.

A conclusão é apresentada como o momento em que a discussão se concretiza com maior grau, uma vez que é nela que aparecem as convergências e divergências maiores. A relação da conclusão com a introdução é também mencionada, e vista como um imã, pois apresentam vários pontos em comum, caracterizando-se como elementos-chaves para o trabalho todo.

Vários textos trazem, em vez de *conclusão*, o termo *considerações finais*, principalmente em artigos, monografias, dissertações, por acreditarem os autores que a conclusão se refere a considerações mais desenvolvidas, mais concretas, que não sejam suscetíveis de mudanças fáceis, e que as considerações finais a considerações mais leves, que estão mais suscetíveis a outras interpretações futuras, inclusive pelo próprio estudioso, produtor do texto.

Seja chamada de conclusão seja de considerações finais, o fato é que essa parte do trabalho deve retomar os elementos apresentados na introdução, contestando-os, confirmando-os ou não, por meio de uma reflexão baseada nas informações que orientam a estruturação do trabalho, com vistas em sua finalização. Ainda sobre a conclusão, Leite (*op.cit.*, p. 172) considera que

quanto ao conteúdo, é inegável o vínculo que a conclusão mantém com o restante do trabalho. Desde a introdução o autor anuncia a conclusão como hipótese

de trabalho. Ao longo do desenvolvimento, ele vai confirmando ou indagando. O fato de algumas hipóteses serem falsas não invalida a necessidade de uma conclusão. Sua própria falsidade é a conclusão final, ou seja, o autor ressalta essa falsidade na conclusão, como uma decorrência da observação da realidade. Essa, aliás, é a característica mais importante de qualquer trabalho científico: a conclusão como decorrência da observação da realidade.

Nesse sentido, a elaboração de um projeto de pesquisa de boa qualidade, que apresente o tema, os objetivos, a justificativa, a linha teórica a ser adotada, entre outras coisas, torna-se uma atividade indispensável para a iniciação da pesquisa e para a produção do texto final. Nesta tese, essa organização estrutural do gênero artigo de divulgação científica possibilita a aplicação da atividade: verificar, por meio do relatório, se os alunos participantes conseguem recuperar esses itens em suas leituras.

Segundo Secaf (2000), o projeto de pesquisa é o esboço das ações e atitudes do pesquisador frente a seu objetivo e a todo o processo a ser percorrido. Como elementos essenciais de um projeto de pesquisa, Secaf (*op.cit.*, p. 110) apresenta: a identificação do tema e do tipo de pesquisa; a formulação do problema; a especificação das hipóteses, dos objetivos e das variáveis; a identificação da população e seleção da amostra; a elaboração do instrumento de medida e como será feita a coleta de dados; o plano de análise e apresentação dos dados; a previsão da maneira de apresentar e discutir os resultados; a bibliografia consultada e outras

possíveis fontes bibliográficas de interesse e os anexos, além do cronograma de realização de cada fase do projeto.

Além da dissertação e da tese, outro texto de circulação (mais comum) na academia é o artigo científico que tem como objetivo principal a divulgação de resultados de pesquisa, além de ser um instrumento muito bom para a inserção e permanência do pesquisador no grupo.

Secaf (2000), porém, considera que, especificamente na área da saúde, há uma dificuldade grande para a publicação de artigos científicos, devido à pequena quantidade de revistas científicas nessa área, principalmente em comparação com outros países mais desenvolvidos. Outro problema apresentado por ela, com base em estudos realizados com enfermeiros, é a falta de treino e de tempo que os profissionais apresentam, fazendo com que a atividade se torne de difícil desenvolvimento, realidade também encontrada em outras áreas. Entende-se, nesta tese, que esse argumento, entretanto, não justifica a falta de costume na produção dos textos, uma vez que todos os profissionais, em todas as áreas, precisam ser pesquisadores e desenvolver pesquisas constantes, o que garante a manutenção do profissional e a ampliação de seus conhecimentos e o crescimento de sua área.

Para a autora,

embora a primeira revista científica tenha surgido em 1665, somente a partir dos últimos 100 anos é que o artigo científico começou a ser publicado com a introdução, a

metodologia, a discussão e os resultados (SECAF, 2000, p. 15).

Nessa parte de seu trabalho, destinada à abordagem histórica do artigo científico, encontra-se a apresentação estrutural deste gênero: introdução, metodologia, discussão e resultados.

Segundo Bazerman (1996, p. 95), em um resgate histórico que versa sobre o surgimento dos gêneros, *a publicação de periódicos não-noticiosos é geralmente atribuída às primeiras revistas científicas **Journal dês Sacavans**, que durou pouco tempo, e **Philosophical Transactions of the Royal Society**, que durou muito tempo – ambas publicadas pela primeira vez em 1665*. Para ele, esse gênero emergiu da carta, que era o gênero responsável até então para se realizar divulgação sobre pesquisas realizadas pelos cientistas daquela época. Com o passar do tempo, as cartas disponibilizadas à comunidade começaram a ser questionadas por outros cientistas que, geralmente, discordavam do produtor em algum ponto específico ou no todo. Nesse mesmo processo de desenvolvimento, os próprios usuários do gênero perceberam que precisavam adaptar a estrutura da carta para outra que resolvesse alguns problemas, tais como: saber sob qual perspectiva o contestador estava construindo sua tese, bem como, sob qual perspectiva o produtor havia escrito a sua, tomando, com o passar do tempo, a estrutura mais ou menos fixa que eles apresentam hoje, como apresentado nesta tese.

Assim, conforme Bazerman (2006a, p. 70),

o gênero artigo experimental tem encontrado meios para relacionar qualquer argumento particular com a literatura do campo, com a teoria correntemente aceita, com o raciocínio dedutivo, com representações do método e com a representação da experiência empírica.

França (2001) apresenta a seguinte estrutura como básica ao artigo: cabeçalho, resumo (na língua do texto), e introduz o próximo que ela chama de *texto*, que contém a introdução, a revisão da literatura, o desenvolvimento – com os materiais e métodos, os resultados e a discussão –, e a conclusão; e, por fim, os resumos em outros idiomas e as referências bibliográficas. Ainda apresenta como não essenciais os agradecimentos, os anexos e apêndices.

Para Secaf (2000, p. 19), o produtor do texto científico deve querer fazer algo, e depois ter e adquirir conhecimentos sobre o tema e a metodologia... o que fazer, além de, naturalmente, o saber fazer, que significa desenvolver habilidade em escrever cientificamente. E é justamente disso que trata esta tese, o saber escrever relatórios de leitura, com base na observação de todos esses elementos aqui apresentados. Da mesma forma que é possível aprender a produzir um artigo, uma monografia, uma dissertação, uma tese, é possível aprender a produzir um relatório de leitura, a partir da observação da superestrutura daqueles gêneros.

Ao apresentar as características da linguagem escrita para a redação científica, Secaf (2000) considera alguns elementos já mencionados aqui como comuns aos manuais de instrução –

porém necessários – a saber: clareza, precisão e objetividade, coerência, concisão, correção, encadeamento, fidelidade, originalidade, o uso da norma padrão. Há ainda a observação para se evitar as metáforas, as adjetivações, a ambigüidade, as tautologias, circunlóquio.

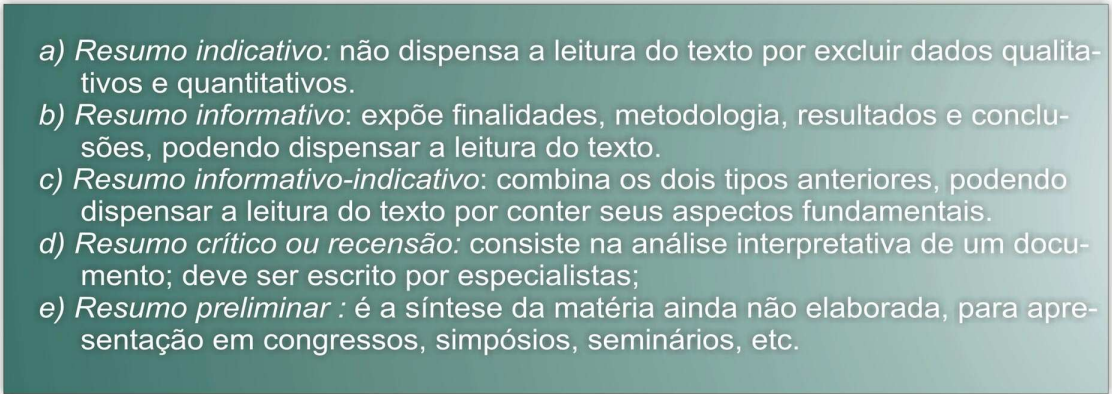
Vale mencionar ainda que os artigos são publicados em revistas, um veículo com determinada periodicidade, que garante a promoção da comunicação dos trabalhos científicos, além de consolidar áreas do conhecimento e de garantir a *prioridade da autoria e a memória da Ciência* (SECAF, *op.cit.*, p. 67).

Para Sá *et. al.* (2002, p. 57), artigos são trabalhos que se caracterizam por se apresentarem como documentos considerados em parte... apresentados em periódicos e em eventos, e se dividem em artigos originais – trabalho técnico, científico ou cultural que visa principalmente a maior agilidade na divulgação do assunto tratado; de revisão – documento elaborado em consequência de estudo sobre um assunto determinado... em que são reunidas, analisadas e discutidas informações anteriormente publicadas; de notas prévias, também conhecidas como publicações provisórias e comunicações – trabalhos curtos, redigidos com o objetivo de assegurar os direitos autorais de uma idéia ou de uma pesquisa em andamento; ou de trabalhos apresentados em eventos – elaborados com a finalidade específica de apresentação em eventos (congressos, seminários, encontros etc.), podendo posteriormente ser publicados em Anais.

Geralmente, a formatação do artigo é definida pelo editor da revista, no sentido de padronizar o recebimento de textos, para facilitar a editoração da revista. No entanto, alguns elementos se mostram necessários para a formação do gênero *artigo científico*, tais como resumo, *abstract*, as palavras-chave e *key words*, a introdução, além daqueles itens já mencionados neste texto, referências bibliográficas.

Por se tratar de um texto menor, os resumos nos artigos exercem o papel da introdução da dissertação e da tese, ou seja, orienta a leitura do texto todo. Nesse sentido, dado interessante apresentado por Sá *et.al.* (1994) é que existem alguns tipos de resumos, apresentados na figura 3:

FIGURA 3 – OS TIPOS DE RESUMOS DE ARTIGOS

- 
- a) *Resumo indicativo*: não dispensa a leitura do texto por excluir dados qualitativos e quantitativos.
 - b) *Resumo informativo*: expõe finalidades, metodologia, resultados e conclusões, podendo dispensar a leitura do texto.
 - c) *Resumo informativo-indicativo*: combina os dois tipos anteriores, podendo dispensar a leitura do texto por conter seus aspectos fundamentais.
 - d) *Resumo crítico ou recensão*: consiste na análise interpretativa de um documento; deve ser escrito por especialistas;
 - e) *Resumo preliminar*: é a síntese da matéria ainda não elaborada, para apresentação em congressos, simpósios, seminários, etc.

Fonte: Sá *et.al.* (2002, p. 76)

Segundo os autores, nos artigos de periódicos e nos trabalhos apresentados em eventos recomenda-se usar o resumo

informativo, com o destaque das partes relevantes do texto, em no máximo 250 palavras. Na análise desta tese, o texto que representa bem este tipo de resumo é o de medicina.

Relacionando o artigo à própria noção de gênero, sob a perspectiva adotada nesta tese, vale mencionar que

simultaneamente à emergência do formato, conteúdos e estilo do artigo científico, a comunidade científica desenvolveu papéis, valores, atividades e orientações intelectuais organizadas em torno da produção e recepção de tais artigos (BAZERMAN, 2006, p.).

o que possibilita inferir que o surgimento dos gêneros implica revisão e ajustes no desenvolvimento de papéis, no entendimento de valores, e nas práticas sociais organizadas por eles.

O texto científico surge da investigação teórica e prática realizada por alguém que obrigatoriamente trabalha em uma pesquisa específica. Para tanto, faz-se necessário o planejamento dessa pesquisa, seja ela uma atividade de revisão de literatura ou dela com uma aplicação prática. França (2001, p. 63), afirma que *o planejamento é o processo que permite direcionar ações de forma coordenada e dinâmica visando à execução, acompanhamento, controle e avaliação de serviços... os projetos de pesquisa, pela sua natureza científica, diferem dos demais projetos.*

Essa particularidade pertencente aos projetos de pesquisas científicas é que apóiam, a princípio, a idéia central deste trabalho, de que a superestrutura do texto científico – resultado de

pesquisas científicas – serve como ponto de partida para a elaboração de relatórios de leitura, em diversas áreas e em diversas instituições.

É no planejamento que começam a aparecer o tema, a delimitação do tema, a formulação do problema, os objetivos, a justificativa, os pressupostos ou as hipóteses, e a metodologia que norteará as atividades do início das atividades à redação final do trabalho.

2.3 Redação técnica: orientações sobre como produzir relatórios em manuais específicos

Para Sá *et.al.* (2002), os relatórios são documentos formais destinados à descrição de resultados de pesquisas ou da execução das experiências, serviços, e, acrescenta-se aqui, de atividades em geral. Os autores apresentam o relatório técnico-científico, os de viagens, os de estágios e de visitas, e os institucionais e/ou governamentais como sendo os principais existentes. Como estrutura, encontramos na obra os seguintes componentes: capa, folha de rosto, folha de aprovação, dedicatória, agradecimentos, introdução, desenvolvimento, conclusão, bibliografia consultada, entre outros. Mais uma vez, temos a explicação dos elementos pertencentes à estrutura superficial do texto científico, mas que servem de base para o reconhecimento dos elementos essenciais, como tema, objetivos,

problema, justificativas etc. Nesta tese, relatório de leitura, já conceituado anteriormente, deve recuperar sinteticamente esses elementos, de forma a mostrar o entendimento geral da leitura.

A NBR-10719 apresenta conceituação para o relatório técnico-científico. O texto apresenta esse tipo de relatório como um

documento que relata formalmente os resultados ou progressos obtidos em investigação de pesquisa e desenvolvimento ou que descreve a situação de uma questão técnica ou científica. O relatório técnico-científico apresenta, sistematicamente, informação suficiente para um leitor qualificado, traça conclusões e faz recomendações. É estabelecido em função e sob a responsabilidade de um organismo ou de uma pessoa a quem será submetido (ABNT, 1989:NBR-10719).

Para França (2001), o relatório técnico-científico deve ser produzido com um texto que contenha introdução – em que se apresentam os objetivos do trabalho relatado, bem como os do relatório; metodologia e discussão – em que se descrevem a natureza do trabalho e os resultados; procedimentos experimentais e resultados – em que são detalhadas as atividades realizadas e os resultados obtidos com elas; conclusões e recomendações – em que é realizada a finalização do texto, com base nos fatos observados e em comprovações mais concretas, visando a um exame crítico dos dados levantados.

Nesta tese não se trabalha com o relatório técnico-científico, mas a sua inserção neste texto se mostra necessária à medida que a sua organização, o seu texto, muito se parece com o

relatório de leitura. A diferença é que nesse último, a introdução, a revisão da literatura, a metodologia, a conclusão serão resgatados pelo leitor e apresentados em uma parte do texto, em forma de resumo. Severino (2000, p. 174) acentua mais essa diferença ao afirmar que os relatórios técnicos de pesquisa,

*além de se referir a um projeto ou a um período em particular, visa pura e simplesmente historiar seu **desenvolvimento**, muito mais no sentido de apresentar os caminhos percorridos, de descrever as atividades realizadas e de apreciar os resultados – parciais ou finais obtidos [grifo nosso].*

O relatório de leitura, no entanto, não é apresentado com frequência pelos manuais de redação técnica, abrindo possibilidade para este estudo, que apresenta o resgate da superestrutura desse gênero, entendendo-o como mais uma atividade possível de permitir a inserção do indivíduo em grupos sociais que o utilizam.

Várias são as orientações encontradas nos manuais disponíveis em forma de livros ou nas instruções oferecidas pelos cursos de graduação e de pós-graduação. Essa diversidade também é observada de disciplina a disciplina, em um mesmo curso, o que acontece porque cada professor procurar seguir o 'seu' modelo de representação para a atividade. A variedade de instruções na formatação dos trabalhos, num mesmo curso, é prejudicial porque dificulta os trabalhos, pois o aluno precisa aprender um modelo novo para uma mesma atividade a ser

desenvolvida sob orientação de outro professor. Isso faz com que haja perda de tempo nos cursos de graduação e de pós-graduação, atrasando o processo de crescimento intelectual e técnico do aluno, que precisa sempre reaprender a superestrutura de um mesmo gênero.

Esse atraso no crescimento se dá porque o aluno, para ser aceito pela academia (alunos de graduação) e para afirmar e fortalecer a sua permanência na comunidade científica (alunos de pós-graduação), deve seguir o modelo proposto por seu grupo (a turma, o curso, a faculdade, a linha de pesquisa).

É importante notar que, assim, ele terá que, em um primeiro momento, seguir a estrutura do modelo proposto, visando à exposição da assimilação do modelo e crenças propostos (*eu entendo que é isso e assim que se faz*), para, em um segundo momento, ser aceito no grupo, e, em um terceiro momento, propor adaptações, atualizações nos modelos de representações existentes, por meio de sua voz, possibilitada e gerada no processo de inserção no grupo.

Precisamos, portanto, criar estratégias diferenciadas para cada curso específico, que *capacitem os alunos a entrar* (primeiro momento do processo de inserção) *nas disciplinas como falantes com poderes* (segundo e terceiro momentos), *em vez de seguidores convencionais da prática alheia* (BAZERMAN, 2006a, p. 112).

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS DE LEITURA: PROCESSAMENTO COGNITIVO, SUBJETIVIDADE, IDEOLOGIA E SOCIEDADE

Neste capítulo, reflete-se sobre as ativações do *frame*, do esquema, do *script*, e do cenário (VAN DIJK, 2000) – no processamento da leitura –, por meio da observação desses elementos em um dos textos utilizados na análise desta tese. Procura-se, com isso, observar como os modelos são ativados, para que se reforce a idéia de que o domínio dos gêneros e modelos colabora no processo de inserção social, bem como na instauração de mudanças sociais e a minimização de problemas de relacionamentos.

Com essa amostragem, continua-se a reflexão apresentada na Dissertação de Mestrado (PEREIRA, 2002), quando os modelos cognitivos globais foram estudados, em que se procurou evidenciar as ativações dos modelos, a partir do conhecimento prévio, por meio de inferências. Nesse sentido, avança-se um pouco mais nas considerações realizadas naquele trabalho, ao abordar a presença da subjetividade na linguagem, conforme a visão de Orecchioni (1980), observada a partir do reconhecimento de

elementos formadores dos modelos de representações, que poderão servir de estratégias (suporte) de leitura, justificando, assim, o problema mencionado no capítulo I, página 8, desta tese, sobre a existência de conflitos causados pelas diferenças de expectativas na atividade de leitura e produção, em que o professor possui e privilegia as suas e o aluno, por sua vez, as dele. Trata-se, portanto, de uma visão multidisciplinar em que utilizamos a análise ideológica do discurso (VAN DIJK, 2003), a pragmática (ORECCHIONI, 1980), e a lingüística textual como um todo.

Em primeiro lugar, a leitura aqui é entendida como o processo cognitivo capaz de resgatar e ampliar conhecimentos no leitor, possibilitando-o desenvolver idéias novas, capazes de transformar conhecimentos e situações já existentes, ou seja, capazes de gerar mudanças, da comunidade ao mundo todo.

A leitura capaz de propiciar tais mudanças não é uma atividade parafrástica, e sim polissêmica. Sendo ela polissêmica, a princípio, pode-se considerar que o pedido de um relatório de leitura por um professor pode trazer problemas para educando e educador, uma vez que as considerações a serem registradas pelo aluno podem não ser as que o professor espera, deixando a atividade com uma aparência inconsistente, obscura.

O aluno pode descobrir no texto detalhes que o professor ainda não descobriu, ou, simplesmente, privilegiar aspectos diferentes dos privilegiados pelo professor, porque a leitura é

realizada com base no conhecimento prévio e no interesse do leitor, que segue seu projeto de vida e procura cumprir seus objetivos pessoais (ou de grupo) em primeiro lugar. Esse conhecimento vem do próprio estilo de criação do indivíduo; assim, alguém criado sob as crenças judaicas pode considerar pontos em um texto que um católico não considera, entre outras coisas. Isso é um efeito real e observável na atividade de leitura.

Isso resulta do que Orecchioni (1980) chama de *subjetividade da linguagem*, texto no qual este capítulo desta tese se apóia, além dos postulados sobre cognição e análise ideológica do discurso de Van Dijk (1998, 2002, 2003). Utilizam-se os conceitos da autora para construir um embasamento teórico sobre a subjetividade na linguagem; e as do autor, para se trabalhar os modelos de representações globais, relacionados aos eventos, às situações, outro ponto importante para a sustentação desta tese, além dos postulados sobre *ideologia*, a proposta multidisciplinar, que ajudam a entender melhor a relação existente entre autor – leitor; grupos sociais – ideologia; modelos cognitivos de representações – esquemas.

Como já mencionado anteriormente, a leitura é aqui entendida como o processo de ativação da memória, a partir de elementos textuais, capazes de produzir sentidos ao leitor, por meio do resgate de modelos situacionais, de eventos internalizados em sua mente. A leitura é tratada sob enfoque cognitivo, como um possibilitador de descobertas, em que o leitor se vale de seu

conhecimento prévio – responsável pelo compartilhamento de informações entre enunciador e enunciatário – para inferir, interagindo com o autor. Nesse sentido, leitura não é tão somente uma atividade linear, realizada pelo entendimento de sinais gráficos convencionais, embora eles tenham fundamental importância para o processamento da leitura. É, no entanto, a participação efetiva do enunciatário nas atividades de produção de textos e de leitura, uma vez que o leitor, segundo Maingueneau (1996), é visto como um co-enunciador: aquele que enuncia a partir das indicações deixadas no texto.

Além disso, a leitura é uma atividade social, porque ativa, recupera eventos sociais armazenados na memória do leitor; e é também, por outro lado, uma atividade individual, porque cada leitor retém os modelos situacionais a partir de uma escolha pessoal, consciente ou não, resultado de suas crenças pessoais, suas ideologias, da vivência que tem com o grupo a que pertence. Isso faz com que seus conhecimentos produzam percursos de leitura diferentes de outros leitores, caracterizando graus de subjetividade também na leitura. Vale lembrar que, para Orecchioni (1980), a subjetividade está na linguagem, portanto, pode-se considerar que ela está na produção e na reconstrução de enunciados, a saber, na leitura (no significar). Sob esta perspectiva, significar é representar a partir de modelos existentes na memória, textualizados pelo produtor e recuperados pelo leitor.

O fato de haver subjetividade na leitura, e de que o leitor infere com base em seus conhecimentos pessoais, não quer dizer que cada leitor poderá efetuar-la como quiser, indo para qualquer direção, com base em 'achismos' ou suposições infundadas. Toda leitura possível de se processar está marcada discursivamente no texto, a partir das ativações de itens pertencentes a modelos cognitivos de representações globais, que ativam outros textos, recuperando a grande rede de informações que envolvem o texto lido, o que conhecemos como intertextualidade.

Sobre a intertextualidade, Fairclough (2001:135) afirma que o conceito de *intertextualidade* aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes para gerar novos textos. Essa noção de intertextualidade vai ao encontro do que se defende nesta tese: toda produção de texto resulta da leitura de outro texto, e isso forma uma grande rede de informações mentalizadas, o que se conhece na Lingüística como intertextualidade.

Para Bazerman (1996, p. 89), *aprender a analisar a intertextualidade vai ajudar você a distinguir as diversas maneiras como os escritores inserem outros personagens em sua história e como eles posicionam a si mesmos dentro desses mundos de múltiplos textos*. Nesse sentido, para o enunciatário, a intertextualidade não só o ajuda a reconhecer os textos utilizados pelo enunciador mas também a entender o seu posicionamento frente a eles. Já para o enunciador, a *intertextualidade não é*

apenas uma questão ligada a que outros textos você se refere, e sim como você os usa, para que você os usa e, por fim, como você se posiciona enquanto escritor diante deles para elaborar seus próprios argumentos (BAZERMAN, 2006, p. 104).

Quanto ao entendimento e uso acertado dos gêneros, a intertextualidade ajuda o leitor no trabalho de interpretação e análise do texto, como afirma Bazerman (2007, p. 106),

A consciência intertextual amplia a agência dos indivíduos ao implantar atividades de letramento em um contexto mais rico, ampliando também a sua habilidade de se movimentar dentro desse contexto e auxiliando-os a organizar partes do contexto para seus próprios propósitos.

Leitura é, então, a produção de conhecimentos novos a partir do relacionamento de informações novas às adquiridas anteriormente pelo leitor (movimento intertextual), resultado de sua vivência social. Dessa forma, os usuários de uma língua entenderão, mais facilmente, um texto, se forem capazes de construir (ou recuperar) o modelo satisfatório do discurso, o que é possível por meio do reconhecimento dos gêneros. A imaginação e a criatividade são ativadas quando uma hipótese de leitura é estabelecida, com base em um objetivo e no conhecimento de mundo. O resultado é a possibilidade de inferenciação acertada, de resgate de sentidos novos autorizados pelo texto. A hipótese de leitura resulta do objetivo que o enunciatário possui, e, o primeiro procedimento realizado, a partir dela, é a seleção e a combinação

das informações necessárias para o desvendamento do texto. O conhecimento de mundo é importante também para reconhecimento imediato dos gêneros, tal como apresentado Bazerman (2006, p. 38):

... os gêneros são reconhecidos por suas características distintivas que parecem nos dizer muito sobre sua função. Somos, então, tentados a analisar os gêneros selecionando essas características regulares que percebemos e descrevendo a razão para tais características, com base no nosso conhecimento de mundo.

Bonini (2002), em um texto elaborado com base em sua tese de doutoramento apresentado na Universidade Federal de Santa Catarina, apresenta um estudo sobre os gêneros textuais e a cognição. Nele, o autor desenvolve um estudo sobre as teorias sobre a cognição humana, entre outros assuntos. A partir de sua leitura, pode-se confirmar a idéia de que o processamento da leitura é realizado por meio do aproveitamento de informações estocadas na mente dos indivíduos de uma sociedade.

Na primeira parte de sua obra, o autor apresenta os modelos da estrutura da memória, começando pela visão de Atkinson e Shiffrin (1977), que consideram a cognição humana formada por três memórias: a *sensorial*, responsável pela captação e localização de ícones e sons; a *memória a curto prazo* (MCP), responsável por reter, momentaneamente, a informação até que ela chegue à memória a longo prazo (MLP); e a *memória a longo prazo*, o estoque permanente das informações. Em seguida, apresenta a

concepção de Baddeley e Hitch (1977) de *memória operacional*, que acrescenta *que os processos cognitivos da memória não podem ser dispostos em módulos estanques* (BONINI, *op.cit.*, p. 31). Não se trata de um rompimento em relação à distinção da MCP e MLP, mas de *uma concepção completamente diferente, que é base dos modelos atuais de memória* (*op. cit.*). No modelo de Baddeley e Hitch (1977), a MCP

passa a ser, não uma estação de passagem, mas um componente ativo do sistema de tratamento da informação onde os conteúdos necessários à realização de determinada tarefa são ativados (apud, BONINI, *op.cit.*, p. 31).

A MLP é apresentada como sendo formada por memórias episódicas, semântica e procedimental. Essas memórias são apresentadas com duas distinções: entre conteúdos de proposição e procedimentos, em que a memória estoca conteúdos existentes independente de sustentação verbal, o esquema de um evento social, por exemplo; e memória declarativa, formada por memória semântica e memória episódica. A memória semântica relaciona-se aos conhecimentos metalingüísticos, e a episódica armazena conteúdos contextualizados no tempo e no espaço da sociedade. Desse modo, na primeira, estarão armazenados os gêneros discursivos e, na segunda, em quais situações cada um deles deve ser utilizado. O entendimento das informações armazenadas na memória semântica, e de como e quando essas informações devem ser utilizadas – dados armazenados na memória episódica – garante a inserção de um indivíduo a um grupo social.

Segundo Bonini (1999, p. 32), *a distinção destas memórias é meramente funcional. São apenas diferentes formas de representação de uma mesma realidade.*

Nesta tese, quando se fala em elementos lingüísticos (marcas lingüísticas) responsáveis pelas ativações dos modelos de representação, e dos próprios eventos internalizados por meio de experiências sociais do indivíduo, entende-se o movimento na mente tal qual apresentado nos parágrafos acima. A memória sensorial reconhece os ícones e sons em um determinado texto; a memória a curto prazo guarda esses itens por um período curto de tempo, além de selecionar o que realmente é necessário para o processamento do discurso; e a memória a longo prazo agrega conhecimentos mais gerais aos ícones, transformando-os em conceitos, além de ativar os esquemas, os cenários, os *scripts* do modelo situacional textualizado.

Dessa forma, os modelos cognitivos de representações globais – daqui pra frente MCRG – são representações de eventos sociais convencionais, presenciados e armazenados na memória pelo indivíduo. São, portanto, representações mentais construídas socialmente que funcionam como suporte, tanto para a produção de textos, quanto para a leitura. Os MCRG são revelados quando da ativação de pistas textualizadas – uma espécie de botão liga-desliga – responsável pelo resgate dos modelos, por meio dos *frame*, do esquema, do *script* e do cenário.

O *frame*, de caráter lingüístico e intelectual, é o conjunto de conhecimento específico a um dado evento social. A organização dos elementos pertencentes ao conjunto de conhecimento específico, com vistas a determinado objetivo, chama-se esquema; é essa organização que nos leva efetivamente ao modelo cognitivo de representação. Uma vez reconhecido o modelo, a partir dessa organização, é possível se chegar aos cenários e aos *scripts*, que são as representações referentes aos locais em que determinados eventos acontecem (cenários), bem como às funções sociais desenvolvidas pelos participantes do evento (*scripts*); é pela observação de um *script* específico a um evento que o cidadão consegue se portar de maneira acertada nos eventos sociais diversos. O *script*, muitas vezes, permite uma avaliação sobre a coerência existente entre *frame*, esquema, cenário, uma vez que os enunciados devem estar de acordo com a cena e os participantes dela, ou seja, tem que concordar com o evento real, tem que se portar de acordo com os costumes e atitudes do grupo em que a situação se dá. Se não for dessa maneira, a inserção de um indivíduo a um grupo pode ser negada ou dificultada, ou, em se tratando de um membro do grupo (já aceito), poderá gerar conflitos internos, e, com isso, prejuízos em relação aos objetivos e crenças (que, inclusive, justificam a sua existência) que o grupo possui.

Quando um texto chega até o leitor, ele efetua uma espécie de reconhecimento mental do *frame*; observa o esquema adotado pelo produtor do texto para o *frame*, surgindo, como

conseqüência, a representação cognitiva de um evento, por meio da ativação – reconhecimento – do cenário e do *script*. A partir daí, ele começa a significar o texto, inclusive, tecendo julgamentos em relação ao discurso, a partir da análise do *frame*, de sua organização – esquema, do cenário e do *script*. Por exemplo, se a representação recuperada se refere a uma reunião (evento social) entre empresários (define o *script*), e entre as falas das personagens estiverem estas: *eu os condeno a dez anos de prisão*, haverá, no mínimo, um incômodo, pelo reconhecimento, por meio do modelo internalizado, de uma falha na fala de uma das personagens. A fala deveria ser pronunciada em outro local (cenário diferente), por alguém que desenvolve, no momento da fala, outra função na sociedade, por um juiz, pois se refere ao *script* pertencente ao evento *tribunal*.

Segundo Maingueneau (1996), existem dois contextos na linguagem: o contexto de produção e o de leitura. Os dois contextos funcionam basicamente da mesma maneira. O enunciador oferece o máximo de pistas, na tentativa de garantir o entendimento do texto, a partir da situação que está vivenciando quando produz. O leitor, por sua vez, ao proceder à leitura, recupera as pistas deixadas, também, a partir da situação em que está vivenciando no momento da leitura, por meio da ativação das pistas deixadas pelo enunciador. Essas pistas possibilitam o resgate de textos e de modelos internalizados na memória do leitor (intertextualidade).

Com base nos postulados de Maingueneau (1996), pode-se considerar que o produtor de um texto, inclusive, pode brincar com o leitor, induzindo-o a estabelecer hipóteses e expectativas que serão quebradas, não confirmadas, e/ou modificadas no decorrer do texto, isso porque imagina um tipo de leitor que vai cooperar com o *jogo de pistas* deixado no texto. Isso mostra que o próprio texto exige uma pluralidade de posição de leitura, resultado da interação entre produtor – texto – leitor.

Conforme Maingueneau (*op.cit.*, p. 37), para ser decifrado, o texto exige que o leitor instituído se mostre **cooperativo**, seja capaz de construir o universo de ficção a partir das indicações que lhe são fornecidas. Essas pistas ativam os modelos, a partir do acionamento do frame, do reconhecimento do esquema, bem como da ativação de um cenário específico e do script que concorda com a situação.

3.1 Subjetividade e modelos cognitivos de representações globais

3.1.1 A subjetividade

Benveniste (1995, p. 26) introduz nos estudos lingüísticos a idéia de que o sujeito que discursa está presente em seu discurso. Para ele, o exercício da linguagem é concretizado na troca, no diálogo, que confere ao ato discursivo dupla função: o enunciador

representa a realidade, enquanto que o enunciatário recria a realidade. *Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva.* Se por um lado o produtor do discurso pode produzi-lo para brincar com as expectativas de determinado leitor, como mencionado anteriormente, ele pode também, a partir das considerações deste autor, utilizar de modelos de representações sociais (inclusive dos gêneros) e do conhecimento que possui de determinado grupo para enganar o enunciatário, para agir em nome do grupo ou para se dizer membro dele. Isso mostra que as entrevistas realizadas para contratação de pessoal por uma empresa devem ser cuidadosamente observadas pelo entrevistador, que precisa se atentar às marcas discursivas do entrevistado, pois esse disfarce pode ser quebrado por meio de estratégias discursivas, pelo prolongamento do assunto, deixando o candidato ficar bem à vontade, por exemplo, e falar mais sobre assuntos pessoais. O mesmo efeito pode acontecer nas entrevistas nos tribunais de júri, nas entrevistas dos advogados no momento da defesa ou da acusação.

A linguagem reproduz o mundo baseado em uma organização, segundo um esquema lingüístico, ou seja, o pensamento é configurado pela estrutura da língua, que desenvolve função de mediadora entre enunciador e enunciatário, fazendo com que *eu* e *tu* sejam vistos (mutuamente) como indivíduos que formam uma sociedade, e, assim, um termo complementa o outro. Em outras palavras é a língua que dá existência à sociedade e ao

indivíduo, pois, por meio dela, há possibilidade da atividade de linguagem, a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, à faculdade de simbolizar, uma capacidade própria do homem, que inventa e compreende símbolos, capacidade que os animais não têm.

Sem a linguagem, não há relação entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem.

É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem... Estabelecendo o homem na sua relação com a natureza ou na sua relação com o homem, pelo intermédio da linguagem, estabelecemos a sociedade (BENVENISTE, 1995, p. 31).

A linguagem se realiza dentro de uma língua definida e particular de uma sociedade específica. Para o autor, a língua é aprendida pelo ser humano, numa experiência social, como observamos na aquisição de língua materna, em que a criança nasce e aprende a língua na sociedade dos homens. Benveniste (op.cit.) afirma que é definitivamente o símbolo que prende esse elo vivo entre o homem (o sujeito), a língua e a cultura.

Pode-se dizer, então, que a língua só existe se relacionada ao homem, assim como o homem só existe se relacionado com a sociedade, e, esta última, só existe se relacionada com o homem e com a língua.

Por meio de combinações, o *eu*, por meio de uma marcação ideológica, assume e retira o que está disponível na língua, e, como enunciador, produz seu texto, que será *subjetivado* pelo enunciatário, que é o *tu* (representado por todos os nossos ideais, nossas crenças etc; e os que participam da interação), com base em um co-enunciador, o *ele*, que interfere na produção. O *eu* e o *tu* são pessoas que estão dentro do discurso, pois existe um *eu* construído por um *tu*. Já o *ele* é uma pessoa que não está no discurso, mas participa indiretamente de sua construção, seria o *de quem se fala*.

Faz-se necessário, neste momento, evidenciar a importância que o conhecimento sobre os gêneros exerce em relação aos sujeitos envolvidos no ato comunicacional, bem como nas relações de objetivos e expectativas que a própria atividade sugere nos sujeitos, para se criar uma estrutura inicial para a produção de relatórios de leitura nas modalidades informativa e formativa (crítica), investigando, para isso, o que o sujeito (professor) deve esperar do sujeito (aluno) na atividade de leitura, visando, também, ao cumprimento da proposta da instituição de ensino para esse tipo de atividade: ensinar as crenças (o conteúdo), os modelos (os gêneros e outros situacionais), e permitir, com isso, a inserção do aluno no universo acadêmico.

Outro estudo muito importante sobre a *subjetividade na linguagem* é o realizado por Orecchioni (1980). Para a autora, existem graus de subjetividade na linguagem, o que significa que

todo texto trará consigo marcas de seu produtor, resultado da presença de pistas que revelam suas crenças, suas ideologias, o seu grupo. Essa subjetividade poderá ser observada em maior ou menor grau, dependendo, inclusive, do conhecimento partilhado – do universo discursivo – entre enunciador e enunciatário, uma vez que este conhecimento ajuda na recuperação de modelos internalizados e comuns a eles. Como já mencionado anteriormente neste texto, se a subjetividade está presente na linguagem, ela se mostra tanto na produção de enunciados (marcas do produtor) quanto no seu resgate (significa a partir do próprio leitor).

Na análise realizada neste trabalho, percebe-se uma dificuldade na produção de resumos a partir da leitura de um texto que não pertence ao universo discursivo do produtor, e maior facilidade quando dentro de seu universo. Nesse caso, a recuperação dos itens a partir da observação da superestrutura do texto lido é possível, mas a presença do sujeito aparece em menor grau, quando comparado ao resumo produzido a partir da leitura do texto que aborda um conhecimento que já faz parte de sua vivência.

Comparados com os estudos de Benveniste (1995), os de Orecchioni (1980) avançam ao considerar que o caráter subjetivo está onipresente na língua, e que todo discurso é subjetivo, apresentando *alteração nos graus em que aparece*. Dessa forma, o caráter, meramente, objetivo de alguns textos é ilusório, pois existem marcas lingüísticas que evidenciam a subjetividade, como os

dêiticos, a entonação, os *frames* e esquemas, e outros recursos da língua que servem de dosadores discursivos. Esses recursos que possibilitam um entrevistador saber se o entrevistado diz a verdade em relação a fatos, crenças, modelos e a associação de um indivíduo a um grupo social.

Em seu trabalho, a autora afirma que, muitas vezes, é difícil encontrar os limites entre objetividade e subjetividade, pois elas são determinadas pelos contextos de uso. Daí a idéia de que os *frames*, os cenários, os scripts, os esquemas são os possibilitadores do reconhecimento do grupo social, bem como da visão ideológica do autor de um dado texto.

O sujeito é uma entidade heterogênea e complexa (múltiplo). Assim, a subjetividade na leitura e na produção aparece em graus, que surgem da seguinte maneira: o leitor presencia um evento e, automaticamente, o armazena em sua memória em forma de modelo. Sabe-se que o evento é social, mas a seleção de elementos pertinentes à situação, bem como o apagamento de outros é uma atividade subjetiva, dada à análise baseada no próprio conhecimento de mundo de quem presencia o evento; daí o enunciador faz as escolhas a partir de suas crenças, de seus pensamentos, de sua representação geral de mundo. Quando o texto chega ao leitor, ele atualiza os modelos da memória, com base em objetivo próprio, cria uma hipótese que o leva à seleção e combinações de informações, trazendo à evidência o grau de subjetividade na leitura.

Na escrita, o *produtor do texto*, com base em suas leituras, escolhe seus modelos, seus conceitos, suas crenças, seus temas, ou seja, delimita textos, a partir das condições de produção, que são a somatória de sua experiência sócio-histórica-ideológica, com os esquemas e scripts adequados a cada situação de interação social, em concordância, inclusive, com o que acredita e pratica o grupo social em que está inserido.

Essa possibilidade de escolha, de atualização, e estabelecimento de objetivos para as atividades de linguagem podem e devem ser ensinada ao aluno, para que ele possa participar conscientemente da interação social por meio do texto.

Dessa forma, nas palavras de Orlandi & Lagazzi-Rodrigues (2006, p. 97), conclui-se que *...não há língua independente dos sujeitos que a colocam em funcionamento. Por isso dizemos que língua e sujeito se constituem mutuamente.*

3.1.2 Modelos cognitivos de representações globais

Modelos Cognitivos de Representações Globais (VAN DIJK, 2000) são entendidos aqui como modelos mentais registrados na memória do indivíduo, resultantes das experiências sociais – das situações comunicativas – vividas por ele. Considera-se que esses modelos são de extrema importância para o procedimento de leitura, por fazerem parte do processo de intertextualidade, que

resulta de conhecimentos prévios registrados na memória episódica (defesa de tese [práticas sociais] e os gêneros [superestrutura do texto científico] por exemplo), e que revelam informações externas ao discurso, mas que são decisivos para seu entendimento, ou à forma em que ele deve ser produzido/veiculado. Aos MCRG são atribuídos os *frames*, o esquema, o *script*, o cenário.

Os *frames* são formados por elementos que pertencem a um conjunto de conhecimento específico, sem obedecer a uma seqüência, ordem lógica ou temporal, e que possibilita a identificação dos modelos registrados em na memória, um evento, por exemplo. A reunião desses elementos remete o leitor ao *frame*. Exemplo – elementos formadores: pentagrama, dó, compasso, harmonia, tons; do *frame* 1: música; elementos formadores: cavaquinho, pandeiro, **música**, cuíca; do *frame* 2: samba; elementos formadores: serpentina, máscaras, alegria, avenida, escola, **samba**, do *frame* 3: carnaval. Os *frames* ativam tanto gêneros (música; samba) quanto eventos (carnaval). Ainda como exemplo, temos: elementos formadores: tema, delimitação do tema, objetivos, justificativa, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, análise, considerações finais, referências; do *frame* 1: dissertação (gênero científico); elementos formadores: **dissertação**, convite ao público, orientadores, banca examinadora, apresentação oral; argüição, do *frame* 2: defesa pública de dissertação (evento). Dessa forma, pode-se dizer que existem ativações de *frames* de gêneros e outros de eventos.

O esquema, outro item relacionado aos modelos, segundo Van Dijk,

é o conhecimento parcial sobre assuntos, situações, eventos típicos de nossa cultura presentes na memória; é ele que determina, em grande parte, as nossas expectativas sobre a ordem natural das coisas. O esquema é uma espécie de progressão de dados que ativam no leitor uma dada situação, ocasião própria da sociedade em que o leitor está inserido. Ele é responsável pela progressão sucessiva de seqüências ordenadas, ligadas por relações de proximidade temporal e causalidade. O esquema é resultante de experiências sociais, históricas e ideológicas pertencentes à sociedade em que o enunciador está inserido (PEREIRA, 2002, p. 51).

Entende-se que o esquema é a organização do *frame*, com vistas a objetivos específicos.

Outro elemento responsável pela ativação de modelos mentais é o que Van Dijk (2000, p. 51) chama de *scripts*,

elementos que regem as atitudes de cada indivíduo, levando-se em consideração os papéis por eles desenvolvidos na sociedade. Assim, um script para um indivíduo/professor se altera na medida em que ele assume papéis diferentes na sociedade... Os scripts são modelos estereotipados das rotinas dos papéis que os participantes de uma comunidade exerce e de suas ações.

Os *scripts* orientam as práticas sociais, na medida em que oferecem informações sobre modelos comportamentais para cada situação comunicativa. Assim, uma apresentação de um artigo de divulgação científica deverá ser feita por um acadêmico/cientista,

que completa um mínimo de exigências sociais para que seu texto seja aceito por uma comissão editorial (ter título de pós graduado, ter pesquisas em andamento e vínculo com uma instituição de ensino superior, por exemplo); um professor orientador também precisa basear suas práticas com base num mínimo de exigências para o exercício da função (ser doutor, ter vínculo com alguma instituição de ensino superior, ter projetos científicos em andamento, entre outras coisas mais). Para se exemplificar melhor os *scripts* pode-se considerar o evento *defesa de dissertação de mestrado*. Geralmente, o professor orientador faz a abertura do evento; passa a palavra para o aluno (que expõe resumidamente sua dissertação); em seguida, passa a palavra para um dos professores membros da banca examinadora; volta a palavra para o aluno responder aos questionamentos; passa a palavra para o outro professor fazer suas perguntas; volta a palavra ao aluno; solicita a todos da sala [aluno candidato ao título mais os convidados] que se retirem; julgam entre si a aprovação ou não do candidato; chama novamente o aluno e os convidados; e, por fim, profere o resultado da defesa).

Já os cenários estão relacionados aos contextos dos eventos de uma dada sociedade (defesa de dissertação: uma sala, com uma mesa ampla possível de se acomodar os professores examinadores e o aluno do curso de mestrado; espaço com cadeiras para acomodação dos convidados; recurso visual (data-show ou retroprojeter). Os cenários e os *scripts* são ativados na mente

do leitor quando o *frame* e o esquema são ativados, o que possibilita a contextualização geral em que o discurso é veiculado.

O resgate de *modelos cognitivos de representações globais* é de fundamental importância para a leitura, para a compreensão textual, bem como para o reconhecimento e entendimento das posturas ideológicas e das práticas dos grupos socialmente constituídos, e até mesmo para o reconhecimento do grupo social produtor do discurso. Esse reconhecimento possibilita uma orientação capaz de mostrar por qual perspectiva o produtor apresentou suas idéias, fazendo com que, dessa forma, o leitor entenda o discurso por meio da perspectiva do produtor, para, depois, em sua manifestação discursiva, aproveitando os conhecimentos adquiridos pela vivência em seu próprio grupo, confrontar o discurso (e as ideologias nele contido) do produtor do texto lido.

3.2 A Ideologia: proposta multidisciplinar de Van Dijk

3.2.1 Conceito de ideologia e suas implicações mais gerais

Van Dijk (2003) realiza um estudo multidisciplinar sobre ideologia, apoiando-se na psicologia social e cognitiva, na sociologia e na análise do discurso. Segundo o autor,

a definição cognitiva de ideologia parte das cognições sociais compartilhadas pelos membros de um grupo. A dimensão social explica que tipo de grupos se estabelece e quais são as relações que se estabelecem entre os grupos e as instituições que participam no desenvolvimento e na reprodução das ideologias. A dimensão do discurso explica como as ideologias marcam os textos e as conversações de cada dia, como entendemos o discurso ideológico e que relação existe entre o discurso e a reprodução da ideologia na sociedade (VAN DIJK, 2003, p. 11).

Na obra, o autor dá ênfase em como as ideologias determinam os diferentes níveis estruturais do discurso, tais como a entonação, a sintaxe, as imagens e os aspectos relacionados com o significado, como os temas, a coerência, as suposições e as metáforas, a argumentação, entre outros. Esses são os elementos capazes de ‘denunciar’ a apropriação de um discurso ou de modelos por um indivíduo que não pertence ao grupo pelo qual se apresenta em determinada situação. Nesta tese, no entanto, trabalha-se com os elementos pertencentes ao discurso acadêmico na modalidade escrita, portanto, não se abordam a entonação, por exemplo.

Já no início de sua obra, o autor chama a atenção para o fato de que o conceito de ideologia tem sido muito difuso e polêmico, e mais do que isso, um tema que não tem sido, desde os primórdios, fácil de se estudar, principalmente por se tratar de um assunto formado por idéias mais fixas. Sobre isso, o autor cita a obra de Destutt de Tracy, filósofo francês, que no final do século XVIII propõe um estudo sobre a ideologia, e dirige, explicitamente a sua

obra aos leitores mais jovens, por entender que as mentes dos estudiosos da época já estavam formadas por idéias fixas e de difícil mudança. Mais do que o dado histórico, com esta observação, entende-se que os assuntos que têm um cunho mais ideológico são muito mais resistentes a mudanças e à aceitação de novas abordagens e explicações. Por isso a necessidade de se entender e se passar pelos três estágios da inserção social defendida nesta tese (assimilação das crenças e modelos; práticas acertadas das crenças e modelos; proposta de mudanças gerais).

Vale mencionar também a chamada do autor para o fato de que as ideologias têm sido estudadas mais sob uma ótica negativa, ou seja, as ideologias do comunismo, do racismo, do militarismo, do consumismo, entre outros mais. Porém, o autor propõe o estudo de um conceito mais geral de ideologia, que permitirá estudar ideologias positivas, tais como, feminismo, antirracismo, ou seja, *sistemas que sustentam e legitimam a oposição e a resistência contra o domínio e a injustiça social* (VAN DIJK, 2003, p. 16). Aproveitando o propósito de se estudar as ideologias em sentidos positivos, esta tese preocupa-se com o entendimento, não só dos gêneros, mas dos discursos produzidos como resultado de ideologias, visando ao melhoramento da sociedade, no que diz respeito à inserção social e a minimização de problemas de relacionamentos em geral. Sai da questão da negatividade das ideologias para a visão dos resultados positivos que esses estudos sobre ideologia alcançaram.

Para Van Dijk (2003), as ideologias são consideradas sistemas de crenças e não se distinguem sistematicamente das outras formas de representações sociais compartilhadas. Apesar de haver vários estudos sobre ideologia, sua noção ainda é teoricamente vaga, sem uma clareza sobre como as ideologias se relacionam com o discurso.

Outro problema, segundo o autor, é a relação entre as ideologias e outras representações socialmente compartilhadas pelos grupos existentes e seus integrantes. Ele sugere que as ideologias são a base, normalmente, das atitudes e das práticas sociais. Nesse sentido,

os membros de um grupo que compartilham estas ideologias estão a favor de umas idéias muito gerais, idéias que constituem a base de umas crenças mais específicas sobre o mundo e que guiam a interpretação dos acontecimentos, ao tempo que condicionam as práticas sociais (VAN DIJK, 2003, p. 14).

Se as ideologias são a base das atitudes e das práticas sociais, das representações socialmente compartilhadas pelos grupos e seus integrantes, e se as ideologias se relacionam com o discurso, existe uma relação entre ideologias, grupos que as compartilham, representações cognitivas, produção de texto/discursos, leitura. O conhecimento comum entre os integrantes dos grupos é também uma forma de representação social, e é marcado no texto por meio do discurso, resultado da aplicação dos modelos internalizados, a serem resgatados na leitura.

As Ideologias servem para legitimar o poder e as desigualdades. Muitas vezes, elas ocultam ou confundem a verdade, a realidade, os interesses das formações sociais. Ideologia, ainda segundo Van Dijk (1998), tem sido entendida mais como possuidora de funções negativas. No entanto, as ideologias servem para habilitar os grupos dominados, para criar solidariedade, organizar a luta e sustentar a oposição, o que as caracteriza como possuidoras de funções positivas também. Percebe-se que quando o autor diz que as ideologias servem para habilitar os grupos dominados, pode-se entender que elas servem para a inserção social de indivíduos em novos grupos sociais, a ponto de deixar de ser dominados para serem dominadores, ou para mudar de não habilitado para exercer determinada profissão, para habilitado (ao ser aceito como membro na academia). De modo mais geral, as ideologias servem para os grupos e seus membros organizarem e praticarem seus objetivos, as suas práticas sociais e toda sua vida social cotidiana, além de apresentarem suas propostas em detrimento às divergências existentes nos pares de grupos sociais específicos, ou seja, racismo *versus* antirracismo; direita *versus* esquerda.

Nesse sentido, as ideologias são essencialmente sociais, compartilhadas por grupos e, portanto, dão condições para a existência, reprodução e continuidade dos grupos, bem como para a utilização nas relações entre grupos diferentes. Essas relações são concretizadas discursivamente por meio de textos que trazem as marcas próprias de cada grupo, pelas quais seus participantes se

reconhecem no próprio texto, e aproveitam os conhecimentos partilhados dentro do grupo para poder interagir. Desse modo, mesmo não pertencendo ao grupo do produtor de um texto, a partir de conhecimentos prévios sobre seu grupo, a partir das informações guardadas na memória sobre grupos que não o do cidadão (universo discursivo), é possível reconhecer o outro, por meio das ativações dos MCRG, nas expressões textualizadas por eles.

A importância de uma teoria mais geral da ideologia é defendida por Van Dijk (2003, p. 16), que afirma permitir ela

uma aplicação mais ampla e flexível do conceito, feito que não exclui uma consideração crítica das ideologias negativas ou dominantes, justamente porque a análise crítica vai contra todos os tipos de abuso de poder e de domínio. Portanto, se trata de uma teoria que também se concentra na base ideológica do domínio. Ao mesmo tempo, convém ter uma noção geral de 'poder', que não tem por que implicar uma evolução negativa, sempre que sejamos capazes de estudar de maneira crítica o abuso de poder ou de domínio.

Entendidas dessa maneira, as ideologias podem e devem ser estudadas a partir de análises críticas, para se chegar às relações de poder e de domínio entre os grupos sociais, e, assim, entender os discursos diversos que circulam na sociedade em geral, bem como a questão da inserção social.

Mais especificamente sobre a ideologia como fundamento das práticas sociais, Van Dijk (2003) salienta que elas, do ponto de vista do grupo, dão sentido ao mundo, além de

fundamentar as práticas sociais de seus membros. A importância do papel do grupo nos estudos sobre ideologias fica mais evidente quando entendemos que elas surgem das lutas e dos conflitos de um grupo com outro(s), em que um situa ele mesmo contra as idéias dos outros. No entanto, não se devem entender ideologias como práticas sociais, pois apresentam conceitos diferentes, embora tenham relações estreitas dentro dos grupos sociais. Acrescenta-se aqui que as ideologias não são práticas sociais, mas são elas que orientam as práticas sociais, que determinam os modelos de representações, o que se percebe no gênero artigo de divulgação científica, conforme se observa nos artigos estudados nesta tese, que possui a parte formal instruída por cada conselho editorial, até para que haja um reconhecimento de seu texto na sociedade pela diagramação e forma.

Para o autor, uma das práticas sociais importantes é o uso da linguagem, por meio do discurso, que serve para influenciar na forma de adquirir, aprender e/ou modificar as ideologias. As ideologias são aprendidas como consequência de diversos discursos veiculados ao indivíduo, por meio da televisão, dos livros didáticos, dos ensinamentos proporcionados por nossos pais, das conversas entre amigos, das novelas, dos periódicos, entre outros. Todos esses discursos, quase sempre indiretamente, têm o objetivo de formar ou transformar o conjunto de idéias de determinados grupos sociais, ou seus posicionamentos em relação a temas polêmicos específicos. Outros discursos, tais como, os religiosos e os políticos *têm o objetivo*

explícito de 'ensinar' as ideologias aos membros do grupo e aos novos adeptos (VAN DIJK, op.cit., p. 17).

Assim, o discurso, é o instrumento capaz de influenciar a aquisição e o aprendizado (assimilação) das ideologias e de modificá-las, ou seja, tem o objetivo de formar ou transformar o conjunto de idéias do grupo em relação a temas polêmicos.

O processo de inserção a um grupo social se completa quando o indivíduo passa por três estágios, conforme a seguir.

No primeiro estágio, algumas ideologias e alguns modelos de representações são apresentados ao cidadão, e ele os aceita como verdadeiros ou como merecedores de atenção especial. A partir daí inicia-se a tarefa de assimilação das ideologias e dos modelos, do conjunto de idéias, do posicionamento do grupo frente aos assuntos polêmicos. É nesse estágio que o indivíduo aceita ou não fazer parte do grupo. Mas não é ainda o estágio em que ele é aceito pelo grupo. Segundo Bazerman (2007, p. 51),

metas de apenas passar sem problemas ou dificuldades em situações que são percebidas como altamente ritualizadas e avessas à inovação substancial nos levam a buscar aquilo que satisfará expectativas através de uma retórica conservadora e formulaica.

Nesta tese, entende-se que essas metas são necessárias ao processo de inserção social, e são tratadas aqui como pertencentes ao primeiro momento ou estágio desse processo.

No segundo estágio, o indivíduo, uma vez que assimilou e aceitou as ideologias do grupo, começa a defendê-la e a praticá-las pela imitação dos modelos (no caso desta tese, pelos gêneros pertencentes ao discurso acadêmico) a ele apresentados como sendo os mais apropriados para determinadas situações pelos membros daquele grupo. Ao mostrar que assimilou as ideologias e que domina as formas de praticá-las e defendê-las, o indivíduo é plenamente aceito no grupo, pela atribuição de voz a ele, para falar dentro e fora do grupo, inclusive em nome do grupo. Isso acontece pois

se todas as condições textuais e situacionais são satisfeitas e os leitores cooperativamente reconhecem tal satisfação de condições, então o texto será reconhecido como tendo completado o ato pretendido e as ações subseqüentes dos outros respeitarão a realização desse ato (BAZERMAN, 2007, p. 65).

No terceiro estágio, por ser aceito e por ter voz, está apto a propor mudanças nas ideologias e nos modelos de representações sociais, diminuindo, assim, conflitos e o surgimento de problemas de relacionamento do tipo – *ele não sabe o que está dizendo ainda, porque nem conhece como pensamos e agimos*. Neste momento, por se ter adquirido voz, o indivíduo assume metas que afirmam

novos tipos de pensamento, informação, interesses ou relacionamentos que os leva a retóricas inovadoras, estendendo as bases da intersubjetividade, ao focar as novidades em pontos percebidos de flexibilidade nas expectativas ou ao fazer rupturas estratégicas das expectativas discursivas (BAZERMAN, 2007, p. 51).

Outro problema que pode ser minimizado é o fato de muitos candidatos a inserção a novos grupos sociais querer trazer idéias e costumes de grupos opostos (no sentido de se posicionar diferente frente às idéias e práticas principais (mais polêmicas). Por exemplo, na produção do relatório, pode ser que um aluno queira insistir no modelo assimilado nos ensinos fundamental e médio, dizendo que do jeito que ensinaram a ele é o correto. Para ele sugerir uma mudança no modelo utilizado, precisa, primeiro, passar pelos três estágios do processo de inserção social defendidos nesta tese. Além disso,

a habilidade de compreender os gêneros... – incluindo os tipos de papéis e posições que se adotam, os procedimentos interpretativos, as formas de disputa e os usos a serem feitos dos textos – é o resultado de uma enculturação substancial e uma aprendizagem que tornam essas estranhas e particulares formas de comunicação familiares, significantes e inteligíveis em detalhes e nuances (BAZERMAN, 2007, p. 25),

o que colabora para a diminuição dos problemas de relacionamentos acima levantados, pelo entendimento dos gêneros, seu funcionamento e sua aplicabilidade no processo de inserção social e construção de identidades.

Nesse sentido, ainda deve-se saber como se expressam as ideologias (ou como se camuflam!) no discurso e como se reproduzem as ideologias na sociedade (VAN DIJK, 2003, p. 17).

Segundo Van Dijk, os conceitos de ideologia e discurso devem ser estudados sob mais de uma perspectiva, com análises em

todas as disciplinas humanas e das ciências sociais. Para realizar a reflexão de seu texto, o autor considera que o estudo do discurso deve contemplar a interação verbal, o uso da linguagem e a comunicação, analisadas em conjunto; o da cognição, a partir da observação dos aspectos mentais das ideologias, a natureza das idéias ou crenças e suas relações com o conhecimento e o *status* como representações socialmente compartilhadas; e o da sociedade, pela observação dos aspectos históricos, sociais, políticos e culturais das ideologias, baseados nos grupos sociais e no seu papel na reprodução e/ou na resistência ao domínio por elas imposto.

Para o autor, esta distinção conceitual é analítica e prática, uma vez que o discurso forma parte da sociedade e também as idéias socialmente compartilhadas pelos membros dos grupos. Mas a distinção torna-se necessária na medida em que os conceitos, as teorias e os métodos de análises são bastante diferentes nas três áreas. Este estudo de Van Dijk (2003) sobre as ideologias, que tem por base as três disciplinas – a Psicologia Social e Cognitiva, a Sociologia e a Análise do Discurso (discurso, cognição e sociedade) – é considerado uma inovação e referência no que diz respeito a estudos multidisciplinar.

3.2.2 Ideologia e cognição social

Todos os conceitos sobre ideologia ao longo da história apresentam algo em comum: todos tratam ideologia como o conjunto de idéias ou crenças compartilhado por um conjunto de indivíduos. No entanto, o aspecto mental das ideologias tem sido abordado muito menos do que os aspectos políticos ou sociais. Ao pesquisar os estudos de psicologia sobre as ideologias, percebe-se que eles são ainda muito escassos, inclusive nos dias de hoje, e se reduzem, geralmente, a estudos sobre as crenças políticas, principalmente quando comparados aos desenvolvidos pelas ciências sociais (VAN DIJK, 2003).

As crenças são importantes para o estudo das ideologias, e podem ser sociais ou pessoais, específicas ou gerais, concretas ou abstratas; podem se referir aos outros ou a nós mesmos, ao mundo físico ou ao mundo social. Elas terão em si um valor avaliativo ou não, por isso há de se fazer ainda uma distinção das crenças no sentido de serem conhecimentos ou opiniões, conhecimento ou atitudes. Segundo o autor, *existem crenças, como as normas e os valores, que fundamentam estas avaliações nas opiniões e nas atitudes. As ideologias, portanto, têm com frequência esta dimensão avaliativa* (VAN DIJK, *op.cit.*, p. 20). Essa função avaliativa, entende-se aqui, pode ser associada a avaliação de inserção do indivíduo no grupo, a que esta tese se refere.

As ideologias são crenças compartilhadas socialmente e não apenas opiniões sociais. Elas se relacionam aos temas importantes e relevantes para um grupo social, inclusive para a sua

existência, e não abrangem temas superficiais da vida cotidiana, mas, temas mais relevantes tais como vida e morte, nascimento e reprodução (aborto e eutanásia, por exemplo), a distribuição da riqueza, ou seja, as implicações existentes entre grupos mais ricos em relação a grupos mais pobres, grupos que detêm o poder e outros que não os têm e são dominados.

Nesse sentido,

devemos entender antes de tudo que as ideologias são crenças compartilhadas socialmente e que se associam às características próprias de um grupo, como a identidade, a posição na sociedade, os interesses e objetivos, as relações com os outros grupos (VAN DIJK, 2003, p. 20).

Assim, quando o membro de um grupo social entende os três estágios formadores do processo de inserção social, ele consegue uma vivência de melhor qualidade, por diminuir atritos, por andarem conforme os interesses e objetivos do grupo, além de conseguirem relações mais harmoniosas com outros grupos e seus integrantes, por conseguir entender o funcionamento da sociedade como um todo, pela observância do próprio processo de inserção social.

A importância da memória e sua relação com as representações mentais sobre eventos diversos da sociedade, no processamento da leitura já foi abordada nesta tese. No entanto, Van Dijk (2003) também apresenta os tipos de memória e as representações, como base para o estudo multidisciplinar sobre as

ideologias. Para o autor, as crenças ideológicas estão armazenadas na memória a longo prazo, e ressalta a importância de se distinguir os diferentes tipos de crenças.

As experiências pessoais, subjetivas são armazenadas nas *memórias episódicas*, resultado das comunicações cotidianas, e fazem referências particulares às pessoas, em que o *eu* exerce um papel fundamental em relação ao *tu* e ao *ele*. Os dados guardados na memória episódica geralmente ficam acessíveis por pouco tempo, e, assim, quase não nos lembramos dos acontecimentos das férias de três anos atrás, ou, até mesmo, o que tomamos no café hoje pela manhã. As ideologias não estão armazenadas nessa memória, uma vez que elas são resultados de experiências e crenças compartilhadas socialmente e não subjetivamente. Concorde-se que as ideologias não estão armazenadas nesta memória, mas os modelos de representações podem ser ativados neste tipo de memória, por ser ela responsável pelo armazenamento do próprio episódio. Dessa maneira, ao assistir uma defesa de tese há mais de três anos, por exemplo, um cidadão pode não se lembrar do conteúdo desenvolvido lá, mas certamente se lembrará da disponibilização das mesas, de quantos professores estavam à frente e de como foi o desenvolvimento do ritual.

Outros dados armazenados em nossa memória a longo prazo são os que resultam em *conhecimento sociocultural*, que são experiências e conhecimentos, ou crenças mais gerais compartilhadas com os membros do mesmo grupo ou com membros

de outros grupos ou sociedades culturais. Esse conhecimento sociocultural é que forma o de conhecimento prévio, que possibilita que se fale e interaja com o outro, sobre os aspectos do mundo e da vida em geral.

Em alguns estudos, o conhecimento prévio é classificado como: conhecimento prévio social, adquirido ao longo da vida na sociedade, resultado de vivência nas situações do dia-a-dia; o conhecimento prévio enciclopédico, os conceitos, crenças e valores ensinados na escola, armazenados na *memória social*. Segundo Van Dijk (2003, p. 22), *o conhecimento sociocultural se converte em um sistema central de representações mentais na memória social*.

Assim, o conhecimento é aquilo que é considerado como verdadeiro, resultado de reflexões realizadas com base em critérios que levam a crer que seja verdade. Por outro lado, o que para um é considerado conhecimento pode ser entendido como crença, opiniões fantasias ou ideologias, por outros. Assim, *o conceito de conhecimento é relativo e depende das crenças do grupo, da sociedade ou da cultura* (VAN DIJK, 2003, p. 22).

Outro fator relevante para o estudo da ideologia, sob perspectiva da cognição social, segundo o autor, é *fundamento comum*. Para ele existe uma variação nas crenças/conhecimento de grupo para grupo, bem como dentro de um mesmo grupo. Por outro lado, existe um conjunto enorme de conhecimento inquestionável e aceito por todos os membros de uma cultura, ao qual se dá o nome

de *fundamento comum*. É esse conjunto amplo de conhecimento que torna possível a compreensão dos discursos disponibilizados na sociedade pelos diversos grupos existentes.

Existem, porém, outras crenças, do tipo polêmicas, em que os membros dos grupos não estão seguros, e que possibilitam pontos de vistas diferentes, em que não se pode assumir que são ou não verdadeiras. Par Van Dijk,

estas crenças podem ser pessoais e representar nossas opiniões pessoais associadas às crenças episódicas. Mas também podem compartilhar-se socialmente, como no caso, por exemplo, do aborto... (VAN DIJK, 2003, p. 23).

Van Dijk afirma que essas crenças devem ser debatidas e defendidas, principalmente com os membros de outros grupos sociais, uma vez que, dentro do grupo, as crenças, opiniões e atitudes são mais comuns aos participantes, sendo desnecessário, assim, sua afirmação ou defesa. Para ele, as opiniões dos grupos são sociais, e estão armazenadas na *memória social*, assim como o conhecimento. Retomando os tipos de memórias, já abordados anteriormente neste texto, a social fica armazenada na MLP.

É justamente essa discussão, proposta pelo autor, que possibilita as mudanças necessárias em nosso mundo, ou seja, só existe mudança quando há o questionamento dessas crenças mais polêmicas, e também das pertencentes ao fundamento comum, tais como no caso dos questionamentos sobre a destruição da natureza por causa do uso de água, da eletricidade, do petróleo, entre outras

coisas. Esses usos são necessários e entendidos como indispensáveis para a vida contemporânea, mas, por outro lado, questionamentos sobre a forma de uso desses recursos podem transformar as posturas, colaborar com a preservação da natureza, e, mais do que isso, incitar a criação de novas alternativas menos poluidoras e mais eficazes, como temos visto nos últimos anos.

Nesse sentido tanto as ideologias quanto o conhecimento e as atitudes sociais são os itens formadores da memória social; as ideologias são a base da memória social compartilhada nos grupos.

Van Dijk (2003) considera também que as ideologias se diferem do *fundamento comum*, uma vez que elas não são socioculturais e podem não ser aceitas por todos. Aliás, em uma mesma sociedade ou cultura existem várias ideologias, cada conjunto de idéias pertencentes a grupos e movimentos sociais diversos. Para ele, ao contrário das atitudes, as ideologias possibilitam diferentes olhares, diferentes entendimentos, diferentes opiniões, conflitos, que resultam nas diversas lutas declaradas por grupos específicos, cada um avaliando, questionando, propondo mudanças mais profundas aos temas polêmicos que os sustentam.

As ideologias, nesse sentido, não são aceitas em sua totalidade pelos membros dos grupos sociais, mas o fato de seus membros compartilharem grande parte da mesma ideologia caracteriza determinado conjunto de indivíduos como sendo um grupo social, criando, assim, uma *identidade* para o grupo. O autor

afirma que *existem subgrupos com variantes da ideologia geral e indivíduos de um grupo que talvez tenham opiniões próprias a respeito de alguns temas* (VAN DIJK, 2003, p. 23), como é o caso das igrejas evangélicas, que compartilham uma grande parte de ideologias vindas do cristianismo, mas em alguns pontos se divergem, dando origem a igrejas tradicionais, pentecostais, neo-pentecostais, etc. É nesse sentido que acredita-se que se o grupo, ao receber um novo integrante, não se atentar para o processo de inserção social aqui proposto, poderá se deparar com problemas de relacionamento e de inserção deste indivíduo, pois ele poderá trazer (ou querer trazer) essas idéias de divergências menores, mas que justificam a existência dos grupos na sociedade.

Para Van Dijk, as ideologias são '*sistemas básicos*' de *crenças porque outras crenças mais específicas dependem delas ou se organizam ao seu redor*. As ideologias orientam as atitudes, as possíveis variações nas atitudes, bem como, as regras gerais de convivência e comportamento para cada situação comunicacional específica. Assim, se alguém vai participar de uma cerimônia realizada por um grupo religioso do qual ele não tem conhecimento, surge a tarefa de se reunir informações do conhecimento, das crenças desse grupo, para se saber qual a vestimenta apropriada, como ele deverá se portar em cada etapa da cerimônia, para garantir a harmonia entre os grupos, ou seja, o grupo religioso visitado e o dele, por ele representado no evento.

Segundo Van Dijk (*op.cit.*, p. 24),

as ideologias formam as representações sociais das crenças compartilhadas de um grupo e funcionam como um ponto de referência que define a coerência global destas crenças... as ideologias permitem facilmente a inserção de opiniões novas, que se adquirem e distribuem dentro do grupo quando este e seus membros se deparam a acontecimentos e situações novas.

Há uma estreita relação entre ideologias e valores, uma vez que há essa relação entre as ideologias e as crenças avaliativas. Os valores são gerais e culturalmente aceitos e aplicados de maneiras diferentes nas diversas áreas da sociedade, tendo na polêmica o momento em que os valores se *'traduzem'* em *crenças ideológicas* (VAN DIJK, *op.cit.*, p. 25). É, portanto, o entendimento desses valores, objetivando-se melhores resultados para os interesses do grupo, a base das crenças ideológicas.

As proposições desempenham um papel importante para os estudos das ideologias, embora não tenham ainda muitos estudos que dêem esse enfoque. Sabe-se que elas facilitam a fala e a escrita das crenças por meio da língua materna. Assim, as ideologias se manifestam por meio de proposições. Tem-se, nas proposições, como forma de representar as crenças ideológicas, a chamada para o estudo dos gêneros textuais enquanto manifestações discursivas para manutenção e transformação dos grupos sociais.

Já os gêneros textuais organizam as ideologias, uma vez que orientam forma e conteúdo para cada situação discursiva específica dentro da sociedade, o que garante que um grupo apresente suas crenças, as defenda, ou seja, conviva socialmente

com outros grupos em oposição ou não. Os gêneros são, em grande parte, modelos esquemáticos convencionalizados pelos próprios grupos para a circulação dos discursos, resultado de crenças avaliativas e de avaliações dessas mesmas crenças pelos grupos ou pelos membros de um determinado grupo. Para Van Dijk (2003, p. 26), assim

como outras representações complexas da memória, é provável que as ideologias tenham uma natureza similar aos esquemas, que surgem de categorias convencionais, que permitem que os atores sociais compreendam, construam, rejeitem ou modifiquem rapidamente uma ideologia. As categorias que definem o esquema ideológico derivam provavelmente das propriedades básicas do grupo social. Se as ideologias fundamentam as crenças sociais de um grupo, a identidade e a identificação de seus membros seguirão um esquema mais ou menos fixo de categorias básicas, junto com umas normas flexíveis de aplicação.

Essas normas de identificação do grupo estarão presentes nos gêneros (esquemas) textuais e discursivos, e é justamente essas normas que orientarão, guiarão, a princípio, o leitor. A convencionalização por meio de modelos esquemáticos de representação discursiva é observável também na vestimenta, no uso do vocabulário, na escolha do léxico, entre outras coisas mais.

Sobre o esquema ideológico, Van Dijk (2003) apresenta três categorias para ele: *critério de pertinência e atividades típicas*, ou seja, quem pertence (ou não) ao grupo e, quais são as atividades comuns a todos do grupo; *objetivos gerais e as normas e valores*, que são os interesses comuns e os motivos que os sustentam, e o que é

bom ou ruim para o grupo; e, por fim, *posição e recursos*, que são as relações que o grupo tem com os outros, e quem provê os recursos do grupo.

No entanto, o autor alerta que esta estrutura se trata de um esquema teórico, pois só pode ser plausível se conseguir explicar as práticas sociais, inclusive o discurso. Essas categorias, por outro lado, permite a observação de que as ideologias são *formas de auto-representação que resumem as crenças coletivas e, portanto, os critérios de identificação dos membros do grupo* (VAN DIJK, *op.cit.*, p. 27).

Segundo o autor, as ideologias são formas abstratas de cognição social, em que é possível haver um abismo entre as ideologias abstratas e gerais, por um lado, e como produzem e entendem o discurso... e como se comprometem nas práticas sociais (VAN DIJK, *op.cit.*, p. 28).

Além disso, a ideologia, para o autor, influencia na aquisição ou formação do conhecimento, pois aquele que possui um conjunto de crenças e o tem como verdades absolutas, entende esse conjunto como conhecimento e não só como crenças ideológicas. Esse fenômeno acontece tanto com crenças que são negativas ou preconceituosas, como racismo, quanto com princípios ideológicos positivos. No entanto, Van Dijk não considera todo o conhecimento ou crenças como tendo caráter ideológico, como, por exemplo, aquelas pertencentes ao fundamento comum, aquelas

que não provocam oposição de pensamento ou lutas ou diferenças que forçariam o surgimento de grupos sociais, como o conceito de 'cadeira', em que sua função e característica na sociedade são comuns aos grupos existentes e às culturas diferentes.

Nesse caso, pode até haver variações em relação ao formato ideal de cadeira, observadas nos diversos tipos de cadeiras: para sala de jantar, para escritório, para sala de espera, mas o resultado – de fundamento comum – é que se trata de um utensílio para apoiar o corpo enquanto se pratica uma atividade qualquer, ou simplesmente para repouso do corpo.

Sobre a relação entre ideologia e discurso Van Dijk (2003, p. 30) afirma que

para poder relacionar ideologia e discurso é necessário antes de tudo que esta relação se dê em outras formas de cognição social, como as opiniões compartilhadas socialmente (atitudes), ou em outros tipos de conhecimento do grupo.

O autor ainda complementa dizendo que por ser um fenômeno abstrato, deve haver uma relação mais específica entre o discurso e a cognição social, abrindo possibilidade para outras pesquisas.

Aquelas representações das experiências pessoais armazenadas na memória episódica são o que Van Dijk (2003) denomina modelos mentais, que são particulares, subjetivos, em que a atualização ou modificação desses modelos permite a percepção,

o entendimento e a interpretação da realidade. Nesse sentido, as experiências pessoais influenciam no entendimento e na própria atualização ou modificação de modelos antigos. Segundo ele, *se são acontecimentos, proporcionam provavelmente um esquema geral e bastante abstrato que usamos na interpretação dos milhares de acontecimentos que experimentamos durante a vida* (op.cit., p. 32). Para ele, esses modelos são formados por cenários, participantes e os acontecimentos em si, ou seja, são os modelos cognitivos globais de representação. São esses esquemas que possibilitam de maneira mais rápida o processamento da informação, bem como a construção de sua interpretação, da instauração de sentidos. É sob essa perspectiva que o gênero acadêmico/científico no processo de leitura e produção de relatório é tratado nesta tese, em que se acredita que o conhecimento do esquema (gênero) do texto científico facilita o acesso rápido ao conteúdo, ao processamento das informações, principalmente, as que são mais relevantes e as secundárias, e a re-produção dos conceitos em relatório de leitura.

Van Dijk (2003, p. 33) afirma, também, que os modelos não são só informações pessoais, subjetivas, mas fazem referência a conceitos e afirmações compartilhados socialmente, de conhecimento geral e abstrato. Dessa forma, segundo o autor, existem os *modelos pessoais e as representações sociais*. Para ele,

o conhecimento, as atitudes e indiretamente as ideologias, ainda que apareçam por separado na representação social geral, podem afetar as estruturas e os conteúdos dos modelos mentais que construímos a

partir de acontecimentos concretos; isto indica que somos capazes de 'traduzir' ideologias gerais em experiências específicas que formam parte dos modelos mentais.

Desse modo, os modelos mentais podem ser entendidos da seguinte maneira: quando alguém não conhece um evento específico, tal como uma defesa de dissertação de mestrado, ele pode participar de algumas defesas para verificar como é o esquema da representação social do evento. No entanto, essas representações, embora sigam regras mais gerais podem apresentar variações diversas. Faze-se, assim, uma avaliação das defesas assistidas e escolhe-se ou configura-se um modelo mais pessoal para a dele, por meio de seleção que resulta de suas crenças (de seu grupo). Daí o caráter subjetivo dos modelos mentais, e sua relação com as representações sociais, embora saibamos também que os modelos são sociais e não somente subjetivos. Apesar dessa relação, as representações sociais não podem se reduzir somente a modelos mentais, principalmente, porque, embora haja variações, há também elementos mais fixos que não variam que identificam o evento como tal, que são determinados pelo próprio grupo social em que o gênero discursivo é veiculado.

Compartilhamos um tanto de conhecimentos, regras, atitudes e valores gerais com os outros, o que nos permite saber como devemos agir e o que devemos dizer em cada situação discursiva específica. Conforme o autor,

apesar da diversidade de fatores que intervêm na construção dos modelos mentais das experiências cotidianas, e apesar das variações contextuais e pessoais que implicam, os modelos mentais mostram fragmentos de ideologias compartilhadas socialmente, o que explica por que temos a capacidade de categorizar e identificar ideologicamente os atores ou os interlocutores como progressistas ou conservadores, feministas ou antifeministas, racistas ou antirracistas, etc (VAN DIJK, 2003, p. 35).

Os modelos mentais são formados, então, por esses fragmentos das ideologias compartilhadas socialmente, disponibilizados pelas representações sociais.

O conflito ideológico, também apresentado no trabalho de Van Dijk (2003), merece destaque nesse momento. Ele se trata das diversas opiniões e perspectivas a respeito das identidades ideológicas, que são representadas pelas experiências pessoais, o que significa que todo indivíduo deve se preparar para as situações em que os conflitos e as confusões ideológicas aparecem.

Segundo Van Dijk, a relação existente entre os modelos mentais e o discurso é muito importante, uma vez que fundamentam a produção da ação e do próprio discurso, pela linguagem. Eles contêm mais informações do que o discurso, uma vez que apresentam em si informações que fazem parte do fundamento comum, ou seja, das crenças e conhecimentos compartilhados por todos, e que não precisam ser textualizados em uma representação social, proporcionando as suposições. O discurso, por sua vez, expressa informações mais significativas de onde se poderiam tirar

outras informações que pertencem ao fundamento comum, registrado nos modelos mentais. Assim, para o autor, as *representações semânticas que definem o 'significado' do discurso são só uma pequena seleção da informação representada no modelo que se utiliza na composição do discurso* (VAN DIJK, 2003, p. 36).

Posto isso, o autor levanta uma questão considerada por ele fundamental para o entendimento do que chama de *modelos contextuais*. Se existe essa possibilidade de deixar informações pertencentes ao modelo implícitas e outras explícitas, como saber quais delas devem ser incluídas no discurso e quais podem ou devem ficar implícitas? A resposta caminha no sentido de que os atuentes da ação discursiva devem procurar conhecer as outras pessoas ou grupos que participarão da ação, e que receberão a representação discursiva. Muitas dessas informações estão disponibilizadas na história do grupo ou da cultura em que os grupos se inserem. Dessa maneira,

os modelos não são sempre pessoais, privados e limitados aos encontros cara a cara. Também podem ser públicos, pelo mesmo motivo pelo qual as crenças socioculturais gerais do nosso fundamento comum nos fazem pressupor as crenças públicas dos modelos que fundamentam o discurso (VAN DIJK, *op.cit.*, p. 36).

Ainda é importante observar que a questão da intencionalidade e da cooperação está presente nesse movimento entre modelos mentais, representações sociais e discurso, uma vez

que o produtor do discurso precisa colher informações sobre os enunciatários, conhecer o máximo possível de suas crenças sociais, as crenças mais gerais e as mais específicas, e, inclusive, se eles querem complementar as informações as quais estamos dispostos a disponibilizar por meio do discurso (VAN DIJK, 2003).

A intencionalidade e a cooperação podem ser observadas nas práticas sociais das testemunhas de Jeová, que têm como prática ir de casa em casa oferecendo uma complementação de informação (discursiva) religiosa. Percebe-se que se trata de representações sociais envolvendo um grupo específico (Testemunhas de Jeová) e outros tantos (adeptos de outras religiões). Quando eles chegam aos lares, perguntam se os seus enunciatários conhecem a Bíblia, se pertencem a uma comunidade religiosa, para, assim, com base nessas informações, iniciar a tentativa de *complementação* da informação que possuem. Em alguns casos, perguntam se o enunciatário gostaria de ouvir o que eles pensam sobre religião e crenças sociais mais gerais, buscando o direcionamento dos temas, tais como, a existência ou não do *paraíso*, para se chegar a crenças mais específicas e mais polêmicas, como a possibilidade dessa existência se dar aqui mesmo na terra. Quando perguntam sobre o desejo ou não do enunciatário em ouvi-los, observam se estão dispostos a cooperarem com eles. Assim, toda a construção discursiva, inclusive a escolha do que pode ficar explícito e do que deve ficar implícito, se dá no momento de busca de informações sobre o *outro*.

Os *modelos contextuais*, segundo Van Dijk (2003), são o que já são conhecidos como contextos, ou seja, o registro de qualquer acontecimento social, assim como aqueles registrados na memória episódica, com a diferença de que se trata da representação do próprio ato comunicacional que o indivíduo efetivamente participa.

O vínculo existente entre gêneros discursivos e modelos mentais e contextuais permite o reforço da tese de que o conhecimento sobre o grupo acadêmico (inclusive a área e seus participantes, bem como suas atividades profissionais), a disciplina cursada, o professor (inclusive o conhecimento de sua linha de pesquisa), a instituição (inclusive sua posição política e/ou religiosa), e, por fim, do gênero (de sua superestrutura) a ser utilizado numa atividade que envolve a produção de relatório de leitura permite ao aluno uma análise mais segura sobre as informações que devem ser retextualizadas no relatório e as que podem ficar implícitas ou que podem ser descartadas, principalmente, no momento de síntese das idéias centrais.

Van Dijk chama a atenção para o fato de que esse conceito de modelo contextual se trata de um conceito cognitivo, de uma situação real em que existe um assunto socialmente compartilhado em um evento real e seus participantes. Para o autor, *são as relações sociais entre os participantes, a presença de determinados objetos, o tempo e outros elementos da situação comunicacional que mudam e conduzem os modelos mentais de*

contexto (VAN DIJK, *op.cit.*:37). Os dinâmicos modelos mentais agem no ato comunicacional, uma vez que conduzem o enunciador por meio de pistas sobre suas intenções para aquele ato, bem como seus objetivos, sobre as informações que o outro já sabe, as relações sociais entre os enunciadores e seus grupos, o local e o momento em que o ato social acontece, e, a partir daí o discurso é produzido e representado socialmente. Nesse sentido, *o modelo contextual é uma representação daquilo que é relevante para o discurso e para a situação comunicacional atual* (VAN DIJK, 2003, p. 38).

Além disso, são os modelos contextuais que permitem aos enunciadores avaliarem e adaptarem seus discursos em cada situação específica de comunicação. Assim, um discurso a ser produzido em uma reunião com juízes não poderá apresentar o mesmo estilo utilizado para apresentação em uma conversa informal entre amigos, ou entre correligionários de um determinado partido. São esses modelos que direcionam enunciador e enunciatário às escolhas dos pronomes de tratamentos que serão utilizados, o léxico apropriado para cada situação de interação discursiva, o que vai garantir também sua aproximação de maneira mais eficaz a determinado grupo.

Van Dijk, ao falar dos modelos, tanto dos mentais quanto dos contextuais, chama a atenção para o fato de que eles podem ser ideologicamente enganosos, uma vez que os enunciatários podem se apropriar ou se fazer passar por um integrante de um grupo ao qual não pertence, ou seja, se apresentar como advogado

e agir como tal, apenas se valendo do conhecimento que tem do modelo mental e contextual que envolve a profissão, como já considerado neste texto. No Brasil, já foi noticiado na televisão e nos jornais o crime cometido por pessoas que se fazem passar por médicos, atuando em hospitais ou clínicas, e cumprindo o *script* adequado para aquele modelo contextual. As crianças treinam essa habilidade de adaptar as atitudes aos modelos, ao brincar de médico, de professor, o que revela essa característica dos modelos mentais e contextuais.

3.2.3 Sociedade e ideologia

Segundo Van Dijk (2003), a ideologia deve ser estudada considerando-se sua dimensão cognitiva, ou seja, como estruturas representadas na mente dos membros de um grupo ou de uma determinada cultura. No entanto, não se deve, porém, deixar de lado, como já mencionada indiretamente nos itens anteriores, a dimensão social em que se caracteriza.

Quanto à interação social, o autor aproveita os aspectos *macro* e *micro* propostos pela sociologia, em que

o nível micro descreve geralmente os atores sociais e a interação social entre eles no contexto das interações sociais, e o nível macro, mais abstrato, inclui os grupos sociais, as instituições, as organizações, os Estados e as sociedades, assim como suas relações, como as de poder, etc. (VAN DIJK, 2003, p. 42).

Em um nível micro, por exemplo, estão as ideologias expressas por meio da oralidade ou das expressões não-verbais, como os gestos, os sons, olhares diferentes em relação a uma fala (gírias, por exemplo), ou a um grupo de pessoas. Esses recursos, pertencentes a um nível mais restrito das manifestações discursivas, participam das interações diárias, são as práticas sociais que, em muitos casos, são determinadas pelas ideologias. Nesse sentido, membros de um mesmo grupo podem possuir ideologias diferentes em relação a pontos específicos, àquelas crenças mais polêmicas, manifestadas nas interações diárias, ou seja, nas reuniões de grupos ou nas atividades que desenvolvem.

Assim, se alguém se propõe a participar de um grupo de artes marciais o faz porque segue um número significativo de crenças que dão existência àquele grupo. No entanto, isso não vai garantir que as crenças sejam igualmente compartilhadas, porque não existe uma homogeneidade mental entre os indivíduos. Pode ser que um membro não concorde com a submissão do aluno para com o mestre em determinada atividade por diversos motivos, e essa diferença aparecerá nas relações em que participam, por meio de textos verbais e/ou não verbais, como um olhar de reprovação após uma ordem dada, por exemplo. Por outro lado, se ele quiser permanecer no grupo sem conflitos deverá adaptar suas idéias sobre submissão às do próprio grupo, ou propor, por meio de discurso e após ter adquirido voz dentro do grupo, uma possível mudança.

O nível micro está mais associado à manifestação individual do discurso, em que um enunciador em particular se mune de recursos pessoais diversos para excluir, desaprovar, marginalizar o outro (grupo ou membros de grupos).

Nesse sentido, o conceito de grupo é de suma importância para a realização do estudo das ideologias no modelo multidisciplinar apresentado por Van Dijk (2003). Para ele, o grupo não se caracteriza pela reunião ou aglomeração de pessoas em uma situação real (como a aglomeração de pessoas em volta de um acidente, pois o interesse em comum é somente ver o que aconteceu, satisfazer a curiosidade), mas sim quando existe o coletivo formado por indivíduos que se organizam, inclusive hierarquicamente, que compartilham de uma ideologia, e apresentam objetivos comuns em atividades sociais. Como considera o autor (*op.cit.*, p. 45),

não há dúvidas de que a identificação com um grupo se manifesta não só em uma série de práticas sociais... mas também em representações sociais conjuntas através das crenças, dos objetivos, e dos valores comuns, que, como já vimos, se organizam a partir de ideologias subjacentes.

Há, por outro lado, grupos formados a partir de uma maior flexibilidade, sem necessariamente se apoiar em uma base ideológica, como acontece com alguns grupos profissionais, tais como os times de futebol, por exemplo, que possuem interesses comuns para as práticas (ganhar os jogos, somar pontos, ganhar campeonatos), mas não necessariamente compartilham de uma

ideologia específica. São, portanto, identificados a partir das práticas e atitudes sociais compartilhadas por eles.

Tanto os grupos mais rígidos quanto os mais flexíveis são sempre estruturados e contam com uma disponibilização hierárquica entre seus membros. Assim, em um grupo mais rígido, em que seus membros compartilham a mesma ideologia, haverá um líder para dirigir as ações, os membros auxiliares (tais como, tesoureiro, secretário, etc., por exemplo), e os demais participantes, como no caso de um grupo religioso; em um grupo mais flexível, haverá um técnico, um capitão, um goleiro, um atacante, um treinador para dirigir as ações do grupo. Ou seja, os dois tipos apresentam organização em sua estrutura, o que garante a manutenção, propagação e crescimento do grupo, bem como exposição, defesa e ensinamento de suas crenças, valores, ideologias e/ou manifestações e práticas sociais diversas.

Isso se dá, segundo Van Dijk (2003, p. 45), por meio de livros e outros meios de comunicação, ou seja, a 'vida ideológica' de um grupo se baseia na estruturação completa das funções, organizações e instituições e suas práticas cotidianas correspondentes, como no caso das igrejas, dos partidos políticos dos diversos movimentos existentes.

As *instituições ideológicas* são também de suma importância para o estudo das ideologias e suas manifestações sociais, uma vez que elas conseguem, por causa de sua força e

prestígio naturais, *ensinar* suas ideologias, por meio da veiculação dos discursos. Como exemplo de instituições ideológicas temos a escola e a mídia nos dias de hoje, e a Igreja Católica, principalmente, na Idade Média (VAN DIJK, 2003). Por outro lado, vale mencionar, as ideologias são adquiridas, em grande parte, pela imitação das ações do dia-a-dia dos membros dos grupos, o que requer dos educadores e dos pais sempre uma postura impecável, com bom caráter, de atitudes orientadas por bons valores, para que as crianças possam *imitar* essa postura no futuro, colaborando com o melhoramento da sociedade.

O conceito de poder no referido texto de Van Dijk está associado ao domínio que um grupo exerce sobre outro, ou seja, o discurso influencia a mente das pessoas, e, com isso, grupos mais fortes controlam outros mais fracos, e aí temos o nível macro mencionado anteriormente. Sobre isso, vale mencionar que os que têm acesso ao discurso público têm a mais importante máquina de poder, pois, quem o controla, *controla indiretamente a mente (inclusive a ideologia) das pessoas e também suas práticas sociais* (VAN DIJK, 2003, p. 48). Acrescenta-se aqui que o poder também é exercido internamente nos grupos, como na academia, em que o professor possui o poder, inclusive avaliativo, do aluno. Todo o curso, as aulas, as atividades (produção de relatório, por exemplo), as avaliações giram em torno do poder que é outorgado pela instituição ao professor. É o poder do professor também que 'decide' se o aluno está apto ou não a ingressar no grupo social.

Para o autor, se definimos o poder em termos de controle que um grupo exerce sobre (as ações dos membros) outro grupo, as ideologias funcionam como a dimensão mental desta forma de controle. Desse modo, as ideologias são o princípio e o fim, a fonte e o resultado das práticas do grupo, e, portanto, conduzem à perpetuação do grupo e de seu poder, assim como ao atraso do desenvolvimento de poder de outros grupos.

Com base nessas considerações, talvez, não seja muito adequado classificar as pessoas que praticam a corrupção e o desvio moral como 'formadores' de um grupo específico da sociedade – grupo *corruptos* – uma vez que eles não compartilham, necessariamente, de ideologias específicas que os caracterizem como grupo. Muito pelo contrário, elas, na verdade, praticam a corrupção no momento em que quebram o acordo com o grupo e/ou instituição ao qual pertence, colocando os seus interesses pessoais em detrimento dos do grupo, o que faz, inclusive, com que ultrapassem limites impostos a eles, e falem e ajam em nome do grupo ou da instituição a qual pertence/representa, caracterizando dessa maneira o abuso de poder e a violência, tais como nos casos praticados por alguns policiais e políticos.

A violência e a corrupção, segundo os conhecimentos de fundamento comum da sociedade em geral, não são práticas aceitas como certas pelas pessoas. Ou seja, no Brasil, quando se pergunta sobre corrupção, um mínimo de pessoas assumirá que não há problemas em tal prática. Outras, orientadas, a princípio, por

crenças pertencentes ao fundamento comum da sociedade, que prima pelo interesse da sociedade em geral, do país, dirão que se trata de práticas intoleráveis. No entanto, se essas mesmas pessoas decidirem colocar seus interesses acima de tudo e de todos, talvez em casos específicos, isolados, ou seja, não corriqueiro para elas, algo que aconteça uma vez ou outra, elas pratiquem a corrupção, para ter satisfeita a sua necessidade.

O problema de tal prática é que o benefício adquirido de forma errônea, porém fácil e cômoda, poderá fazer, de forma indutiva, com que haja, a partir dessa experiência, um desvio de caráter/moral em que todos os esforços para que se beneficie a si próprio devem ser aplicados, sem avaliar se agride violentamente o grupo ou outros grupos, a instituição a qual se representa, ou as outras existentes na sociedade.

Segundo Van Dijk (2003), as ideologias existem somente por conta das diferenças de posições entre grupos em relação a determinados temas. Elas existem dentro dos grupos e não necessariamente em uma dimensão global, nacional. *Desse modo, as culturas podem ter um fundamento comum e normas e valores compartilhados, mas não uma ideologia compartilhada a nível global* (VAN DIJK, *op.cit.*, p. 49). A cultura ocidental apresenta um fundamento comum diferente da cultura oriental, assim como acontece com o cristianismo em comparação ao islã, considerado pelo autor, neste caso, mais em termos de ideologias políticas ou religiosas do que culturais. Concorde-se com Van Dijk, na visão de

que as ideologias existem somente por conta das diferenças de posições entre grupos, se apenas analisar-se a declaração com base em países diferentes, pois cada um possuirá uma ideologia mais geral própria, muitas vezes por implicações geográficas, por exemplo. Entretanto, se a análise basear-se em grupos sociais pertencentes a um mesmo país, então as ideologias não existem por conta das diferenças de posição entre os grupos, mas são as próprias ideologias que justificam a existência dos grupos.

3.2.4 O discurso e suas estruturas ideológicas

Para Van Dijk (2003, p. 55,56), o discurso é muito complexo, e define muitos níveis de estruturas, todos com umas categorias e elementos que se combinam de mil maneiras. O autor afirma, ainda, que uma ideologia modifica mais o significado semântico e o estilo de um discurso do que a morfologia ou a sintaxe, uma vez que essas duas seguem a regras convencionalizadas e mais rígidas, como é o caso do uso dos artigos antes dos substantivos, ou os elementos constituintes da oração que observam regras específicas e menos flexíveis. Para ele, devemos buscar as propriedades do discurso que mostram claramente as variações ideológicas dos modelos contextuais subjacentes, os modelos de acontecimentos e as atitudes sociais.

Para se chegar a estas propriedades do discurso, o autor propõe uma estratégia, entendida como de natureza prática e

geral, para a análise ideológica. Nela, observam-se: a *pertinência ao grupo*, que é o questionamento sobre a identidade do grupo, de seus membros, bem como sobre quem pertence ao grupo e quem pode ser aceito nele (na academia, a observação do diploma do ensino médio para matrícula, por exemplo); as *atividades*, em que se observa o que o grupo faz e o que se espera dele (conhecimento da identidade do grupo); os *objetivos*, em que se questiona por que o grupo faz determinada atividade, o que o grupo quer conseguir com suas práticas; as *normas*, que versam sobre o que é bom ou mau para o grupo, o que é permitido ou não no que fazem; as *relações*, que são questionamentos que revelam quem são os amigos e inimigos do grupo, bem como qual lugar o grupo ocupa na sociedade; e, por fim, os *recursos*, que está mais para uma avaliação em relação aos outros grupos, para se saber o que os outros grupos têm que esse não tem, e o que esse tem que outros não têm, perguntas que se referem à essência do grupo, às ideologias (VAN DIJK, 2003).

As ideologias organizam os grupos na sociedade, e, por meio de discursos, eles conseguem seu surgimento, sua manutenção, sua propagação e crescimento. Para o autor, a estratégia básica – e geral – do discurso se caracteriza em: *falar de nossos aspectos positivos*; e *falar dos aspectos negativos do outro*. Ele, no entanto, chama a atenção para o fato de que, por se tratar de uma estratégia geral, ela se mostra limitada, por só fazer referência ao significado. Para complementar a estrutura, Van Dijk propõe mais

dois aspectos para esta estrutura: *não falar de nossos aspectos negativos, e também, não falar dos aspectos positivos do outro.*

Para o autor,

como já temos mencionado, esta estratégia é demasiadamente geral e radical. Por conseguinte, para proporcionar uma análise ideológica mais sutil, que também seja válida para outras estruturas na expressão da ideologia, modificaremos assim os quatro princípios:

- pôr ênfase em nossos aspectos positivos.*
- pôr ênfase em seus aspectos negativos.*
- tirar ênfase dos nossos aspectos negativos.*
- tirar ênfase dos seus aspectos positivos (VAN DIJK, 2003, p. 58).*

Para ele, o *quadro ideológico* acima apresentado é aplicável a todas as estruturas do discurso, uma vez que pôr ou tirar ênfase permite muitas possibilidades de variação na estrutura. O discurso, por sua vez, permite muitos procedimentos para a dosagem na ênfase para as informações mais relevantes na construção e análise da expressão ideológica. Esses procedimentos, nesta tese, resultam da questão apresentada no quadro *Abordagem Cognitiva e Suas Peculiaridades para a Interação*, em que se encontram os recursos retóricos disponíveis para a construção dos discursos (figuras 4, mais adiante).

Segundo Van Dijk (2003, p. 58), a ideologia pode aparecer em qualquer ponto do discurso... o 'conteúdo' ideológico se expressa de forma mais direta através do significado do discurso.

Na atividade de produção de relatório de leitura do texto científico, o produtor deve procurar esses pontos em que a ideologia se mostra em termos de proposições mais temáticas. Assim, o tema refere-se às informações mais importantes do discurso, desenvolvidas por meio de proposições mais completas, e são eles que permitem uma síntese do discurso, necessária na produção do relatório de leitura.

Essas proposições, no relatório, devem ser apresentadas seguidas de uma complementação seja por meio de informações do próprio discurso, seja por uma sucinta avaliação ou associação por parte do leitor, uma vez que os temas são as informações que melhor recordamos de um discurso. Ainda que caracterizem de forma abstrata o significado de todo o discurso ou de um fragmento extenso, também se formulam especificamente no próprio texto, por exemplo nos resumos, títulos, subtítulos (2003, p. 59). Nesse sentido, as informações temáticas estarão à disposição do aluno-leitor no próprio texto, nos itens formadores da superestrutura do texto científico, mas elas não devem simplesmente ser copiadas do texto base e coladas no relatório. O relator deve, sim, mostrar seu entendimento para cada um dos temas apresentados no texto. Na análise desta tese, embora se tenha considerado os resumos do tipo 'copia e cola' como meta cumprida para a atividade, o ideal é que esta parte do relatório seja feita de modo a mostrar a compreensão do texto lido por parte do produtor do relatório.

Assim, o entendimento dos temas (saber reconhecê-los) facilita a produção de qualquer resumo, uma vez que eles garantem

a síntese do discurso, por meio da recuperação das considerações ideológicas-discursivas mais relevantes. Dessa forma, não só o que ganhou ênfase no discurso deverá ser recuperado e analisado, mas também o que não ganhou ênfase, ou foi omitido, mas que é relevante para o estudo do tema.

Os temas formadores de resumos ou os que organizam o texto em termos de títulos e subtítulos têm uma função muito importante nos discursos, uma vez que orientam aos leitores, os caminhos pelos quais devem e podem caminhar. No entanto, assim como os modelos mentais se mostram *enganosos* por conta de que um indivíduo pode usá-lo sem pertencer ao grupo a que este modelo *pertence*, a organização desses temas em resumo, por exemplo, poderá ser feito para direcionar o leitor à formação de opinião a que o autor se propôs. Daí a importância de se ler o texto todo, observando as informações dadas (inclusive com ênfase) e as não disponibilizadas (ou aquelas que aparecem sutilmente, sem ênfase).

Embora a idéia da figura *Abordagem Cognitiva e Suas Peculiaridades para a Interação por meio da Produção e da Leitura* (figura 5) tenha surgido com base na semântica estrutural de Greimas (1976), de linha teórica estruturalista, diferente da que utilizamos nesta tese, seu resultado não coloca em risco a lógica de raciocínio deste trabalho, pois, como a superestrutura do texto como base para produção do relatório de leitura é abordada, como item integrante dos instrumentos de inserção social pelo domínio e prática

dos gêneros, aquele conhecimento da estrutura e funcionamento da linguagem, pelo discurso complementa os conceitos já considerados sobre superestrutura textual. Assim, observa-se na figura 5 que os temas recuperam a *substância do conteúdo*, possibilitando ao leitor conferir e interagir com as *formas do conteúdo* – ou seja, com as crenças, os conceitos, e com os modelos de representações sociais disponíveis na sociedade –, apresentadas como verdadeiras pelo produtor. Dessa forma, no processo de leitura, temos a *forma da expressão*, ou seja, a estrutura básica lingüística (ou extra-lingüística) utilizada na produção do discurso; seguida da *substância da expressão*, a atualização daquelas formas disponíveis em texto; seguida da *substância do conteúdo*, a combinação dos recursos discursivos disponíveis para a construção do discurso (retórica clássica); seguida da *forma do conteúdo*, que são as crenças, conteúdos, os modelos de representações disponíveis, e por fim, as ideologias.

O movimento do processo de produção textual, conforme figura 4, acontece em dois momentos: de cima para baixo no *plano do conteúdo*: sai da *forma do conteúdo*, passa pela *substância do conteúdo*; e debaixo para cima no *plano da expressão*: parte da *forma da expressão*, passa pela *substância do conteúdo*, resultando em um texto, que pode ser reflexão, concordância, questionamento, conflito, proposta de solução para os discursos conflituosos, a produção do preconceito ou sua disseminação, entre outras coisas.

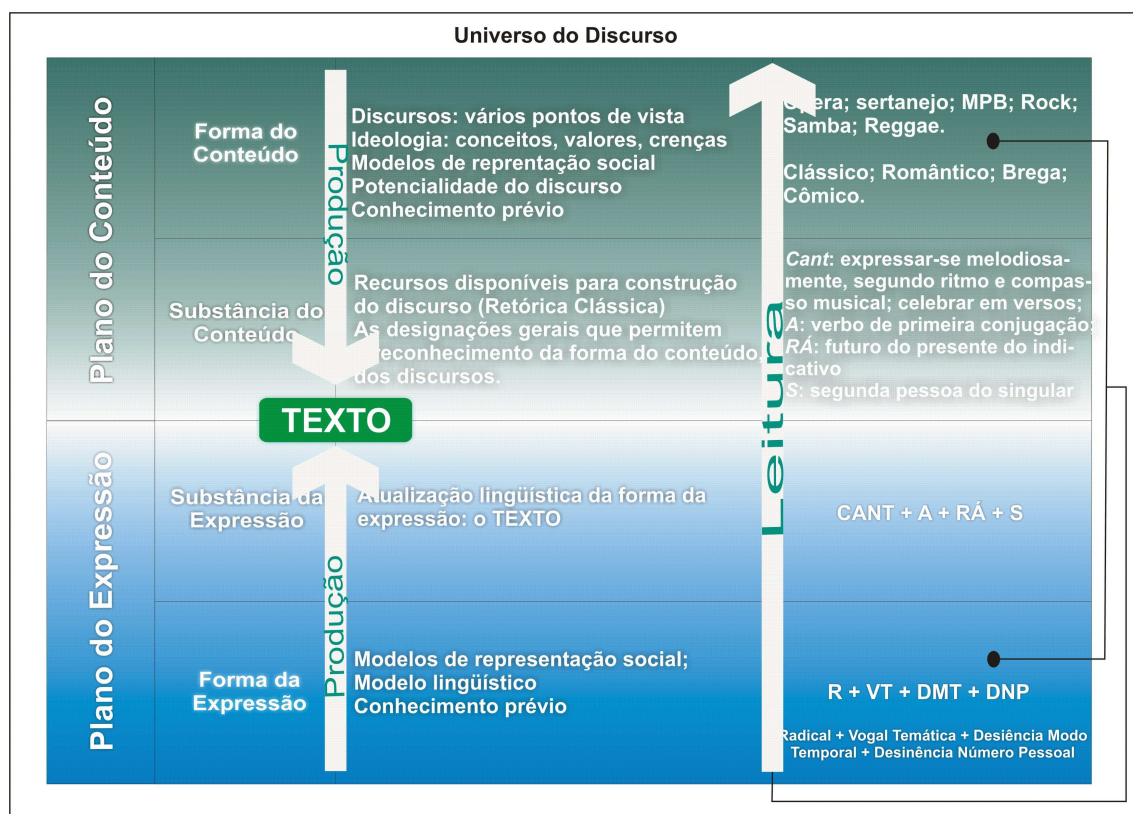
FIGURA 4 – ABORDAGEM COGNITIVA E SUAS PECULIARIDADES PARA A INTERAÇÃO

Universo do Discurso			
Plano do Conteúdo	Forma do Conteúdo	Discursos: vários pontos de vista Ideologia: conceitos, valores, crenças Modelos de representação social Potencialidade do discurso Conhecimento prévio	Ópera; sertanejo; MPB; Rock; Samba; Reggae. Clássico; Romântico; Brega; Cômico.
	Substância do Conteúdo	Recursos disponíveis para construção do discurso (Retórica Clássica) As designações gerais que permitem o reconhecimento da forma do conteúdo, dos discursos.	<i>Cant</i> : expressar-se melodiosamente, segundo ritmo e compasso musical; celebrar em versos; <i>A</i> : verbo de primeira conjugação; <i>RÁ</i> : futuro do presente do indicativo <i>S</i> : segunda pessoa do singular
Plano da Expressão	Substância da Expressão	Atualização lingüística da forma da expressão: o TEXTO	CANT + A + RÁ + S
	Forma da Expressão	Modelos de representação social; Modelo lingüístico Conhecimento prévio	R + VT + DMT + DNP Radical + Vogal Temática + Desinência Modo Temporal + Desinência Número Pessoal

Fonte: produzido pelo autor, com base em Greimas (1976)

O movimento da leitura acontece de forma mais direta: por meio do conhecimento dos modelos de representação, dos modelos lingüísticos e extralingüísticos, dos discursos disponíveis na língua, das crenças de diversos grupos, enfim, do conhecimento prévio – constantes das formas tanto de *conteúdo* quanto de *expressão*, passando-se pela *substância da expressão* – texto – para a *substância do conteúdo* e chegando-se à *forma do conteúdo*, ao discurso ‘novo’, conforme se observa na figura 5, abaixo.

FIGURA 5 – ABORDAGEM COGNITIVA E SUAS PECULIARIDADES PARA A INTERAÇÃO POR MEIO DA PRODUÇÃO E DA LEITURA



Fonte: produzido pelo autor, com base em Greimas (1976)

Continuando sobre os temas e as ênfases, Van Dijk (2003) fala em níveis de descrição, ou seja, escolhemos as proposições que vamos apresentar, descrever, com base em nossos objetivos, considerando o *quadro ideológico*, ou seja, recuperamos (descritivamente) informações que versam ou enfatizam nossos pontos positivos ou que o fariam com os pontos negativos do outro, e suprimimos outras que enfatizariam nossos pontos negativos ou os pontos positivos do outro, caracterizando uma espécie de *contraste discursivo* em que as ideologias e as atitudes se representam em termos de polarização, definindo os limites entre quem está dentro e

quem está fora do grupo. Por isso a atividade de produção do gênero relatório de leitura deve sempre contemplar uma orientação capaz de dar bases para a leitura, visando à redução da diferença existente entre objetivos/expectativas do aluno-leitor e objetivos/expectativas do professor orientador. Isso pôde ser observado na análise desta pesquisa, pois o tempo reservado para a aplicação da atividade não deu conta de uma orientação mais efetiva, o que diminuiria os problemas mencionados anteriormente sobre a produção do resumo nos relatórios (*copia e cola*).

Segundo Van Dijk,

a opção de expressar uma informação ou deixá-la implícita não é neutra. É fácil prever que em um esquema geral as pessoas tenderão a deixar implícita a informação que não é condizente com sua auto-imagem positiva. Por outro lado, qualquer informação que transmita ao receptor os aspectos negativos de nossos inimigos ou dos que consideramos fora de nosso grupo tenderá a expressar-se explicitamente, tanto na linguagem oral quanto na escrita (VAN DIJK, 2003, p. 61).

Outra característica relevante para uma análise ideológica do discurso é a coerência, que pode ser global, quando se refere à relação existente aos temas tratados no texto, de uma visão mais geral, em sentido de completude; e local, quando se tem uma seqüência de proposições que se refere a ações e situações, acontecimentos em geral, que pode ser confirmada por meio do reconhecimento de um modelo mental de uma situação real e/ou verdadeira. Nesse sentido, a coerência tem caráter relativo com

uma dimensão ideológica, até porque ela se controla ideologicamente por meio dos modelos mentais que a baseia. Assim, o conteúdo do texto lido tem sua coerência geral que pode ser observada no resgate dos elementos da superestrutura do texto, que por sua vez, possibilita uma coerência local. O resgate do tema, do problema, dos objetivos, da metodologia, e dos outros elementos (coerência local), garante o entendimento do conteúdo total do texto lido (coerência global).

Van Dijk (2003) ainda considera a sinonímia e a paráfrase como elementos importantes para o estudo das estruturas ideológicas do discurso. Não é nova a concordância de que não existem sinônimos perfeitos, mas sim palavras que possuem significados mais ou menos iguais, que mantêm alguma carga semântica que os façam parecer em termos de significado, mas que diferem em outras que agregam outros conceitos. Assim, a escolha do léxico, bem como a troca de uma palavra por outra resulta em implicações discursivas diferentes, como pôr ou tirar ênfases positivas ou negativas. Associando isso ao tema desta tese, o produtor de relatórios deve ficar atento aos termos que utiliza em seu texto, ou às substituições que faz aos termos utilizados no texto base, para não comprometer o discurso e suas marcas ideológicas, a não ser que este seja o objetivo do leitor, para a contestação ou modificação da ideologia constante do discurso, mas com o cuidado de não proceder a leituras não autorizadas pelo texto.

Os exemplos e as ilustrações são também abordados por Van Dijk (2003) como estratégia utilizada no discurso e que devem ser observados em uma análise ideológica do discurso. Para ele, os exemplos e ilustrações são histórias que servem para reforçar ou apoiar as idéias apresentadas no texto, funcionando como *evidência empírica*.

As negações também são estratégias discursivas que ajudam apoiar, propagar ou transformar as ideologias das pessoas e seus respectivos grupos. Esse tipo de estratégia é típico dos discursos preconceituosos, em que o uso de proposições adversativas é comum. Para Van Dijk, a negação mais comum é a classificada como aparente, em que o negado aparece explicitamente, tal como em: *eu não tenho nada contra fulano, **mas...*** e continua com a adversativa. No universo de discurso acadêmico, isso pode ser observado quando um professor inicia uma correção dizendo que o trabalho do aluno tem muitos pontos positivos, mas que na verdade precisa ser retomado por inteiro para que tenha sentido. Não se trata, aqui, de dizer que quando isso ocorre, acontece sempre negativamente, mas que a negação aparente aparece com muita frequência no grupo estudado nesta tese. Essa negação tem seu valor positivo, pois neste caso o professor precisa, ao corrigir os trabalhos de seus alunos, tomar cuidado para não desmotivá-lo, o que justifica o uso deste tipo de negação. Para o autor,

além da negação aparente, existem outros tipos de negação;

- concessão aparente: “talvez sejam elegantes, mas...”

- empatia aparente: “‘podem’ ter tido problemas, mas...”
- apologia aparente: “que me perdoem, mas...”
- esforço aparente: “fazemos tudo o que podemos, mas...”
- transferência: “eu não tenho nenhum problema com eles, mas meus clientes...”
- culpabilização da vítima: “não são eles os discriminados, somos nós!” (VAN DIJK, 2003, p. 64).

Todos esses tipos de negações são estratégias discursivas para a combinação de nossos aspectos positivos com os negativos do *outro*, ou seja, estratégias de produção de sentidos a serem aplicadas a cada caso específico, a partir de uma análise sobre o grupo (ou pessoa) que receberá o discurso, a situação em relação a ele, e outras implicações como a de poder e prestígio, entre outras.

Para Van Dijk,

de uma perspectiva teórica, o significado local do discurso se organiza em proposições: uma oração expressa uma ou mais proposições; quer dizer, idéias que podem ser verdadeiras ou falsas ou que (intuitivamente falando) expressam um “pensamento completo” (VAN DIJK, op.cit., p. 65).

Nesse caso, tem-se nas proposições considerações resultantes de opiniões diversas, que podem ser tanto mais positivas quanto mais negativas, na medida em que o enunciador tem possibilidade de escolher a palavra – considerando suas cargas positivas e negativas de significado – que utilizará para expressar seu entendimento sobre si mesmo e sobre o outro.

Assim, as proposições se referem aos atores da ação, tais como os agentes, os beneficiados ou prejudicados na ação. Aparece, assim, a importância dos atores do evento comunicacional na análise ideológica do discurso. Para Van Dijk (2003, p. 66),

os atores aparecem de maneiras muito diferentes: coletiva ou individualmente; como membros de um grupo ("nós") ou como os excluídos do grupo ("eles"); de forma mais específica ou mais geral; identificados pelo nome, grupo, profissão ou função; em papéis pessoais ou impessoais; etc.

Assim, os produtores de relatório devem saber observar e analisar os envolvidos na atividade, para conduzir de maneira acertada a produção final de seus relatórios; em suma, deve-se ter em mente quem é que vai receber o relatório de leitura, o que ele espera dessa atividade, o papel que o produtor desempenha no processo.

Além disso, com a resposta dessas questões o produtor de discursos deve utilizar os modalizadores para modificar, transformar as proposições, pois eles são responsáveis pela forma de representação do mundo e das ações, dos atos comunicacionais. No entanto, não basta transformar as proposições. O enunciador é responsável pelos discursos que proferem, e pelas proposições que o formam, e, para cada crença defendida esperam-se provas que a apoiem como verdadeira, ou seja, as evidências. Segundo o autor, a mídia tem sido um instrumento importante para a construção das evidências (provas), uma vez que os grupos e seus membros a

utilizam para embasar seus discursos. Por outro lado, recorrer à mídia não garante provas verdadeiras, pois ela pode veicular mensagens mentirosas, transformando a evidência em falsa prova.

Van Dijk (2003) ainda discorre sobre a ambigüidade e os discursos vagos, ou seja, aqueles discursos difusos que servem para desviar o foco central de uma pergunta ou de debates que envolvem questões muito polêmicas talvez de crenças mais gerais (provavelmente, pertencentes ao fundamento comum), resultando em um comprometimento do enunciador em relação ao que se entende por correto, uma maneira da pessoa não se comprometer inteiramente com a polêmica proposta.

Existem também alguns argumentos prontos, preparados, de domínio público, chamados de *lugar* ou *topoi* por Van Dijk. Em uma análise sobre o discurso racista, o autor afirma que eles

não só marcam a linguagem racista oral e escrita, mas também marcam o discurso anti-racista. Por tanto, afirmações como “não devemos fechar as fronteiras” ou “não devemos ser muito rígidos com as normas de imigração” são pontos que remetem a valores humanos (igualdade, tolerância, hospitalidade, fraternidade, etc.). Uma das implicações discursivas do uso de pontos (topoi) é que, como argumentos padrões, não é necessário defendê-los: são critérios básicos da argumentação (VAN DIJK, 2003, p. 68).

O estudioso ainda reflete sobre as estruturas formais do discurso, que dispõe de uma infinidade de formas que exercem sua função ideológica no momento da interação social, ao possibilitar

significado. As formas modificam os discursos, na medida em que possibilita a escolha entre dar ênfase a determinadas proposições – nossos pontos positivos ou os pontos negativos do outro –, ou tirar ênfase – de nossos pontos negativos ou dos pontos positivos do outro. Como este fato está diretamente ligado ao contexto, ao cenário, à posição social, à crença dos envolvidos, então, as estruturas formais do discurso apresentam também uma função ideológica. Por exemplo, dependendo da posição social do outro escolhemos o pronome de tratamento mais adequado à situação, o que pode ser tanto um termo mais positivo quanto um mais negativo, caracterizando o reconhecimento de prestígio ou preconceito.

A ordem das palavras e das orações marca de várias formas o significado, possibilitando ao produtor do discurso dar mais ou menos ênfases no que é dito, portanto, trata-se de implicações ideológicas por meio da sintaxe, da mudança estrutural da proposição (VAN DIJK, 2003), e, acrescenta-se aqui, do próprio gênero discursivo.

Van Dijk também trata as formas do discurso, associado às informações disponibilizadas, que controlam a interpretação de todo o restante do texto. Segundo ele, *podemos avançar ou atrasar o significado de uma palavra ou de uma frase do discurso, pela posição que ocupa na estrutura semântica (op.cit.:71)*. Para ele, as proposições deixadas nos títulos e nos resumos são formadas por informações que expressam os significados mais importantes, tal como se observa nos textos científicos, em que o próprio conselho

editorial dos periódicos orienta (exige) os autores que submeterão textos para análises que organizem seus resumos apresentando as informações mais relevantes, tais como, tema, objetivo, problema, base teórica, discussão e métodos e considerações finais, como se pode ver na análise do artigo de Medicina estudado nesta tese.

Isso não quer dizer que as informações mais relevantes aparecem sempre no início do texto; elas podem aparecer no meio ou no final ou no texto como um todo, mas quando se quer chamar a atenção para o assunto apresentado nos textos, procuram-se sempre colocar as informações mais importantes em forma de proposições que ganhem mais destaque. Na experimentação desta tese, por exemplo, em todos os artigos estudados o título exprime o tema central do trabalho, e no resumo, bem como nas palavras-chave, estão as informações ou os termos que chamam de fato a atenção do leitor. São essas proposições que controlam toda a leitura e que influenciam, inclusive, na própria reflexão, bem como na tomada de posicionamento do leitor. Van Dijk (2003, p. 71) postula que

às vezes, a informação mais destacada aparece no final (por exemplo, no caso dos resumos, ou conclusões ou recomendações), mas a idéia básica é que a importância da informação se relaciona com a importância do significado, que por sua vez se relaciona com a ordenação do discurso (começo, final, etc.). Este princípio geral é ideologicamente relevante.

A argumentação também é tratada como de suma importância para a análise ideológica do discurso, principalmente

para aqueles que trazem explicitamente o conflito de opiniões, por meio de discussões declaradas em que os enunciatários devem, muito mais do que se posicionar, tentar mudar a opinião do outro, convencê-lo de que o outro está errado, ou de que o produtor está certo. Assim, os argumentos se relacionam com as atitudes ideológicas.

Para ele, o conteúdo de uma argumentação depende das ideologias, mas a sua estrutura não. Segundo o autor, no que diz respeito à argumentação, *uma estrutura “boa” ou “má” depende mais dos indivíduos do que do grupo... as estruturas do discurso podem se relacionar com os grupos por meio da educação, da formação e da experiência* (2003, p. 72). A argumentação se relaciona com os princípios de interação e de estratégias de produção, ou seja, deve-se tanto utilizar as normas de produção, quanto infringi-las, em casos específicos, como naqueles em que o uso das falácias auxiliará na aplicação do que se propõe no *quadro ideológico* (dar ou retirar ênfase), e isso se caracteriza como variação ideológica.

Assim, para o autor,

uma vez que o ponto de vista, a opinião e as atitudes compartilhadas por um grupo estão tão inter-relacionadas, inferimos que as estruturas da argumentação são signos importantíssimos nas estruturas subjacentes das atitudes ideológicas... Deve-se considerar que estas variações da ideologia se expressam no significado ou no conteúdo do argumento, não especificamente na forma (VAN DIJK, 2003, p. 73).

As figuras de estilo, recursos retóricos, no sentido clássico do termo, são também abordadas no texto de Van Dijk (2003), como utilizadas por todos os grupos para dar menos ou mais ênfases nas informações que mais convêm ao grupo, e se relaciona mais ao conteúdo, ao significado e à cognição e não à forma. Se comparados à figura 5 desta tese, esses recursos pertencem à *substância do conteúdo*.

Portanto, um estudo do discurso ideológico mostra geralmente os mesmos princípios: o discurso se concentra em figuras de estilo que põem ênfases em nossos aspectos positivos e nos aspectos negativos dos outros, e ao contrário no que se refere a nossos aspectos negativos e os aspectos positivos do outro. É necessário examinar os significados que organizam tais figuras como as hipérboles, os eufemismos e outras para saber quais são suas implicações ideológicas (VAN DIJK, 2003, p. 75).

Para o autor, há três componentes principais que definem o discurso: o significado, a forma e a interação. Segundo ele, as atitudes na interação estão mais associadas às relações de poder, de domínio, portanto, às ideologias. Assim, as diferenças ideológicas, muitas vezes, não definem as ações e o *roteiro*, a *pauta* da interação, mas sim de quem possui o poder nas mãos, inclusive, para dar ou não voz ao outro, ou à minoria. Nesta tese concorda-se com essa visão, e acrescenta-se a idéia de que a forma (os modelos mentais, por exemplo) mostra a todos do grupo, não só ao que possui o poder nas mãos, que existe um sujeito concordando com as ideologias do grupo, e que merece atenção por parte, não só de quem possui o poder, mas de todos os membros do grupo. Observa-

se isso quando um aluno entra com recurso na instituição por não concordar com a avaliação feita pelo professor (possuidor do poder). Isso se dá pela observação da conduta do aluno na universidade (determinada pelas ideologias), de como os outros membros enxergam esse aluno, se como estudioso ou não, etc. Isso é possível pela prática dos modelos e não só pela relação de poder. Talvez a prática acertada, neste caso em específico, enfraqueça o poder atribuído.

Para Van Dijk (*op.cit.* p. 80),

a função social das ideologias é controlar e coordenar as práticas sociais de um grupo ou as que se estabelecem entre grupos. O discurso é a prática social mais importante, a única que se expressa diretamente e que, portanto, tem a capacidade de divulgar as ideologias.

As ideologias as crenças formam a base para a construção e transformação dos modelos de representações sociais de um grupo, por meio de discursos que controlam a aquisição de conhecimento (educação) e as atitudes do grupo, bem como os modelos pessoais de cada integrante.

Van Dijk (2003) chama a atenção para o fato de que muitas perguntas ainda devem ser respondidas nesta proposta de análise ideológica do discurso, tal como propõe. No entanto, muitas considerações como as observadas ao longo deste texto tornam-se indispensáveis para o entendimento sobre a organização e produção dos discursos disponibilizados por vários grupos. Segundo ele,

temos visto que tanto na produção quando na composição do discurso as ideologias operam indiretamente, primeiro por meio das atitudes e do conhecimento do grupo diante dos domínios sociais especiais (como a política, a educação, o mercado de trabalho) e depois, em nível dos discursos individuais dos membros do grupo, através de modelos mentais dos acontecimentos e situações sociais (VAN DIJK, 2003, p. 78).

O autor ainda afirma que

...devemos considerar que os nexos entre discursos e ideologia são mútuos. As ideologias influem no que dizemos e como dizemos, mas o contrário também é certo: adquirimos e modificamos as ideologias ao ler e escutar grandes volumes de informações orais ou escritas. As ideologias não são inatas, mas se aprendem, e o conteúdo e a forma dos discursos podem formar, com mais ou menos probabilidade, modelos mentais de representações sociais e ideologias (op.cit., p. 79).

A partir dessas considerações, apresenta-se, a seguir uma amostragem do processamento da leitura – com a observação da ativação do *frame*, do cenário, do *script*, e do cenário, em que as marcas ideológicas aparecem no texto. Trata-se da confirmação de que o discurso é determinado pela história e marcado pela ideologia de seu grupo e/ou da sociedade.

3.3 Gêneros, discursos e manifestações sociais

Gêneros são modelos de representações de discursos, que surgem na sociedade, como resultado das práticas dos grupos que a formam, e, por isso, servem para orientar o processo de produção de texto e o de leitura também (VAN DIJK, 2003).

Há, na academia, um modelo (gênero) para divulgação dos resultados das pesquisas científicas com o nome de artigo científico. Sua superestrutura (os elementos que o formam) orienta a disponibilização do conteúdo discursivo na produção textual, e também a recuperação do conteúdo na leitura. Na orientação para produção de relatórios de leitura no contexto acadêmico, o professor precisa ensinar os gêneros (modelos) existentes, trabalhar cada um deles quando as necessidades forem surgindo, para que esta orientação de produção e leitura se efetive, e com isso, facilite o processo de ensino e de aprendizagem.

Os gêneros, portanto, são modelos a serem seguidos pelo indivíduo, para que ele alcance a sua inserção na sociedade, ou no grupo, ou para que ele seja aceito como um cidadão, mesmo quando expressa opinião diferente das defendidas pelo grupo em que o discurso transita. Isso quer dizer que quando um indivíduo não consegue reproduzir os modelos convencionalmente tidos como corretos, ele deixa de ser considerado como pertencente ao grupo do discurso. Um acadêmico pode ser julgado a partir do nível de habilidade que tenha em produzir ou reproduzir gêneros acadêmicos, obedecendo os modelos apropriados para cada um deles. Assim, a comunidade acadêmica poderá julgar a vida de

estudos de um aluno, seu comprometimento, seu envolvimento, a partir da observação de sua produção lingüística, exposta por meio dos gêneros acadêmicos produzidos por ele, em que, entre esses gêneros, encontra-se o relatório de leitura.

Aprender a observar, ler, analisar e reproduzir os modelos de representações globais é garantir o reconhecimento da sociedade, a aceitação e a sua permanência em grupos específicos, além do estabelecimento e reforço de sua voz na sociedade. O que o indivíduo necessita é dominar leitura e produção de textos, e isso é possível a partir do aprendizado da leitura polissêmica, pela aplicação dos conceitos de intertextualidade, possíveis, dentre outras formas, pelo reconhecimento e aproveitamento do *frame*, do esquema, do *script* e do cenário: esse reconhecimento e aproveitamento o levarão à visualização dos modelos envolvidos na interação textual/discursiva.

Pelo domínio de modelos (de representação) estereotipados é que o indivíduo reconhece ou deprecia o outro em seu grupo. Dessa forma, em um jantar, saber usar a ordem dos pratos e talheres é a garantia de inserção do indivíduo naquele grupo, naquela situação. Como estratégia discursiva, o domínio de modelos de representação propicia a inserção de um indivíduo que não pertence a um grupo específico, pelo conhecimento dos itens lexicais (incluindo objetos, ações, adjetivos, entre outros), do *frame*, pelo cumprimento da organização desses itens em um dado evento, do esquema, da aplicação do *script* esperado pelo grupo para

aquele evento, bem como do reconhecimento e aceitação do cenário. Isso é o que os investigadores procuram fazer quando se disfarçam e entram em uma quadrilha para poder prender os seus integrantes. Um item lexical que não faça parte do *frame* da quadrilha, ou um desvio no esquema ou no *script* pode levar suspeita de que o investigador não pertence ao grupo. Isso acontece porque os MCRG são eventos determinados pela história da sociedade, ou do grupo, e marcados por sua ideologia. O comportamento em mesa de jantar para um indivíduo inglês será diferente de um indivíduo alemão, eslovaco, japonês, brasileiro, justamente porque o que marca e determina os modelos são a história e a ideologia de cada sociedade – em sentido amplo –, e de cada grupo –, em sentido restrito.

Com esse mesmo pensamento, pode-se dizer que muitas crianças e jovens acabam entrando para o mundo do crime, das drogas, por se apropriarem de modelos (exemplos) de criminosos ou dependentes. Às vezes, esses modelos são adotados conscientemente, e outras, inconscientemente, por se tratarem de modelos armazenados nas mentes dos indivíduos, por isso, cognitivos. A escola deve se preocupar com essas imitações e em seus discursos e práticas deve trabalhar para promover a mudança social nessas manifestações que resultam de práticas e modelos que fogem das crenças e dos conhecimentos sobre moral que a comunidade tem em seu fundamento comum.

Em alguns casos, manifestações discriminatórias resultam de conflitos existentes a partir da aplicação errada, ou do mau entendimento de elementos constitutivos do modelo de representação: itens pertencentes à cultura árabe, interpretadas e aplicadas em situações envolvendo a cultura japonesa poderão colaborar para a discriminação de grupos. Cada modelo deve ser analisado e aplicado dentro de seu contexto situacional. Ainda em relação à discriminação, a não aceitação de modelos, ou de itens pertencentes aos *frames*, ou aos esquemas, condutas culturalmente convencionalizadas, cenários, pode ocasionar o preconceito, a discriminação, o racismo, ou algum incômodo sobre as crenças e práticas dos grupos. Trata-se, muitas vezes, de olhares por perspectivas diferentes, por pontos de vistas diferentes; para entender o outro, precisamos saber por qual perspectiva ele entende os temas e as práticas.

Existe um tipo de discurso, e já mencionado quando foi apresentada a análise ideológica do discurso, proposta de Van Dijk (2003), que é resultado não das crenças e valores de grupo, mas que surgem do sentimento particular de cada indivíduo. O seu uso pode trazer conseqüências negativas, por possuir quase sempre uma carga de sentidos desfavorável ao grupo social, gerando também o preconceito, o abuso de poder, a corrupção, entre outras coisas mais.

Esse discurso funciona como no exemplo a seguir: um médico trata de uma paciente muito rica, acometida de uma lesão

cerebelar, causada por uma cirurgia, um caso em que as chances de reversão das seqüelas são muito pequenas, fazendo com que a paciente fique acamada, e necessite de atendimento constante de médicos e de fisioterapeutas. Então, embora haja o atendimento, sabe-se que é difícil uma reversão do quadro da paciente. No entanto, o responsável por essa paciente, seu filho, não aceita o fato de ter a mãe em tal situação, e, freqüentemente troca – usando de seu poder – a equipe médica, na esperança de que a mãe venha a melhorar e volte a andar. No entanto, o discurso que permeia essa troca de equipe é montado no sentimento do filho, e não na sua consciência, no seu raciocínio. Isso é percebido nos discursos produzidos por ele, no momento dessa troca. Para ele, sempre é o médico que não tem competência para tratar da paciente, ou, a equipe não é preparada o suficiente para que ela volte a andar, mesmo havendo vários textos científicos e casos que mostram a dificuldade e a pouca probabilidade de deambulação, ou seja, que esta lesão não é passível de uma recuperação instantânea e total.

O problema no discurso pessoal, tal como sugerido acima, não é na troca da equipe médica, pois todos têm o direito e a chance de escolha, de fazer tentativas, principalmente, em se tratando de casos de doenças. O problema é a justificativa, sua manifestação em relação às equipes que têm a chance de participar do problema. Sempre o filho trata as equipes como sendo de *baixa competência* para o trabalho. Ele sempre solicita textos científicos sobre a doença, os lê, mas não aceita o quadro,

atribuindo, por meio de discursos depreciativos, o insucesso do tratamento às equipes. Como prática social resultante desse discurso há um prejuízo no próprio tratamento por dois motivos: primeiro, causa-se uma tensão entre os profissionais que estão trabalhando no caso, e, em segundo lugar, iniciam-se os procedimentos do zero, na esperança de se identificar algum procedimento que não foi aplicado de maneira acertada, visto que tratamento também se baseia em modelos de representação, sejam os estudados na escola de medicina, sejam os adquiridos em tratamentos reais no exercício da profissão.

Outro exemplo de discurso pessoal que, inclusive, prejudica os interesses do grupo é aquele em que o indivíduo defende uma posição rígida, que vai além do raciocínio lógico, também baseado no sentimento, mas, nesse caso, em um sentimento de disputa (não apropriada) de poder, em que a lógica não é a base, tão pouco os interesses do grupo, mas sim a posição particular do indivíduo. Nele, o indivíduo se posiciona como sendo maior ou como possuidor de maior força do que o outro. Apesar de resultar de sentimentos individualizados, eles são resultados também de manifestações sociais, uma vez que são produzidos a partir da aplicação (não autorizada) de modelos internalizados de manifestações socialmente compartilhadas.

Observa-se um caso desses em um grupo específico da sociedade (uma igreja), em que um problema de cunho profissional foi levantado pela comunidade. Trata-se da nomeação de um

membro de tal igreja para o cargo de zelador da igreja, em que, pela lei, sobre tal cargo se incidem as obrigações empregatícias por parte da organização. Não se trata, portanto, de um cargo não remunerado, dispensado de férias, décimo terceiro e outros direitos do trabalhador, conforme a legislação específica. No entanto, um membro foi nomeado a tal cargo sem os devidos registros, e depois de algum tempo, alguns membros decidiram que não havia mais a necessidade da permanência desse zelador no cargo. Com isso, iniciou-se um conflito, aparentemente, fácil de ser resolvido. Na reunião para discussão do caso, o zelador afirmou precisar ficar no cargo por mais seis meses para conseguir cumprir uns compromissos adquiridos durante o exercício da função, uma vez que a igreja colaborava com uma ajuda de custo para ele. Nesse momento começa então o discurso baseado em interesse pessoal sobressair ao interesse do próprio grupo. Um membro, nomeado para negociar o caso, começou a produzir um discurso no sentido de que o zelador não teria direito nenhum, que esta possibilidade de ficar mais seis meses no cargo era inaceitável e que se houvesse insistência por parte do zelador, ele deveria ir à justiça para reclamá-los. Mesmo depois de obter instruções de advogados da igreja e de fora também sobre os direitos do zelador, tal membro continuava seus discursos no sentido de não aceitar qualquer acordo, mesmo os mais interessantes para o grupo. Como consequência, todos os direitos, inclusive os que o zelador abrisse mão nas reuniões em que se propunha acordo, e também os impostos e taxas que deveriam ser

recolhidas ao governo, foram sentenciados pelo juiz e a instituição teve que pagá-los.

Nesse caso, para afirmar ou construir um falso poder, ou uma sensação momentânea de poder, os interesses do grupo foram deixados de lado, por falta de raciocínio e avaliação do que seria, de fato, o melhor para todo o grupo. Assim, todo o interesse do grupo foi destruído ou negado.

A apropriação indevida de um modelo de representação social que se aplica a outros eventos, para ser utilizado como exemplo para a construção de um *discurso* ou *decisão* baseado na opinião ou em interesses de um único indivíduo pode trazer prejuízo para o grupo, inclusive para o próprio indivíduo produtor. Ou seja, momentaneamente, pode haver uma ligeira impressão de que o indivíduo possui poder ou conhecimento de causa, mas como os discursos orientam as práticas sociais e vice-versa, haverá, sempre, como consequência, uma manifestação discursiva e social que se apoiará na incompatibilidade de modelo utilizado, bem como no discurso que foi produzido com bases incoerentes.

Assim como os discursos, os sentimentos são também resultados, em certo sentido, de orientações ou concepções ideológicas. Assim sendo, o sentimento de alguém que possui um marido que tem outras mulheres vai ser definido/orientado pelas ideologias que os cercam; um caso desse aqui no Brasil deixará a esposa chateada, magoada, com sentimento de ódio, de que foi

traída, e, por outro lado, o mesmo caso em um país em que a poligamia é algo natural, resultará em sentimento de satisfação, de matrimônio normal. Isso não significa, porém, que todos os discursos produzidos com base em sentimentos refletirão as ideologias do grupo, como percebemos nos exemplos anteriores.

Na academia, o ensino se dá a partir da apresentação de modelos de representação de fatos, dados, acontecimentos reais, por meio de simulações de experiências situacionais da sociedade em que aluno-professor-escola estão inseridos, em forma de exemplos. Algumas disciplinas são direcionadas a comunidades diferentes e suas culturas, visando ao conhecimento e à aceitação do outro que se encontra em outro estado, país ou continente. Isso facilita a comunicação e convivência entre indivíduos de regiões diferentes, bem como para a formação global do indivíduo.

Nas palavras de Rodrigues (2005, p. 166 e 167),

cada gênero tem seu campo predominante de existência..., onde é insubstituível, não suprimindo aqueles já existentes... Todo gênero tem um conteúdo temático determinado: seu objeto discursivo e finalidade discursiva, sua orientação de sentido específica para com ele e os outros participantes da interação.

Nesse sentido, o domínio – o conhecimento – sobre os modelos cognitivos de representações globais (sociais) (do universo discursivo e dos gêneros), e de como e quando utilizá-los é necessário para se viver bem em sociedade, para mostrar seus pontos positivos para o outro, e esconder os negativos, assim como

para mostrar os pontos negativos do outro, e esconder os positivos. Esse conhecimento possibilitará ao indivíduo construir sua própria inserção social, bem como promover as mudanças sociais necessárias.

3.4 Subjetividade e poder: expectativas e realidades na produção de relatório enquanto instrumento de avaliação

Na verdade, a avaliação não está diretamente ligada a esta pesquisa, uma vez que não se propõe o estudo das implicações da avaliação na prática social que envolve a produção de relatório de leitura. No entanto, é necessário mencionar algumas implicações que decorrem do que já foi apresentado aqui sobre *subjetividade* e *poder*, principalmente aquele exercido pelos representantes de grupos, tais como instituições de ensino, governo, empresas, igrejas, etc.

O primeiro ponto a ser mencionado é a *subjetividade*. Na prática de produção de texto, o produtor deixará marcas sobre seu grupo sobre sua ideologia, além de privilegiar, no caso do relatório, aspectos relacionados às suas crenças em geral. É, portanto, natural que a recuperação dos pontos mais relevantes seja feita com base nas crenças do aluno produtor do relatório e não com base nas crenças do professor, embora haja sempre a presença das ideologias do grupo nesse processo. Essa é a implicação subjetiva da

atividade: o professor solicita o relatório de leitura para verificar o que o aluno entende e privilegia do texto base, ou para observar os pontos e conteúdos e considerações que ele quer? Eis aqui a questão *expectativas*: se o aluno não relatar os pontos do professor, haverá a quebra de expectativa do professor, que poderá considerar que o aluno não entendeu, ou ficou aquém do que se esperava para que a atividade fosse concebida como satisfatória, ou muito satisfatória.

Por isso, quando a análise ideológica do discurso foi tratada neste texto, verificou-se que, para a realização dessa atividade, é necessário o conhecimento, no mínimo, do representante do grupo a que o aluno está inserido – professor (qual a linha de pesquisa, entre outras coisas) – para pressupor as *expectativas* dele para a atividade. No entanto, quando se tenta alcançar a expectativa do outro, não se está caminhando no sentido natural da comunicação, mas sim, no sentido rígido e autoritário a que ela muitas vezes serve. Ou seja, na academia, no ensino superior, deve existir a discussão, em que o posicionamento de opiniões colabora para o desenvolvimento, para o crescimento do universo discursivo como um todo. Não deve, porém, existir autoritarismo, ou o preconceito – em que só o professor sabe e o aluno não – muitas vezes baseado simplesmente na vaidade do representante ou do grupo/instituição.

Bazerman (1996, p. 53) alerta para o fato de que alguns *antropólogos olham para a maneira como certos gêneros sociais*

*têm criado poder, negociando relações entre grupos e dentro deles, e criado **habitus** naturalizado para relações políticas contínuas.* Isso mostra que deve haver uma reflexão constante por parte do professor para que ele saiba se desenvolve uma relação de poder ou de autoritarismo em sua prática pedagógica. Caso não haja negociação nas relações entre aluno (candidato ao grupo) e professor (avaliador imediato do grupo), intermediada pelos gêneros, o processo de inserção social e construção de identidade do cidadão será, conseqüentemente, afetado.

Para Giddens (1984, *apud*: MEURER, 2005, p. 91), o poder é a capacidade que os indivíduos, ou instituições que representam, têm de fazer uso de algum tipo de recurso para agir em algum contexto social. Nesse sentido, pode servir tanto como um recurso natural hierárquico em busca da organização, em que o professor utiliza da autoridade a ele conferida, para desenvolver, propiciar discussões que vão desde a aquisição de conhecimentos novos, à reflexão, e a transformações de outros, ou para se atingir o que ele próprio acredita como certo, ou, conscientemente ou não, para que se reforce a continuidade dos modelos existentes, muitos, inclusive, que poderiam ganhar outras formas, uma inovação.

Vale considerar que os posicionamentos tratados aqui não são considerados tão comuns, ou seja, não se defende que todos os professores querem que a sua posição deva ser seguida sem possibilidade de discussões ou diálogos. Nem tão pouco se defende que os professores agem errado nas conduções de suas

aulas. Chama-se a atenção, no entanto, para os casos em que o poder passa por cima do processo de ensino e de aprendizado, em que o autoritarismo propicia a quebra de expectativas, não só em relação às atividades desenvolvidas na escola, mas também, nas que se referem à própria escola.

Ainda deve-se considerar que se trabalha aqui com a idéia de que os pontos a serem enfatizados ou não no relatório estarão disponíveis no texto, ou seja, não se trata de o aluno querer escrever qualquer coisa que não tenha a ver com o texto lido e queira que o professor concorde com esses possíveis dados colocados no relatório. Tudo a ser relatado na atividade deve ser resultado da própria leitura, e da recuperação da superestrutura, no caso desta tese, do texto científico.

Desse modo, não só os produtores de relatórios devem conhecer seu professor solicitante da atividade, mas também o professor-orientador da disciplina precisa buscar conhecer seus alunos. Devem se conhecer mutuamente, conhecer o conteúdo trabalhado, os objetivos para a disciplina e para o curso, para, enfim, estarem prontos para aceitar o posicionamento do outro, reduzindo ao máximo, com isso, as quebras desnecessárias de expectativas, fazendo com que a atividade possa ter um teor de *justiça* enquanto instrumento de avaliação.

Se os discursos são motivados por práticas sociais e essas são motivadas por eles, a maneira como o tutor orienta a atividade e

conduz suas aulas definirá todas as outras práticas sociais do indivíduo e do próprio grupo, inclusive as implicações de relacionamento entre eles.

A relação de poder, a forma com que o professor usa o seu *poder* ou sua autoridade é decisiva não só para o processo de ensino e de aprendizagem, mas também para a inserção do aluno no grupo *academia*. Assim, no dia-a-dia, deve ser levado em conta se existe possibilidade de se haver interação, expressão de todos os envolvidos no curso, e, assim acontecendo, se essa expressão/interação se dá de igual modo entre todos os envolvidos, ou se há maior interação de uns em detrimento de outros. Segundo Bazerman (2007, p. 99),

a complexidade dessa atitude avaliativa pode servir para excluir ou desqualificar a apreciação do outro, e consiste em um freqüente método que usamos para manter a distância daqueles que são diferentes de nós...

É também o entendimento e o reconhecimento que o professor tem sobre as práticas sociais e discursivas do aluno que permite a este permanecer no grupo, ou que permite a recomendação de sua *exclusão*, ou, ainda, *classificá-lo* em aluno mais ou *menos* estudioso, mais ou *menos* comprometido, mais ou menos preparado, mais ou menos perspicaz, mais ou menos letrado, e assim por diante.

Além disso, escrever para avaliação, infelizmente, pode se tornar o foco dominante da escrita escolar, uma vez que a lógica

da escola se baseia na realização de tarefas e no avanço para tarefas cada vez mais complexas (BAZERMAN, 2006a, p. 15). A avaliação, nesse sentido, deve ser um mecanismo que vise ao levantamento dos elementos que precisam ser melhorados na formação do cidadão (entende-se aqui que o objetivo maior dos processos de ensino e de aprendizagem seja o melhoramento contínuo do cidadão), e não fim principal das ações.

CAPÍTULO IV

A EXPERIMENTAÇÃO

4.1 Categorias de análise

As categorias de análise desta tese foram estabelecidas a partir da reflexão das teorias sobre gêneros textuais, sobre o processamento da leitura, e sobre a proposta multidisciplinar para a análise ideológica do discurso de Van Dijk (2003). Em relação a gêneros, acredita-se que, segundo Meurer (2002) e Bazerman (2006, 2006a, 2007), o discurso produz e reproduz conhecimentos e crenças por meio de diferentes modos de se representar a realidade, além de estabelecer relações sociais e criar, reforçar e reconstituir identidades.

A representação da realidade diz respeito à rede de conhecimentos e crenças que, em seus textos, os indivíduos revelam sobre diferentes aspectos do mundo. É importante considerar que diferentes crenças e esquemas de conhecimentos conduzem a diferentes percepções do mundo e a ações sociais e discursos diferenciados, conforme se observa no item 1.1 desta tese, *Gêneros: abordagens teóricas e sua relação com a inserção social e a construção de identidades*. Pensando gênero dessa forma, afirma-se que os gêneros são modelos de representação de crenças, de

ideologias, possibilitando que o indivíduo se promova, se afirme, seja reconhecido na sociedade em que vive, ou seja, possibilitando o processo de inserção social.

Nesse sentido, com o conhecimento dos gêneros, dos modelos aceitos pela própria sociedade – o que possibilita a veiculação de discursos, e conseqüentemente, de ideologias – o indivíduo consegue interagir, aceitar e ser aceito pelo outro na sociedade, conforme se observa no item 3.2 desta tese, *Ideologia: proposta multidisciplinar de Van Dijk*. Na análise desta tese, observar-se-á se o aluno de graduação consegue identificar o modelo (gênero) apresentado, como este modelo se organiza, sua superestrutura – conforme item 1.2 desta tese, *Superestrutura: complementaridades* –, para verificar se ele consegue produzir relatórios em que a reprodução do discurso permita a apresentação, afirmação e consolidação de sua presença no grupo a que pertencem gênero e aluno, segundo item 3.3 deste trabalho, *Gêneros, discursos e manifestações sociais*.

A partir da análise de artigos de divulgação científica das áreas de Direito; Administração; Letras e Medicina, verificaram-se as convergências e as divergências entre eles. A partir daí os alunos foram orientados a lerem os textos de sua área (etapa 1) mais o texto de Medicina (etapa 2). Foi observado o aproveitamento dos alunos na produção de relatório de leitura sobre o texto pertencente a sua própria área, e, também, o aproveitamento quando fora de sua área, e se nos dois momentos a atividade se mostrou de maneira

satisfatória, para, assim, verificar como o relatório é textualizado dentro e fora da área do produtor. Isso para se entender como é o processo de leitura de gêneros próprios do conjunto de gêneros e do sistema de atividades de cada área, conforme o Capítulo I *Gêneros e superestrutura*, desta tese, principalmente nos postulados de Bazerman (2006, 2006a, 2007).

Com isso, algumas possibilidades de resultado foram imaginadas: 1 – a partir da leitura do texto de sua área, os alunos serão orientados pelo conteúdo (conhecimento prévio sobre o assunto), e, com isso, conseguirão recuperar as informações mais importantes do texto, ignorando, porém, as orientações sobre forma, estrutura textual; 2 – para a leitura do texto de sua área, os alunos seguirão uma orientação formal, por meio do conhecimento da superestrutura do texto científico, para se chegar ao conteúdo (inclusive do conhecimento prévio sobre o assunto), para então recuperar as informações mais importantes do texto; 3 – os alunos necessitarão, para a produção de relatórios de textos que não contemplem seu universo acadêmico, de uma orientação mais formal, sobre a superestrutura do texto, para conseguir resgatar as informações principais, para (re)construir o discurso. Verificar-se-á, com isso, como se estabelece o percurso de leitura em cada curso quando realizam a atividade a partir da leitura de um texto de sua área, e como isso acontece quando lêem o de outras áreas. Ainda busca-se verificar se os percursos são os mesmos, ou se quando fora da área torna-se necessária uma orientação a partir da

superestrutura do gênero textual, conforme Capítulo II desta tese, *Discurso acadêmico: gêneros e superestrutura*.

Um relatório de leitura deve ser produzido a partir da exploração dos elementos constantes da superestrutura do texto lido. Por se tratar de textos científicos, o aluno deverá recuperar na leitura, em primeira instância, as seguintes informações: a) o tema do texto lido; b) a delimitação do tema, pelo reconhecimento do problema levantado pelo autor do texto; c) os objetivos estabelecidos para que a pergunta-problema seja respondida; (por meio da observação de questões como: do que se trata? Como? Por quê? e Para quê?; d) a linha teórica adotada para o estabelecimento das reflexões realizadas; e) os procedimentos metodológicos: o caminho percorrido para o alcance da resposta à pergunta/problema; f) informações mais relevantes no desenvolvimento do trabalho, um resumo: nesse ponto, entende-se que se pode começar com o reconhecimento e aproveitamento dos tópicos frasais (temas) apresentados, em reflexão com o tema, problema, objetivos, linha teórica, procedimentos metodológicos, estabelecendo sempre relação entre o desenvolvimento e esses elementos, no sentido de fazer apagamentos das informações menos relevantes e o registro das mais relevantes, conforme item 1.2.2 desta tese, *As macro-regras de redução da informação*.

Ainda há de se observar qual o gênero do texto lido, pois cada um trará uma estrutura e organização mais ou menos específicas. Uma monografia, por exemplo, trará uma exposição de

um assunto; um ensaio, uma crítica inicial a um tema; uma resenha trará uma descrição de um texto, no sentido de fazer com que outras pessoas o leiam: poderá ser uma simples descrição ou uma descrição com uma avaliação do texto; um artigo de divulgação científica (gênero que utilizado nesta pesquisa) apresentará os resultados obtidos em relação a um problema referente a um tema, e os caminhos percorridos para a sua solução, ou um artigo didático-pedagógico. Esse reconhecimento também funciona como orientador e direcionador da atividade de leitura, como se pode observar nos itens 2.1 deste trabalho, *Gêneros acadêmicos*; 2.1.2, *Relatório de leitura*; 2.2, *Discurso acadêmico: instruções gerais de como produzir discursos acadêmicos em manuais diversos*; e 2.3, *Redação técnica*, sobre a produção de relatórios.

O relatório de leitura tem o objetivo de fazer com que o tutor/professor tenha um controle avaliativo das leituras indicadas aos seus alunos; dessa forma, o relatório deve observar esses elementos para que tutor/professor e educando tenham clareza de como é a atividade solicitada, e de como ela deverá ser apresentada e, em outro estágio, avaliada (até mesmo como condição de acerto para que o aluno seja aceito no grupo). Isso porque a produção de discurso é uma atividade carregada de implicações subjetivas, conforme se observam no item 3.1, deste estudo, *Subjetividade e modelos cognitivos de representações globais*; e 3.4, *Subjetividade e poder: expectativas e realidades na produção de relatório enquanto instrumento de avaliação*.

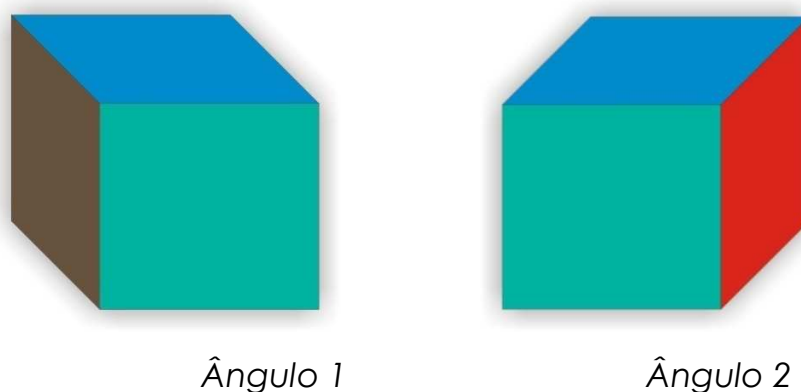
A análise do *corpus* – relatórios produzidos a partir da leitura de artigos de divulgação científica – foi realizada com base nos itens apresentados acima. Para que os alunos textualizassem as informações necessárias, sugeriu-se a orientação (escrita e oral, embora rapidamente) de que eles deveriam seguir o seguinte roteiro

- 1 – identificação do texto: onde se procurou observar se o aluno consegue ler o contexto de divulgação do artigo, tais como, disposição gráfica, além de dados textualizados na superestrutura do texto;
- 2 – identificação do assunto abordado;
- 3 – identificação do enfoque adotado pelo autor do artigo para tratar o assunto selecionado;
- 4 – identificação do motivo para adoção do enfoque;
- 5 – identificação do apoio teórico para embasamento da abordagem do assunto;
- 6 – identificação das etapas apresentadas para exploração do assunto;
- 7 – identificação das relações estabelecidas entre as etapas.

Todos esses elementos ajudam tanto na produção textual quanto na leitura, e um deles em especial é o norteador e o possibilitador da coerência global do texto, pois é esse elemento que mostra a direção do olhar utilizado para a produção do discurso. Trata-se da (exposição e identificação/resgate) linha teórica utilizada para a produção do discurso. Isto porque os objetos a serem estudados possuem perspectivas que possibilitam olhares diferentes, fazendo com que dois observadores que estejam em ângulos diferentes possam estudá-los, descrevê-los e apresentá-los de maneira diferente. Caso a perspectiva não seja disponibilizada na

produção do texto científico, ou ainda, não seja resgatada em sua leitura, o discurso poderá ter seu efeito de verdade, ou coerência, comprometido. A idéia geral da perspectiva do pesquisador está representada na figura, abaixo.

FIGURA 6 – O OBJETO E SUAS PERSPECTIVAS: A OBSERVAÇÃO DA LINHA TEÓRICA



O cubo acima serve para ilustrar que os objetos possuem perspectivas, ângulos diferentes para serem olhados. Assim, o mesmo objeto acima será descrito por um pesquisador como possuidor de três cores, o marrom, o azul e o verde, pois o estudioso está estudando o cubo pelo ângulo 1. Outro pesquisador, no entanto, descreverá o cubo como possuindo três cores, mas apresentando-as como verde, azul e vermelho. Ainda assim, há a possibilidade para outras descrições e descobertas, com a apresentação de outras cores e detalhes, caso o pesquisador se posicione de forma a descobrir o que há nas outras duas faces do cubo, incluindo a possibilidade de saber se o cubo é oco ou não, se existe alguma escrita nos outros lados, entre outras coisas mais.

Quando o produtor do texto científico disponibiliza a informação sobre a perspectiva (fundamentação teórica) que utiliza em sua produção, além de orientar a leitura, apresenta uma pista sobre o grupo a que pertence ou deseja participar.

O produtor de um texto acadêmico, sabendo bem qual a perspectiva que está utilizando em seu estudo, pode também sugerir estudos pelos outros ângulos, o que pode aparecer nas considerações finais de seu trabalho, como perspectivas para novos estudos.

Alunos dos cursos de Letras, Direito e Administração de Empresas de uma universidade da grande São Paulo foram convidados a participar da pesquisa, realizando a leitura de dois textos de divulgação científica, e, posteriormente, produzindo o relatório a partir das orientações já mencionadas neste texto. Desse modo, aplicou-se a atividade para 31 alunos do curso de Letras, 29 do curso de Direito, e para 5 do curso de Administração. Neste último caso, os alunos participantes aceitaram nosso convite pessoalmente, sem a intermediação da coordenação do curso, uma vez que o departamento não autorizou a aplicação da atividade, porque o trabalho utilizaria um texto veiculado por uma revista assinada por uma instituição de ensino superior também situada na grande São Paulo. Dos 31 alunos do curso de Letras, apenas 24 fizeram a segunda parte da atividade (a leitura do artigo e produção do relatório relacionado com o texto de Medicina). Dos 29 alunos do

curso de Direito, apenas 19 completaram a atividade. Os 5 participantes de Administração fizeram as duas etapas da pesquisa.

Para a análise, foram separadas, aleatoriamente, as produções de cinco participantes de cada curso, para observação das produções dos relatórios propostos nesta tese. As produções estão disponibilizadas nos anexos.

Os participantes são alunos dos referidos cursos, que estudam no período noturno, após a jornada. A amostra é formada a partir da produção de relatórios independentemente da faixa etária e do sexo do colaborador. Os alunos de Letras e de Direito cursavam o quarto semestre do curso, enquanto que os de Administração cursavam o sétimo semestre.

Para este trabalho, buscou-se selecionar alunos do quarto semestre ou mais, para que houvesse na amostra certo grau de amadurecimento quanto aos fatores que envolvem os assuntos propostos nos textos selecionados e também quanto às peculiaridades do texto acadêmico-científico.

4.2 Descrição dos Textos Utilizados: divergências e convergências, possíveis pela relativa estabilidade inerente aos (modelos)gêneros

Neste item, a descrição dos textos utilizados na experimentação desta tese é apresentada. Para cada instrução

dada ao aluno pesquisado, faz-se uma descrição, comparando o que há de convergente e divergente nos textos das áreas utilizadas (Letras – Direito – Administração – Medicina).

4.2.1 Os temas

Nos periódicos, os temas aparecem com muita frequência no próprio título do artigo, fazendo com que, logo de início se estabeleça uma ênfase ao assunto a ser contemplado no texto. Nos artigos estudados, todos os temas foram apresentados no próprio título (sabe-se que tema não é título, mas no caso dos artigos estudados, o título traz em si informações que revelam o tema do trabalho), em que é possível encontrar, de maneira mais geral, o tema, e de maneira mais específica, sua própria delimitação.

No artigo da área de Letras, tem-se como título e tema: ***Uma Abordagem do Discurso sobre a Mulher Profissional*** (SGARBIERI, 2001), e o texto é desenvolvido sob esta orientação, do início ao fim. Como complemento dos elementos descritivos do tema, tem-se ainda no resumo e nas palavras chave dados suficientes para entendermos ou identificarmos, tais como, *discurso, preconceito, ideologia, discurso da imprensa*.

No texto da área de Direito, tem-se como título e tema: ***Reflexos Tributários da Nova Lei de Falências*** (BOTTALLO, 2005), e o texto é, de igual forma, desenvolvido em cima da proposta

apresentada pelo título. Nesse texto, encontra-se ainda, no sumário (parte de um trabalho onde os temas do discurso também podem aparecer), palavras que servem como chaves para a descrição e reforço do tema também, tais como, *solidariedade tributária, recuperação judicial e falência, crédito tributário*, entre outras. Interessante reforçar ainda, que, segundo Van Dijk (2003, p. 59),

os temas são as informações que melhor nos recordamos em um discurso. Ainda que caracterizem de forma abstrata o significado de todo o discurso ou de um fragmento extenso, também se formulam especificamente no próprio texto, por exemplo nos resumos, nos títulos e subtítulos.

No texto de Administração, tem-se como título e tema: **Aprendizagem Organizacional e Qualidade Total: Vantagem Competitiva** (SOUZA & KUBO, 2002), e todo o texto é desenvolvido em cima desta descrição. No resumo, aparece novamente o termo *aprendizagem organizacional*, seguido, inclusive de sua abreviação (AO), e uma breve descrição do que seria seu conceito, e nas palavras chave, *organização do trabalho*.

No texto de Medicina, encontra-se como título e tema: **Influência da Ascite na Avaliação da Função Pulmonar em Portadores de Hipertensão Portal** (NITRINI, STIRBULOV & ROLIM, 2004), e, de igual modo, o texto é organizado e apresentado no sentido de discutir o assunto descrito no tema. Como palavras chaves, tem-se: *ascite/terapia, hipertensão portal, função respiratória*, todas como

uma complementação e forma de se chamar a atenção para o tema proposto.

4.2.2 Os problemas levantados

O problema levantado no artigo da área de Letras, que serve, inclusive, como elemento delimitador do tema proposto, aparece logo após a apresentação e descrição da teoria utilizada para a fundamentação de todo o discurso proposto, e que, para nós, aparece assim no texto: 'por meio da observação de

como as relações de poder se manifestam e são negociadas através da linguagem... no presente trabalho, proponho pensar ideologia e cognição social tomando como base o arcabouço teórico apresentado acima, segundo o qual as atitudes ou opiniões preconceituosas sobre grupos minoritários, que são ou não apoiados pela sociedade de um modo geral, podem ser observadas através da Análise do Discurso Crítica (SGARBIERI, 2001, p. 162).

No artigo de Direito, o problema a ser discutido aparece, não de forma tão explícita, mas meio diluído no texto, e entendido por nós como a observação de como os aspectos da lei tributária se intercomunicam com a nova lei de falências, a questão da penhora *on-line*, os critérios para contagem do prazo para se pleitear a restituição ou compensação de tributos submetidos ao regime de lançamento por homologação.

O problema levantado no texto de Administração está, assim, disponibilizado na primeira coluna da primeira página do artigo: questiona-se: de que maneira a AO contribuiu para identificar as diferenças entre os programas de qualidade no Japão e no Brasil? Quais são essas diferenças? (SOUZA & KUBO, 2002, p. 226).

No texto de Medicina, o problema discutido aparece implicitamente na parte introdutória, e, pode ser resumido da seguinte maneira: *a ascite, principalmente quando de grande volume, prejudica de forma variável a função pulmonar de doentes com hipertensão portal de diferentes etiologias, sobretudo quando associada à cirrose...*, ou como se observa no resumo, a grande questão é se *a oxigenação inadequada nos pacientes com hipertensão portal pode ser secundária a alterações na mecânica respiratória, determinadas pela presença da ascite*. Nesse sentido, quais são os resultados e benefícios resultantes da *influência da redução do volume do líquido ascítico na função pulmonar de doentes portadores de hipertensão portal* ? (NITRINI, STIRBULOV & ROLIM, 2004, p. 15). Nota-se que ao contrário dos textos de Letras e Administração, o de Medicina não explicita qual é efetivamente o problema analisado. Isso, porém, não traz nenhum prejuízo ao processamento da leitura, uma vez que os outros elementos, como o objetivo, por exemplo, trazem explicitamente e de forma indubitável o problema discutido pelos autores.

4.2.3 Os objetivos

Em Letras, o objetivo aparece já no resumo do texto, em que o autor apresenta de maneira explícita que seu objetivo para o trabalho de pesquisa divulgado no artigo é *analisar, no discurso da imprensa, manifestações lingüísticas de preconceito face à mulher profissional na sociedade brasileira* (SGARBIERI, 2001, p. 160). A realização desta pesquisa permitiu observar que muitos autores já deixam seus objetivos explicitamente no resumo exigido para a publicação do texto nos periódicos, outros, no entanto, por não haver uma instrução rígida em alguns conselhos editoriais sobre o que deve constar nos resumos (ou até mesmo da necessidade de se haver um resumo para o texto, como no artigo de Direito), apresentam explicitamente seus objetivos no corpo do texto, ou, muitas vezes, implicitamente nele, fazendo com que o leitor o reconheça por meio da leitura de parte ou do todo do texto.

Em Direito, o objetivo do texto aparece na introdução do trabalho, da seguinte maneira: todavia, dado o escopo do presente número da Revista do Advogado, cingiremos nossas observações aos aspectos da lei tributária que se intercomunicam com a NFL (BOTALLO, 2005, p. 30).

No texto de Administração, o objetivo aparece antes da apresentação do problema de pesquisa, em um parágrafo em que o autor organiza objetivo, problema, e resultados obtidos. Segundo o autor, *o enfoque deste artigo será a maneira como a AO tem levado as empresas a identificarem diferenças, tomando como exemplo os*

programas de qualidade importados do Japão (SOUZA & KUBO, 2002, p. 226).

No artigo de Medicina, o objetivo aparece, primeiramente, no resumo apresentado pelos autores, da seguinte forma: *objetivo: avaliar a função pulmonar de doentes com hipertensão portal antes e após redução do volume da ascite* (NITRINI, STIRBULOV & ROLIM, 2004, p. 14); e depois, assim, recuperado no corpo do texto: *...este trabalho objetiva avaliar e quantificar a influência da redução do volume do líquido ascítico na função pulmonar de doentes portadores de hipertensão portal* (NITRINI, STIRBULOV & ROLIM, *op.cit.*, p. 15). Interessante notar que a diferença entre o objetivo apresentado no resumo e o que aparece no corpo do texto é que este último é, naturalmente, mais detalhado que aquele outro.

4.2.4 A fundamentação teórica

No texto de Letras, o autor apresenta já em seu resumo a linha teórica adotada para fundamentação do discurso. Segundo ele, foi utilizada a abordagem interdisciplinar proposta pela análise crítica do discurso, a qual permitiu observar alguns aspectos socioculturais de mudanças que se manifestam na linguagem (SGARBIERI, 2001, p. 160). Ao longo do texto, o autor cita várias vezes a linha teórica adotada: análise crítica do discurso.

Nos textos de Direito, em primeiro lugar, faz-se necessário um esclarecimento: esta área trabalha com mais de uma possibilidade de fundamentação. Enquanto algumas áreas utilizam teorias para suas fundamentações, a do Direito utiliza outras duas além das teorias, chamadas de doutrinas por seus estudiosos: as leis e as jurisprudências. As primeiras são as normas delegadas/impostas pelo Estado aos cidadãos, às quais eles não podem infringir, e as segundas, são as decisões tomadas por juízes, baseadas no entendimento da lei, nos fatos específicos de processos reais, bem como na observação das doutrinas disponíveis (teorias). No caso do texto estudado, a fundamentação não é feita a partir da observação de teorias (doutrinas), mas da *lei complementar número 118, de 9/1/2005 (LC nº 118/05), que, adaptou preceitos do Código Tributário Nacional (CTN) às inovações introduzidas pela “Nova Lei de Falências” (NFL), objeto da Lei nº 1.101, da mesma data...* (BOTTALLO, 2005, p. 30), apresentado pelo autor na introdução de seu texto.

No texto de Administração, os autores apresentam, já na primeira página e de forma explícita, qual a teoria que vai dar base para a reflexão: *primeiramente, faz-se necessário registrar que o conceito-chave norteador deste artigo é o da aprendizagem organizacional (AO), e o da qualidade* (SOUZA & KUBO, 2002, p. 226). Dada esta apresentação, o autor explica os dois conceitos, inclusive com o uso de paráfrases de considerações feitas pelos teóricos que trabalham com eles.

No artigo de Medicina, a base teórica foi construída por meio da consideração dos postulados da Pneumologia e da Hepatologia, como se pode observar ao longo de todo o texto, desde o título até as considerações finais, em que os conceitos associados às disciplinas aparecem de maneira recorrente. Os autores estudam os problemas no pulmão (saudável), resultantes de doença no fígado. No entanto, difere dos artigos de Letras e de Administração, por exemplo, que deixam explícitas e claras as teorias utilizadas para sua fundamentação.

4.2.5 Os procedimentos metodológicos

O autor do artigo da área de Letras constrói um aparato teórico, em que aborda questões históricas sobre a análise do discurso, reflete a teoria por meio da observação de textos veiculados em revistas e jornais, para, por fim, apresentar suas considerações finais. No resumo do texto, em uma breve descrição, o autor apresenta sua metodologia da seguinte maneira:

foi utilizada a abordagem interdisciplinar proposta pela análise crítica do discurso, a qual permitiu observar alguns aspectos socioculturais de mudanças que se manifestaram na linguagem. Na análise levou-se em consideração o papel da cognição social e da ideologia na reprodução do preconceito (SGARBIERI, 2001, p. 160).

Já no artigo de Direito, o autor retoma a lei em questão, fazendo observações sobre ela, as implicações gerais, sem uma análise mais prática – com estudo de caso, por exemplo –, inclusive, sem apresentar suas considerações finais, no término do texto. Trata-se, portanto, da apresentação comparativa entre lei antiga e lei nova, e as observações do autor do texto frente às mudanças propostas.

Os autores do texto de Administração realizam *um breve histórico das mudanças que levaram as empresas brasileiras a valorizarem a AO e os programas de qualidade* (SOUZA & KUBO, 2002, p. 226), fazem uma comparação entre os movimentos da qualidade no Brasil e no Japão, apresentam uns quadros comparativos, para reforçar os dados informados e discutidos, refletem sobre a cultura brasileira frente à qualidade, tecem suas conclusões, e, por fim, apresentam as referências bibliográficas.

No texto de Medicina, os autores apresentam no resumo, de modo explícito, a metodologia utilizada na pesquisa publicada no artigo:

metodologia: quinze doentes com hipertensão portal e ascite foram submetidos a provas de função pulmonar, constituindo-se de espirometria e gasometria arterial, antes e após redução do volume da ascite. Os parâmetros analisados foram: capacidade vital forçada (CVF); volume expiratório entre 25 e 75 % da CVF (FEF 25-75%); volume de reserva expiratória (VRE); relação VEF1 / CVF; pressão arterial de oxigênio (PaO₂), pressão arterial de dióxido de carbono (PaCO₂) e saturação arterial de oxigênio (SaO₂) (NITRINI, STIRBULOV & ROLIM, 2004, p. 14).

No corpo do Texto os autores recuperam esses itens apresentados no resumo, e apresentam os procedimentos efetuados na pesquisa realizada. É válido mencionar também, que antes desse percurso mais prático os autores disponibilizam as teorias que apóiam a atividade.

4.2.6 As informações mais relevantes: o resumo por meio do reconhecimento dos temas

Sabe-se que esta parte da atividade é bem subjetiva, uma vez que a seleção dos *temas* será realizada com base em variáveis que envolvem fatores sociais e psicológicos, entre outros, como aqueles apresentados por Van Dijk (2003), retomados neste texto, sobre a relação ideológica entre os grupos, a questão das ênfases em algumas proposições e apagamento ou disfarce de outras. Assim, nesta parte da atividade, procurou-se observar se as proposições recuperadas em forma de resumo pelos alunos participantes de nossa pesquisa contemplaram informações mais relevantes para o desenvolvimento e sustentação do tema. Esta foi, portanto, nossa orientação na análise dos resultados.

4.2.7 O gênero utilizado

Um único gênero foi utilizado para os quatro textos utilizados nesta pesquisa, ou seja, o *artigo de divulgação científica*.

4.2.8 A organização do gênero – as partes constitutivas

O texto de Letras está assim organizado: apresentação do título do artigo, seguido do nome do autor do texto, com uma nota de rodapé que indica a instituição que o autor do texto representa. Logo em seguida, aparece o resumo, com a indicação do objetivo, da metodologia, bem como da consideração final mais relevante no trabalho. Em seguida, têm-se as palavras-chave do trabalho. Depois, é disponibilizado o resumo e as palavras-chaves em inglês. Apresentado esses itens, então, o autor desenvolve o seu texto, sem o uso de subtítulos, apresentando, primeiramente, a fundamentação teórica para o desenvolvimento do texto, uma reflexão sobre ela; em seguida, ele faz análise com base em textos veiculados em jornais e revistas; apresenta suas considerações finais; e, por fim, a bibliografia utilizada no texto.

O texto de Direito está assim organizado: apresentação do título do trabalho, seguido do nome de seu autor, bem como da instituição que representa, e sua função na sociedade. Logo após, em vez do mais comum resumo, aparece um sumário, em que são apresentados os tópicos a serem desenvolvidos no texto; em

seguida, aparece a introdução do texto, que contempla a explicitação da Lei 118, de 9/1/2005, do objetivo do autor do texto e da 'metodologia' adotada, como apresentados nos itens anteriores; feito isso, há o desenvolvimento dos subtítulos apresentados no sumário; não há, porém, considerações finais no término do texto, provavelmente devido ao objetivo do autor que é o de refletir a lei, tecer os comentários acerca dela, e isso o autor faz no desenvolvimento de cada ponto contemplado da Lei. No entanto, não parece ser uma boa idéia a opção pela exclusão de uma conclusão que poderia ser apresentada com um posicionamento mais direto do autor em relação à opinião que ele tem sobre a mudança, sem si.

O texto de Administração foi organizado da seguinte maneira: título do artigo, seguido de sua tradução em inglês. Logo abaixo, encontram-se os nomes, bem como uma fotografia em tamanho 3x4 dos autores. Depois, aparecem o resumo, o *abstract*, as palavras-chaves, e as *key words*. Logo em seguida, vem o texto, dividido em subtítulos e com uso de quadros comparativos sobre os assuntos refletidos no texto. Os autores não utilizam notas de rodapé. Finalizando, os autores apresentam suas conclusões, em forma de título, e a bibliografia utilizada para a construção do artigo.

O texto de Medicina está organizado assim: caso isolado, aparece a indicação de *artigo original*, como primeira informação; depois, apresentação do título do trabalho, com uma nota de rodapé indicando onde o trabalho foi realizado e qual a instituição a

que está vinculado, seguido da tradução do título para o Inglês, e também os nomes de seus autores. Depois, embora sem a explicitação do nome *resumo*, ele aparece com a apresentação de uma breve introdução, seguida do objetivo do trabalho, do método utilizado, dos resultados obtidos, e da conclusão dos autores; aparecem, também, as palavras-chave, que os autores chamam de *descritores*. Ao lado, em outra coluna na mesma página, aparecem os mesmos elementos apresentados, porém, em Inglês. Depois disso, aparece ainda a descrição, em português, das siglas e abreviaturas de termos utilizados no artigo. Só então, os autores apresentam a introdução, o método, os resultados, a discussão, e as suas conclusões, todos em formas de subtítulos, exceto nas conclusões, que aparecem ao final da discussão; e, por fim, são apresentadas as referências bibliográficas.

4.2.9 A diagramação: a aparência física do texto:

O texto da área de Letras foi diagramado da seguinte maneira: apresenta uma coluna por lauda, e em todas elas aparece o nome do artigo centralizado em sua parte superior. Cada lauda corresponde à metade de uma folha de papel A4. O número das páginas aparece, nas páginas à esquerda, em sua parte superior esquerda; nas páginas à direita, em sua parte superior direita. Abaixo, quando necessárias, as notas de rodapé, e mais abaixo,

centralizado, o nome do periódico, a instituição e o local de publicação, o número de páginas, e a data da publicação.

O texto de Direito foi assim diagramado: na parte de cima aparece uma linha decorativa, e todo o texto aparece abaixo dela. Cada lauda é disponibilizada em uma folha inteira de A4. O número das páginas aparece, nas páginas à esquerda, na parte inferior à esquerda, e nas páginas à direita, na parte inferior direita da lauda, junto com o nome do periódico. O texto se organiza em duas colunas em cada lauda, e a cada nova lauda aparece, no canto superior esquerdo, o nome do artigo.

O texto de Administração é diagramado da seguinte forma: cada lauda utiliza metade de um papel A4, e o título, resumo, *abstract*, palavras-chaves e *key words* aparecem em uma lauda, sem colunas. O desenvolvimento do texto, porém, é disponibilizado em duas colunas por lauda. Os números das páginas aparecem, nas páginas à esquerda, no canto inferior esquerdo, e nas páginas à direita, no canto inferior direito. Ainda no rodapé, aparecem, nas páginas à direita, no canto direito, nesta ordem, a data de publicação, o número e o nome do periódico; nas páginas à direita aparecem, no canto inferior esquerdo, nesta ordem, o nome do periódico, seu número, e a data de publicação. Sempre nas páginas à esquerda aparece o nome do artigo, e nas páginas à direita aparecem os nomes dos autores do texto, isso na parte superior da lauda.

O texto de Medicina é diagramado da seguinte forma: disponibilizado em duas colunas, utilizando-se um papel A4 para cada lauda, apresenta os números de páginas, quando esquerda, no canto inferior esquerdo, e quando direita, no canto inferior direito. Nas páginas à esquerda, há a indicação, no canto superior esquerdo, do nome dos autores, bem como do título do artigo; nas páginas à direita, há a indicação do nome do periódico, o seu número, e a data de publicação.

4.3 Resultados obtidos

Esta análise foi realizada com base nos resultados obtidos na aplicação da atividade de produção de relatório de leitura, que compreendeu a leitura e produção de textos em dois momentos diferentes: no primeiro, os alunos leram um artigo de divulgação científica pertencente a seu contexto de estudo, e, em outro momento, um artigo de divulgação científica que pertence a outro contexto, o de Medicina. Do total de alunos participantes de cada curso (já mencionado neste capítulo, nas categorias de análise), separamos quatro de cada curso, aleatoriamente, para proceder à análise. A partir daí, a apresentação da reflexão foi constituída com base em algumas informações extras, como conversas informais com

os participantes sobre as dificuldades, facilidades, entre outras informações que serviram na análise como informações complementares.

4.3.1 Letras

4.3.1.1 Resultado – artigo de letras

Na produção do relatório de leitura dos alunos do curso de Letras, a partir da leitura de um artigo científico também da área de Letras, observou-se que, dos 5 alunos selecionados, 4 conseguiram disponibilizar no relatório o tema (1) do artigo. Um participante não disponibilizou o tema, apresentando-o apenas como: *a mulher profissional* (Anexo 5.5a).

Em relação ao problema (2) levantado pelo autor do artigo, 2, dos 5 alunos selecionados, conseguiram identificá-lo e o apresentaram por completo em seus relatórios (Anexo 5.1a e 5.4a). Um aluno identificou o problema mas não o apresentou de forma completa (Anexos 5.5a). Um dos participantes apresenta acertadamente o problema, mas, ao complementá-lo, afirma que o artigo *fala da mulher com certa indiferença, fazendo discriminação sobre a profissão* (Anexo 5.2a), o que revela que o aluno identificou bem o problema, mas talvez não tenha conseguido entender o texto por completo. Um participante não apresenta o problema acertadamente, limitando-se a dizer, somente, que se trata apenas da *aceitação da mulher* (Anexo 5.3a).

Quanto aos objetivos (3) estabelecidos no artigo, 4 alunos os identificaram e os relataram em seu texto (Anexos 5.1a; 5.3a; 5.4a e 5.5a). Um aluno da amostra selecionada, no entanto, não o apresentou de maneira completa; para ele, o objetivo do texto é apenas *observar alguns aspectos socioculturais de mudanças que se manifestam na linguagem* (Anexo 5.2a); é isso também, mas o objetivo geral do autor é, segundo o próprio texto, *é analisar, no discurso da imprensa, manifestações lingüísticas de preconceito face à mulher profissional na sociedade brasileira* (SGARBIERI, 2001, p. 160).

No que diz respeito à identificação da linha teórica (4) adotada pelo autor do artigo, 4 alunos conseguiram identificá-la e disponibilizaram-na em seus relatórios (Anexos 5.1a; 5.3a; 5.4a e 5.5a). Um aluno apresentou de forma não muito explícita a linha teórica utilizada pelo autor do artigo (Anexo 5.2a).

Em relação aos procedimentos metodológicos (5), 4 alunos conseguiram identificar a metodologia, os procedimentos adotados pelo autor do texto para o desenvolvimento do tema, o alcance dos objetivos, para se chegar à resposta ao problema (Anexos 5.1a; 5.2a; 5.3a; 5.4a). Um aluno conseguiu identificar parcialmente o percurso (Anexo 5.5a).

Quanto à identificação das informações mais relevantes (6) no desenvolvimento do artigo, um resumo do texto, 2 alunos identificaram essas informações, recuperando elementos que consideramos refletir de forma mais completa as informações

fundamentais do texto original (Anexos 5.1a; e 5.4a). Outros 2 alunos o fizeram, mas de maneira não tão completa quanto os primeiros (Anexos 5.3a e 5.5a). Por fim, um aluno não apresentou um resumo no relatório (Anexo 5.2a).

Quanto à identificação do gênero do texto (7), todas as amostras selecionadas do curso de Letras revelam que o texto lido se trata de um artigo de divulgação científica (Anexos 5.1a; 5.2a; 5.3a; 5.4a e 5.5a).

Por fim, todos os alunos fizeram a descrição física (8) do texto, apresentando características de sua diagramação, tais como disponibilização do texto em colunas, numeração de páginas, indicação do nome do periódico, entre outras (Anexos 5.1a; 5.2a; 5.3a; 5.4a e 5.5a).

4.3.1.2 Resultado – artigo de medicina

Na produção do relatório de leitura dos alunos do curso de Letras, a partir da leitura de um artigo de divulgação científica da área de Medicina, observa-se que as cinco produções selecionadas apresentam a disponibilização do tema (1) do artigo (Anexos 5.1b; 5.2b; 5.3b; 5.4b e 5.5b).

Em relação ao problema (2) levantado pelo autor do artigo, 2 alunos conseguiram identificá-lo e o apresentaram em seu relatório (Anexos 5.1b e 5.5b). Outros 3 alunos identificaram parcialmente o problema (Anexos 5.2b; 5.3b e 5.4b).

Quanto aos objetivos (3) estabelecidos no artigo, 3 alunos os identificaram e os relataram em seu relatório (Anexos 5.1b; 5.4b e 5.5b). Um aluno, no entanto, os apresentou de forma incompleta (Anexo 5.2b). Por fim, um aluno não conseguiu identificar os objetivos, ou seja, não os relatou adequadamente em seu texto (Anexo 5.3b).

No que diz respeito à identificação da linha teórica (4) adotada pelo autor do artigo, um aluno conseguiu efetuar a identificação e a disponibilizou em seu relatório (Anexo 5.3b). Um aluno conseguiu proceder parcialmente a identificação da linha teórica (Anexo 5.5b). Três alunos, por outro lado, não fizeram a identificação da linha teórica, provavelmente por falta de conhecimento prévio sobre o tema abordado pelo autor do artigo de medicina (Anexos 5.1b; 5.2b e 5.4b).

Em relação aos procedimentos metodológicos (5), 3 alunos conseguiram identificar a metodologia, os caminhos percorridos pelo autor do texto para o desenvolvimento do tema (Anexos 5.1b; 5.3b e 5.5b). Outros 2 alunos conseguiram identificar alguns itens desse percurso (Anexos 5.2b e 5.4b).

Quanto à identificação das informações mais relevantes (6) no desenvolvimento do artigo, um resumo do texto, 2 alunos o fizeram, recuperando elementos que consideramos refletir de forma mais completa as informações fundamentais do texto original (Anexos 5.1b e 5.4b). Três alunos não apresentaram um resumo no relatório (Anexos 5.2b; 5.3b e 5.5b). Aqui parece aparecer um dos problemas encontrados para a realização da pesquisa de campo, que é a falta de tempo para realizar a atividade, o que fez com que, provavelmente, não tenha havido tempo suficiente para que o aluno produzisse o resumo.

Quanto à identificação do gênero do texto (7), 4 alunos de Letras relataram se tratar de um artigo de divulgação científica (Anexos 5.1b; 5.3b; 5.4b e 5.5b). Um aluno mencionou que se tratava de um artigo, mas mostrando pouca precisão se de caráter científico ou pedagógico (Anexo 5.2b).

Por fim, 3 alunos fizeram a descrição física (8) do texto, apresentando características de sua diagramação, tais como disponibilização do texto em colunas, numeração de páginas, indicação do nome do periódico, entre outras (Anexos 5.1b; 5.2b e 5.5b). Outros 2 alunos fizeram a descrição parcial, omitindo alguns itens da diagramação geral (Anexos 5.3b e 5.4b).

4.3.1.3 Regularidade: artigo de Letras e artigo de Medicina

Neste item, expõem-se os acertos dentro e fora da área, ou seja, se o participante da pesquisa conseguiu alcançar as metas propostas nos dois artigos: a recuperação dos dois temas abordados, por exemplo.

O participante 5.1 apresentou regularidade em quase todos os itens, recuperando-os nos dois textos lidos (Letras e Medicina). Excetua-se apenas a fundamentação teórica, recuperada apenas no texto de Letras, o que não aconteceu no de Medicina.

O participante 5.2 apresentou regularidade na recuperação dos itens tema, problema (parcialmente nos dois artigos), objetivos (parcialmente nos dois artigos), procedimentos metodológicos (parcialmente no texto de Medicina), gênero (meio confuso no de Medicina, mas aceitável – mencionou didático e também científico). Houve regularidade também na não recuperação do item resumo.

O participante 5.3 conseguiu recuperar quase todos os itens no artigo de sua área. Houve regularidade no tema, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, gênero e descrição do texto (este último parcialmente no texto de Medicina). O problema foi recuperado parcialmente no texto de Medicina e

não foi recuperado no de Letras. O aluno produziu um resumo (parcial) no texto de Letras, mas não o fez no de Medicina.

Já o participante 5.4 mostrou regularidade em sua atividade recuperando o tema, o problema (parcialmente fora da área), os objetivos, os procedimentos metodológicos (parcialmente fora da área), o resumo, o gênero e a descrição física do texto (parcialmente fora da área). Teve dificuldades, no entanto, em disponibilizar a fundamentação teórica do texto de Medicina.

O participante 5.5 conseguiu recuperar o tema apenas no artigo de Medicina, o que não aconteceu no texto de sua área. Recuperou, ainda com certa estranheza nesta análise, o problema parcialmente em sua área e completamente no texto de Medicina. Recuperou ainda objetivos, fundamentação teórica (parcialmente fora da área), procedimentos metodológicos (parcialmente no texto de sua área), gênero e descrição do texto. O resumo foi feito parcialmente resultado da leitura do texto de Letras, e não foi produzido para o de Medicina.

FIGURA 7 – RESUMO DOS DADOS: LETRAS

COLETA DE DADOS - LETRAS							
Total de Alunos Participantes				33			Média Tempo
Primeira Etapa		Segunda Etapa		Selecionados		1 Etapa	2 Etapa
33		24				60 min.	53 min.
Objetivos Atingidos Totalmente Dentro da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
4	2	4	4	4	2	5	5
5.1; 5.2; 5.3; 5.4	5.1; 5.4	5.1; 5.3; 5.4; 5.5	5.1; 5.3; 5.4; 5.5	5.1; 5.2; 5.3; 5.4	5.1; 5.4	todos	todos
80,00%	40,00%	80,00%	80,00%	80,00%	40,00%	100,00%	100,00%
Objetivos Atingidos Parcialmente Dentro da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
0	2	1	1	1	2	0	0
	5.5; 5.2	5.2	5.2	5.5	5.3; 5.5		
0,00%	40,00%	20,00%	20,00%	20,00%	40,00%	0,00%	#VALOR!
Objetivos Não Atingidos Dentro da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
1	1	0	0	0	1	0	0
5.5	5.3				5.2		
20,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	0,00%	#VALOR!
Objetivos Atingidos Totalmente Fora da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
5	2	3	1	3	2	4	3
todos	5.1; 5.5	5.1; 5.4; 5.5	5.3	5.1; 5.3; 5.5	5.1; 5.4	5.1; 5.3; 5.4; 5.5	5.1; 5.2; 5.5
100,00%	40,00%	60,00%	20,00%	60,00%	40,00%	80,00%	60,00%
Objetivos Atingidos Parcialmente Fora da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
0	3	1	1	2	0	1	2
	5.2; 5.3; 5.4	5.2	5.5	5.2; 5.4		5.2	5.3; 5.4
0,00%	60,00%	20,00%	20,00%	40,00%	0,00%	20,00%	40,00%
Objetivos Não Atingidos Fora da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
0	0	1	3	0	3	0	0
		5.3	5.1; 5.2; 5.4		5.2; 5.3; 5.5		
0,00%	0,00%	20,00%	60,00%	0,00%	60,00%	0,00%	0,00%

4.3.2 Direito

4.3.2.1 Resultado – artigo de direito

Na produção do relatório de leitura dos alunos do curso de Direito, a partir da leitura de um artigo científico também da área de Direito, 3 deles conseguiram recuperar em sua leitura e disponibilizar no relatório o tema (1) do artigo (Anexos 7.1a; 7.2a; 7.5a). Um aluno conseguiu recuperar parcialmente o tema – não mencionou que o texto trataria dos reflexos da nova lei (Anexo 7.3a). Um respondente não conseguiu recuperar o tema (Anexo 7.4a).

Em relação ao problema (2) levantado pelo autor do artigo, 2 alunos conseguiram identificá-lo e o apresentaram em seu relatório (Anexos 7.1a e 7.2a). Um aluno identificou o problema mas não conseguiu expor de forma clara em seu relatório (Anexo 7.3a). Por fim, 2 alunos não conseguiram identificar o problema e não apresentaram em seu relatório (Anexos 7.4a e 7.5a).

Quanto aos objetivos (3) estabelecidos no artigo, dois alunos os identificaram e os relataram em seu texto (Anexos 7.1a e 7.2a). Outros 9 alunos não conseguiram identificar os objetivos, ou seja, não os mostraram em seu relato (Anexos 7.3a; 7.4a e 7.5a).

No que diz respeito à identificação da linha teórica (4) adotada pelo autor do artigo, 4 alunos conseguiram identificá-la e disponibilizaram-na em seus relatórios (Anexos 7.1a; 7.2a; 7.3a e 7.5a).

Um aluno apresentou a teoria utilizada, mas de maneira não tão exata (Anexo 7.4).

Em relação aos procedimentos metodológicos (5), 1 aluno conseguiu identificar a metodologia, os caminhos percorridos pelo autor do texto para o desenvolvimento do tema, o alcance dos objetivos, para se chegar à resposta ao problema (Anexo 7.1a). Um aluno conseguiu identificar alguns dos itens desse percurso (Anexo 7.3a), e 3 alunos não relataram nada sobre a metodologia utilizada (7.2a; 7.4a e 7.5a).

Quanto à identificação das informações mais relevantes (6) no desenvolvimento do artigo, um resumo do texto, um aluno o fez, recuperando elementos que consideramos refletir de forma mais completa as informações fundamentais do texto original (Anexo 7.1a). Outros dois alunos o fizeram, mas de maneira não tão completa quanto os primeiros, um deles, por exemplo, levantou apenas os tópicos mais importantes, mas sem discorrer sobre o que eles diziam de mais relevante (Anexos 7.2a e 7.3a). Por fim, dois alunos não apresentaram um resumo no relatório (Anexos 7.4a e 7.5a).

Quanto à identificação do gênero do texto (7), quatro alunos de Direito relataram se tratar de um artigo de divulgação científica (Anexos 7.1a; 7.2a; 7.4a e 7.5). Por outro lado, um aluno fez a identificação do gênero do texto, sem especificar com mais clareza o gênero artigo de divulgação científica (Anexo 7.3).

Por fim, três alunos fizeram a descrição física (8) do texto, apresentando características de sua diagramação, tais como disponibilização do texto em colunas, numeração de páginas, indicação do nome do periódico, entre outras (Anexos 7.1a; 7.2a e 7.5a). Um aluno fez a descrição, mas omitindo alguns itens (Anexo 7.4a). E, um aluno não disponibilizou em seus relatórios a descrição do texto original (Anexo 7.3a).

4.3.2.2 Resultado – artigo de medicina

Na produção do relatório de leitura dos alunos do curso de Direito, a partir da leitura de um artigo de divulgação científica da área de Medicina, três deles conseguiram recuperar em sua leitura e disponibilizar no relatório o tema (1) do artigo (Anexos 7.1b: 7.3b e 7.5b). Por outro lado, um aluno conseguiu recuperar parcialmente o tema (Anexo 7.4b). Um aluno não apresentou o tema do texto (Anexo 7.2b).

Em relação ao problema (2) levantado pelo autor do artigo, dois alunos conseguiram identificá-lo e o apresentaram em seu relatório (Anexos 7.1b e 7.3b). Um aluno não mencionou em seu relatório o problema levantado pelo autor (Anexo 7.4b).

Quanto aos objetivos (3) estabelecidos no artigo, um aluno os identificou e os relatou em seu relatório (Anexo 7.3b). Um aluno, no entanto, os apresentou de forma incompleta (Anexo 7.2b).

Por fim, três alunos não conseguiram identificar os objetivos, ou seja, não os relataram em seu texto (Anexos 7.1b; 7.4b e 7.5b).

No que diz respeito à identificação da linha teórica (4) adotada pelo autor do artigo, um aluno conseguiu identificá-la e mencioná-la de forma completa (Anexo 7.3b). Outros quatro alunos não fizeram a identificação das teorias utilizadas no texto (Anexos 7.1b; 7.2b; 7.4b e 7.5b).

Em relação aos procedimentos metodológicos (5), dois alunos conseguiram identificar a metodologia, os caminhos percorridos pelo autor do texto para o desenvolvimento do tema (Anexos 7.3b e 7.5b). Um aluno conseguiu identificar alguns itens desse percurso, mas deixou de mencionar o procedimento de comparação adotado para construção do texto (Anexo 7.1b). Por fim, dois alunos não conseguiram identificar a metodologia utilizada (Anexos 7.2b e 7.4b).

Quanto à identificação das informações mais relevantes (6) no desenvolvimento do artigo, um resumo do texto, um aluno o fez, recuperando elementos que consideramos refletir de forma mais completa as informações fundamentais do texto original (Anexo 7.3b). Outro aluno o fez, mas de maneira não tão completa quanto o primeiro (Anexo 7.1b). Por fim, três alunos não apresentaram um resumo no relatório (Anexos 7.2b; 7.4b e 7.5b).

Quanto à identificação do gênero do texto (7), todos os alunos de Direito relataram se tratar de um artigo de divulgação científica (Anexos 7.1b; 7.2b; 7.3b; 7.4b e 7.5b).

Finalmente, todos os alunos fizeram a descrição física (8) do texto, apresentando características de sua diagramação, tais como disponibilização do texto em colunas, numeração de páginas, indicação do nome do periódico, entre outras (Anexos 7.1b; 7.2b; 7.3b; 7.4b e 7.5b).

4.3.2.3. Regularidade: artigo de Direito e artigo de Medicina

Neste item, apresenta-se a exposição dos acertos dentro e fora da área, ou seja, se o participante da pesquisa conseguiu alcançar as metas propostas nos dois artigos: a recuperação dos dois temas abordados, por exemplo.

O participante 7.1 conseguiu recuperar o tema, o problema, os procedimentos metodológicos (parcialmente fora da área), o resumo (parcialmente fora da área), o gênero e a descrição dos dois textos lidos. No artigo de sua área, conseguiu recuperar todos os itens propostos pela atividade. Já no artigo de Medicina, deixou de recuperar apenas os objetivos, a fundamentação teórica, itens diretamente relacionados ao conhecimento prévio necessário para uma leitura mais profunda.

O participante 7.2 mostrou regularidade nos itens problema (parcialmente fora da área), objetivos (parcialmente fora da área), gênero e descrição, recuperando-os nos dois artigos. O participante não recuperou o tema, a teoria utilizada, os e o resumo fora da área, e, ainda, procedimentos metodológicos, este item, em nenhum dos dois artigos.

Fato curioso ocorreu com o participante 7.3, que conseguiu recuperar todos os itens fora de sua área, infere-se aqui, por conta da introdução (resumo) detalhada oferecida pelos autores do texto de medicina, pois um olhar atento a ele permite-nos adiantar a tarefa por aquela leitura. No entanto, no texto de sua área, ele recuperou parcialmente os itens tema, problema, procedimentos metodológicos, fundamentação teórica e gênero. Não fez, também, a descrição física do texto. Esse fenômeno observado pode ser resultado do interesse subjetivo do aluno em fazer a atividade no dia em que se propôs o texto de sua área não ser o suficiente; infere-se isso, a partir da observação de que ele não fez a própria descrição física do texto, um item colocado especialmente para verificar se o participante estava atento a todos os itens, prestando atenção e com disposição de cumprir todas as metas estabelecidas. O mesmo acontece com o próximo participante, 7.4.

O participante 7.4 mostrou regularidade em sua atividade na medida em que não recuperou o problema, os objetivos, os procedimentos metodológicos e a fundamentação teórica em

nenhum dos artigos. O participante não recuperou o tema no artigo de sua área, mas fez isso, mesmo que parcialmente, no artigo de Medicina. A fundamentação teórica foi recuperada por ele parcialmente dentro de sua área, porém não foi feito no artigo de Medicina, o que é justificável pela falta de conhecimento prévio para a leitura.

O participante 7.5 conseguiu recuperar o tema, o gênero e a descrição física do texto nos dois artigos. No entanto, Não recuperou o problema do texto de sua área e fez isso parcialmente com o de Medicina. Não recuperou os objetivos e resumo em nenhum dos textos. Apresentou a fundamentação teórica dentro de sua área, mas não a recuperou no outro texto. Não recuperou os procedimentos metodológicos de sua área, mas fez isso acertadamente com o texto de Medicina, talvez pelo fato de haver um resumo que dá conta disso logo no início do texto. Não apresentou resumo de nenhum dos textos.

FIGURA 8 – COLETA DE DADOS: DIREITO

COLETA DE DADOS - DIREITO							
Total de Alunos Participantes				29		Média Tempo	
Primeira Etapa		Segunda Etapa		Selecionados		1 Etapa	2 Etapa
29		19				57 min.	40 min.
Objetivos Atingidos Totalmente Dentro da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
3	2	2	4	1	1	4	3
7.1; 7.2; 7.5	7.1; 7.2	7.1; 7.2	7.1; 7.2; 7.3; 7.5	7.1	7.1	7.1; 7.2; 7.4; 7.5	7.1; 7.2; 7.5
60,00%	40,00%	40,00%	80,00%	20,00%	20,00%	80,00%	60,00%
Objetivos Atingidos Parcialmente Dentro da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
1	1	0	1	1	2	1	1
7.3	7.3		7.4	7.3	7.2; 7.3	7.3	7.4
20,00%	20,00%	0,00%	20,00%	20,00%	40,00%	20,00%	20,00%
Objetivos Não Atingidos Dentro da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
1	2	3	0	3	2	0	1
7.4	7.4; 7.5	7.3; 7.4; 7.5		7.2; 7.4; 7.5	7.4; 7.5		7.3
20,00%	40,00%	60,00%	0,00%	60,00%	40,00%	0,00%	20,00%
Objetivos Atingidos Totalmente Fora da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
3	2	1	1	2	1	5	5
7.1; 7.3; 7.5	7.1; 7.3	7.3	7.3	7.3; 7.5	7.3	todos	todos
60,00%	40,00%	20,00%	20,00%	40,00%	20,00%	100,00%	100,00%
Objetivos Atingidos Parcialmente Fora da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
1	2	1	0	1	1	0	
7.4	7.2; 7.5	7.2		7.1	7.1		
20,00%	40,00%	20,00%	0,00%	20,00%	20,00%	0,00%	0,00%
Objetivos Não Atingidos Fora da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
1	1	3	4	2	3	0	
7.2	7.4	7.1; 7.4; 7.5	7.1; 7.2; 7.4; 7.5	7.2; 7.4	7.2; 7.4; 7.5		
20,00%	20,00%	60,00%	80,00%	40,00%	60,00%	0,00%	0,00%

4.3.3 Administração

4.3.3.1 Resultado – artigo de Administração

Na produção do relatório de leitura dos alunos do curso de Administração, a partir da leitura de um artigo científico de Administração, observamos que 4 deles conseguiram recuperar em sua leitura e disponibilizar no relatório o tema (1) do artigo (Anexos 6.1a; 6.3a; 6.4a; 6.5a). Um aluno conseguiu recuperar parcialmente o tema, não mencionando a questão da vantagem competitiva (Anexo 6.2a).

Em relação ao problema (2) levantado pelo autor do artigo, 4 alunos conseguiram identificá-lo e o apresentaram em seu relatório (Anexos 6.1a; 6.2a; 6.3a; 6.5a). Um aluno não conseguiu fazer a identificação do problema discutido (Anexo 6.1a).

Quanto aos objetivos (3) estabelecidos no artigo, 2 alunos fizeram a identificação e os relataram em seu texto (Anexos 6.4a; 6.5a). Um aluno os apresentou de maneira incompleta (Anexo 6.3a), e outro aluno não recuperou os objetivos dos autores (Anexo 6.1a).

No que diz respeito à identificação da linha teórica (4) adotada pelo autor do artigo, 4 alunos conseguiram identificá-la e disponibilizaram-na em seus relatórios (Anexos 6.1a; 6.3a; 6.4a; 6.5a). Um aluno não mencionou a linha teórica em seu relatório (Anexo 6.2a).

Em relação aos procedimentos metodológicos (5), 4 alunos conseguiram identificar a metodologia, os caminhos percorridos pelo autor do texto para o desenvolvimento do tema, o alcance dos objetivos, para se chegar à resposta ao problema (Anexos 6.1a; 6.3a; 6.4a; 6.5a). Um aluno não relatou nada sobre a metodologia utilizada (Anexo 6.2a).

Quanto à identificação das informações mais relevantes (6) no desenvolvimento do artigo, um resumo do texto, 3 alunos o fizeram, recuperando elementos que consideramos refletir de forma mais completa as informações fundamentais do texto original (Anexos 6.1a; 6.4a; 6.5a). Dois alunos (Anexos 6.2a; 6.3a) não apresentaram um resumo no relatório, sendo que um deles (Anexo 6.3a) justificou a ausência do resumo por falta de tempo para fazer a atividade.

Quanto à identificação do gênero do texto (7), 4 alunos de Administração relataram se tratar de um artigo de divulgação científica (Anexos 6.1a; 6.3a; 6.4a; 6.5a). Um aluno mencionou a identificação do gênero como didático-pedagógico (Anexo 6.2a).

Por fim, 2 alunos fizeram a descrição física (8) do texto, apresentando características de sua diagramação, tais como disponibilização do texto em colunas, numeração de páginas, indicação do nome do periódico, entre outras (Anexos 6.3a; 6.4a). Outros 2 alunos fizeram a descrição, mas omitindo alguns itens

(Anexos 6.1a; 6.5a). Um aluno não apresentou a descrição (Anexo 6.2a).

4.3.3.2 Resultado – artigo de Medicina

Na produção do relatório de leitura dos alunos do curso de Administração, a partir da leitura de um artigo de divulgação científica da área de Medicina, 3 deles conseguiram recuperar em sua leitura e disponibilizar no relatório o tema (1) do artigo (Anexos 6.1b; 6.3b; 6.4). Por outro lado, 2 alunos não conseguiram realizar a identificação do tema (6.2b; 6.5b).

Em relação ao problema (2) levantado pelo autor do artigo, 4 alunos conseguiram identificá-lo e o apresentaram em seu relatório (Anexos 6.1b; 6.2b; 6.3b; 6.5b). Um aluno não mencionou, em seu relatório, o problema levantado pelo autor (Anexo 6.4b).

Quanto aos objetivos (3) estabelecidos no artigo, 4 alunos os identificaram e os relataram em seu relatório (Anexos 6.1b; 6.3b; 6.4b; 6.5b). Um aluno não conseguiu identificar os objetivos, ou seja, não os relatou em seu texto (Anexo 6.2b).

No que diz respeito à identificação da linha teórica (4) adotada pelo autor do artigo, um aluno conseguiu identificá-la e mencioná-la de forma completa (Anexo 6.3b). No entanto, 4 alunos não conseguiram atingir esta meta (Anexos 6.1b; 6.2b; 6.4b; 6.5b).

Em relação aos procedimentos metodológicos (5), dois alunos conseguiram identificar a metodologia, os caminhos percorridos pelo autor do texto para o desenvolvimento do tema (Anexos 6.3b; 6.5b). Um aluno conseguiu identificar alguns itens desse percurso (Anexo 6.1b), e, por fim, 2 alunos não conseguiram identificar a metodologia utilizada (Anexos 6.2b; 6.4b).

Quanto à identificação das informações mais relevantes (6) no desenvolvimento do artigo, um resumo do texto, 1 aluno a fez, recuperando elementos que consideramos refletir de forma mais completa as informações fundamentais do texto original (Anexo 6.1b). Outros 4 alunos não apresentaram um resumo no relatório (Anexos 6.2b; 6.3b; 6.4b; 6.5b).

Quanto à identificação do gênero do texto (7), todas as amostras revelam que os alunos de Administração relataram se tratar de um artigo de divulgação científica (Anexos 6.1b; 6.2b; 6.3b; 6.4b; 6.5b).

Finalmente, 1 aluno fez a descrição física (8) do texto, apresentando características de sua diagramação, tais como disponibilização do texto em colunas, numeração de páginas, indicação do nome do periódico, entre outras (Anexo 6.3b). Outros 3 alunos fizeram a descrição, mas omitindo alguns itens (Anexos 6.1b; 6.4b; 6.5b). Um aluno não fez a descrição (Anexo 6.2b).

4.3.3.3 Regularidade: artigo de Administração e artigo de Medicina

Neste item, far-se-á a exposição dos acertos dentro e fora da área, ou seja, se o participante da pesquisa conseguiu alcançar as metas propostas nos dois artigos: a recuperação dos dois temas abordados, por exemplo.

O participante 6.1 conseguiu recuperar o tema, o problema, o resumo e o gênero nos dois textos. No artigo de sua área, não conseguiu recuperar os objetivos propostos pelo autor do texto, o que, interessante notar, conseguiu proceder no artigo de Medicina. Este participante conseguiu recuperar a linha teórica apenas no artigo de sua área. Os procedimentos metodológicos foram recuperados por ele no texto de sua área, enquanto que parcialmente no outro texto. Nos dois artigos o participante não realizou uma descrição completa. Percebe-se que há certa regularidade nas respostas, deixando à vista que a recuperação dos objetivos, da linha teórica fora da área, os procedimentos metodológicos, também fora da área são itens difíceis de serem recuperados por alunos de graduação, principalmente, infere-se aqui, por falta de conhecimento prévio do assunto.

O participante 6.2 mostrou regularidade, neste caso, de forma oposta, pois não conseguiu recuperar muitas das metas estabelecidas. O participante recuperou o tema parcialmente dentro de sua área, e não o recuperou no artigo de Medicina. O participante recuperou os problemas dos dois textos. No entanto,

não recuperou os itens objetivos, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, resumo e descrição física dos textos. Em sua área, não conseguiu recuperar o gênero do texto, o que foi feito no artigo fora da área. Há uma dificuldade muito grande no processamento desta pesquisa, que pode ser observada, infere-se aqui, pelas respostas deste participante que é a questão do comprometimento do aluno, e o tempo curto para ser orientado e executar a tarefa.

O participante 6.3 também apresentou regularidade em suas respostas. Os itens tema, problema, objetivos (mesmo que parcialmente em sua área), fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, gênero e descrição física do artigo o aluno recuperou plenamente. Houve regularidade também na produção do resumo, pois o participante não o fez em nenhuma das atividades, alegando falta de tempo.

O participante 6.4 mostrou regularidade nas respostas dadas, conseguiu alcançar a meta, aos itens tema, objetivos, gênero, dentro e fora de sua área. Há regularidade também nos itens problema, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos e resumo, pois o aluno conseguiu apresentá-los todos no texto de sua área, mas não conseguiu recuperá-los fora de sua área, o que mostra a facilidade de leitura em seu universo discursivo e dificuldade fora dele.

O participante 6.5 conseguiu recuperar o tema, a fundamentação teórica e o resumo apenas em seu universo discursivo. O problema (recuperado parcialmente), os objetivos e os procedimentos metodológicos ele os recuperou nos dois textos. A descrição dos dois artigos foi feita parcialmente.

FIGURA 9 – COLETA DE DADOS: ADMINISTRAÇÃO

COLETA DE DADOS - ADMINISTRAÇÃO							
Total de Alunos Participantes				5			Média Tempo
Primeira Etapa		Segunda Etapa		Selecionados 5		1 Etapa	2 Etapa
5		5				39 min.	43 min.
Objetivos Atingidos Totalmente Dentro da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
3	4	2	4	4	3	4	2
6.1; 6.3; 6.4; 6.5	6.1; 6.2; 6.3; 6.4	6.4; 6.5	6.1; 6.3; 6.4; 6.5	6.1; 6.3; 6.4; 6.5	6.1; 6.4; 6.5	6.1; 6.3; 6.4; 6.5	6.3; 6.4
60,00%	80,00%	40,00%	80,00%	80,00%	60,00%	80,00%	40,00%
Objetivos Atingidos Parcialmente Dentro da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
1	1	1	0	0	0	0	2
6.2	6.5	6.3					6.1; 6.5
20,00%	20,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	40,00%
Objetivos Não Atingidos Dentro da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
0	0	1	1	1	2	1	1
		6.1; 6.2	6.2	6.2	6.2; 6.3	6.2	6.2
0,00%	0,00%	20,00%	20,00%	20,00%	40,00%	20,00%	20,00%
Objetivos Atingidos Totalmente Fora da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
3	4	4	1	2	1	5	1
6.1; 6.3; 6.4	6.1; 6.2; 6.3; 6.5	6.1; 6.3; 6.4; 6.5	6.3	6.3; 6.5	6.1	todos	6.3
60,00%	80,00%	80,00%	20,00%	40,00%	20,00%	100,00%	20,00%
Objetivos Atingidos Parcialmente Fora da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
0	0	0	0	1	0	0	3
				6.1			6.1; 6.4; 6.5
0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	60,00%
Objetivos Não Atingidos Fora da Área							
1	2	3	4	5	6	7	8
2	1	1	4	2	4	0	1
6.2; 6.5	6.4	6.2	6.1; 6.2; 6.4; 6.5	6.2; 6.4	6.2; 6.3; 6.4; 6.5		6.2
40,00%	20,00%	20,00%	80,00%	40,00%	80,00%	0,00%	20,00%

4.4 – Informações complementares

Grande parte dos alunos pertencentes aos três cursos envolvidos na pesquisa conseguiu reconhecer e apresentar os itens solicitados para a produção do relatório de leitura dos artigos em suas áreas, bem como de outras áreas. Os dados revelam que grande parte dos alunos conseguiu, tanto guiados por conhecimentos prévios – quando da leitura de textos pertencentes a sua área – quanto guiados pelas orientações de superestrutura – quando da leitura de textos fora de seu universo acadêmico – proceder à identificação e ao relato do tema do artigo lido. É notável que a atividade precisa ser desenvolvida com mais tempo, para que os participantes possam discutir cada um dos itens solicitados para a produção do relatório. Isso é válido mencionar, pois se acredita que as disciplinas Língua Portuguesa (Leitura e Produção de Textos) e Metodologia Científica podem desenvolver trabalhos em conjunto, para que o aluno entenda cada um dos itens no processo de produção e nos procedimentos da leitura.

Confirma-se também o que vários estudos já mencionam no que diz respeito ao conhecimento prévio necessário para o processamento do texto na memória, confirmada pela observância das dificuldades encontradas na produção dos relatórios produzidos a partir da leitura do artigo que não pertence ao universo discursivo

do aluno participante. Por outro lado, observar-se que a disponibilização de um resumo introdutório bem elaborado nos artigos serve como diretriz para a produção do relatório de leitura. Não se quer dizer, aqui, que ele é suficiente para que a leitura seja processada, nem que é suficiente para que haja o entendimento global do texto, mas que para a realização do relatório de leitura ele serve como norteador. No entanto, como se observa na pesquisa, ele serve como ponto de partida para a tentativa do entendimento de um texto que não pertence à área do leitor, por dar base, por meio das informações disponibilizadas na superestrutura do texto científico. Vale lembrar que a superestrutura, como se entende nesta tese, não contém informações, mas configura partes do texto que possuem as informações necessárias ao seu entendimento, e, mais do que isso, ao seu reconhecimento como determinado gênero discursivo.

Os dados revelam que os participantes apresentaram dificuldades em reconhecer alguns dos itens que compõem o artigo científico, tais como problema, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, objetivos do autor, sobretudo quando da leitura de um texto que não pertence a sua área de estudo. O que se percebe é que os alunos de letras conseguiram com maior facilidade reconhecer esses itens, mesmo quando lendo um texto fora de sua área, provavelmente, devido aos estudos realizados no curso, que aborda questões de leitura, produção de

textos e gêneros como objetos de estudo, o que não acontece nas outras áreas estudadas.

Isso colaborar com a hipótese de que se os cursos de graduação, seja de qual área for, ensinar nas aulas de Metodologia Científica e Língua Portuguesa as estratégias de produção textual, e os procedimentos de leitura, ou seja, um estudo mais dirigido ao gênero científico, tanto as produções dos alunos quanto suas leituras serão aperfeiçoadas, minimizando problemas encontrados com muita facilidade em cursos de pós-graduação *lato sensu* e até mesmo *stricto sensu* em nossas Universidades. O entendimento do gênero faz com que a produção e a leitura sejam mais eficazes.

Outra dificuldade grande encontrada é na observação dos procedimentos metodológicos nos artigos, o que se explica, provavelmente, por conta da imaturidade do próprio aluno-participante, que pertence ao segundo ano do curso de graduação. Muitas vezes, a disciplina Metodologia do Trabalho Científico ou acabou de ser trabalhada ou ainda está agendada para semestres posteriores, o que se explica pela tentativa de oferecer a disciplina em uma época em que os alunos estarão mais maduros, com mais base teórica para um aprofundamento em pesquisa. Mesmo assim, nota-se que muitos alunos participantes conseguiram entender no texto lido e relatar os percursos utilizados pelos autores dos textos lidos, sobretudo os de sua própria área.

Quanto à produção do resumo, percebe-se que muitos alunos o fizeram, selecionando as informações que julgaram ser mais relevantes. Muitos deles, conforme se observa na leitura dos relatórios, copiaram literalmente trechos do texto, outros fizeram paráfrases, mas concordando de certa forma com os outros itens levantados. Vale lembrar, também, que esta parte da atividade é de difícil compreensão até mesmo para os professores que avaliam relatórios, por se tratar, como vimos ao longo desta tese, de um procedimento com alto grau de subjetividade. Ainda é bom mencionar os relatos sobre a falta de tempo para a realização desta etapa da atividade.

A pesquisa mostrou que os alunos conseguem identificar o gênero do texto, porém, essa informação não serve de base para uma afirmação categórica, pois o único gênero trabalho na pesquisa foi o artigo de divulgação científico. Pode ser que os alunos reconheçam esse, mas, se misturado a outros, não consigam fazer a distinção.

Muitos alunos fizeram a descrição física dos artigos com propriedade, mas uma grande parte deixou e fezê-la. Essa descrição era importante para percebermos, em primeiro lugar, a atenção dispensada por cada participante. Se apresentada uma descrição mais atenta ou menos atenta, por exemplo. Outra informação decorrente deste item é o reconhecimento das variações físicas do próprio gênero. Com esta última solicitação para a atividade, percebe-se que os alunos dos três cursos mostraram envolvimento e

atenção na realização da atividade, além de confirmarem conhecimento na produção de textos descritivos.

4.5 Sugestão para a produção do gênero relatório de leitura

Como resultado deste trabalho, apresenta-se, neste momento, os elementos que podem ser contemplados na produção do gênero relatório de leitura. O leitor deve observar no texto base e apresentar no **relatório informativo** as seguintes informações: a) informações sobre o autor do texto, tais como, seu nome, a instituição a que está vinculado, sua relação com a pesquisa, bem como outras que estiverem ao alcance do leitor; b) o tema o texto lido; c) a delimitação do tema, marcada pela identificação do problema discutido pelo autor; d) os objetivos do autor; e) a linha teórica que baseia o estudo, pois é ela que vai garantir o estabelecimento da coerência global do texto, pela observância da perspectiva utilizada para a formação do discurso; f) os procedimentos metodológicos adotados; g) um breve resumo com as informações mais relevantes; h) a informação bibliográfica completa do texto base; i) informações sobre o veículo de divulgação do texto – revista de divulgação científica/pedagógica, livro, e-book, CD, DVD, entre outros. Quanto à produção de **relatório crítico**, as informações necessárias são praticamente as mesmas,

apresentando mudança apenas no item 'g', que ganha esta nova orientação: breve resumo **comentado** sobre as considerações mais relevantes do texto. Essas informações são essenciais para a produção do gênero (figuras 10 e 11).

FIGURA 10 – PROPOSTA PARA PRODUÇÃO DO GÊNERO RELATÓRIO DE LEITURA: INFORMATIVO

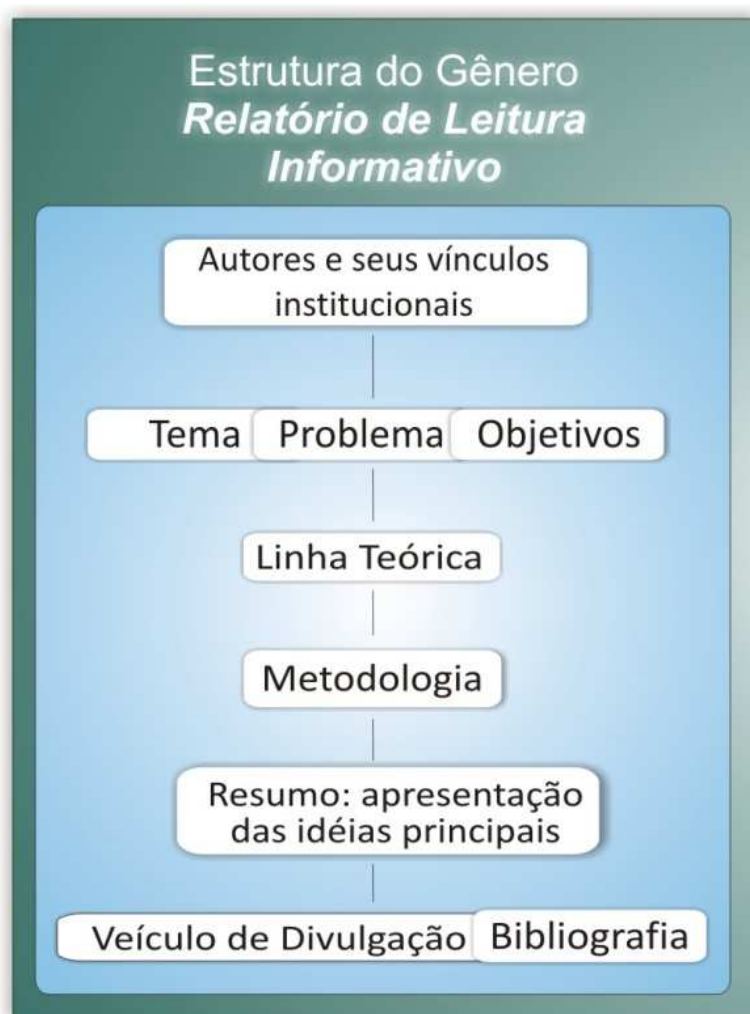
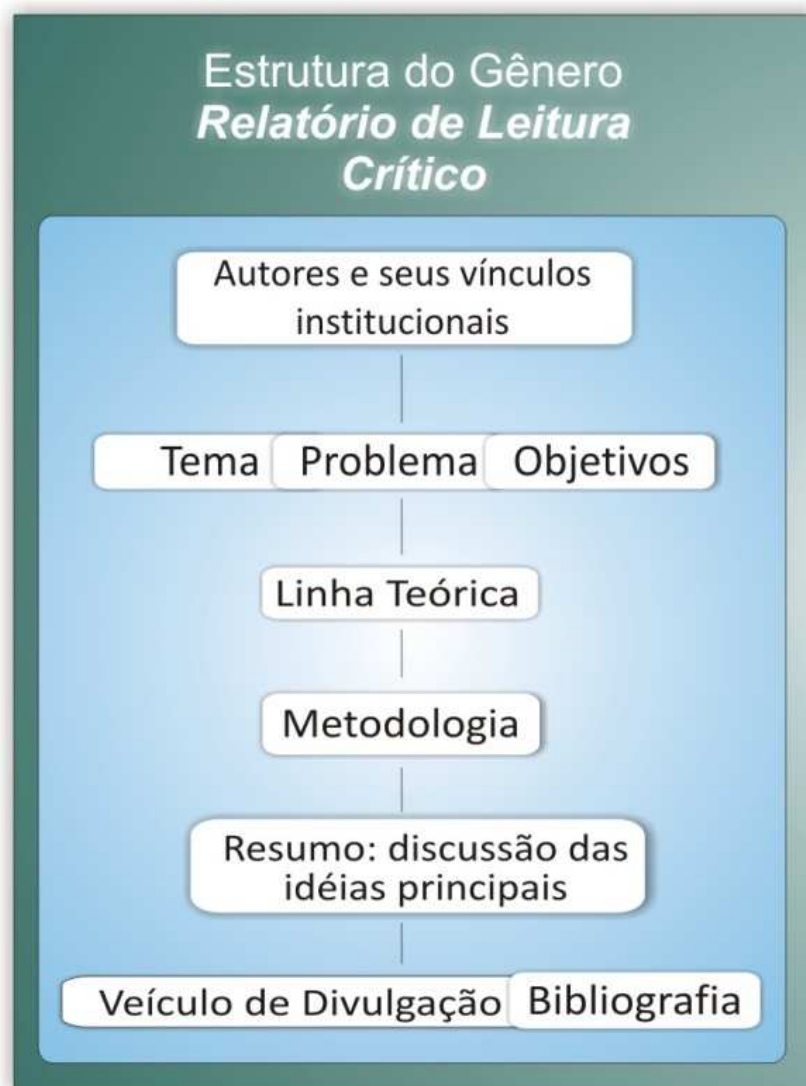


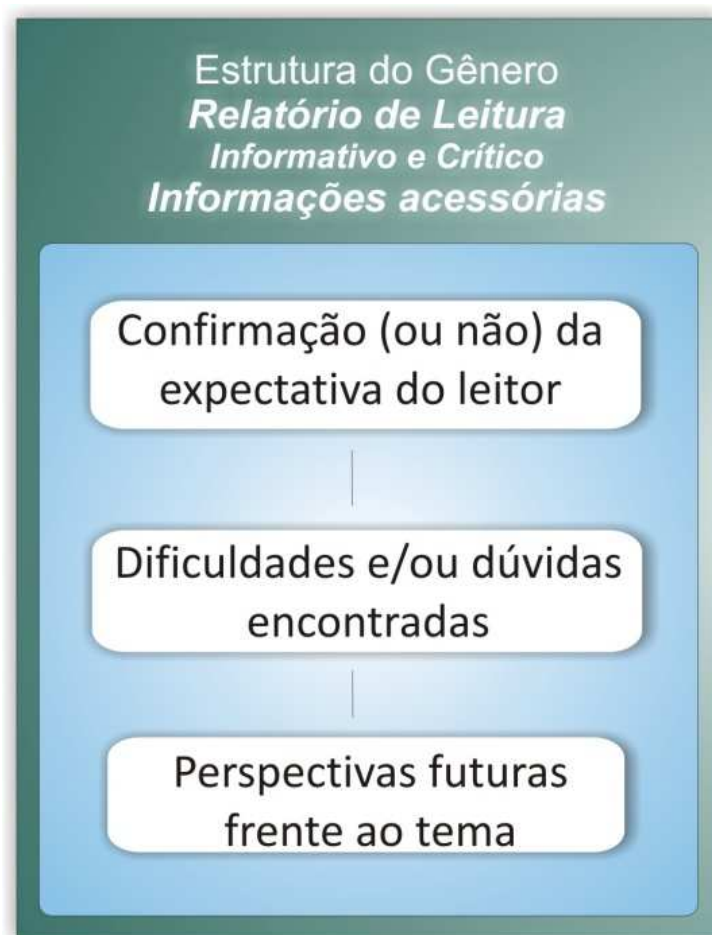
FIGURA 11 – PROPOSTA PARA PRODUÇÃO DO GÊNERO RELATÓRIO DE LEITURA: CRÍTICO



É de grande valia, também, para tomadas de decisões futuras, bem como para criação de estratégias novas para a orientação da atividade (relatório informativo ou crítico), que o leitor expresse também se: j) a sua expectativa em relação à atividade foi alcançada; quais k) as dificuldades encontradas, e quais os pontos

ainda obscuros; l) e quais as perspectivas do leitor frente ao tema do texto estudado. Este último colaborará não só para o bom andamento da disciplina responsável pela atividade, mas também como recurso auxiliador para o desenvolvimento de trabalhos de iniciação científica, tais como o trabalho de conclusão de curso, ou as monografias de *lato sensu*, uma vez que a instituição, por meio de seus professores, conhecerá seu aluno ao ponto de se saber qual o tema dentre os muitos de seu curso que o aluno está disposto a se iniciar como pesquisador.

FIGURA 12 - INFORMAÇÕES ACESSÓRIAS À PRODUÇÃO DO GÊNERO RELATÓRIO DE LEITURA



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento e o domínio dos gêneros – sua estrutura, características e situações de uso – facilitam a inserção do indivíduo nos grupos que formam a sociedade. No caso desta tese, por meio

da produção acertada do gênero relatório de leitura os alunos se inserem na academia (grupo social), e estabelecem relações sociais que vão desde contatos pessoais diversos que colaboram como ampliadores do universo cultural/acadêmico do aluno até as relações profissionais.

Os postulados sobre superestruturas e gêneros não se refletem apenas no material lingüístico disponível, mas também e principalmente no discurso. Têm, portanto, implicações ideológicas, e seus conhecimentos propiciam melhores relações sociais.

A leitura do texto científico pode acontecer, como se observa na experimentação, de duas formas: quando o leitor lê textos que pertencem a seu universo acadêmico, ele parte dos conhecimentos prévios que possui, e nem sempre precisa recorrer – sistematicamente – aos elementos da superestrutura textual; por outro lado, quando o leitor lê textos que não pertencem a seu universo acadêmico, não possui – via de regra – conhecimento prévio suficiente para um maior aproveitamento do tema, fazendo com que seja necessária uma orientação apoiada mais na superestrutura do texto científico, que permite ao leitor a recuperação dos elementos decisivos para a (re)construção, bem como para o estabelecimento da coerência do texto. De qualquer forma, é por meio da produção do discurso, possível pelo uso acertado dos diversos gêneros, que o aluno se mostrará ao representante da academia, ao professor, e será também pela análise dessa capacidade que o leitor será avaliado e, como

conseqüência, aceito como integrante merecedor de ocupar o lugar de aluno, acadêmico, pesquisador, pois é nesse momento que o professor apresenta o indivíduo – ou não – como sendo um bom leitor, um bom pesquisador. Nesse sentido é que o domínio dos gêneros possibilita a inserção social.

Percebe-se, porém, que para isso ocorrer o aluno precisa aprender não somente o gênero relatório de leitura, mas o conjunto de gêneros, e entendê-lo junto ao sistema de atividades, ou seja, os gêneros em funcionamento.

No entanto, muitas vezes, não há uma clareza dos elementos que devem compor o gênero relatório de leitura, dificultando a atividade para os professores e mais ainda para os alunos, pois estes possuem vários orientadores que solicitam a mesma atividade de diversas formas. Bom seria que houvesse melhores estratégias para o ensino dos gêneros (relatório de leitura, por exemplo), em que cada universidade, ou cada curso apresentasse uma estrutura mais ou menos fixa, em concordância com o sistema de atividades de cada área.

Nesta pesquisa, pôde-se verificar como a produção do relatório de leitura se dá quando realizado por especialistas e por não especialistas. Ficou confirmado que o processo de produção resultante do processo de leitura de textos da área do leitor acontece tendo por base o conhecimento prévio sobre o assunto estudado, enquanto que a resultante do texto que não pertence ao

contexto do leitor, necessita de um suporte de orientação sobre a superestrutura do texto lido. Nota-se, também que os alunos de Letras mostraram mais facilidade em produzir relatórios, talvez, porque leitura, produção de textos e gêneros são objetos de estudo aprofundado nesse curso. Fora da área, os gêneros apresentam os contextos de produção para o leitor, oferecendo-lhes recursos para o entendimento de algumas informações faltantes que ajudam na compreensão do discurso.

Observa-se, nesta pesquisa, que o discurso produz e reproduz conhecimentos e crenças, por diferentes modos de representar a realidade, além de estabelecer relações sociais, a intermediado pelos gêneros.

Os gêneros são convencionalizados pela própria sociedade e seus grupos, e para conviver harmonicamente nela, os indivíduos precisam cooperar nas situações comunicacionais, utilizando esses modelos aceitos para cada situação específica. É essa negociação – seguir ou não o convencional – que possibilita ao indivíduo ser aceito ou não na sociedade.

Verificou-se que os alunos informantes são capazes de identificar o gênero utilizado, e conseguem produzir relatórios de leitura, conforme a proposta de orientação aplicada, embora, perceba-se a dificuldade resultante do pouco tempo para a realização da atividade, que demanda uma orientação contínua (um projeto para o ensino da atividade). Percebe-se que é

necessária também uma orientação sobre as macro-regras de redução da informação, para que os alunos possam produzir resumos capazes de mostrar que eles apreenderam os principais conceitos desenvolvidos no texto original, que possuem entendimento sobre a coerência geral do texto.

O problema a que se refere o parágrafo anterior, tais como outros já apresentados ao longo deste texto, apareceu, principalmente na análise do corpus, pois a aplicação da atividade contemplou somente um gênero pertencentes ao sistema de gêneros que envolve as atividades acadêmicas. Além do mais, o gênero foi trabalhado desconexo de seu ambiente natural de distribuição, pois a atividade foi aplicada por um professor que nem mesmo pertencia a escola, e, portanto, não participante da estrutura que envolve a própria atividade. Ou seja, a atividade não apresentou relações com outros gêneros pertencentes nem ao conjunto de gêneros do aluno (suas anotações, suas produções anteriores, etc), nem ao sistema de gêneros (textos teóricos, exposições do professor, planilhas de notas finais) que envolvem aqueles cursos (sistema de atividades). Como resultado negativo dessa maneira de se estudar gêneros têm-se o não alcance da motivação por parte do aluno-participante; a falta de objetividade tanto nas leituras quanto nas produções realizadas, a falta de sentido para produção, entre outros.

Como se observa, os gêneros funcionam/concretizam práticas sociais estabelecidas por objetivos e negociações que

envolvem esses sistemas; fora deles, um estudo sobre gêneros não conseguirá passar de análises sobre sua estrutura formal, isso porque, como afirma Bazerman (2007, p. 175), *todos os três níveis de caracterização, do conjunto de gêneros, do sistema de gêneros e do sistema de atividades, mostram que gêneros têm lugares regulares dentro de teias maiores de atividade social, e mais, que cada instanciamento de um gênero invoca e (re)constitui os sistemas maiores de que participa.*

O objetivo geral deste trabalho foi examinar como o diálogo entre os postulados sobre superestrutura, gêneros discursivos e a proposta multidisciplinar para a análise ideológica do discurso efetiva o entendimento sobre o processo de inserção social e de construção de identidades. Nesse sentido, observou-se que o conhecimento do gênero, de sua superestrutura, serve como um orientador (ponto de partida contextual) para as práticas de leitura e de produção textuais, bem como o entendimento dos discursos por eles veiculados, possibilitando ao cidadão, pelos usos acertados, inserção nos grupos sociais, bem como ser reconhecido por suas práticas e produções, pelo grupo ou pela sociedade (identidade).

Como pressuposto na introdução desta tese, nota-se que o relatório de leitura objetiva um controle avaliativo sobre as leituras desenvolvidas pelos alunos, controle que se soma a outros mecanismos que decidem sobre sua inserção no grupo acadêmico. Deve, portanto, ser uma atividade realizada a partir de instruções claras, que sirvam de recursos, não só de avaliação mas também de

processo de aprendizagem. Com a aplicação desta proposta para a estruturação do gênero relatório de leitura, problemas de instruções diversas – como solicitação da atividade por professores diferentes para uma mesma turma, com instruções também diferentes – pode diminuir, e, com isso, tanto professores quanto alunos ganham mais tempo para desenvolver outras atividades também necessárias ao crescimento acadêmico (seu processo de inserção social).

Objetivou-se também, investigar e sistematizar uma estrutura capaz de aproximar as necessidades do aluno às expectativas do professor, o que é possível pelo entendimento de que o uso acertado dos gêneros, tanto no processo de produção quanto no de leitura, pode reduzir o problema. Para que isso venha de fato ocorrer, sugerem-se os modelos para a produção do relatório, conforme apresentados nas figuras 10, 11 e 12. Se os alunos forem orientados a produzir com base na superestrutura do texto científico, e a recuperar aqueles itens, as necessidades para a leitura serão alcançadas, e a expectativa do professor será satisfeita.

Os gêneros são práticas sociais, que por sua vez são baseadas nas ideologias dos grupos que formam a sociedade. É, portanto, um instrumento importante para a discussão das idéias polêmicas que permeiam os grupos, e também para a proposta de mudanças de atitudes e, inclusive, de modelos (esquemas) comunicacionais. Os alunos informantes de nossa amostra, por exemplo, poderão propor mudanças no grupo social (academia) após passar pelos três estágios formadores do processo de inserção

social, apresentados nesta tese: a) assimilação dos modelos (os gêneros, por exemplo) e crenças pertinentes ao grupo; b) prática dos modelos e crenças (ideologias) assimilados, permitindo ao novo membro do grupo receber voz dentro dele; c) proposta de mudanças nos modelos e crenças, por meio da voz adquirida – o que minimiza problemas de relacionamento dentro dos grupos sociais. Assim, se um aluno não produzir suas atividades utilizando os gêneros próprios para cada situação (relatório, artigo, dissertação, entre outros), ele não será aceito na academia; se ele produzir com base nos modelos e divulgar os discursos do grupo, será aceito; após isso, continuará durante um período a praticar os modelos e a defender as ideologias do grupo, ganhando voz dentro do grupo, o que permitirá a ele propor mudanças tanto nos modelos quanto nas ideologias.

Esta reflexão aponta para uma proposta: nas aulas de língua materna, é preciso ensinar os alunos a perceberem os modelos de representações (os gêneros, entre outros), além de ensiná-los a efetuarem atualizações e seleções que resultem em produções textuais (MCRG) capazes de servir como instrumentos no processo de inserção, primeiro em seu grupo (visão local) e segundo na sociedade em geral (visão global). Por outro lado, aponta também para o fato de que aprender só um gênero não é o suficiente para que haja sucesso no ensino e na aprendizagem, e, conseqüentemente, no processo de inserção social. Outrossim, o ensino do conjunto de gêneros, do sistema de gêneros e do sistema

de atividades que envolvem cada área de estudo se faz necessário. Quando o ensino de gêneros é entendido dessa maneira, a proposta feita por Neves *et al.* (ano), na obra *Ler e Escrever: compromisso de todas as áreas*, em que defende que todo professor deve se comprometer com o ensino de leitura e de escrita, e não só o professor de língua materna, se faz mais do que possível, pois os professores de cada área conhecem melhor do que qualquer um (ou devem conhecer) o conjunto, o sistema de gêneros de sua área, bem como seus funcionamentos em seus sistemas de atividades.

Esta tese também aponta para a necessidade de estudos sobre os referidos conjuntos e sistemas para uma melhor compreensão sobre a relação existente entre domínio dos gêneros e os processos de inserção social e construção de identidades. Nesse sentido, propõe-se a investigação do gênero *projeto de pesquisa*, uma vez que este, segundo observado nesta tese, contém em sua estrutura elementos necessários para a leitura e produção dos diversos gêneros que compõem o sistema de gêneros acadêmicos, observados em cada área específica. Assim, pode-se observar que este gênero, em específico, ajuda no melhor entendimento dos processos de leitura e de produção dos gêneros acadêmicos/científicos pois: *na leitura* – possibilita o resgate do tema, da delimitação, do problema, dos objetivos, da justificativa, da fundamentação teórica, da metodologia, das considerações finais e das referências utilizadas, o que serve de base para a produção dos relatórios e das resenhas, por exemplo; *na produção* –

possibilita a construção do ensaio (observação e reflexão inicial acerca de determinado assunto, o que levará o produtor a encontrar problemas a serem pesquisados), do artigo de divulgação acadêmica ou científica (o aprofundamento e primeiras experimentações em um problema encontrado), do projeto de pesquisa (organização sistemática em que se expõem o problema, os objetivos etc.), do TCC² (a apresentação ou descrição do problema), da Dissertação (retomada do problema outrora apresentado, para uma reflexão com base em teorias afins que dêem conta de explicar melhor o fenômeno), e a Tese (aprofundamento nas teorias afins – inclusive por meio do confronto entre elas, e resolução do problema levantado, o que possibilita o avanço científico).

A visão que se apresenta no parágrafo anterior é passível de pesquisas que dêem conta de aprofundá-la, e serve também para comprovar a dependência ou subordinação de um gênero a outros pertencentes ao sistema de gêneros, ao sistema de atividades. Um gênero só é capaz de produzir efeitos coerentes quando essa dependência é respeitada, o que é possível por meio de negociações discursivas no momento do evento comunicacional.

² Trabalho de conclusão de curso, atividade exigida por instituições de ensino superior, como exigência parcial para ingresso no grupo (formatura).

REFERÊNCIAS

ADAM, J. **Lês textes: tupes et prototypes**. Paris: Nathan, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Normas ABNT sobre Documentação**. Rio de Janeiro, 1989. Coletânea de normas.

ATKINSON, R. C.; SHIFFRIN, R. M. Human Memory: a proposed system and its control process. In: BOWER, G. (ed.) **Human Memory: basic processes**. New York: Academy Press, 1997.

BADDELEY, A. D.; HITCH, G. Working memory. In: BOWER, G. (ed.). **Human Memory: basic processes**. New York: Academy Press, 1997.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BATHIA, V. **Analysing Genre: language use in vocational settings**. New York: Longman, 1993.

BAZERMAN, C. **Gêneros Textuais, Tipificação e Interação**. 2ª São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Gênero, Agência e Escrita**. São Paulo: Cortez, 2006b.

_____. **Escrita, Gênero e Interação Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas/SP: Pontes, 1989.

_____. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas/SP: Pontes, 1995.

BEUGRANDE, R. A.; DRESSLER, W. **Introducion to Text Linguistic**. London/New York: Longman. 1981.

BONINI, A. **Gêneros Textuais e Cognição**: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. Reflexões em Torno de um Conceito Psicolingüístico de Tipo de Texto. **Delta**. Vol. 15, nº 2, São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501999000200004&scripts=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em abril de 2007.

BOTTALLO, E. D. Reflexos Tributários da Nova Lei de Falências. **Revista do Advogado**. n.º 83. São Paulo: AASP, 2005. p. 30-34.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Ensino Superior. Coordenação de Modernização Administrativa. **Programa de Estímulo à Direção do Trabalho Intelectual das IES Federais**. Brasília, 1981.

BURKE, P. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CONTE, M. E. (org.) **La Linguistica Testuale**. Milano: Feltrinelli Economica, 1977.

COSTA VAL, M. G. **Problemas de Textualidade em Redações de Vestibular**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1987 (dissertação de mestrado).

_____. **Redação e Textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DRESSLER, W. U. **Introduzione Alla Linguistica del Texto**. Roma: Officina Edizioni, 1974.

DUCROT, O. **Princípios da Semântica Lingüística**: dizer e não dizer. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. **Provar e Dizer**. São Paulo: Global, 1981.

ECO, U. **Como se Faz uma Tese**. Série Estudos. 18ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ELIAS, M. S. Considerações sobre a Autorização de Inferências na Compreensão Textual. In: FÁVERO, L. L. e PASCHOAL, M. S. A. (orgs.) **Lingüística Textual, Texto e Leitura**. Cadernos PUC n. 22. São Paulo, EDUC/PUC-SP/FAPESP, 1986.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília : UNB, 2001.

_____. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FÁVERO, L. L. & KOCH, I. G. V. **Lingüística Textual**: introdução. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **Coesão e Coerência Textuais**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

FERREIRA, L. G. R. **Redação Científica**. Fortaleza: EUFC, 1994.

FIORIN, J. L. **Elementos de Análise do Discurso**. 7ª ed., São Paulo: Contexto, 1999.

FRANÇA, J. L. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 5ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

GARCIA, O. M. **Comunicação em Prosa Moderna**. 17ª Ed. São Paulo: FGV, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GREIMAS, A. J. **Semântica Estrutural**. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1976.

ISENBERG, H. **Probleme der Text Typologie**. Variation und Determination von texttypen. Wissenschaftliche Zeitschrik der Karl-Marx-Universitôt Leipzig, 1978.

ITT – SERVICE, FEDERAL ELETRIC CORPORATION – EUA. **Como Preparar um Relatório**. 2ª ed. Rio: DIFEL, 1975.

JENNY, L. **A Estratégia da Forma**. In. *Intertextualidades*. Coimbra: Almedina, 1979.

KARWOSKI, Acir M., GAYDECZKA, Beatriz & BRITO, Karim S. (orgs). **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. 2ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 2006.

KATO, M. A. **No Mundo da Escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

KAUFMAN, A. & RODRIGUEZ, M. **Escola, Leitura e Produção de Textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

KINTSCH, W. e van DIJK, T.A. Comment on se rapelle et on résume des histoires. *Language*, 40:99-116, 1975.

_____. Toward a model of text comprehension and production. *Psychological Review*, 5:363-94, 1978.

KLEIMAN, A. **Texto e Leitor: aspectos Cognitivos da Leitura**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. **Oficina de Leitura: teoria e prática.** Campinas, SP: Pontes, 1993.

_____. **Argumentação e Linguagem.** São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **A Inter-ação pela Linguagem.** 6ª ed., São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **O Texto e a Construção dos Sentidos.** 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, I. V., TRAVAGLIA, L. C. **Texto e Coerência.** São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **A Coerência Textual.** 9ª ed., São Paulo: Contexto, 1990.

LEITE, P. S. **A Prática de Elaboração de Relatórios.** Fortaleza-CE: ETENE, 1990.

LEITE, E. O. **A Monografia Jurídica.** 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MACHADO, A. R. (coord). **Planejar Gêneros Acadêmicos.** 2ª. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Elementos de Lingüística para o Texto Literário.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Análise de Textos de Comunicação.** São Paulo: Cortez, 2001.

MAMEDE, Gladston. **O Trabalho Acadêmico no Direito: monografias, dissertações e teses.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.

MARCUSCHI, L. A. **Lingüística do Texto: o que é e como se faz.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

_____. **Por uma Proposta para a Classificação dos Gêneros Textuais.** (Mimeografado), 1996.

MARQUESI, S. C. **A Organização do Texto Descritivo em Língua Portuguesa.** Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Português Instrumental:** uma abordagem para o ensino de língua materna. São Paulo: EDUC-IP-PUC/SP, 1996a.

MEURER, J. L. Uma Dimensão Crítica do Estudo de Gêneros Textuais. *In:* MEURER J. L. & MOTTA-ROTH, D. **Gêneros Textuais.** Bauru: EDUSC, 2002.

_____. Gêneros Textuais na Análise Crítica de Fairclough. *In:* MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs) **Gêneros:** teorias, métodos, debates. 2ª. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs) **Gêneros:** teorias, métodos, debates. 2ª. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** (2000). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=265&Itemid=255> - 27k -> Acesso em Janeiro de 2006.

MORAN, J. M. **Leitura dos Meios de Comunicação:** território de Interdiscursividade. Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP. Disponível em: <<http://www.eca,2000>> Acesso em 12 de julho de 2004.

MOTTA-ROTH, D. **A Construção Social do Gênero Resenha Acadêmica.** *In:* MEURER, J. & ROTH, I. **Gêneros Textuais.** Bauru: EDUSC, 2002.

NEVES, I. *et al* (orgs) **Ler e Escrever:** compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

NITRINI, A. M. S.; STIRBULOV, R. & ROLIM, E. G. Influência da ascite na avaliação da função pulmonar em portadores de hipertensão portal. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**. Vol. 30. São Paulo: SBPT, 2004. p. 14 – 19.

ORECCHIONI, C. Kerbrat. **La Enunciacion: de La Subjetividad em el Lenguaje**. 3ª ed. Buenos Aires : Edicial, 1980.

ONG, W. **Oralidade e Cultura Escrita**. Campins-SP: Papirus, 1998.

ORLANDI, E. P. **Ilusões da/na Linguagem**. In: Foucault vivo. Campinas-SP: Pontes, 1987.

_____. **Discurso e Leitura**. 4 ed., São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Discurso e Texto**. Campinas-SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. & Lagazzi-Rodrigues, S. **Discurso e Textualidade**. Campinas : Pontes, 2006.

PASSARELI, L. **Ensinando a Escrita: o processual e o lúdico**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

PEREIRA, F. N. **Estratégias de Textualização e Procedimentos de Leitura**. 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

_____. Modelos Cognitivos Globais: Uma Leitura de Um Poema de Paulo Leminski. *Linguística: Caminhos e Descaminhos em Perspectiva*. Vol. 1. Uberlândia: EDUFU, 2006. 190 p.

PINHEIRO, N. F. *A noção de gênero para análise de textos midiáticos*. In: Motta-Roth. **Gêneros Textuais**. Bauru/SP: EDUSC, 2002

POE, E. A. **Histórias Extraordinárias**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 209 - 232.

REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RICOEUR, P. **Do Texto à Acção**. Porto: Rés, s/d.

RISSO, M. S. A Propriedade Auto-Reflexiva do Metadiscurso. *In*: BARROS, K. S. M. **Produção Textual**: Interação, processamento, variação. Rio Grande do Norte: UFRN, 1999.

RODRIGUES, R. H. Os Gêneros do Discurso na Perspectiva Dialógica da Linguagem: a abordagem de Bakhtin. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs) **Gêneros**: teorias, métodos, debates. 2ª. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

RUMELHART, D. E.; ORTTONY, A. The representation of knowledge in memory. *In*: ANDERSON, R. C., SPIRO, R. J., MONTAGUE, W. E. (eds). **Schooling and the acquisition of knowledge**. [s.l.; s.n.], 1977.

SÁ, E. S. *et. al.* **Manual de Normalização**: de trabalhos técnicos científicos e culturais. 7ª ed. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2002.

SAPIR, E. **Le Language**. Paris: Payot, 1953.

SCHOLLES, R. **Protocolos de Leitura**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

SECAF, Victoria. **Artigo Científico**: do desafio à conquista. Jundiaí-SP: Reis Editorial, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SGARBIERI, A. N. Uma Abordagem Crítica do Discurso sobre a Mulher Profissional. **Letras**. Vol. 20. PUC/Campinas: Campinas, 2001. p. 160 – 167.

SILVA, E. T. **O ato de Ler**: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. São Paulo: Cortez, 1981.

_____. **Leitura na Escola e na Biblioteca.** São Paulo: Papirus, 1991.

_____. **Produção da Leitura na Escola** - pesquisas e propostas. São Paulo: Ática, 1995.

SILVA, E. C. *Leitura: Sentido e Intertextualidade.* São Paulo: Unimarco, 1997.

SIQUEIRA, J. H. S. **O Texto:** movimentos de leitura, táticas de produção e critérios de avaliação. 7ª ed. São Paulo: Selinunte, 1996.

_____. **Organização Textual da Narrativa.** 3ª. ed., São Paulo: Selinunte. 1996.

SILVA, E. T. **O Ato de Ler:** fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. São Paulo: Cortez, 1981.

_____. **Leitura na Escola e na Biblioteca.** São Paulo: Papirus, 1991.

_____. **Produção da Leitura na Escola** - pesquisas e propostas. São Paulo: Ática, 1995.

SILVA, E. C. **Leitura:** Sentido e intertextualidade. São Paulo: Unimarco, 1997.

SOUZA, J. C. V. & KUBO, E. K. M. Aprendizagem Organizacional e Qualidade Total: vantagem competitiva. **Revista Unicsul.** nº 9. São Paulo: Unicsul, 2002. p. 225-232.

SWALES, J. **Genre Analysis:** English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade** – uma teoria social da mídia. São Paulo: Vozes, 1998.

TODOROV, T. **Os Gêneros do Discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

TREVISAN, E. M. C. **Leitura**: Coerência e conhecimento prévio – uma exemplificação com o “frame” carnaval. Santa Maria: UFSM, 1992.

VAN DIJK, T. A. **Somes Aspects of Text Grammar**: a study in theoretical linguistics and poetics. La Haye: Mouton, 1972.

_____. **La Ciencia del Texto**: um enfoque interdisciplinario. Barcelona: Paidós, 1978.

_____. **Macrostructures**. An interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction and cognition. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1980.

_____. **Estructuras y Funciones del Discurso**. Mexico: Siglo XII, 1980a.

_____. Etudes du discours et enseignement. *In*: **Linguistique et Enseignement des Langues**. Coleção Linguistique et Semiologie. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1980b.

_____. Le Texte: structure et fonctions. Introduction élémentaire à la science du texte. *In*: VARGA, A. K. (ed.) **Théorie de la Littérature**. Paris: Picard, 1981.

_____. **Models in Memory**. Amsterdam: University of Amsterdam, 1988.

_____. **Text and Context**. London: Longman, 1997.

_____. **Ideología**: un enfoque multidisciplinario. Barcelona : Gedisa Editorial, 1998

_____. **Cognição, Discurso e Interação.** 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Ideología y Discurso.** Barcelona: Ariel, 2003.

VAN DIJK. T. A.; KINTSCH, W. **Estrategies of Discourse Comprehension.** New York: Academic Press, 1983.

ANEXOS

Fairclough (1989) e van Dijk (1990, 1993b), pode dar conta de estudos que analisam e olham para o discurso como um todo, inserido em contextos sócio, histórico e político da sociedade em que vivemos. Há sempre uma determinação histórica que relaciona o mundo com a linguagem pois não há sentido se não pensarmos a língua inscrita na história e na sociedade. O discurso não deve, portanto, ser visto ou analisado apenas como a transmissão de informações ou como instrumento de comunicação, mas como a produção e/ou a construção de sentidos num determinado momento da história e num contexto social determinado.

Podemos observar que várias são as disciplinas envolvidas na análise do discurso, segundo a proposta acima, das quais podemos citar: a lingüística (para o estudo da língua), a psicologia (para o estudo de crenças e como estas são transmitidas) e as ciências sociais (para analisar a interação em situações sociais).

A Análise que toma o discurso como seu objeto próprio, teve seu início nos anos 60 com os estudos da língua em funcionamento para produção de sentidos. Hoje, porém, já pensamos o discurso como o efeito de sentidos entre locutores, lembrando que a língua é uma das condições de possibilidade do discurso.

Para a análise do discurso crítica a língua em uso, na sua forma oral ou escrita, deve ser vista como uma forma de prática social. A noção de "Crítica" está associada à Escola Filosófica de Frankfurt que, por sua vez, retoma os pensamentos de Marx e busca reexaminar a herança filosófica de onde surgiu (Kant, Hegel). Segundo essa proposta uma ciência crítica deve ser auto-reflexiva (refletindo os interesses que subjazem a ela) levando sempre em consideração o contexto histórico no qual o discurso se realiza.

A afirmação de que ao usarmos a língua estamos nos posicionando ideologicamente remonta a Bakhtin (1929), para quem o discurso é o lugar onde a língua e a ideologia se encontram, e a análise do discurso permite sejam observadas as dimensões ideológicas que são manifestas na linguagem.

Nos anos 70, na Inglaterra, encontramos os trabalhos de lingüistas críticos (Fowler et al., 1979; Kress e Hodge, 1979) que chamam a atenção para a importância de manifestações de ideologia na linguagem e, em particular, na mídia.

Já nos anos 90, é dada ênfase na relação entre as mudanças sócio-culturais e o discurso (Fairclough, 1989, 1992 a.b). Mais recentemente, encontramos trabalhos que enfatizam a reprodução do preconceito étnico

UMA ABORDAGEM CRÍTICA DO DISCURSO SOBRE A MULHER PROFISSIONAL

Astrid Nilsson SGARBIERI¹

RESUMO: A pesquisa apresentada neste trabalho teve por objetivo analisar, no discurso da imprensa, manifestações lingüísticas de preconceito face à mulher profissional na sociedade brasileira. Foi utilizada a abordagem interdisciplinar proposta pela análise crítica do discurso, a qual permitiu observar alguns aspectos socioculturais de mudanças que se manifestam na linguagem. Na análise levou-se em consideração o papel da cognição social e da ideologia na reprodução do preconceito. Os dados apontam para mudanças «on line» no «script» preconceituoso da sociedade brasileira face à mulher profissional.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; preconceito; ideologia.

ABSTRACT: The main purpose of the research discussed in this paper was to analyze some linguistic aspects of the prejudice against working women in the discourse of the press in the Brazilian society. The interdisciplinary critical discourse analysis approach enabled us to observe some linguistic aspects of sociocultural changes. Social cognition in the reproduction process of social changes was taken into account in the present research. The data analyzed pointed to an on line process of changes in the prejudicial script of Brazilian society in regards to working women as well as in the political area.

KEY-WORDS: discourse; prejudice; ideology.

Ao pensarmos em uma abordagem Crítica do Discurso, torna-se importante retomarmos alguns conceitos básicos que abrangem não só a Análise do Discurso em si, mas também o Sujeito, a Cognição Social e a Ideologia, dentre outros. Essa delimitação prende-se ao fato de acreditarmos que o arcabouço teórico proposto pela análise do discurso crítica, segundo

⁽¹⁾ PUC-Campinas

utilizando a Análise do Discurso Crítica em estudos sobre o discurso na imprensa (van Dijk, 1993,a,b; 1996, 1997,1998; Wodak, R. 1996).

Não devemos, porém, tentar estabelecer uma relação direta entre as estruturas do discurso e as da sociedade, mas sim pensar que elas são mediadas pela cognição social, que, segundo van Dijk (1990), deve ser vista como o sistema de estratégias e estruturas mentais que influenciam e permitem a compreensão do discurso.

Vale ressaltar que tais processos ocorrem simultaneamente em nossa mente, mais especificamente, em nossa memória pessoal, quando pensamos em fatos 'ad hoc' que estão representados em modelos individuais; bem como nas representações sócio culturais, que são construídas e compartilhadas pelos membros de um grupo ou de uma sociedade - "scripts" - conhecimentos, atitudes, ideologias, normas e valores - uma forma de conhecimento coletivo e, portanto, social.

Outro aspecto fundamental que estabelece a relação entre discurso e sociedade é a ideologia que, segundo van Dijk (1998), deve ser vista como representações mentais que formam a base da cognição social, isto é, dos conhecimentos partilhados e das atitudes de um grupo. Além da função social de coordenação, as ideologias têm funções cognitivas de organização de crenças e valores.

No presente trabalho proponho pensar ideologia e cognição social tomando como base o arcabouço teórico apresentado acima, segundo o qual as atitudes ou opiniões preconceituosas sobre grupos minoritários, que são ou não apoiados pela sociedade de um modo geral, podem ser observadas através da Análise do Discurso Crítica. Acredito, também, que a relação entre discurso e sociedade é mediada pela cognição social, que pode ser definida como um sistema compartilhado de representações sociais localizado na memória semântica, ou social, e que influi diretamente na interpretação dos fatos sociais, sempre num processo "on line".

Outro aspecto relevante que pode ser estudado ao pensarmos na abordagem Crítica da Análise do Discurso é o de como as relações de poder se manifestam e são negociadas através da linguagem.

Vale ressaltar também que, inserida no contexto geral de relações de poder, encontra-se a mídia como um todo e, no caso do presente trabalho, a imprensa escrita, focalizando diferentes aspectos do discurso sobre a mulher profissional.

Pensando a língua como um dos meios pelos quais os indivíduos se localizam num espaço social, acredito que o discurso sobre mulheres

profissionais permite observarmos mudanças na postura da sociedade frente a elas, isto é, um processo de evolução quanto a sua aceitação no mercado de trabalho. Observaremos, também, em algumas manchetes e capas de revistas, manifestações de preconceito, bem como mudanças no "script" social e geral da sociedade brasileira face à mulher profissional.

Todos sabemos que mudanças em atitudes não acontecem de forma isolada, mas são relacionadas com mudanças gerais da sociedade como um todo.

Ao usarmos a abordagem proposta pela análise do discurso crítica, podemos observar que a mídia não só incorpora elementos da realidade mas, também, modula, re-dimensiona e re-cria essa mesma realidade podendo ou não reforçá-la. A notícia, portanto, não é um fenômeno natural que emerge de fatos da vida real, mas é social e culturalmente determinada, uma vez que é produzida por pessoas que fazem parte de uma rede de relações sociais revelando, portanto, não só as próprias ideologias, mas, também, as do grupo social a que pertencem.

Neste trabalho, ao analisar algumas manchetes de revistas e jornais, acredito podermos observar uma evolução na maneira como a mulher profissional tem sido representada na mídia, o que deve ser visto como um reflexo da sociedade em que se insere.

O número especial de 1994, da revista *Veja*, que pode ser considerado um marco na representação da mulher, traz na capa: "*Mulheres - a grande mudança no Brasil*". Os artigos sobre o assunto tratam da longa marcha e luta que a mulher, de um modo geral, tem enfrentado para ser "confirmada", "aceita" e "respeitada" como profissional num mercado de trabalho que muitas vezes é dominado pelo homem. Essa edição especial já aponta para uma conscientização da sociedade face às dificuldades enfrentadas pela mulher profissional.

Em 1995, a capa da mesma revista traz "*Mamãe Coragem*" que representa mais um passo na conquista de um espaço da mulher como profissional. O título do artigo que trata do assunto apresentado na capa é: "*Mamãe sabe tudo*", abordando vários aspectos da vida da mulher profissional e mãe de família, como: "*os sustos e dificuldades que ela enfrenta para se estabelecer e dar a volta por cima*".

Em abril de 1996, a revista *Exame* traz na capa a pergunta: "*Carreira x casamento. É possível ser bem sucedido em ambos?*" O artigo compara o casamento com a anedota do coberter curto: " *você puxa aqui e falta ali*" e afirma que "*se todo casamento é de delicada administração,*

quando ambos são executivos passa a ser muito mais". A conclusão do artigo é que o desafio de tal administração vem sendo superado com sucesso.

A capa da revista *Exame*, em sua edição de julho de 1997, questiona: "Mulher é melhor que homem? O jeito feminino de administrar está sendo mais valorizado do que nunca pelas empresas. Problemas para os homens?" O título do artigo que aborda o assunto questiona: "Abaixo os homens?" e depois informa: "Suavidade no poder, intuição e cabeça no time. O jeito feminino de administrar está em alta. Em vez de abrir uma guerra, as mulheres preferem cooperar com os opositores e torná-los seus aliados", "Em público, as mulheres tendem a minimizar seus acertos. Os homens costumam minimizar as dúvidas". O artigo termina afirmando: "No futuro, o mais provável será a combinação do jeito feminino com os valores tradicionais da competição". Essa conclusão já aponta para uma possível igualdade entre homem e mulher no campo profissional.

A capa da revista *Exame* de maio de 1999 traz: "As mulheres de negócio mais interessantes do Brasil" sendo que a reportagem que trata do assunto diz: "Poderosas! Ela é de ferro. Mas chora". Podemos observar como a ironia está presente não só no título mas, também, no decorrer do artigo: "se há uma festa ela troca o *tailleur* por um vestido curto e dança a noite inteira". Tal afirmação aponta para a importância da mulher profissional, sem deixar de lado o aspecto feminino.

A revista *Época* de março de 2000 traz na capa: "Mulheres - as conquistas que mudaram o universo feminino", sendo que a manchete referente a ela diz: "Brasil feminino e plural. Opais de 80 milhões de mulheres equilibra-se entre a ânsia do poder e a sede de auto-estima". O artigo apresenta não só mulheres que trabalham em indústrias, mas também algumas que atuam no âmbito político, dentre elas - Roseana Sarney, Luiza Erundina e Marta Suplicy.

Quanto ao aspecto político vale ressaltar que, em recentes pesquisas realizadas sobre as tendências nas urnas, 84% dos brasileiros votaram em mulheres para as prefeituras e 80% para o governo do Estado. O artigo ressalta também: "Prefeitas de pulso firme. Elas são vistas como mais honestas e dedicadas". Lembro que em 1929 a primeira mulher eleita no Brasil foi impedida de tomar posse, hoje, porém, as mulheres estão atuando, com sucesso, em diferentes campos da política.

Retomo aqui alguns dados: em 1983 as mulheres ganhavam 45% dos salários dos homens e hoje ganham 64%, sendo que o crescente nível de escolaridade tem sido um trunfo feminino. Embora ainda haja uma diferença entre os salários dos homens e das mulheres, o que aponta para

preconceito e discriminação, podemos observar que essa discrepância tem diminuído.

Em 1995, a revista *Veja* publicou uma "receita" absolutamente irônica, assinada por Jô Soares e intitulada "Pequeno manual da Rainha do lar ou o sonho de um marido machista", que termina dando o aviso que nenhuma das instruções dadas para a "Rainha" do lar terá valor se ela não exercer uma profissão, trabalhando pelo menos 8 horas diárias e ganhando, no mínimo, o dobro do marido machista.

Quanto aos jornais (Correio Popular, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo), a análise de algumas manchetes permitiu-nos observar uma evolução na forma pela qual a mulher profissional é apresentada, bem como as adequações feitas no lar e na sociedade para que ela venha a exercer plenamente uma profissão.

1995 Correio Popular - "Mulheres ampliam espaço no mercado de trabalho".

1995 Folha de São Paulo - "Mulher no comando ainda incomoda".

1996 Correio Popular - "Número de mulheres na chefia cresce 4,2%".

1996 O Estado de São Paulo - "Homem começa a aceitar ser dono de casa".

1997 Folha de São Paulo - "Casal se reveza no sustento da família".

1997 Folha de São Paulo - "Brasil debate novo papel para o homem".

1999 Folha de São Paulo - "Mulher estuda mais mas recebe menos".

2000 Folha de São Paulo - "A afirmação profissional feminina".

Este último é um editorial assinado por Boris Fausto que afirma: "mesmo em situações que implicam uma mudança de padrões culturais, há progressos significativos nas gerações mais jovens. É o caso da distribuição de tarefas entre casais... e quebrar o preconceito masculino quanto à realização de tarefas tidas como femininas".

Como podemos observar o discurso sobre a mulher profissional na mídia, de um modo geral, deixa clara a mudança de postura sobre o assunto em questão na sociedade brasileira. A mulher deve ser, cada vez mais, uma profissional global e saber competir em mercados que até

recentemente eram de total domínio masculino. A mulher é, cada vez mais, vista como pessoa capaz de administrar efetivamente as diversidades no local de trabalho.

Outro aspecto a ser ressaltado é que na imprensa fica evidente a valorização que vem sendo dada à mulher, bem como o discurso veiculado sobre ela - a preocupação com a qualidade de seu trabalho, que representa competição explícita com o homem em áreas anteriormente de total domínio masculino.

Quanto ao âmbito político, é inegável o espaço que a mulher vem conquistando a cada dia que passa. É claro que em todos os campos podemos observar retrocessos com relação à aceitação da mulher como força efetiva e ativa num mercado de trabalho altamente meritocrático e, porque não dizer, que ainda deixa transparecer vestígios "machistas"?

Os dados apontam para mudanças no "script" da sociedade brasileira frente à mulher profissional. Isso vale dizer que a ideologia peconceituosa de nossa sociedade está passando por um processo de mudança "on line", isto é, de avanços e retrocessos.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. (Volochinov) (1928) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical Language Awareness* (ed.) London: Longman, 1992a.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Oxford and Blackwell Publishers, Polity Press, 1992b.
- FWLER, R., Kress, G., Hodge, R. e Rew, T. (eds) *Language and Control*. London: Routledge, 1979.
- KRESS, G. e Hodge, R. *Language and Ideology*. London: Routledge, 1979.
- VAN DIJK, T.A. Social Cognition and Discourse, (in) H.Giles and P. Robinson (eds.) *Handbook of Language and Social Cognition*, London. Chichester: Wiley, 1990: 163-167.
- VAN DIJK, T.A. *Discourse and Elite Racism*. London: Sage, 1993a.
- VAN DIJK, T.A. Principles of critical discourse analysis. *Discourse and Society*, 4 (2). London: Sage, 1993b: 249-83.

VAN DIJK, T.A. Discourse, Power and Access. (in) C.R.Caldas-Coulthard and M. Coulthard (eds.), *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. London: Routledge, 1996: 84-104.

VAN DIJK, T.A. Discourse as Interaction in Society. in T.A. van Dijk (ed.) *Discourse as Social Interaction*. London. Sage, 1997: 1-37.

VAN DIJK, T.A.. *Ideology. A Multidisciplinary Study*. London: Sage, 1998.

WODAK, R. *Disorders of Discourse*. London: Longman, 1996.

2 – Artigo de Administração

19

Aprendizagem organizacional e qualidade total: vantagem competitiva

Organisational learning and total quality: competitive advantage



JOSÉ CARLOS VICTORINO DE SOUZA

Mestre em Administração pela Universidade Mackenzie;
Coordenador do Curso de Administração de Empresas da UNICSUL.



EDSON KEYSO DE MIRANDA KUBO

Mestre em Administração de Empresas pela Kobe University (Japão);
Docente na UNICSUL (Curso de Administração de Empresas).

RESUMO

Por meio da aprendizagem organizacional (AO), que se refere à capacidade de assimilar experiências e adquirir, utilizar e disseminar conhecimentos que possam promover a melhoria de desempenho, as empresas obtêm competitividade.

ABSTRACT

This article discusses the way companies obtain competitiveness by means of the Organisational Learning (OL), which is related to the capacity of assimilating experiences and acquiring, using and spreading knowledge that can promote the improvement of performance.

PALAVRAS-CHAVE

Conhecimento, trabalho de equipe, organização do trabalho.

KEY WORDS

Knowledge, teamwork, work organisation.

Primariamente, faz-se necessário registrar que o conceito-chave norteador deste artigo é o da aprendizagem organizacional (AO), e o da qualidade. A definição de AO gira em torno da palavra-chave *conhecimento*: "AO refere-se à capacidade ou ao conjunto de processos internos que melhoram ou mantêm o desempenho baseado na experiência, cuja operacionalização envolve a aquisição, a disseminação e a utilização de conhecimentos" (DiBella et al., 1996: 363). Por meio da AO, empresas brasileiras estão buscando preparo e até mesmo saídas para a crise provocada pela acirrada competição. Experiências com novas técnicas de qualidade, reflexões sobre diferenças culturais e tentativas de implementação de sistemas de gestão internacionais compõem o quadro de abrangência da AO.

No que tange ao conceito de qualidade, Dale & Bunney (1999: 2) afirmam: "Qualidade é a totalidade dos aspectos e características de um produto ou serviço importantes para que ele possa satisfazer às necessidades explícitas ou implícitas." O movimento da qualidade no Japão está dividido em três etapas: Controle Estatístico da Qualidade – CEQ (1946-1970), Controle da Qualidade Total – TQC (1970-1996) e Gestão pela Qualidade Total – TQM (1996 – até o momento). Entre todos esses estágios, enfatiza-se que a TQM, entendida como ferramenta mais avançada de todo o movimento da qualidade, vem sendo largamente implementada no Brasil desde 1990.

O enfoque deste artigo será a maneira como a AO tem levado as empresas a identificarem diferenças, tomando como exemplo os programas de qualidade importados do Japão. Nesse sentido, questiona-se: de que maneira a AO contribuiu para identificar as diferenças entre os programas de qualidade no Japão e no Brasil? Quais são essas diferenças? O artigo

fará um breve histórico das mudanças que levaram as empresas brasileiras a valorizar a AO e os programas de qualidade. Na conclusão, os dados levantados serão organizados de forma a mostrar que a AO tem o poder de revelar diferenças, mostrar caminhos e identificar os pontos críticos das organizações.

AO E MOVIMENTO DA QUALIDADE NO BRASIL E NO JAPÃO

É possível considerar que a AO foi a saída encontrada pelo Japão para a derrota na Segunda Guerra Mundial. A aquisição de conhecimentos que pudessem levar ao aumento da competitividade, das experiências e disseminação de técnicas de qualidade constituiu o fator responsável pelo sucesso das empresas japonesas.

Em abril de 1996, o *The Union of Japanese Scientists and Engineers* (JUSE) decidiu substituir o termo Controle da Qualidade Total (TQC) por Gestão pela Qualidade Total (TQM). Essa alteração objetivou a popularização do TQM no Japão, visto que o termo técnico tem sido amplamente difundido em outros países. De acordo com as publicações da JUSE, o TQM é considerado um novo caminho para a qualidade, pois contém os principais elementos do TQC, tais como: *kaizen* (melhorias), Garantia da Qualidade, Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), trabalho de equipe (*teamwork*) e outros. Não obstante, o TQM possui algumas diferenças em relação ao TQC (Quadro 1).

O TQM consiste num método holístico que engloba o TQC. Em Dale & Bunney (1999: 29) encontra-se a seguinte definição para o TQM: "Modelo de gerenciamento de uma organização centrado na qualidade, baseado na participação de todos os seus membros e visando

Quadro 1 – Diferenças entre TQC e TQM

TQC: Satisfação dos clientes (<i>customer satisfaction</i>), qualidade dos processos.
TQM: Satisfação não apenas dos clientes, mas também dos acionistas (<i>shareholder satisfaction</i>) e de todas as partes interessadas (<i>stakeholder satisfaction</i>); a qualidade na administração.

Fonte: adaptado de TQM Inkaï-hen (1998: 27)

ao sucesso de longo prazo através da satisfação do consumidor, e benefícios para todos os membros da organização e para a sociedade." Segundo TQM Inkaï-hen (1998), embora o TQC tenha contribuído para a economia japonesa, especialmente em 1970, hoje, as indústrias japonesas buscam um novo método para a qualidade. Isso se deve ao fato de que, em 1990, elas começaram a enfrentar problemas causados pela crise da "Bolha Econômica", que mostrou a necessidade de uma ferramenta gerencial mais avançada que o TQC.

De acordo com a JUSE (*apud* TQM Inkaï-hen, 1998), algumas indústrias no Japão já implementaram o TQM, tais como: *Kojima Press*, *Nippon Telegraphy and Telephone Public Corporation*, *Data Transmission* (NTT Data Transmission), *Maeda Construction*, *Takenaka Greil Engineering Firm*, *Nissan* e outras. O movimento da qualidade nesse país é considerado um modelo para os que estão em desenvolvimento como o Brasil. A discussão acerca da qualidade no Brasil começou no final de 1970, num contexto peculiar. Iniciou-se pela implementação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) e, após isso, foram instituídos o TQC e o TQM.

Devido a razões históricas, as indústrias brasileiras foram, desde o começo, apoiadas pelo governo por meio do protecionismo. Pode-se citar, como exemplo, a questão da Política de Substituição de Importações da Era Getúlio. No entanto, em 1990, com o presidente Fernando Collor de Mello, o Brasil vi-

vençou a abertura do mercado nacional para os produtos estrangeiros. Dentro do contexto de competição e de crise econômica, a indústria brasileira foi forçada a elevar sua capacidade. Nesse momento, as indústrias buscaram, no método japonês de qualidade, uma saída para a crise. Ferramentas gerenciais, como, por exemplo, o TQM, foram implementadas em larga escala. Foram valorizadas a busca de conhecimentos, experiências e novas técnicas. Desse modo, a AO surge como saída para a crise industrial brasileira.

Segundo Bianco (1999: 157-164), embora o TQM, que representa uma ferramenta gerencial avançada, tenha sido implementado nas indústrias brasileiras, observou-se que a gestão e a organização do trabalho não se distanciam do modo Taylorista. Isso significa que não há delegação de autonomia ao "chão de fábrica" e predomina o princípio Taylorista da separação entre planejamento e execução. Desse modo, o operário não planeja o seu próprio trabalho, mas apenas executa aquilo que foi pensado pela gerência.

AO NA IDENTIFICAÇÃO DAS DIFERENÇAS ENTRE O TQM NO JAPÃO E NO BRASIL

O estilo japonês de TQM, como explicado anteriormente, consiste num método avançado que visa à qualidade e que contém os principais elementos do TQC, como, por exemplo, o trabalho de equipe (*teamwork*). De acordo com Dale & Bunney (1999: 179), há uma variedade de tipos de trabalho de equipe, porém o mais utilizado no TQC é o Círculo de Controle de Qualidade (CCQ). Udagawa et al. (1995: 210-211) afirmam que, sob o trabalho de equipe, os membros participam ativamente no planejamento e na gestão de seus trabalhos. De acordo com Burron

& Gjerdle (1996: 101), o trabalho de equipe é, portanto, um elemento-chave do TQM.

Segundo Salerno (1985: 96), não há trabalho de equipe no Brasil. O estilo de TQM brasileiro não provocou mudanças significativas desde a sua implementação, porque, como já explicitado, gestão e organização do trabalho não se distanciam do taylorismo. Mesmo com a implementação dos Ciclos de Controle de Qualidade, a organização do trabalho continua vinculada ao taylorismo (ver no Quadro 2 as diferenças entre o estilo japonês e o brasileiro).

Quadro 2 – Diferenças entre o estilo de TQM japonês e o brasileiro

Japão	Brasil
Existência do trabalho de equipe (<i>teamwork</i>)	Ausência de trabalho em equipe.
Os círculos de Controle de Qualidade (CCQ) não mudam a organização do trabalho, que continua vinculada ao taylorismo.	

Fonte: Kubo (2001:37)

Por meio da AO, foi possível identificar as diferenças entre os dois sistemas de gestão apontados. O estudo dessas diferenças contribui para identificar os demais fatores críticos de sucesso no mercado competitivo, no qual as empresas lançaram-se. No caso do Brasil, a AO pode levar ao esclarecimento, diagnóstico e à evolução das estratégias administrativas. Vale ressaltar que o conhecimento e a gestão desse processo representam a sobrevivência e consolidação das organizações nesse novo cenário competitivo.

GESTÃO DO CONHECIMENTO E RECURSOS HUMANOS NO BRASIL

Com a globalização imposta ao mundo, a

como pessoas mais capazes, autônomas e mais independentes das chefias. No entanto, tal atitude gerou profissionais mais dependentes de seus colegas, à medida que o grupo ou equipe passou a ter maior importância para os resultados. As estruturas organizacionais são menos rígidas e esses novos profissionais têm condições de se auto-organizar de acordo com situações que são distintas daquelas da organização tradicional, na qual as relações hierárquicas estão claramente definidas e não são discutíveis, conforme afirmam Fleury & Fleury (1997).

A preparação de recursos humanos, considerando-se que são os ativos mais importantes das empresas, abrirá espaços para a inovação, a criatividade, os desafios e as novas parcerias, conduzindo ao entendimento do profundo significado do trabalho. Esses mesmos recursos humanos assumem responsabilidades pelo êxito ou insucesso da gestão do negócio.

Os tempos modernos revelam que a organização deve ser dirigida como se fosse um "time" no qual o chefe assume o papel de líder, orientando todos para o objetivo comum, com enfoque especial voltado para o cliente, colaborador ou acionista. No Brasil, portanto, a discussão sobre vantagem competitiva passa necessariamente pelo reconhecimento da importância da gestão do conhecimento.

CULTURA NACIONAL E PROGRAMAS DE QUALIDADE

A implementação massiva de programas de qualidade no Brasil passa pela discussão acerca da cultura nacional. Após uma análise mais profunda, considera-se que, sendo um processo de gestão, deve-se antes examiná-lo cuidadosamente, evitando seguir caminhos que obtiveram sucesso em outros países.

ses e copiar estilos sem levar em consideração os traços culturais brasileiros.

A implementação de um novo e moderno processo de gestão requer, sim, uma adaptação ou recriação que possa responder positivamente às necessidades das empresas brasileiras. Deve-se refletir sobre a mudança cultural antes de se pensar na organização. As realizações devem ter o foco no mercado, fazendo a mudança ocorrer de forma contínua e consciente, dando possibilidades e subsídios concretos para que a competição seja saudável e duradoura.

CULTURA BRASILEIRA: IMPACTOS NA GESTÃO EMPRESARIAL

Considera-se que a cultura organizacional interfere na *performance* e nas medidas a serem tomadas, visto que a decisão está centrada nas informações, nos valores e no maior número de dados processados. E tudo isso difere de acordo com o lugar. A AO tem mostrado que diferenças de culturas organizacionais interferem consideravelmente na implementação de ferramentas gerenciais. No caso do Brasil, foi possível notar que a implementação do TQM japonês não resultou nas mesmas conquistas quanto à autonomia e participação no nível operacional. Nossa preocupação neste artigo é tratar também da importância do tópico cultura organizacional quando se fala em AO.

É preciso criar uma cultura de mudanças e recriar a cultura da empresa. A maioria dos gerentes de recursos humanos pode afirmar que os funcionários estão gerando um clima organizacional saudável, levando em consideração o salário e as condições de trabalho. Faz-se necessário, porém, gerar entusiasmo no funcionário e não apenas satisfação. O

envolvimento e a motivação em relação aos programas de qualidade tomam-se uma precondição para o sucesso na implementação. Ao se tratar da competitividade, é possível afirmar que muitas empresas persistem em esquecer da importância de uma cultura organizacional que enfatize as pessoas, ou seja, os recursos humanos.

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Gestão de Negócios da Universidade São Marcos, em São Paulo, mostra 117 empresas consultadas, com capital aproximado de quinhentos milhões de dólares. Para alcançar a produtividade desejada, as providências para metade delas consistiram em reestruturações, redução de quadro e ampliação da participação de mercado. Porém, duas constatações foram feitas pelos pesquisadores: a) poucas empresas assumiram uma atitude pro-ativa, antecipando-se às dificuldades; b) foi mínima a influência dos "gurus" da administração: "Isso não quer dizer que elas não tenham apelado para ajuda de fora. Os consultores externos (12%) foram bem mais acionados que os internos (5,5%) pelas empresas. Há também uma surpresa: a área de RH, com 9%, teve uma participação pequena nas mudanças. Isso mostra que elas atuam mais sistêmicas e processos do que a formação dos funcionários" (Revista Exame, 1997: 126).

Com base nessa afirmação, pode-se dizer que há necessidade de um embasamento em uma cultura organizacional voltada às pessoas, a fim de se enfrentar o processo de mudança das empresas. No Brasil, o que se observa é a necessidade de busca de uma cultura própria que permita o desenvolvimento de nossas empresas. Além disso, é preciso entendimento do valor humano agregado por meio do trabalho. Assim, é necessária uma visão estratégica da área de RH que caminha concomitantemente com os objetivos

centrais da organização.

Discutir cultura organizacional no Brasil é falar da importância de uma gestão de RH estratégica e também de liderança. Por intermédio dessa liderança, pode-se aliar sucesso com satisfação dos empregados. Para tanto, é importante conhecer como está estabelecida a cultura nas empresas brasileiras, pois, de acordo com Barros & Prates (1996), o nosso estilo é único e original.

Expressões como "manda quem pode, obedece quem tem juízo", "o cidadão vai ter o que espera", "deixa como está para ver como é que fica" e "você sabe com quem está falando?" são muito conhecidas de todos os que militam na vida empresarial. Fatores como a concentração do poder, o personalismo, o paternalismo, a postura de especulador, o formalismo e a impunidade são, portanto, elementos centrais da personalidade da gerência brasileira.

Segundo Guerreiro Ramos (*apud* Barros & Prates, 1996: 14), "... as empresas, qualquer que seja a escala, refletem invariavelmente as características, os estudos, os hábitos, conjunturas e a estrutura da sociedade". Assim, ao se analisar o que ocorre nas empresas brasileiras, encontra-se de forma clara e determinante o estilo próprio do povo brasileiro, identificado pelos aspectos culturais e pela personalidade individual, que ajudam a formatar uma filosofia e uma metodologia individualizadas.

A modernização necessária exigida pelo mundo atual faz as empresas buscarem mudanças que se refletem também na transformação dos valores, consistindo, assim, na evolução de todo sistema cultural. A importância e a aplicação de teorias administrativas estrangeiras marcaram o nosso desenvolvimento, pois procurava-se aplicar o que estava determinado em outros países com culturas diferentes da nossa. Era preciso adaptar-

se para sobreviver. Nesse sentido, deve-se procurar identificar e aplicar um sistema representativo da cultura brasileira, sem deixar de acompanhar e controlar o impacto na gestão empresarial.

CONCLUSÃO

A AO elucidar diferenças, mostra caminhos e contribui para elevar a competitividade das empresas. No caso do Brasil, observou-se que abriu caminhos para novas experiências no campo da qualidade. As indústrias brasileiras têm-se baseado no movimento da qualidade japonesa para implementar a Gestão da Qualidade Total (TQM). No entanto, este artigo elucidou que o estilo japonês é fundamentalmente diferente do brasileiro.

O estilo japonês de TQM contém o trabalho de equipe (*teamwork*), que surgiu antes mesmo do Círculo de Controle de Qualidade (CCQ) em um considerável número de empresas. Após a revisão bibliográfica, percebeu-se que o trabalho de equipe vem apoiando os programas de qualidade desde 1960. Desse modo, afirmamos que o trabalho de equipe (*teamwork*), baseado na participação efetiva dos trabalhadores, representa um elemento essencial do TQM no Japão. O estilo brasileiro de TQM, todavia, não faz questão do trabalho de equipe. Mesmo com a implementação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), que é um tipo de trabalho de equipe, a organização do trabalho no Brasil continua ligada ao Taylorismo.

Baseando-nos em Okabayashi (2000), que demonstra a importância de comparações internacionais, consideramos que novas pesquisas sobre a organização do trabalho japoneses poderiam elucidar caminhos rumo à autonomia e à maior participação no "chão de fábrica" das indústrias brasileiras. Além dis-

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, B. T. & PRATES, M. A. S. (1996). O estilo brasileiro de administrar. São Paulo, Atlas.
- BARRON, J. M. & GJERDE, K. P. (1996). Who adopts Total Quality Management (TQM). *Journal of Economics & Management Strategy*, vol. 5, n.º 1, New York, Spring.
- BIANCO, M. de F. (1999). O TQM em empresas líderes: uma discussão sobre organização e gestão. Tese de doutorado. São Paulo, Escola Politécnica da USP.
- DALE, B. & BUNNEY, H. (1999). *Total Quality Management Blueprint*. Massachusetts, Blackwell Business.
- DIBELLA, A.; NEVIS, E. & GOULD, J. (1996). Understanding organizational learning capability. *Journal Management Studies*, May, pp. 361-79.
- FLEURY, A. & FLEURY, M. T. L. (1997). Aprendizagem e inovação organizacional – as experiências de Japão, Coreia e Brasil. São Paulo, Atlas.
- KUBO, E. K. de M. (2001). *Total Quality Management (TQM): a comparison between the TQM in Japan and the TQM in Brazil*. M. Sc. Thesis. Kobe, Kobe University.
- OKUBAYASHI, K. (2000). *Sagyo soshiki o chu-niti hikaku (China-Japan Comparison of work organization)*. Kokumin Keizai Zasshi (*Journal of Economics and Business Administration*). Kobe, The

Reflexos tributários da nova Lei de Falências

Eduardo Domingos Bottallo

Professor das Faculdades de Direito da Universidade de São Paulo e de São Bernardo do Campo; ex-vice-presidente da Associação dos Advogados de São Paulo; advogado

Sumário

1. Introdução;
2. Solidariedade tributária, recuperação judicial e falência;
3. Concessão de parcelamento de débitos tributários a devedor em estado de recuperação judicial;
4. O crédito tributário e as regras de preferência a que se submete.

1. Introdução

1.1. A Lei Complementar nº 118, de 9/1/2005 (LC nº 118/05), adaptou preceitos do Código Tributário Nacional (CTN) às inovações introduzidas pela “Nova Lei de Falências” (NLF), objeto da Lei nº 11.101, da mesma data, no tocante à solidariedade tributária, à concessão de parcelamento de débitos fiscais e à classificação dos créditos fiscais em processos de recuperação judicial e falência.

Além disso, o referido diploma tratou de outros temas não diretamente relacionados com os mencionados institutos, como a denominada “penhora online” e os critérios de contagem do prazo para pleitear a restituição ou compensação de tributos submetidos ao regime de lançamento por homologação.

Todavia, dado o escopo do presente número da *Revista do Advogado*, cingiremos nossas observações aos aspectos da lei tributária que se intercomunicam com a NLF.

Para tanto, observaremos a mesma ordem em que nela aparecem.

2. Solidariedade tributária, recuperação judicial e falência

2.1. O artigo 133, *caput*, do CTN estabelece, como regra geral, a *solidariedade tributária* com o alienante, do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional. Esta solidariedade é **integral** se o vendedor cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade; e é **subsidiária** se este prosseguir na exploração, ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria e profissão.

O princípio da solidariedade passa agora a sofrer importantes limitações. É o que decorre dos §§ 1º e 2º que a LC nº 118/05 inseriu no artigo em questão, assim redigidos:

“§ 1º – O disposto no *caput* deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial:

I – em processo de falência;

II – de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial.

§ 2º – Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for:

I – sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial;

II – parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios; ou

III – identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.”¹

É o caso, pois, de analisarmos estas previsões.

2.2. A exclusão da responsabilidade tributária determinada pelo § 1º diz respeito ao empresário e

1. O § 1º ora transcrito identifica-se com o artigo 141, II, da NLF; já o § 2º reproduz, em essência, a redação do § 1º deste mesmo artigo 141.

Reflexos tributários da nova Lei de Falências

à sociedade empresária,² ou seja, “quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”.³

Por oposição, ela não beneficia: a) os que exercem profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, salvo se tal exercício constituir elemento de empresa;⁴ b) as empresas públicas e as sociedades de economia mista;⁵ e c) as instituições financeiras públicas ou privadas, as cooperativas de crédito, os consórcios, as entidades de previdência complementar, as sociedades operadoras de planos de assistência à saúde, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às aqui citadas.⁶

Ademais, a não-solidariedade alcança somente as *alienações judiciais*, ficando fora aquelas que vierem a realizar-se no curso do procedimento de recuperação extrajudicial (arts. 161 e seguintes da NLF).

Por seu turno, a alienação judicial contemplada pode ter como objeto **ou** os bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis da empresa, quando se tratar de processo de falência,⁷ **ou** a filial ou unidade produtiva isolada, quando se tratar de processo de recuperação judicial.

Quer-nos parecer que a expressão “unidade produtiva isolada” (§ 1º, II) associa-se, em seu significado, ao conceito de estabelecimento de que tratam os artigos 1.142 e 1.143, do Código Civil, ou seja, “complexo de bens organizado para o exercício da empresa”, capaz de “ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com sua natureza”.

Portanto, a consideração sistemática dos preceitos do Código Civil e da NLF autoriza-nos a entender por “unidade produtiva isolada” o estabelecimento apto a possibilitar, de per si, o desempenho de atividades econômicas, embora não se trate de pessoa jurídica, ou de filial de pessoa jurídica, formalmente constituídas.

2.3. As situações que afastam a exclusão da solidariedade estão indicadas no § 2º retrotranscrito.

2.3.1. A primeira delas ocorre quando o adquirente for: a) sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial; ou b) sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial.

Observe-se que este parágrafo alude ao **sócio**,

sem levar em conta o volume de sua participação no capital social, ou a circunstância de estar investido, ou não, de poderes de administração ou gerência.

Por outro lado, parece-nos claro que o conceito de *controle* aqui adotado corresponde àquele expresso tanto na Lei das Sociedades por Ações,⁸ como no próprio Código Civil:⁹ controlar significa “ser titular de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger, nomear ou indicar a maioria dos administradores”.

2.3.2. A segunda situação, à vista da qual a solidariedade tributária é mantida, ocorre quando o adquirente for parente em linha reta ou colateral até o 4º grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial, ou de qualquer de seus sócios (§ 2º, II).

Como se sabe, parentes em linha reta são as pessoas que guardam entre si relação de ascendência ou descendência.¹⁰ Já os parentes colaterais até o 4º grau compreendem, em palavras bem simples e coloquiais, os “tios” e os “primos”.¹¹

O Código Civil, ao tratar das relações de parentesco, não faz distinção entre matrimônio e união estável. Portanto, a mesma assimilação entre os dois institutos (casamento e união estável) deve ser levada em conta, para efeitos da interpretação deste inciso II do § 2º.

2.3.3. Dentre as hipóteses que afastam a exclusão da solidariedade tributária, merece especial atenção a terceira, prevista no § 2º, III.

É a que ocorre quando o adquirente dos bens for “identificado como agente do falido ou do devedor

2. NLF, artigo 1º.

3. Código Civil, artigo 966.

4. Código Civil, artigo 966, parágrafo único.

5. NLF, artigo 2º, I.

6. NLF, artigo 2º, II.

7. NLF, artigo 75.

8. Lei nº 6.404, de 15/12/1976, artigo 243, § 2º.

9. Artigo 1.098.

10. Código Civil, artigo 1.591.

11. Código Civil, artigo 1.592.

Reflexos tributários da nova Lei de Falências

em recuperação judicial, com o objetivo de fraudar a sucessão tributária”.

As exigências de “identificação” do agente¹² do falido ou do devedor em recuperação judicial, bem como de “demonstração” do propósito de “fraudar a sucessão tributária”, impõem a necessidade de instauração de processo em que sejam preservadas as exigências do contraditório e da ampla defesa, nos termos do artigo 5º, LV, da Constituição.

Este reclamo revela a manifesta inadequação, à situação ora em exame, do disposto no artigo 143 da NLF, que habilita quaisquer credores, o próprio devedor e o Ministério Público a impugnar a alienação de ativos, nas modalidades de leilão por lances orais, propostas fechadas ou pregão.¹³

Isto porque o rito previsto para tais impugnações é bastante sumário (quarenta e oito horas para sua propositura e imediata conclusão ao juiz, que deve proferir decisão em cinco dias).

A nós parece que, por tão estreitos caminhos, não podem resultar, com a necessária segurança: a) a identificação do arrematante como “agente” do falido ou do devedor em recuperação judicial; e b) a prova da ocorrência de “fraude à sucessão tributária”.

Daí concluirmos que as providências previstas neste artigo 143 não são suficientes para afastar a

inaplicabilidade da sucessão tributária com fundamento no novel inciso III, do § 2º, do artigo 133, do CTN.

E assim entendemos porque este inciso cogita de eventos que somente podem ser demonstrados em ação própria ou incidental, no curso do processo de falência ou recuperação judicial, em que sejam devidamente observadas as garantias asseguradas pelo preceito constitucional retrocitado.

2.3.4. Por último, o § 3º inserido no artigo 133 do CTN, visando assegurar a liquidação dos débitos do falido, determina que o produto da alienação judicial permaneça em conta de depósito, à disposição do juízo, pelo prazo de um ano, somente podendo ser utilizado para pagamento de créditos extraconcursais¹⁴ ou dos que preferem ao tributário.¹⁵

3. Concessão de parcelamento de débitos tributários a devedor em estado de recuperação judicial

3.1. A LC nº 118/05 prevê a concessão de parcelamento especial para liquidação dos débitos tributários de responsabilidade de devedores em estado de recuperação judicial.

Em tal propósito, o diploma determina a edição de lei própria, distinta daquela a que alude o artigo 155-A, *caput*, do CTN.¹⁶

Dito de outro modo, a norma complementar reclama a aprovação, pela União, pelos Estados e Distrito Federal e pelos Municípios, de leis que considerem a situação especial do devedor tributário titular dos benefícios de recuperação judicial.

Entretanto, poderá ocorrer que algumas dessas pessoas de direito público não atendam à apontada determinação. Neste caso, ocorrerá a aplicação “das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial, **não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela Lei Federal específica**”.¹⁷

Temos fundadas dúvidas quanto à constitucionalidade desta solução.

Vejamos como se justifica esta afirmação.

3.2. A Federação brasileira assenta-se, entre outros princípios fundamentais, naquele que consagra a *igualdade jurídica* entre as pessoas que a integram.

Vale dizer que, sob a estrita óptica constitucional, não existe hierarquia entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.¹⁸ Daí ser inaceitável que

12. A expressão “agente” tem aqui, claramente, o sentido de “pessoa que trata de negócio por conta alheia” (Cfr. Aurélio, 2ª ed., p. 61).

13. O preceito assim se inscreve: “Artigo 143 - Em qualquer das modalidades de alienação referidas no artigo 142 desta Lei, poderão ser apresentadas impugnações por quaisquer credores, pelo devedor ou pelo Ministério Público no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da arrematação, hipótese em que os autos serão conclusos ao juiz, que, no prazo de 5 (cinco) dias, decidirá sobre as impugnações e, julgando-as improcedentes, ordenará a entrega dos bens ao arrematante, respeitadas as condições estabelecidas no edital.”

14. Créditos extraconcursais são aqueles não sujeitos a classificação e que gozam de precedência sobre os que o sejam. Estes créditos estão relacionados no artigo 84 da NLF.

15. Vide, a propósito, o item 4 adiante.

16. O artigo 155-A, *caput*, tem a seguinte redação: “O parcelamento será concedido na forma e em condições estabelecidas em lei específica”. A previsão relatada no texto do presente trabalho é objeto do § 3º que a LC nº 118/05 inseriu neste artigo 155-A.

17. Redação do § 4º introduzido no texto do artigo 155-A do CTN pela LC nº 118/05.

18. Cfr. nesse sentido, Geraldo Ataliba, *República e Constituição*, São Paulo, RT, 1985, p. 16.

ANEXOS

Fairclough (1989) e van Dijk (1990, 1993b), pode dar conta de estudos que analisam e olham para o discurso como um todo, inserido em contextos sócio, histórico e político da sociedade em que vivemos. Há sempre uma determinação histórica que relaciona o mundo com a linguagem pois não há sentido se não pensarmos a língua inscrita na história e na sociedade. O discurso não deve, portanto, ser visto ou analisado apenas como a transmissão de informações ou como instrumento de comunicação, mas como a produção e/ou a construção de sentidos num determinado momento da história e num contexto social determinado.

Podemos observar que várias são as disciplinas envolvidas na análise do discurso, segundo a proposta acima, das quais podemos citar: a lingüística (para o estudo da língua), a psicologia (para o estudo de crenças e como estas são transmitidas) e as ciências sociais (para analisar a interação em situações sociais).

A Análise que toma o discurso como seu objeto próprio, teve seu início nos anos 60 com os estudos da língua em funcionamento para produção de sentidos. Hoje, porém, já pensamos o discurso como o efeito de sentidos entre locutores, lembrando que a língua é uma das condições de possibilidade do discurso.

Para a análise do discurso crítica a língua em uso, na sua forma oral ou escrita, deve ser vista como uma forma de prática social. A noção de "Crítica" está associada à Escola Filosófica de Frankfurt que, por sua vez, retoma os pensamentos de Marx e busca reexaminar a herança filosófica de onde surgiu (Kant, Hegel). Segundo essa proposta uma ciência crítica deve ser auto-reflexiva (refletindo os interesses que subjazem a ela) levando sempre em consideração o contexto histórico no qual o discurso se realiza.

A afirmação de que ao usarmos a língua estamos nos posicionando ideologicamente remonta a Bakhtin (1929), para quem o discurso é o lugar onde a língua e a ideologia se encontram, e a análise do discurso permite sejam observadas as dimensões ideológicas que são manifestas na linguagem.

Nos anos 70, na Inglaterra, encontramos os trabalhos de lingüistas críticos (Fowler et al., 1979; Kress e Hodge, 1979) que chamam a atenção para a importância de manifestações de ideologia na linguagem e, em particular, na mídia.

Já nos anos 90, é dada ênfase na relação entre as mudanças sócio-culturais e o discurso (Fairclough, 1989, 1992 a.b). Mais recentemente, encontramos trabalhos que enfatizam a reprodução do preconceito étnico

UMA ABORDAGEM CRÍTICA DO DISCURSO SOBRE A MULHER PROFISSIONAL

Astrid Nilsson SGARBIERI¹

RESUMO: A pesquisa apresentada neste trabalho teve por objetivo analisar, no discurso da imprensa, manifestações lingüísticas de preconceito face à mulher profissional na sociedade brasileira. Foi utilizada a abordagem interdisciplinar proposta pela análise crítica do discurso, a qual permitiu observar alguns aspectos socioculturais de mudanças que se manifestam na linguagem. Na análise levou-se em consideração o papel da cognição social e da ideologia na reprodução do preconceito. Os dados apontam para mudanças «on line» no «script» preconceituoso da sociedade brasileira face à mulher profissional.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; preconceito; ideologia.

ABSTRACT: The main purpose of the research discussed in this paper was to analyze some linguistic aspects of the prejudice against working women in the discourse of the press in the Brazilian society. The interdisciplinary critical discourse analysis approach enabled us to observe some linguistic aspects of sociocultural changes. Social cognition in the reproduction process of social changes was taken into account in the present research. The data analyzed pointed to an on line process of changes in the prejudicial script of Brazilian society in regards to working women as well as in the political area.

KEY-WORDS: discourse; prejudice; ideology.

Ao pensarmos em uma abordagem Crítica do Discurso, torna-se importante retomarmos alguns conceitos básicos que abrangem não só a Análise do Discurso em si, mas também o Sujeito, a Cognição Social e a Ideologia, dentre outros. Essa delimitação prende-se ao fato de acreditarmos que o arcabouço teórico proposto pela análise do discurso crítica, segundo

⁽¹⁾ PUC-Campinas

utilizando a Análise do Discurso Crítica em estudos sobre o discurso na imprensa (van Dijk, 1993,a,b; 1996, 1997,1998; Wodak, R. 1996).

Não devemos, porém, tentar estabelecer uma relação direta entre as estruturas do discurso e as da sociedade, mas sim pensar que elas são mediadas pela cognição social, que, segundo van Dijk (1990), deve ser vista como o sistema de estratégias e estruturas mentais que influenciam e permitem a compreensão do discurso.

Vale ressaltar que tais processos ocorrem simultaneamente em nossa mente, mais especificamente, em nossa memória pessoal, quando pensamos em fatos 'ad hoc' que estão representados em modelos individuais; bem como nas representações sócio culturais, que são construídas e compartilhadas pelos membros de um grupo ou de uma sociedade - "scripts" - conhecimentos, atitudes, ideologias, normas e valores - uma forma de conhecimento coletivo e, portanto, social.

Outro aspecto fundamental que estabelece a relação entre discurso e sociedade é a ideologia que, segundo van Dijk (1998), deve ser vista como representações mentais que formam a base da cognição social, isto é, dos conhecimentos partilhados e das atitudes de um grupo. Além da função social de coordenação, as ideologias têm funções cognitivas de organização de crenças e valores.

No presente trabalho proponho pensar ideologia e cognição social tomando como base o arcabouço teórico apresentado acima, segundo o qual as atitudes ou opiniões preconceituosas sobre grupos minoritários, que são ou não apoiados pela sociedade de um modo geral, podem ser observadas através da Análise do Discurso Crítica. Acredito, também, que a relação entre discurso e sociedade é mediada pela cognição social, que pode ser definida como um sistema compartilhado de representações sociais localizado na memória semântica, ou social, e que influi diretamente na interpretação dos fatos sociais, sempre num processo "on line".

Outro aspecto relevante que pode ser estudado ao pensarmos na abordagem Crítica da Análise do Discurso é o de como as relações de poder se manifestam e são negociadas através da linguagem.

Vale ressaltar também que, inserida no contexto geral de relações de poder, encontra-se a mídia como um todo e, no caso do presente trabalho, a imprensa escrita, focalizando diferentes aspectos do discurso sobre a mulher profissional.

Pensando a língua como um dos meios pelos quais os indivíduos se localizam num espaço social, acredito que o discurso sobre mulheres

profissionais permite observarmos mudanças na postura da sociedade frente a elas, isto é, um processo de evolução quanto a sua aceitação no mercado de trabalho. Observaremos, também, em algumas manchetes e capas de revistas, manifestações de preconceito, bem como mudanças no "script" social e geral da sociedade brasileira face à mulher profissional.

Todos sabemos que mudanças em atitudes não acontecem de forma isolada, mas são relacionadas com mudanças gerais da sociedade como um todo.

Ao usarmos a abordagem proposta pela análise do discurso crítica, podemos observar que a mídia não só incorpora elementos da realidade mas, também, modula, re-dimensiona e re-cria essa mesma realidade podendo ou não reforçá-la. A notícia, portanto, não é um fenômeno natural que emerge de fatos da vida real, mas é social e culturalmente determinada, uma vez que é produzida por pessoas que fazem parte de uma rede de relações sociais revelando, portanto, não só as próprias ideologias, mas, também, as do grupo social a que pertencem.

Neste trabalho, ao analisar algumas manchetes de revistas e jornais, acredito podermos observar uma evolução na maneira como a mulher profissional tem sido representada na mídia, o que deve ser visto como um reflexo da sociedade em que se insere.

O número especial de 1994, da revista *Veja*, que pode ser considerado um marco na representação da mulher, traz na capa: "*Mulheres - a grande mudança no Brasil*". Os artigos sobre o assunto tratam da longa marcha e luta que a mulher, de um modo geral, tem enfrentado para ser "confirmada", "aceita" e "respeitada" como profissional num mercado de trabalho que muitas vezes é dominado pelo homem. Essa edição especial já aponta para uma conscientização da sociedade face às dificuldades enfrentadas pela mulher profissional.

Em 1995, a capa da mesma revista traz "*Mamãe Coragem*" que representa mais um passo na conquista de um espaço da mulher como profissional. O título do artigo que trata do assunto apresentado na capa é: "*Mamãe sabe tudo*", abordando vários aspectos da vida da mulher profissional e mãe de família, como: "*os sustos e dificuldades que ela enfrenta para se estabelecer e dar a volta por cima*".

Em abril de 1996, a revista *Exame* traz na capa a pergunta: "*Carreira x casamento. É possível ser bem sucedido em ambos?*" O artigo compara o casamento com a anedota do coberter curto: " *você puxa aqui e falta ali*" e afirma que "*se todo casamento é de delicada administração,*

quando ambos são executivos passa a ser muito mais". A conclusão do artigo é que o desafio de tal administração vem sendo superado com sucesso.

A capa da revista *Exame*, em sua edição de julho de 1997, questiona: "Mulher é melhor que homem? O jeito feminino de administrar está sendo mais valorizado do que nunca pelas empresas. Problemas para os homens?" O título do artigo que aborda o assunto questiona: "Abaixo os homens?" e depois informa: "Suavidade no poder, intuição e cabeça no time. O jeito feminino de administrar está em alta. Em vez de abrir uma guerra, as mulheres preferem cooperar com os opositores e torná-los seus aliados", "Em público, as mulheres tendem a minimizar seus acertos. Os homens costumam minimizar as dúvidas". O artigo termina afirmando: "No futuro, o mais provável será a combinação do jeito feminino com os valores tradicionais da competição". Essa conclusão já aponta para uma possível igualdade entre homem e mulher no campo profissional.

A capa da revista *Exame* de maio de 1999 traz: "As mulheres de negócio mais interessantes do Brasil" sendo que a reportagem que trata do assunto diz: "Poderosas! Ela é de ferro. Mas chora". Podemos observar como a ironia está presente não só no título mas, também, no decorrer do artigo: "se há uma festa ela troca o *tailleur* por um vestido curto e dança a noite inteira". Tal afirmação aponta para a importância da mulher profissional, sem deixar de lado o aspecto feminino.

A revista *Época* de março de 2000 traz na capa: "Mulheres - as conquistas que mudaram o universo feminino", sendo que a manchete referente a ela diz: "Brasil feminino e plural. Opais de 80 milhões de mulheres equilibra-se entre a ânsia do poder e a sede de auto-estima". O artigo apresenta não só mulheres que trabalham em indústrias, mas também algumas que atuam no âmbito político, dentre elas - Roseana Sarney, Luiza Erundina e Marta Suplicy.

Quanto ao aspecto político vale ressaltar que, em recentes pesquisas realizadas sobre as tendências nas urnas, 84% dos brasileiros votaram em mulheres para as prefeituras e 80% para o governo do Estado. O artigo ressaltava também: "Prefeitas de pulso firme. Elas são vistas como mais honestas e dedicadas". Lembro que em 1929 a primeira mulher eleita no Brasil foi impedida de tomar posse, hoje, porém, as mulheres estão atuando, com sucesso, em diferentes campos da política.

Retomo aqui alguns dados: em 1983 as mulheres ganhavam 45% dos salários dos homens e hoje ganham 64%, sendo que o crescente nível de escolaridade tem sido um trunfo feminino. Embora ainda haja uma diferença entre os salários dos homens e das mulheres, o que aponta para

preconceito e discriminação, podemos observar que essa discrepância tem diminuído.

Em 1995, a revista *Veja* publicou uma "receita" absolutamente irônica, assinada por Jô Soares e intitulada "Pequeno manual da Rainha do lar ou o sonho de um marido machista", que termina dando o aviso que nenhuma das instruções dadas para a "Rainha" do lar terá valor se ela não exercer uma profissão, trabalhando pelo menos 8 horas diárias e ganhando, no mínimo, o dobro do marido machista.

Quanto aos jornais (Correio Popular, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo), a análise de algumas manchetes permitiu-nos observar uma evolução na forma pela qual a mulher profissional é apresentada, bem como as adequações feitas no lar e na sociedade para que ela venha a exercer plenamente uma profissão.

1995 Correio Popular - "Mulheres ampliam espaço no mercado de trabalho".

1995 Folha de São Paulo - "Mulher no comando ainda incomoda".

1996 Correio Popular - "Número de mulheres na chefia cresce 4,2%".

1996 O Estado de São Paulo - "Homem começa a aceitar ser dono de casa".

1997 Folha de São Paulo - "Casal se reveza no sustento da família".

1997 Folha de São Paulo - "Brasil debate novo papel para o homem".

1999 Folha de São Paulo - "Mulher estuda mais mas recebe menos".

2000 Folha de São Paulo - "A afirmação profissional feminina".

Este último é um editorial assinado por Boris Fausto que afirma: "mesmo em situações que implicam uma mudança de padrões culturais, há progressos significativos nas gerações mais jovens. É o caso da distribuição de tarefas entre casais... e quebrar o preconceito masculino quanto à realização de tarefas tidas como femininas".

Como podemos observar o discurso sobre a mulher profissional na mídia, de um modo geral, deixa clara a mudança de postura sobre o assunto em questão na sociedade brasileira. A mulher deve ser, cada vez mais, uma profissional global e saber competir em mercados que até

recentemente eram de total domínio masculino. A mulher é, cada vez mais, vista como pessoa capaz de administrar efetivamente as diversidades no local de trabalho.

Outro aspecto a ser ressaltado é que na imprensa fica evidente a valorização que vem sendo dada à mulher, bem como o discurso veiculado sobre ela - a preocupação com a qualidade de seu trabalho, que representa competição explícita com o homem em áreas anteriormente de total domínio masculino.

Quanto ao âmbito político, é inegável o espaço que a mulher vem conquistando a cada dia que passa. É claro que em todos os campos podemos observar retrocessos com relação à aceitação da mulher como força efetiva e ativa num mercado de trabalho altamente meritocrático e, porque não dizer, que ainda deixa transparecer vestígios "machistas"?

Os dados apontam para mudanças no "script" da sociedade brasileira frente à mulher profissional. Isso vale dizer que a ideologia peconceituosa de nossa sociedade está passando por um processo de mudança "on line", isto é, de avanços e retrocessos.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. (Volochinov) (1928) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical Language Awareness* (ed.) London: Longman, 1992a.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Oxford and Blackwell Publishers. Polity Press, 1992b.
- FOWLER, R., KRESS, G., HODGE, R. e REW, T. (eds) *Language and Control*. London: Routledge, 1979.
- KRESS, G. e HODGE, R. *Language and Ideology*. London: Routledge, 1979.
- VAN DIJK, T.A. *Social Cognition and Discourse*, (in) H.Giles and P. Robinson (eds.) *Handbook of Language and Social Cognition*, London. Chichester: Wiley, 1990: 163-167.
- VAN DIJK, T.A. *Discourse and Elite Racism*. London: Sage, 1993a.
- VAN DIJK, T.A. *Principles of critical discourse analysis*. *Discourse and Society*, 4 (2). London: Sage, 1993b: 249-83.

VAN DIJK, T.A. *Discourse, Power and Access*. (in) C.R.Caldas-Coulthard and M. Coulthard (eds.), *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. London: Routledge, 1996: 84-104.

VAN DIJK, T.A. *Discourse as Interaction in Society*. in T.A. van Dijk (ed.) *Discourse as Social Interaction*. London. Sage, 1997: 1-37.

VAN DIJK, T.A.. *Ideology. A Multidisciplinary Study*. London: Sage, 1998.

WODAK, R. *Disorders of Discourse*. London: Longman, 1996.

2 – Artigo de Administração

19

Aprendizagem organizacional e qualidade total: vantagem competitiva

Organisational learning and total quality: competitive advantage



JOSÉ CARLOS VICTORINO DE SOUZA

Mestre em Administração pela Universidade Mackenzie;
Coordenador do Curso de Administração de Empresas da UNICSUL.



EDSON KEYSO DE MIRANDA KUBO

Mestre em Administração de Empresas pela Kobe University (Japão);
Docente na UNICSUL (Curso de Administração de Empresas).

RESUMO

Por meio da aprendizagem organizacional (AO), que se refere à capacidade de assimilar experiências e adquirir, utilizar e disseminar conhecimentos que possam promover a melhoria de desempenho, as empresas obtêm competitividade.

ABSTRACT

This article discusses the way companies obtain competitiveness by means of the Organisational Learning (OL), which is related to the capacity of assimilating experiences and acquiring, using and spreading knowledge that can promote the improvement of performance.

PALAVRAS-CHAVE

Conhecimento, trabalho de equipe, organização do trabalho.

KEY WORDS

Knowledge, teamwork, work organisation.

Primeiramente, faz-se necessário registrar que o conceito-chave norteador deste artigo é o da aprendizagem organizacional (AO), e o da qualidade. A definição de AO gira em torno da palavra-chave *conhecimento*: "AO refere-se à capacidade ou ao conjunto de processos internos que melhoram ou mantêm o desempenho baseado na experiência, cuja operacionalização envolve a aquisição, a disseminação e a utilização de conhecimentos" (DiBella et al., 1996: 363). Por meio da AO, empresas brasileiras estão buscando preparo e até mesmo saídas para a crise provocada pela acirrada competição. Experiências com novas técnicas de qualidade, reflexões sobre diferenças culturais e tentativas de implementação de sistemas de gestão internacionais compõem o quadro de abrangência da AO.

No que tange ao conceito de qualidade, Dale & Bunney (1999: 2) afirmam: "Qualidade é a totalidade dos aspectos e características de um produto ou serviço importantes para que ele possa satisfazer às necessidades explícitas ou implícitas." O movimento da qualidade no Japão está dividido em três etapas: Controle Estatístico da Qualidade – CEQ (1946-1970), Controle da Qualidade Total – TQC (1970-1996) e Gestão pela Qualidade Total – TQM (1996 – até o momento). Entre todos esses estágios, enfatiza-se que a TQM, entendida como ferramenta mais avançada de todo o movimento da qualidade, vem sendo largamente implementada no Brasil desde 1990.

O enfoque deste artigo será a maneira como a AO tem levado as empresas a identificarem diferenças, tomando como exemplo os programas de qualidade importados do Japão. Nesse sentido, questiona-se: de que maneira a AO contribuiu para identificar as diferenças entre os programas de qualidade no Japão e no Brasil? Quais são essas diferenças? O artigo

fará um breve histórico das mudanças que levaram as empresas brasileiras a valorizar a AO e os programas de qualidade. Na conclusão, os dados levantados serão organizados de forma a mostrar que a AO tem o poder de revelar diferenças, mostrar caminhos e identificar os pontos críticos das organizações.

AO E MOVIMENTO DA QUALIDADE NO BRASIL E NO JAPÃO

É possível considerar que a AO foi a saída encontrada pelo Japão para a derrota na Segunda Guerra Mundial. A aquisição de conhecimentos que pudessem levar ao aumento da competitividade, das experiências e disseminação de técnicas de qualidade constituiu o fator responsável pelo sucesso das empresas japonesas.

Em abril de 1996, o *The Union of Japanese Scientists and Engineers* (JUSE) decidiu substituir o termo Controle da Qualidade Total (TQC) por Gestão pela Qualidade Total (TQM). Essa alteração objetivou a popularização do TQM no Japão, visto que o termo técnico tem sido amplamente difundido em outros países. De acordo com as publicações da JUSE, o TQM é considerado um novo caminho para a qualidade, pois contém os principais elementos do TQC, tais como: *kaizen* (melhorias), Garantia da Qualidade, Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), trabalho de equipe (*teamwork*) e outros. Não obstante, o TQM possui algumas diferenças em relação ao TQC (Quadro 1).

O TQM consiste num método holístico que engloba o TQC. Em Dale & Bunney (1999: 29) encontra-se a seguinte definição para o TQM: "Modelo de gerenciamento de uma organização centrado na qualidade, baseado na participação de todos os seus membros e visando

Quadro 1 – Diferenças entre TQC e TQM

TQC: Satisfação dos clientes (*customer satisfaction*), qualidade dos processos, TQM: Satisfação não apenas dos clientes, mas também dos acionistas (*stockholder satisfaction*) e de todas as partes interessadas (*stakeholder satisfaction*) na qualidade da administração
Fonte: adaptado de TQM Inkaï-hen (1998: 27)

ao sucesso de longo prazo através da satisfação do consumidor, e benefícios para todos os membros da organização e para a sociedade." Segundo TQM Inkaï-hen (1998), embora o TQC tenha contribuído para a economia japonesa, especialmente em 1970, hoje, as indústrias japonesas buscam um novo método para a qualidade. Isso se deve ao fato de que, em 1990, elas começaram a enfrentar problemas causados pela crise da "Bolha Econômica", que mostrou a necessidade de uma ferramenta gerencial mais avançada que o TQC.

De acordo com a JUSE (*apud* TQM Inkaï-hen, 1998), algumas indústrias no Japão já implementaram o TQM, tais como: *Kojima Press*, *Nippon Telegraphy and Telephone Public Corporation*, *Data Transmission* (NTT Data Transmission), *Maeda Construction*, *Takenaka Greil Engineering Firm*, *Nissan* e outras. O movimento da qualidade nesse país é considerado um modelo para os que estão em desenvolvimento como o Brasil. A discussão acerca da qualidade no Brasil começou no final de 1970, num contexto peculiar. Iniciou-se pela implementação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) e, após isso, foram instituídos o TQC e o TQM.

Devido a razões históricas, as indústrias brasileiras foram, desde o começo, apoiadas pelo governo por meio do protecionismo. Pode-se citar, como exemplo, a questão da Política de Substituição de Importações da Era Getúlio. No entanto, em 1990, com o presidente Fernando Collor de Mello, o Brasil vi-

venciou a abertura do mercado nacional para os produtos estrangeiros. Dentro do contexto de competição e de crise econômica, a indústria brasileira foi forçada a elevar sua capacidade. Nesse momento, as indústrias buscaram, no método japonês de qualidade, uma saída para a crise. Ferramentas gerenciais, como, por exemplo, o TQM, foram implementadas em larga escala. Foram valorizadas a busca de conhecimentos, experiências e novas técnicas. Desse modo, a AO surge como saída para a crise industrial brasileira.

Segundo Bianco (1999: 157-164), embora o TQM, que representa uma ferramenta gerencial avançada, tenha sido implementado nas indústrias brasileiras, observou-se que a gestão e a organização do trabalho não se distanciam do modo Taylorista. Isso significa que não há delegação de autonomia ao "chão de fábrica" e predomina o princípio Taylorista da separação entre planejamento e execução. Desse modo, o operário não planeja o seu próprio trabalho, mas apenas executa aquilo que foi pensado pela gerência.

AO NA IDENTIFICAÇÃO DAS DIFERENÇAS ENTRE O TQM NO JAPÃO E NO BRASIL

O estilo japonês de TQM, como explicado anteriormente, consiste num método avançado que visa à qualidade e que contém os principais elementos do TQC, como, por exemplo, o trabalho de equipe (*teamwork*). De acordo com Dale & Bunney (1999: 179), há uma variedade de tipos de trabalho de equipe, porém o mais utilizado no TQC é o Círculo de Controle de Qualidade (CCQ). Udagawa et al. (1995: 210-211) afirmam que, sob o trabalho de equipe, os membros participam ativamente no planejamento e na gestão de seus trabalhos. De acordo com Burron

& Gjerdle (1996: 101), o trabalho de equipe é, portanto, um elemento-chave do TQM.

Segundo Salerno (1985: 96), não há trabalho de equipe no Brasil. O estilo de TQM brasileiro não provocou mudanças significativas desde a sua implementação, porque, como já explicitado, gestão e organização do trabalho não se distanciam do taylorismo. Mesmo com a implementação dos Círculos de Controle de Qualidade, a organização do trabalho continua vinculada ao taylorismo (ver no Quadro 2 as diferenças entre o estilo japonês e o brasileiro).

Quadro 2 – Diferenças entre o estilo de TQM japonês e o brasileiro

Japão	Brasil
Existência do trabalho de equipe (<i>teamwork</i>)	Ausência de trabalho em equipe.
Os círculos de Controle de Qualidade (CCQ) não mudam a organização do trabalho, que continua vinculada ao taylorismo.	

Fonte: Kubo (2001:37)

Por meio da AO, foi possível identificar as diferenças entre os dois sistemas de gestão apontados. O estudo dessas diferenças contribui para identificar os demais fatores críticos de sucesso no mercado competitivo, no qual as empresas lançaram-se. No caso do Brasil, a AO pode levar ao esclarecimento, diagnóstico e à evolução das estratégias administrativas. Vale ressaltar que o conhecimento e a gestão desse processo representam a sobrevivência e consolidação das organizações nesse novo cenário competitivo.

GESTÃO DO CONHECIMENTO E RECURSOS HUMANOS NO BRASIL

Com a globalização imposta ao mundo, a

como pessoas mais capazes, autônomas e mais independentes das chefias. No entanto, tal atitude gerou profissionais mais dependentes de seus colegas, à medida que o grupo ou equipe passou a ter maior importância para os resultados. As estruturas organizacionais são menos rígidas e esses novos profissionais têm condições de se auto-organizar de acordo com situações que são distintas daquelas da organização tradicional, na qual as relações hierárquicas estão claramente definidas e não são discutíveis, conforme afirmam Fleury & Fleury (1997).

A preparação de recursos humanos, considerando-se que são os ativos mais importantes das empresas, abrirá espaços para a inovação, a criatividade, os desafios e as novas parcerias, conduzindo ao entendimento do profundo significado do trabalho. Esses mesmos recursos humanos assumem responsabilidades pelo êxito ou insucesso da gestão do negócio.

Os tempos modernos revelam que a organização deve ser dirigida como se fosse um "time" no qual o chefe assume o papel de líder, orientando todos para o objetivo comum, com enfoque especial voltado para o cliente, colaborador ou acionista. No Brasil, portanto, a discussão sobre vantagem competitiva passa necessariamente pelo reconhecimento da importância da gestão do conhecimento.

CULTURA NACIONAL E PROGRAMAS DE QUALIDADE

A implementação massiva de programas de qualidade no Brasil passa pela discussão acerca da cultura nacional. Após uma análise mais profunda, considera-se que, sendo um processo de gestão, deve-se antes examiná-lo cuidadosamente, evitando seguir caminhos que obtiveram sucesso em outros países.

ses e copiar estilos sem levar em consideração os traços culturais brasileiros.

A implementação de um novo e moderno processo de gestão requer, sim, uma adaptação ou recriação que possa responder positivamente às necessidades das empresas brasileiras. Deve-se refletir sobre a mudança cultural antes de se pensar na organização. As realizações devem ter o foco no mercado, fazendo a mudança ocorrer de forma contínua e consciente, dando possibilidades e subsídios concretos para que a competição seja saudável e duradoura.

CULTURA BRASILEIRA: IMPACTOS NA GESTÃO EMPRESARIAL

Considera-se que a cultura organizacional interfere na *performance* e nas medidas a serem tomadas, visto que a decisão está centrada nas informações, nos valores e no maior número de dados processados. E tudo isso difere de acordo com o lugar. A AO tem mostrado que diferenças de culturas organizacionais interferem consideravelmente na implementação de ferramentas gerenciais. No caso do Brasil, foi possível notar que a implementação do TQM japonês não resultou nas mesmas conquistas quanto à autonomia e participação no nível operacional. Nossa preocupação neste artigo é tratar também da importância do tópico cultura organizacional quando se fala em AO.

É preciso criar uma cultura de mudanças e recriar a cultura da empresa. A maioria dos gerentes de recursos humanos pode afirmar que os funcionários estão gerando um clima organizacional saudável, levando em consideração o salário e as condições de trabalho. Faz-se necessário, porém, gerar entusiasmo no funcionário e não apenas satisfação. O

envolvimento e a motivação em relação aos programas de qualidade tomam-se uma precondição para o sucesso na implementação. Ao se tratar da competitividade, é possível afirmar que muitas empresas persistem em esquecer da importância de uma cultura organizacional que enfatize as pessoas, ou seja, os recursos humanos.

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Gestão de Negócios da Universidade São Marcos, em São Paulo, mostra 117 empresas consultadas, com capital aproximado de quinhentos milhões de dólares. Para alcançar a produtividade desejada, as providências para metade delas consistiram em reestruturações, redução de quadro e ampliação da participação de mercado. Porém, duas constatações foram feitas pelos pesquisadores: a) poucas empresas assumiram uma atitude pro-ativa, antecipando-se às dificuldades; b) foi mínima a influência dos "gurus" da administração: "Isso não quer dizer que elas não tenham apelado para ajuda de fora. Os consultores externos (12%) foram bem mais acionados que os internos (5,5%) pelas empresas. Há também uma surpresa: a área de RH, com 9%, teve uma participação pequena nas mudanças. Isso mostra que elas atuam mais sistêmicas e processos do que a formação dos funcionários" (Revista Exame, 1997: 126).

Com base nessa afirmação, pode-se dizer que há necessidade de um embasamento em uma cultura organizacional voltada às pessoas, a fim de se enfrentar o processo de mudança das empresas. No Brasil, o que se observa é a necessidade de busca de uma cultura própria que permita o desenvolvimento de nossas empresas. Além disso, é preciso entendimento do valor humano agregado por meio do trabalho. Assim, é necessária uma visão estratégica da área de RH que caminha concomitantemente com os objetivos

centrais da organização.

Discutir cultura organizacional no Brasil é falar da importância de uma gestão de RH estratégica e também de liderança. Por intermédio dessa liderança, pode-se aliar sucesso com satisfação dos empregados. Para tanto, é importante conhecer como está estabelecida a cultura nas empresas brasileiras, pois, de acordo com Barros & Prates (1996: 9), o nosso estilo é único e original.

Expressões como "manda quem pode, obedece quem tem juízo", "o cidadão vai ter o que espera", "deixa como está para ver como é que fica" e "você sabe com quem está falando?" são muito conhecidas de todos os que militam na vida empresarial. Fatores como a concentração do poder, o personalismo, o paternalismo, a postura de espectador, o formalismo e a impunidade são, portanto, elementos centrais da personalidade da gerência brasileira.

Segundo Guerreiro Ramos (*apud* Barros & Prates, 1996: 14), "... as empresas, qualquer que seja a escala, refletem invariavelmente as características, os estudos, os hábitos, conjunturas e a estrutura da sociedade". Assim, ao se analisar o que ocorre nas empresas brasileiras, encontra-se de forma clara e determinante o estilo próprio do povo brasileiro, identificado pelos aspectos culturais e pela personalidade individual, que ajudam a formatar uma filosofia e uma metodologia individualizadas.

A modernização necessária exigida pelo mundo atual faz as empresas buscarem mudanças que se refletem também na transformação dos valores, consistindo, assim, na evolução de todo sistema cultural. A importância e a aplicação de teorias administrativas estrangeiras marcaram o nosso desenvolvimento, pois procurava-se aplicar o que estava determinado em outros países com culturas diferentes da nossa. Era preciso adaptar-

se para sobreviver. Nesse sentido, deve-se procurar identificar e aplicar um sistema representativo da cultura brasileira, sem deixar de acompanhar e controlar o impacto na gestão empresarial.

CONCLUSÃO

A AO elucidar diferenças, mostra caminhos e contribui para elevar a competitividade das empresas. No caso do Brasil, observou-se que abriu caminhos para novas experiências no campo da qualidade. As indústrias brasileiras têm-se baseado no movimento da qualidade japonesa para implementar a Gestão da Qualidade Total (TQM). No entanto, este artigo elucidou que o estilo japonês é fundamentalmente diferente do brasileiro.

O estilo japonês de TQM contém o trabalho de equipe (*teamwork*), que surgiu antes mesmo do Círculo de Controle de Qualidade (CCQ) em um considerável número de empresas. Após a revisão bibliográfica, percebeu-se que o trabalho de equipe vem apoiando os programas de qualidade desde 1960. Desse modo, afirmamos que o trabalho de equipe (*teamwork*), baseado na participação efetiva dos trabalhadores, representa um elemento essencial do TQM no Japão. O estilo brasileiro de TQM, todavia, não faz questão do trabalho de equipe. Mesmo com a implementação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), que é um tipo de trabalho de equipe, a organização do trabalho no Brasil continua ligada ao Taylorismo.

Baseando-nos em Okabayashi (2000), que demonstra a importância de comparações internacionais, consideramos que novas pesquisas sobre a organização do trabalho japoneses poderiam elucidar caminhos rumo à autonomia e à maior participação no "chão de fábrica" das indústrias brasileiras. Além dis-

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, B. T. & PRATES, M. A. S. (1996). O estilo brasileiro de administrar. São Paulo, Atlas.
- BARRON, J. M. & GJERDE, K. P. (1996). Who adopts Total Quality Management (TQM). *Journal of Economics & Management Strategy*, vol. 5, n.º 1, New York, Spring.
- BIANCO, M. de F. (1999). O TQM em empresas líderes: uma discussão sobre organização e gestão. Tese de doutorado. São Paulo, Escola Politécnica da USP.
- DALE, B. & BUNNEY, H. (1999). *Total Quality Management Blueprint*. Massachusetts, Blackwell Business.
- DIBELLA, A.; NEVIS, E. & GOULD, J. (1996). Understanding organizational learning capability. *Journal Management Studies*, May, pp. 361-79.
- FLEURY, A. & FLEURY, M. T. L. (1997). Aprendizagem e inovação organizacional – as experiências de Japão, Coreia e Brasil. São Paulo, Atlas.
- KUBO, E. K. de M. (2001). *Total Quality Management (TQM): a comparison between the TQM in Japan and the TQM in Brazil*. M. Sc. Thesis. Kobe, Kobe University.
- OKUBAYASHI, K. (2000). *Sagyo soshiki o chu-niti hikaku (China-Japan Comparison of work organization)*. Kokumin Keizai Zasshi (*Journal of Economics and Business Administration*). Kobe, The

Reflexos tributários da nova Lei de Falências

Eduardo Domingos Bottallo

Professor das Faculdades de Direito da Universidade de São Paulo e de São Bernardo do Campo; ex-vice-presidente da Associação dos Advogados de São Paulo; advogado

Sumário

1. Introdução;
2. Solidariedade tributária, recuperação judicial e falência;
3. Concessão de parcelamento de débitos tributários a devedor em estado de recuperação judicial;
4. O crédito tributário e as regras de preferência a que se submete.

1. Introdução

1.1. A Lei Complementar nº 118, de 9/1/2005 (LC nº 118/05), adaptou preceitos do Código Tributário Nacional (CTN) às inovações introduzidas pela “Nova Lei de Falências” (NLF), objeto da Lei nº 11.101, da mesma data, no tocante à solidariedade tributária, à concessão de parcelamento de débitos fiscais e à classificação dos créditos fiscais em processos de recuperação judicial e falência.

Além disso, o referido diploma tratou de outros temas não diretamente relacionados com os mencionados institutos, como a denominada “penhora online” e os critérios de contagem do prazo para pleitear a restituição ou compensação de tributos submetidos ao regime de lançamento por homologação.

Todavia, dado o escopo do presente número da *Revista do Advogado*, cingiremos nossas observações aos aspectos da lei tributária que se intercomunicam com a NLF.

Para tanto, observaremos a mesma ordem em que nela aparecem.

2. Solidariedade tributária, recuperação judicial e falência

2.1. O artigo 133, *caput*, do CTN estabelece, como regra geral, a *solidariedade tributária* com o alienante, do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional. Esta solidariedade é **integral** se o vendedor cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade; e é **subsidiária** se este prosseguir na exploração, ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria e profissão.

O princípio da solidariedade passa agora a sofrer importantes limitações. É o que decorre dos §§ 1º e 2º que a LC nº 118/05 inseriu no artigo em questão, assim redigidos:

“§ 1º – O disposto no *caput* deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial:

I – em processo de falência;

II – de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial.

§ 2º – Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for:

I – sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial;

II – parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios; ou

III – identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.”¹

É o caso, pois, de analisarmos estas previsões.

2.2. A exclusão da responsabilidade tributária determinada pelo § 1º diz respeito ao empresário e

1. O § 1º ora transcrito identifica-se com o artigo 141, II, da NLF; já o § 2º reproduz, em essência, a redação do § 1º deste mesmo artigo 141.

Reflexos tributários da nova Lei de Falências

à sociedade empresária,² ou seja, “quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”.³

Por oposição, ela não beneficia: a) os que exercem profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, salvo se tal exercício constituir elemento de empresa;⁴ b) as empresas públicas e as sociedades de economia mista;⁵ e c) as instituições financeiras públicas ou privadas, as cooperativas de crédito, os consórcios, as entidades de previdência complementar, as sociedades operadoras de planos de assistência à saúde, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às aqui citadas.⁶

Ademais, a não-solidariedade alcança somente as *alienações judiciais*, ficando fora aquelas que vierem a realizar-se no curso do procedimento de recuperação extrajudicial (arts. 161 e seguintes da NLF).

Por seu turno, a alienação judicial contemplada pode ter como objeto **ou** os bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis da empresa, quando se tratar de processo de falência,⁷ **ou** a filial ou unidade produtiva isolada, quando se tratar de processo de recuperação judicial.

Quer-nos parecer que a expressão “unidade produtiva isolada” (§ 1º, II) associa-se, em seu significado, ao conceito de estabelecimento de que tratam os artigos 1.142 e 1.143, do Código Civil, ou seja, “complexo de bens organizado para o exercício da empresa”, capaz de “ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com sua natureza”.

Portanto, a consideração sistemática dos preceitos do Código Civil e da NLF autoriza-nos a entender por “unidade produtiva isolada” o estabelecimento apto a possibilitar, de per si, o desempenho de atividades econômicas, embora não se trate de pessoa jurídica, ou de filial de pessoa jurídica, formalmente constituídas.

2.3. As situações que afastam a exclusão da solidariedade estão indicadas no § 2º retrotranscrito.

2.3.1. A primeira delas ocorre quando o adquirente for: a) sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial; ou b) sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial.

Observe-se que este parágrafo alude ao **sócio**,

sem levar em conta o volume de sua participação no capital social, ou a circunstância de estar investido, ou não, de poderes de administração ou gerência.

Por outro lado, parece-nos claro que o conceito de *controle* aqui adotado corresponde àquele expresso tanto na Lei das Sociedades por Ações,⁸ como no próprio Código Civil:⁹ controlar significa “ser titular de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger, nomear ou indicar a maioria dos administradores”.

2.3.2. A segunda situação, à vista da qual a solidariedade tributária é mantida, ocorre quando o adquirente for parente em linha reta ou colateral até o 4º grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial, ou de qualquer de seus sócios (§ 2º, II).

Como se sabe, parentes em linha reta são as pessoas que guardam entre si relação de ascendência ou descendência.¹⁰ Já os parentes colaterais até o 4º grau compreendem, em palavras bem simples e coloquiais, os “tios” e os “primos”.¹¹

O Código Civil, ao tratar das relações de parentesco, não faz distinção entre matrimônio e união estável. Portanto, a mesma assimilação entre os dois institutos (casamento e união estável) deve ser levada em conta, para efeitos da interpretação deste inciso II do § 2º.

2.3.3. Dentre as hipóteses que afastam a exclusão da solidariedade tributária, merece especial atenção a terceira, prevista no § 2º, III.

É a que ocorre quando o adquirente dos bens for “identificado como agente do falido ou do devedor

2. NLF, artigo 1º.

3. Código Civil, artigo 966.

4. Código Civil, artigo 966, parágrafo único.

5. NLF, artigo 2º, I.

6. NLF, artigo 2º, II.

7. NLF, artigo 75.

8. Lei nº 6.404, de 15/12/1976, artigo 243, § 2º.

9. Artigo 1.098.

10. Código Civil, artigo 1.591.

11. Código Civil, artigo 1.592.

Reflexos tributários da nova Lei de Falências

em recuperação judicial, com o objetivo de fraudar a sucessão tributária”.

As exigências de “identificação” do agente¹² do falido ou do devedor em recuperação judicial, bem como de “demonstração” do propósito de “fraudar a sucessão tributária”, impõem a necessidade de instauração de processo em que sejam preservadas as exigências do contraditório e da ampla defesa, nos termos do artigo 5º, LV, da Constituição.

Este reclamo revela a manifesta inadequação, à situação ora em exame, do disposto no artigo 143 da NLF, que habilita quaisquer credores, o próprio devedor e o Ministério Público a impugnar a alienação de ativos, nas modalidades de leilão por lances orais, propostas fechadas ou pregão.¹³

Isto porque o rito previsto para tais impugnações é bastante sumário (quarenta e oito horas para sua propositura e imediata conclusão ao juiz, que deve proferir decisão em cinco dias).

A nós parece que, por tão estreitos caminhos, não podem resultar, com a necessária segurança: a) a identificação do arrematante como “agente” do falido ou do devedor em recuperação judicial; e b) a prova da ocorrência de “fraude à sucessão tributária”.

Daí concluirmos que as providências previstas neste artigo 143 não são suficientes para afastar a

inaplicabilidade da sucessão tributária com fundamento no novel inciso III, do § 2º, do artigo 133, do CTN.

E assim entendemos porque este inciso cogita de eventos que somente podem ser demonstrados em ação própria ou incidental, no curso do processo de falência ou recuperação judicial, em que sejam devidamente observadas as garantias asseguradas pelo preceito constitucional retrocitado.

2.3.4. Por último, o § 3º inserido no artigo 133 do CTN, visando assegurar a liquidação dos débitos do falido, determina que o produto da alienação judicial permaneça em conta de depósito, à disposição do juízo, pelo prazo de um ano, somente podendo ser utilizado para pagamento de créditos extraconcursais¹⁴ ou dos que preferem ao tributário.¹⁵

3. Concessão de parcelamento de débitos tributários a devedor em estado de recuperação judicial

3.1. A LC nº 118/05 prevê a concessão de parcelamento especial para liquidação dos débitos tributários de responsabilidade de devedores em estado de recuperação judicial.

Em tal propósito, o diploma determina a edição de lei própria, distinta daquela a que alude o artigo 155-A, *caput*, do CTN.¹⁶

Dito de outro modo, a norma complementar reclama a aprovação, pela União, pelos Estados e Distrito Federal e pelos Municípios, de leis que considerem a situação especial do devedor tributário titular dos benefícios de recuperação judicial.

Entretanto, poderá ocorrer que algumas dessas pessoas de direito público não atendam à apontada determinação. Neste caso, ocorrerá a aplicação “das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial, **não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela Lei Federal específica**”.¹⁷

Temos fundadas dúvidas quanto à constitucionalidade desta solução.

Vejamos como se justifica esta afirmação.

3.2. A Federação brasileira assenta-se, entre outros princípios fundamentais, naquele que consagra a *igualdade jurídica* entre as pessoas que a integram.

Vale dizer que, sob a estrita óptica constitucional, não existe hierarquia entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.¹⁸ Daí ser inaceitável que

12. A expressão “agente” tem aqui, claramente, o sentido de “pessoa que trata de negócio por conta alheia” (Cfr. Aurélio, 2ª ed., p. 61).

13. O preceito assim se inscreve: “Artigo 143 - Em qualquer das modalidades de alienação referidas no artigo 142 desta Lei, poderão ser apresentadas impugnações por quaisquer credores, pelo devedor ou pelo Ministério Público no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da arrematação, hipótese em que os autos serão conclusos ao juiz, que, no prazo de 5 (cinco) dias, decidirá sobre as impugnações e, julgando-as improcedentes, ordenará a entrega dos bens ao arrematante, respeitadas as condições estabelecidas no edital.”

14. Créditos extraconcursais são aqueles não sujeitos a classificação e que gozam de precedência sobre os que o sejam. Estes créditos estão relacionados no artigo 84 da NLF.

15. Vide, a propósito, o item 4 adiante.

16. O artigo 155-A, *caput*, tem a seguinte redação: “O parcelamento será concedido na forma e em condições estabelecidas em lei específica”. A previsão relatada no texto do presente trabalho é objeto do § 3º que a LC nº 118/05 inseriu neste artigo 155-A.

17. Redação do § 4º introduzido no texto do artigo 155-A do CTN pela LC nº 118/05.

18. Cfr. nesse sentido, Geraldo Ataliba, *República e Constituição*, São Paulo, RT, 1985, p. 16.

preceito de lei complementar, de modo sub-reptício, intente introduzi-la.

Tal é o que ocorrerá caso venha a prevalecer determinação que, em última análise, impõe a Estados, Distrito Federal e Municípios a obediência a preceitos de Lei Federal que venham a estabelecer condições especiais de parcelamento de débitos tributários a cargo de devedores em recuperação judicial.

A Constituição Federal veda à União “instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios” (art. 151, III).

Esta proibição mostra-se, em certa medida, até desnecessária, uma vez que a concessão de vantagens, benefícios ou quaisquer outros favores de natureza tributária – inclusive o parcelamento – constitui prerrogativa de cada pessoa dotada de competência impositiva.

Dito de outro modo, na medida em que Estados, Distrito Federal e Municípios receberam, diretamente da Constituição, aptidão para instituir tributos, o “poder de não tributar” (Aliomar Baleeiro) é apenas a outra face desta moeda.

Vai daí que, pelas mesmas razões que à União não é dado conceder isenções de tributos estaduais, distritais ou municipais, também não poderá a Lei Federal ser compulsoriamente impingida a outras esferas tributantes, naquilo que diz respeito diretamente às suas fontes de receitas tributárias.

Em suma, não pode haver, neste campo (concessão de parcelamento de débitos fiscais), o prevalecimento da Lei Federal sobre as estaduais, distritais e municipais, sob pena de atentado às bases que alicerçam nossa Federação.

4. O crédito tributário e as regras de preferência a que se submete

4.1. As regras sobre preferências do crédito tributário introduzidas pela NLF levaram à alteração dos artigos 186, 187, 188 e 191 do CTN.

Este o derradeiro tema a ser examinado no presente estudo.

4.2. Pela redação primitiva do artigo 186, apenas os créditos decorrentes da legislação do trabalho preferiam ao tributário.

Agora, foram acrescidos a esta preferência também os créditos resultantes da legislação que trata de acidentes do trabalho.¹⁹

Especificamente em casos de falência, passam a ter prioridade sobre os créditos tributários os seguintes: I) créditos extraconcursais, inclusive os de natureza tributária;²⁰ II) importâncias passíveis de restituição;²¹ III) créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos e os decorrentes de acidentes do trabalho;²² IV) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.²³

4.3. As multas tributárias – tanto as chamadas “moratórias”, quanto as “punitivas” – têm preferência apenas sobre os créditos subordinados, ou seja: a) os assim previstos em lei ou em contrato; e b) aqueles de titularidade dos sócios e dos administradores do falido, sem vínculo empregatício.²⁴

4.4. A nova redação dada ao *caput* do artigo 187 do CTN manteve a regra de que a cobrança judicial do crédito tributário não se sujeita a concurso de credores, ou habilitação, em falência, “recuperação judicial” (expressão acrescida), concordata, inventário ou arrolamento.

Ficou confirmada, portanto, a autonomia da execução fiscal, sem prejuízo da obrigatoriedade de entrega do produto arrecadado ao Juízo Universal da falência.²⁵

A LC nº 118/05 manteve o parágrafo único deste artigo 187, que prevê a instauração de concurso de preferência entre os créditos fiscais de titularidade das diferentes pessoas de direito público, colocando, em escala de prioridade, os créditos por tributos federais acima dos estaduais e distritais, e estes acima dos municipais.

Por razões simétricas às desenvolvidas no item 3.2 retro, este dispositivo também nos afigura inconstitucional, dada sua incompatibilidade com o

19. Nova redação do artigo 186, *caput*.

20. Artigo 84 da NLF, c.c. artigo 188 do CTN, na redação da Lei Complementar nº 118/05.

21. Artigo 85 da NLF.

22. Artigo 83, I, da NLF.

23. Artigo 83, II, da NLF.

24. Artigo 186, parágrafo único, III, do CTN, c.c. artigo 83, VII, da NLF.

25. Vide, neste sentido, as observações e notas de Leandro Paulsen, in *Direito Tributário - Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência*, 6ª ed., 2ª tiragem, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2004, p. 1.224.

Reflexos tributários da nova Lei de Falências

princípio da isonomia das pessoas jurídicas de direito público.²⁶

26. Defendemos este ponto de vista no artigo "Reflexões sobre o processo de execução fiscal na Constituição de 1988", publicado na *Revista de Direito Tributário*, Malheiros, v. 66, pp. 135-141.

27. CTN, "Artigo 151 - Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - moratória; II - o depósito de seu montante integral; III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança; V - a concessão de medida liminar ou tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; VI - o parcelamento".

28. CTN, "Artigo 206 - Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa".

29. Theotonio Negrão e José Roberto F. Gouvêa colacionam o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça: "A inexistência de débito para com a Fazenda Pública não se faz necessária à concessão da concordata, mas é condição *sine qua non* ao seu cumprimento." (*Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*, 37ª ed., Saraiva, 2005, nota 1 ao artigo 140 da antiga Lei de Falências, p. 1.479).

4.5. De acordo com a nova redação dada ao artigo 191 do CTN, as obrigações do falido somente serão extintas mediante prova de quitação de todos os tributos a seu cargo. Anteriormente, a necessidade desta prova circunscrevia-se aos tributos "relativos à sua atividade mercantil". Houve, assim, expressiva ampliação da exigência.

Por outro lado, a LC nº 118/05, afinando-se com a previsão constante do artigo 57 da NLF, introduziu no CTN um artigo 191-A, que condiciona a concessão de recuperação judicial à prova de quitação de todos os tributos cuja exigibilidade não esteja suspensa por força dos diferentes mecanismos indicados no artigo 151, do diploma complementar,²⁷ ou cuja cobrança não haja sido garantida conforme previsto no seu artigo 206.²⁸

Fortalece-se, assim, exigência que, em relação ao pedido de concordata, já constava da redação primitiva do artigo 191 do CTN, mas que a prática havia afastado.²⁹

4 – Artigo de Medicina

Artigo de Medicina

Artigo Original

Influência da ascite na avaliação da função pulmonar em portadores de hipertensão portal*

Influence of ascites in the pulmonary function of patients with portal hypertension.

ANGELA MARIA STIEFANO NITRINI, ROBERTO STIRBULOV⁽¹⁾, ERNANI GERALDO ROLIM

Introdução: A oxigenação inadequada nos pacientes com hipertensão portal pode ser secundária a alterações na mecânica respiratória, determinadas pela presença da ascite.

Objetivo: Avaliar a função pulmonar de doentes com hipertensão portal antes e após redução do volume da ascite.

Método: Quinze doentes com hipertensão portal e ascite foram submetidos a provas de função pulmonar, constituindo-se de espirometria e gasometria arterial, antes e após redução do volume da ascite. Os parâmetros analisados foram: capacidade vital forçada (CVF); volume expiratório no primeiro segundo (VEF₁); fluxo expiratório entre 25 e 75% da CVF (FEF_{25-75%}); volume de reserva expiratória (VRE); relação VEF₁ / CVF; pressão arterial de oxigênio (PaO₂); pressão arterial de dióxido de carbono (PaCO₂) e saturação arterial de oxigênio (SaO₂).

Resultados: Houve melhora significativa dos volumes pulmonares analisados após a diminuição da ascite com o tratamento diurético associado ou não à paracentese.

Conclusão: Concluímos que nos doentes com hipertensão portal e ascite, há diminuição dos volumes pulmonares em relação aos valores preditos, com melhora significativa após diminuição da ascite. Do mesmo modo, observamos aumento na PaO₂ e na SaO₂.

Background: Oxygen deficiency in patients with portal hypertension may be secondary to changes in respiratory mechanics due to ascites.

Objectives: Evaluate pulmonary function in patients with portal hypertension before and after reduction of the ascites.

Method: Fifteen patients with portal hypertension and ascites were submitted to pulmonary function tests, comprising spirometry and arterial blood gas determination, before and after reduction of ascites. The analysed parameters were: forced vital capacity (FVC); forced expiratory volume in one second (FEV₁); forced expiratory flow between 25-75% of the forced vital capacity (FEF_{25-75%}); expiratory reserve volume (ERV); FEV₁/FVC; arterial oxygen pressure (PaO₂); arterial carbon-dioxide pressure (PaCO₂) and arterial oxygen saturation (SaO₂).

Results: There was remarkable improvement in pulmonary volumes after decrease of ascites by treatment with diuretics associated or not to paracentesis.

Conclusion: We concluded, that in patients with portal hypertension and ascites, there is a decrease of pulmonary volumes compared to predicted values, with significant improvement after decrease of ascites. Similarly, an increase of the arterial oxygen pressure and of the arterial oxygen saturation was perceived.

J Bras Pneumol 2004; 30(1) 14-9

Descritores: Ascite/terapia. Hipertensão portal. Testes de função respiratória.

Key words: Ascite/therapy. Hypertension, portal. Respiratory function tests.

Símbolos e abreviaturas utilizadas neste trabalho

CPT: Capacidade Pulmonar Total

CRF: Capacidade Residual Funcional

CVF: Capacidade Vital Forçada

DVO: Distúrbio Ventilatório Obstrutivo

DVR: Distúrbio Ventilatório Restritivo

FEF_{25-75%}: Fluxo Expiratório Forçado entre 25 e 75% da Capacidade Vital Forçada

ISCMSp: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo

PaCO₂: Pressão Arterial de Dióxido de Carbono

PaO₂: Pressão Arterial de Oxigênio

SaO₂: Saturação Arterial de Oxigênio

VC: Volume Corrente

VEF₁: Volume Expiratório Forçado no Primeiro Segundo

V/Q: Relação Ventilação / Perfusão

VR: Volume residual

VRE: Volume de Reserva Expiratória

* Trabalho realizado no Serviço de Clínica Médica do Hospital São Luiz Gonzaga, na Clínica de Gastroenterologia e no Laboratório de Prova de Função Pulmonar da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Endereço para correspondência: Ângela Maria Stiefano Nitrini, Av. Michel Ouchana, 94 – Internação Medicina – Jaçanã – S. Paulo – CEP 02273-000. Tel: (11) 6982 5289 (11) 9953 52 67; FAX: (11) 6982 5221. email: stiefano@uol.com.br
Recebido para publicação em 31/7/03. Aprovado, após revisão, em 16/10/03.

INTRODUÇÃO

A cirrose hepática é a principal⁸ causa de hipertensão portal e ascite, a qual por sua vez é a principal complicação encontrada em pacientes cirróticos após aproximadamente dez anos de diagnóstico de cirrose compensada, acometendo 50% dos doentes⁽¹⁻³⁾.

Várias alterações podem ser detectadas pelas provas de função pulmonar em doentes portadores de doença hepática crônica, principalmente naqueles com cirrose. Essas alterações, que em conjunto caracterizam a "síndrome hepatopulmonar", acarretam hipoxemia e ocorrem em um terço dos doentes portadores de cirrose⁽⁴⁾.

A oxigenação inadequada nos portadores de cirrose é causada por vários mecanismos fisiopatológicos, como tônus vascular inadequado, vasodilatação pulmonar, relação ventilação-perfusão alterada (V/Q), aumento de shunts arterio-venosos e alterações na relação difusão-perfusão⁽⁴⁻⁹⁾.

Além das alterações já esperadas nos cirróticos, quando ocorre ascite podemos observar alterações restritivas e obstrutivas nas provas de função pulmonar⁽¹⁰⁾, com diminuição dos volumes pulmonares e hipoxemia, que melhoram após redução da ascite⁽¹¹⁻¹⁵⁾.

O aumento do volume e da pressão intra-abdominal decorrentes da ascite levam à diminuição da expansibilidade pulmonar, com conseqüente hipoventilação, principalmente nas bases pulmonares. Juntamente com o edema intersticial presente nos pacientes cirróticos, pode haver colapso alveolar e microatelectasias que podem explicar as alterações espirométricas e gasométricas encontradas⁽¹⁰⁾.

Portanto, a ascite, principalmente quando de grande volume, prejudica de forma variável a função pulmonar de doentes com hipertensão portal de diferentes etiologias, sobretudo quando associada à cirrose. Este trabalho objetiva avaliar e quantificar a influência da redução do volume do líquido ascítico na função pulmonar de doentes portadores de hipertensão portal.

MÉTODO

Analisamos a função pulmonar através de espirometria e medida dos gases arteriais, em doentes adultos, de ambos os sexos, com diagnóstico de hipertensão portal e ascite, internados no Hospital Central e no Hospital São Luiz Gonzaga, ambos pertencentes à Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (ISC MSP), no período de março de 1996 a outubro de 2000.

Todos os doentes foram admitidos no grupo a ser estudado, após serem devidamente esclarecidos em relação ao tratamento proposto e terem concordado com a realização dos exames espirométrico e gasometria arterial.

Os critérios de exclusão foram: doenças cardíacas e pulmonares prévias, instabilidade hemodinâmica, neoplasias, insuficiência renal com creatinina sérica >3,5mg/dl, hemorragia gastrointestinal, encefalopatia, peritonite bacteriana e dificuldade em colaborar com a realização do exame espirométrico. Os doentes tabagistas foram incluídos apenas quando não apresentavam sintomas ou sinais clínicos ou radiológicos de comprometimento pulmonar prévio.

Os radiografias torácicas mostraram-se dentro dos limites da normalidade, apenas com diminuição da expansibilidade pulmonar como conseqüência do grande volume abdominal apresentado pelos pacientes analisados.

Os doentes cirróticos incluídos foram classificados de acordo com os critérios de Child-Pugh para estabelecimento da gravidade da doença (Quadro 1).

Todos os doentes apresentavam-se com ascite de quantidade moderada a intensa, o que foi caracterizado pelos dados do exame

QUADRO 1
Classificação de Child - Pugh

Pontuação	1	2	3
Encefalopatia	Nenhuma	1-2	3-4
Ascite	Ausente	Leve	Moderada
Bilirrubina	1-2	2-3	> 3
Albumina	> 3,5	2,8-3,5	< 2,8
TP (Seg. prolongados)	1-4	4-6	> 6

Classe A = 5-6 pontos; Classe B = 7-9 pontos; Classe C = 10-15 pontos

físico e ultrassonográficos: ascite de grande volume, pela simples inspeção do abdome; ascite com aumento da tensão da parede abdominal, constatada pela palpação; ascite que pela sua proporção causava desconforto respiratório ao doente, em especial quando em decúbito dorsal; e ultra-som evidenciando ascite volumosa.

Todos os doentes submeteram-se ao estudo da função pulmonar antes do início do tratamento da ascite. O tratamento clínico constituiu-se de prescrição de repouso, dieta com 2,0g de sal e diuréticos. O diurético utilizado foi a espironolactona, associada ou não à furosemida. Os pacientes não foram submetidos a tratamento fisioterápico pulmonar.

A paracentese terapêutica foi indicada nos doentes que apresentassem ascite com sinais e sintomas de desconforto abdominal e respiratório ou nos doentes que não estivessem respondendo satisfatoriamente ao tratamento clínico com diuréticos (perda contínua de peso de cerca de 500 g/dia).

Retirou-se uma média de 6,5 litros de líquido ascítico por doente, com reposição parenteral de uma unidade de plasma (300 ml) para cada 2 litros de líquido ascítico drenado. Após a realização da paracentese os doentes eram submetidos a espirometria, realizada no dia seguinte ao procedimento.

Os exames espirométricos foram realizados no Laboratório de Provas de Função Pulmonar da ISCMSP com os aparelhos: *Med Graphics - Breeze Cardiorespiratory Diagnostic Software - Model 1070*; *Espirometro Koko - programa 2.15*; *Instrumentation Laboratory INC- PH/ Gas Analyzer - model 113*.

A técnica utilizada para realização do exame e os parâmetros obtidos e analisados estão de acordo com o Consenso Brasileiro de Espirometria (rotina estabelecida pelo Laboratório de Provas de Função Pulmonar da Santa Casa de São Paulo).

Os parâmetros analisados foram: CVF (capacidade vital forçada); VEF₁ (volume expiratório no primeiro segundo); FEF 25-75% (fluxo expiratório forçado entre 25 e 75% da CVF); VRE (volume de reserva expiratória) e relação VEF₁ / CVF.

A curva da capacidade vital lenta (CVL) avaliou os volumes e capacidades pulmonares e os valores preditos adotados foram os de Crapo⁽¹⁶⁾.

A curva volume-tempo (espirometria forçada) foi realizada atendendo os critérios de aceitabilidade e reprodutibilidade de curvas preconizados pela American Thoracic Society (ATS, 1987-1995), sendo escolhida a melhor de três curvas aceitáveis, de oito realizadas. Os valores preditos foram os de Knudson⁽¹⁷⁾.

A curva fluxo-volume também foi submetida aos critérios de aceitabilidade e reprodutibilidade de curvas da American Thoracic Society (ATS, 1987-1995), sendo escolhida a melhor de três curvas aceitáveis, e sendo realizada curva envelope.

Os doentes submetidos à gasometria arterial foram analisados quanto a sua pressão arterial de oxigênio (PaO₂), pressão arterial de dióxido de carbono (PaCO₂) e saturação arterial de oxigênio (SaO₂).

Os resultados das variáveis encontradas foram analisadas pelo teste t de Student para dados pareados. Foram consideradas diferenças estatisticamente significativas quando p < 0,050 (5%).

RESULTADOS

Analisamos 15 doentes portadores de hipertensão portal e ascite, sendo 9 (60%) do sexo masculino, e 6 (40%) do sexo feminino, com idade variável de 31 a 67 anos e média de 51 ± 9,5 anos. Observou-se maior prevalência de doentes com diagnóstico de cirrose hepática alcoólica (5 doentes - 33,33%). A hipertensão portal associada ao vírus da hepatite B ou C, ou esquistossomose, teve prevalência de 60% (9 doentes) (Tabela 1). Dez doentes tinham antecedentes de alcoolismo (67%) e 5 doentes eram tabagistas (33,3%).

TABELA 1
Distribuição segundo a frequência dos diagnósticos etiológicos dos doentes analisados no período de mar/96 a out/00, na ISCMSP

Diagnósticos	Número de doentes	[%]
Cirrose alcoólica	5	33,33
Esquistossomose (EM)	2	13,33
Cirrose alcoólica e EM	1	6,66
Cirrose alcoólica e vírus C	2	13,33
Cirrose alcoólica e vírus B	1	6,33
Cirrose por vírus B	1	6,33
Cirrose criptogênica	2	13,33
Trombose veia porta	1	6,33
Total	15	100

Segundo os critérios de Child-Pugh, aplicados a 13 pacientes, excetuando-se os pacientes 1 e 3, portadores de esquistossomose, nosso grupo foi formado em sua maioria por doentes do escore B (11 doentes/84,6%) sendo que apenas 2 doentes eram de escore C (15,4%) e nenhum doente era do escore A.

Doze doentes foram submetidos à paracentese terapêutica, com retirada de 6,5 litros

de líquido ascítico e perda de 6,9kg de peso em média. Três doentes apresentaram excelente resposta ao tratamento clínico, com diminuição importante do volume abdominal, com perda de 6,4 kg de peso em média, e foram então encaminhados para nova espirometria sem a realização da paracentese terapêutica.

Os diagnósticos espirométricos encontrados nos doentes analisados encontram-se na Tabela 2.

Nossos doentes, antes da paracentese e/ou tratamento clínico da ascite, apresentaram resultados da CVF inferiores às medidas médias previstas e obtiveram melhora significativa desse parâmetro após o tratamento. Os valores de VEF₁ também encontravam-se reduzidos antes do tratamento da ascite e melhoraram após a paracentese e/ou tratamento clínico. A relação VEF₁ / CVF não mostrou diferença estatística significativa após tratamento. Os valores de FEF 25-75% antes da paracentese e/ou tratamento clínico da ascite também mostravam-se diminuídos em relação à média prevista. Apesar de observarmos um aumento após o tratamento, este não foi estatisticamente significativo. Podemos observar que ocorreu uma melhora do VRE após redução da ascite, com significância estatística. Os resultados encontram-se listados na Tabela 3. Nessa tabela demonstramos resumidamente todas as principais variáveis por nós analisadas e seu grau de significância para o estudo em questão.

TABELA 2

Resultados espirométricos obtidos pré e pós paracentese e/ou tratamento clínico da ascite nos doentes analisados no período de mar/96 a out/00, na ISCMSP

Paciente	Pré-tratamento	Pós-tratamento
1	DVOPV	DVOPV
2	DVOPV	NL
3	DVOPV	DVOPV
4	NL	NL
10	DVM	NL
11	DVOM	DVOL
12	DVOL	NL
13	DVOL	NL
14	DVOL	DVOL
15	DVM	DVM
16	DVR	NL
17	DVM	DVOL
18	DVR	NL
19	DVOL	NL
20	NL	NL

Fonte: Laboratório de Provas de Função Pulmonar da Santa Casa de São Paulo; NL: Normal; DVOL: distúrbio ventilatório obstrutivo leve; DVOM: distúrbio ventilatório obstrutivo moderado; DVOPV: distúrbio ventilatório obstrutivo de pequenas vias aéreas; DVR: distúrbio ventilatório restritivo; DVRM: distúrbio ventilatório restritivo moderado; DVM: distúrbio ventilatório misto.

TABELA 3

Comparação das variáveis espirométricas e dos gases arteriais entre pré e pós paracentese e/ou tratamento clínico da ascite

VARIÁVEL	MÉDIA e D.PADRÃO PRÉ	MÉDIA e D.PADRÃO PÓS	SIGNIFICÂNCIA (p)
CVF (L)	2,67±0,67	3,13±0,83	*0,002
CVF (%)	82,40±17,00	97,53±12,51	*0,001
VEF ₁ (L)	2,10±0,53	2,45±0,61	*0,001
VEF ₁ (%)	78,33±19,59	93,80±16,74	*< 0,001
VEF ₁ /CVF (%)	78,07±10,02	78,40±7,58	0,727
FEF 25-75% (L/Seg)	2,12±1,00	2,35±0,85	0,127
FEF 25-75% (%)	75,40±38,94	83,87±33,43	0,170
VRE (L)	0,73±0,34	1,0 ±0,50	*0,019
VRE (%)	73,27±40,60	100,00±37,42	*0,033
PaO ₂ (mmHg)	68,25±16,63	75,84±17,01	*0,027
PaCO ₂ (mmHg)	31,95±7,89	28,70±4,59	0,217
SaO ₂ (%)	91,71±5,99	94,32±4,18	*0,032

Teste aplicado: teste t de Student para resultados pareados; fonte: Laboratório de Provas de Função Pulmonar da Santa Casa de São Paulo; CVF: capacidade vital forçada; VEF₁: volume expiratório forçado no primeiro segundo; FEF 25-75%: fluxo expiratório forçado entre 25 e 75 % da capacidade vital forçada; VRE: volume de reserva expiratória; PaO₂: pressão arterial de oxigênio; PaCO₂: pressão arterial de gás carbônico; SaO₂: saturação arterial de oxigênio; *: significativo.

Seis doentes foram submetidos a gasometria arterial. Antes da paracentese os valores médios encontrados nesses doentes foram: $\text{PaO}_2 = 68 \pm 17 \text{ mmHg}$; $\text{PaCO}_2 = 32 \pm 17 \text{ mmHg}$; e $\text{SaO}_2 = 92 \pm 6\%$. Após a paracentese, as médias foram: $\text{PaO}_2 = 76 \pm 17 \text{ mmHg}$; $\text{PaCO}_2 = 29 \pm 5 \text{ mmHg}$ e $\text{SaO}_2 = 94 \pm 4\%$. O incremento nos valores de PaO_2 e SaO_2 mostraram significância estatística (Tabela 3).

DISCUSSÃO

Mesmo com uma casuística pequena, observamos prevalência maior de doentes do sexo masculino, com diagnóstico de cirrose hepática alcoólica, em concordância com a literatura^(1,2,18).

Segundo vários trabalhos^(4-9,19,20), as alterações pulmonares encontradas nos doentes cirróticos estão intimamente relacionadas ao grau de comprometimento da função hepática. Esse dado é importante para a interpretação dos resultados do nosso trabalho, visto que nossos doentes eram na maioria cirróticos (60%) com grau moderado a avançado de doença (Child-Pugh B ou C em 86,66% dos casos - 13 doentes), podendo apresentar manifestações pulmonares decorrentes da sua doença de base, além das ocasionadas pelo aumento da pressão intra-abdominal como consequência da ascite.

Observamos maior prevalência de distúrbio ventilatório obstrutivo (oito doentes - 53,32%), sendo que na literatura os relatos apontam para uma maior prevalência de distúrbio ventilatório restritivo^(10,14,21-23).

Segundo Yao et al.⁽¹⁰⁾, a ascite acarreta elevação do diafragma, com diminuição dos volumes pulmonares e aumento da pressão intratorácica, que juntamente com o edema pulmonar, encontrado nos pacientes cirróticos, pode levar à compressão do tecido pulmonar, causando microatelectasias que seriam responsáveis pelo padrão restritivo encontrado nas provas de função pulmonar e pela hipoxemia. Como em nosso trabalho, Yao et al.⁽¹⁰⁾ relataram também a presença de distúrbio ventilatório obstrutivo e concluíram que esse achado poderia estar relacionado ao grau de comprometimento hepático dos doentes analisados. Nos doentes com doença hepática mais avançada haveria maior edema intersticial pulmonar e, portanto, maior envolvimento dos

alvéolos e bronquíolos, causando fechamento precoce das vias aéreas na expiração e distúrbios obstrutivos.

Segundo Chao et al.⁽²¹⁾, os efeitos da ascite no sistema respiratório são mediados, provavelmente, pela pressão hidrostática exercida sobre o diafragma e a gravidade dos prejuízos causados nas trocas gasosas está intimamente relacionada à diminuição dos volumes pulmonares que ocorre nessas circunstâncias.

Não pudemos estabelecer relação entre tabagismo e distúrbio ventilatório obstrutivo, pois apenas três doentes, dos oito com padrão obstrutivo, eram tabagistas. Acreditamos, assim como Yao et al.⁽¹⁰⁾, que as alterações pulmonares decorrentes da hepatopatia crônica avançada podem por si justificar melhor nossos achados.

Ordialez Fernandez et al.⁽²²⁾ observaram a presença de padrão restritivo, com diminuição do volume de reserva expiratória (VRE) na avaliação funcional pulmonar, em doentes cirróticos com e sem ascite. Encontraram diminuição nos parâmetros analisados ao medir a força muscular respiratória em doentes com e sem ascite, indicando uma menor efetividade dos músculos da caixa torácica, o que poderia contribuir para as alterações funcionais encontradas.

Na maioria dos trabalhos revistos observou-se, como nós, diminuição da CVF, do VEF₁, do VRE, além da CRF (capacidade residual funcional) antes, e aumentos significativos após a paracentese^(10-12,14,15,21,24).

Observamos que vários doentes apresentaram exame espirométrico normal após o tratamento clínico com diuréticos, ou após a paracentese, evidenciando melhora evidente dos parâmetros respiratórios pela diminuição do volume da ascite.

A relação VEF₁/CVF não apresentou diferenças significativas antes e após o tratamento, o que mostra que os aumentos na VEF₁ foram proporcionais aos aumentos da CVF, ficando muito próximos dos 80 % esperados para a relação. A diminuição do VEF₁ e da CVF com manutenção dos valores preditos para a relação VEF₁/CVF é encontrada nos distúrbios restritivos pulmonares, que podem estar, portanto, associados aos distúrbios obstrutivos observados.

A pequena diminuição no FEF_{25-75%}

encontrada antes do tratamento pode estar associada a comprometimento bronquiolar e compressão pulmonar com fechamento precoce das pequenas vias aéreas, que pode ocorrer em doentes hepatopatas com ascite.

O VRE mostrou-se bem diminuído em nosso estudo antes do tratamento da ascite com melhora significativa após seu tratamento, em concordância com os trabalhos revistos. Acreditamos, como outros autores, que a diminuição da pressão intra-abdominal pela diminuição do volume de ascite, foi a responsável pela melhora no VRE^(11,14,22).

Segundo Chao *et al.*⁽²¹⁾, a ascite pode comprometer a perfusão pulmonar pela diminuição do fluxo sanguíneo nas áreas basais dos pulmões, que se encontram comprimidas mecanicamente, sendo um fator agravante de hipoxemia nos pacientes cirróticos. Alguns trabalhos encontraram hipoxemia nos doentes ascíticos antes do tratamento e relataram aumento importante na PaO_2 após a terapia com diuréticos^(15,23). Possivelmente o uso de diuréticos, segundo os autores, diminuiu o edema intersticial pulmonar, acarretando uma relação ventilação/perfusão mais favorável.

No presente estudo, encontramos hipoxemia leve em nossos doentes com melhora após o tratamento. A SaO_2 também melhorou após a redução da ascite mas não observamos o mesmo quando avaliamos a PaCO_2 . Provavelmente a melhora nos volumes pulmonares, com conseqüente melhora na ventilação pulmonar, contribuiu para a melhor oxigenação. Como todos os doentes fizeram uso de diuréticos durante o estudo, em concordância com os autores citados, isto pode ter contribuído para uma melhora na PaO_2 .

Em resumo, nos casos estudados, a diminuição do volume da ascite melhora significativamente a ventilação pulmonar, sendo que a paracentese terapêutica parece ser uma alternativa de tratamento para um alívio rápido dos sintomas de dispnéia e desconforto abdominal, ou para os casos em que a terapia com diuréticos não esteja sendo totalmente satisfatória.

Referências

1. Kung'u LA. Care of patients with ascites. *N Engl J Med* 1994;330:227-42.
2. Jaffe DL, Chung RE, Friedman LS. Management of portal hypertension and its complications. *Med Clin North Am* 1996;80:1021-34.
3. Forouzandeh B, Konikoff R, Sheagren JM. Large-volume paracentesis in the treatment of cirrhotic patients with refractory ascites. The role of postparacentesis plasma volume expansion. *J Clin Gastroenterol* 1996;22:203-10.
4. Rodriguez-Roisin R, Agustí AGN, Roca J. The hepatopulmonary syndrome: new name, old complications. *Thorax* 1992;47:997-902.
5. Rodriguez-Roisin R, Roca J, Agustí AGN, Mastai R, Wagner PD, Bush J. Gas exchange and pulmonary reactivity in patients with liver cirrhosis. *Am Rev Respir Dis* 1987;135:1089-95.
6. Edell HS, Cortese DA, Krowka MJ, Richter K. Severe hypoxemia and liver disease. *Am Rev Respir Dis* 1989;140:1631-5.
7. Mehta C, Naeije R, Dechamps P, Ballemans K, Treppe P. Pulmonary and extrapulmonary contributors to hypoxemia in liver cirrhosis. *Am Rev Respir Dis* 1989;139:411-40.
8. Kuo TB, Huang CK, Fan MC, Wang LJ, Chen GH. Evaluation of lung ventilation and permeability in cirrhosis. *J Pract Med* 1996;17:17-21.
9. King PD, Rumbaut R, Sanchez I. Pulmonary manifestations of chronic liver disease. *Dig Dis* 1996;1477-82.
10. Yee HH, Form RB, Chan CL, Zuck AL, Wang HH. Pulmonary function changes in cirrhosis of the liver. *Am J Gastroenterol* 1987;82:352-4.
11. Jordeaux YA, Baresky MC, Jorde M. Pulmonary oxygen changes after large volume paracentesis. *Scand J Gastroenterol* 1993;28:20-2.
12. Nagral A, Kulkarni VP, Bhatia SJ, Tacker VS, Abraham F. Paracentesis, diuretics, beta-2 agonists and non-steroidal anti-inflammatory drugs in cirrhosis and ascites. *Indian J Gastroenterol* 1991;30:47-50.
13. Argueta JL, Kaulkaa S. Effects of large volume paracentesis on pulmonary function in patients with cirrhotic ascites. *Hepatology* 1994;20:825-8.
14. Byrd RP, Roy TM, Simons M. Improvement in oxygenation after volume paracentesis. *South Med J* 1996;89:669-72.
15. Chang SC, Chang HJ, Chen HJ, Shiao GM, Wang SS, Lee SD. Therapeutic effects of diuretics and paracentesis on lung function in patients with non-alcoholic cirrhosis and tense ascites. *J Hepatol* 1997;26:837-8.
16. Crapo RO, Morris AH, Clayton PD, Nixon CR. Lung volumes in healthy nonsmoking adults. *Bull Eur Physiopathol Respir* 1982;18:419-25.
17. Kaudson RJ, Lebowitz MD, Hulberg CJ, Barrows B. Changes in the normal maximal expiratory flow-volume curve with growth and aging. *Am Rev Respir Dis* 1983;127:25-34.
18. Strauss E. Ascite: tratamento clínico e complicações. *HFA Publ Tec Ciem* 1991;6:39-40.
19. Agustí AGN, Roca J, Bush J, Rodriguez-Roisin R. The lung in patients with cirrhosis. *J Hepatol* 1990;10:281-7.
20. Robert V, Chabal P, Vial B, Guio P, Poussel JE, Pohl JM. Hepatopulmonary syndrome: physiopathology of impaired gas exchange. *Rev Mal Respir* 1999;16:769-79.
21. Chao Y, Wang Y, Lee M, Shiao GM, Chang HJ, Chung SC. Effect of large-volume paracentesis on pulmonary function in patients with cirrhosis and tense ascites. *J Hepatol* 1994;20:104-9.
22. Andrade Fernandez JJ, Fernandez Moya A, Nisal de los J, Torres Rodriguez A, Giron Colubi L, Alvarez Asensio E, *et al*. Influence of liver cirrhosis with and without ascites on ventilatory mechanics. *Rev Esp Enferm Dig* 1995;87:66-7.
23. Arslan H, Ednotchanev Agrewa PM, Aggarwal RA, Shinn R, Behari B, Chawla T. Pulmonary function changes after large volume paracentesis. *Exp Clin Gastroenterol* 2000;10:70-76.

5 – Relatórios: Letras

5.1a Artigo de Letras

O texto trata do preconceito sofrido pelas mulheres no mercado de trabalho, e busca verificar como a mulher é vista no mercado de trabalho, buscando ver se ela é vista ainda com desconfiança. É a busca pelo entendimento sobre o preconceito sobre as mulheres em suas profissões.

O objetivo do texto foi analisar as manifestações lingüísticas de preconceito face à mulher profissional na sociedade, pela observação dos discursos veiculados na mídia. Assim, o autor observou a mulher profissional frente a uma sociedade preconceituosa, desenvolvendo o tema por meio de uma análise científica, para mudar a mentalidade e o conceito que as pessoas têm com relação à mulher profissional.

Para isso ele utiliza a Análise do Discurso. O autor utiliza, além da teoria, meios de comunicação, periódicos e revistas de grande circulação.

O autor diz, resumindo aqui, que ao pensarmos em uma abordagem crítica do discurso, torna-se importante retomarmos alguns conceitos básicos que abrangem não só a Análise do Discurso em si, mas também o Sujeito, a Cognição Social e a ideologia, dentre outras... Podemos observar que várias são as disciplinas

envolvidas na lingüística (para o estudo da língua), a psicologia (para o estudo de crenças e como estas são transmitidas) e as ciências sociais (para analisar a interação em situações sociais)... A cognição social..., segundo Van Dijk (1990), deve ser vista como o sistema de estratégias e estruturas mentais que influenciam e permitem a compreensão do discurso... outro aspecto fundamental que estabelece a relação entre discurso e sociedade é a ideologia... que formam a base da cognição social, dos conhecimentos partilhados e das atitudes de um grupo... Outro aspecto relevante que pode ser estudado ao pensarmos na abordagem Crítica da Análise do Discurso é o de como as relações de poder se manifestam e são negociadas através da linguagem... Pensando a língua como um dos meios pelos quais os indivíduos se localizam num espaço social, acredito que o discurso sobre as mulheres profissionais permite observarmos mudanças na postura da sociedade frente a elas... Ao analisar algumas manchetes de revistas e jornais, acredito podermos observar uma evolução na maneira como a mulher profissional tem sido representada na mídia, o que deve ser visto como um reflexo da sociedade em que se insere [...]: “mulheres – a grande mudança no Brasil”... “Mamãe coragem” que representa mais um passo na conquista de um espaço da mulher como profissional... “Carreira x Casamento, é possível ser feliz em ambos?”... “Mulher é melhor que homem?”; “As mulheres de negócio mais interessantes do Brasil”; “Mulheres – as conquistas que mudaram o universo feminino”; “Prefeitas de pulso firme. Elas são vistas como mais honestas e dedicadas”... Retomo aqui alguns dados: em 1983 as mulheres

ganhavam 45 % dos salários dos homens e hoje ganham 64%, sendo que o crescente nível de escolaridade tem sido um trunfo feminino... A análise de algumas manchetes permitiu-nos observar uma evolução na forma pela qual a mulher profissional é apresentada... Assim, a mulher deve ser, cada vez mais, uma profissional global e saber competir em mercados que até recentemente eram de total domínio masculino... Outro aspecto a ser ressaltado é que na imprensa fica evidente a valorização que vem sendo dada à mulher, bem como o discurso veiculado sobre ela – a preocupação com a qualidade de seu trabalho, que representa competição explícita com o homem em áreas anteriormente de total domínio masculino... Quanto ao âmbito político, é inegável o espaço que a mulher vem conquistando a cada dia que passa... Os dados apontam para mudanças no “script” da sociedade brasileira frente à mulher profissional. Isso vale dizer que a ideologia preconceituosa de nossa sociedade está passando por um processo de mudança “on-line”, isto é, de avanços e retrocessos.

O gênero do texto é científico, e a sua aparência está assim: justificado, uma única anotação no rodapé, segue as normas da ABNT, o número das páginas se encontram no topo do lado direito, não possui divisão em tópicos, trata-se de uma revista da PUC e usa uma única coluna. Cita bibliografia.

5.1b Artigo de Medicina

Esse texto trata da ascite na avaliação da função pulmonar em portadores de hipertensão portal. O objetivo do texto é avaliar e quantificar a influência da redução do volume do líquido ascítico na função pulmonar de doentes portadores de hipertensão portal.

O autor busca verificar se a cirrose hepática é a principal causadora da hipertensão portal e ascite. Essa avaliação foi feita por meio da observação de vários pacientes cirróticos, e se trata de um método que avalia a função pulmonar de portadores de cirrose.

Os pacientes foram submetidos a provas de função pulmonar, constituindo-se de espirometria e gasometria arterial, para se verificar se o tratamento diurético diminui a ascite. Este tratamento possibilita a melhora da ventilação pulmonar, contribuindo para a melhor oxigenação. Baseia-se na teoria de outros autores que abordam a influência na ascite em portadores de hipertensão portal. O autor fez recrutamento de doentes portadores de hipertensão portal e ascite, para observação e tratamento.

Temos como resumo: A cirrose hepática é a principal causa de hipertensão portal e ascite, a qual por sua vez é a principal complicação encontrada em pacientes cirróticos... A oxigenação inadequada nos portadores de cirrose é causada por vários mecanismos fisiopatológicos... Portanto, a ascite, principalmente quando de grande volume, prejudica de forma variável a função pulmonar de doentes com hipertensão portal de diferentes

etiologias, sobretudo quando associada á cirrose... Analisamos a função pulmonar através de espirometria e medida dos gases arteriais, em doentes adultos, de ambos os sexos, com diagnóstico de hipertensão portal e ascite... Todos os doentes foram admitidos no grupo a ser estudado, após serem devidamente esclarecidos em relação ao tratamento proposto e terem concordado com a realização dos exames espirométrico e gasometria arterial... Em resumo, nos casos estudados, a diminuição do volume da ascite melhora significamente a ventilação pulmonar, sendo que a paracentese terapêutica parece ser uma alternativa de tratamento para um alívio rápido dos sintomas de dispnéia e desconforto abdominal, ou para os casos em que a terapia com diuréticos não esteja sendo totalmente satisfatória.

O texto possui caráter científico, sendo em forma de artigo publicado no "Jornal Brasileiro de Pneumologia".

O texto está justificado, em duas colunas, com paginação ao final (à direita e esquerda), há divisão em tópicos. O texto trata-se de um artigo publicado em jornal médico.

5.2a Artigo de Letras

O tema do texto é uma abordagem crítica do discurso sobre a mulher profissional. O problema é o preconceito contra a mulher, através da linguagem, porque o texto fala da mulher com

uma certa indiferença, fazendo uma discriminação sobre sua profissão.

O objetivo é observar alguns aspectos socioculturais de mudanças que se manifestam na linguagem. Na análise levou-se em consideração o papel da cognição social e da ideologia na reprodução do preconceito contra a mulher.

O texto nos permite a análise do discurso, observando as dimensões ideológicas que são manifestadas na linguagem por meio dos teóricos citados. Os caminhos percorridos para a resposta/problema foi uma análise crítica sobre o texto lido que fala sobre o preconceito que se tem em relação à mulher ocupar uma posição dentro da sociedade.

Podemos observar com este texto a importância que se tem na análise que temos que fazer ao analisar um discurso inserido em um contexto observando os seus objetivos e clareza.

O texto tem gênero de caráter científico, mas o resumo se trata de um texto de caráter didático-pedagógico. O texto é bem estruturado, no início da folha, sim, se trata aparentemente de um livro, usa duas colunas na lauda.

5.2b Artigo de Medicina

O tema do texto é a influência da ascite na avaliação da função pulmonar em portadores de hipertensão portal. Trata do problema da oxigenação inadequada nos pacientes com hipertensão portal, sendo que pode ser secundária as alterações na mecânica respiratória, determinadas pela presença da ascite.

O objetivo é avaliar a função pulmonar de doentes com hipertensão portal antes e após redução do volume da ascite. A linha teórica adotada para o estabelecimento das reflexões realizadas foi por meio do texto aparentemente tirado de um jornal ou revista, uma pesquisa feita por pesquisadores para orientar sobre a diminuição dos volumes pulmonares após cirrose.

Os meios utilizados foram a leitura do texto inserido para pesquisa, os quadros, tabelas, resultados, discussões sobre o problema.

A informação que o texto nos fornece com o assunto sobre o problema com hipertensão portal, ascite, cirrose hepática que leva os doentes a uma diminuição dos volumes pulmonares nos permite pensar na crise que o álcool provoca na vida de uma pessoa.

O gênero do texto, aparentemente, se trata de um trabalho de conclusão de curso de Medicina, logo tem caráter científico e pedagógico.

Os números das páginas são como de livros, no final da folha, não possui divisões por tópicos, pois o texto fala de um mesmo assunto, aparentemente parece tirado de um livro, mas parece uma tese, tem duas colunas ao longo do texto.

5.3a Artigo de Letras

O tema do texto é uma abordagem crítica do discurso sobre a mulher profissional, e versa sobre a aceitação da mulher no mercado de trabalho na sociedade moderna. A partir da análise crítica do discurso da mídia, referente ao problema, o objetivo do autor é analisar a evolução da mulher e seu papel como profissional, em uma sociedade ainda preconceituosa.

A linha adotada pelo autor é de visão social, a influência de um pensamento tradicional que reflete na modernidade, tudo a partir de uma análise detalhada do discurso dos meios de comunicação.

A metodologia utilizada pelo autor foi realizada através da pesquisa avançada, em várias revistas e jornais, no intuito de obter a resposta do leitor de como a mulher é vista pela sociedade.

O texto fala, resumindo, que a mulher vem conquistando gradativamente um espaço profissional, além de mãe de família, conseguindo cada dia dar a volta por cima, e mostrando a sociedade que pode ser possível conciliar o trabalho e o lar.

Trata-se de um texto dissertativo, de caráter científico, pois apresenta as normas exigidas pela ABNT, para um texto científico, não só com o número de páginas que se encontra na parte superior da folha do lado direito, bem como toda estrutura dentro de uma revista.

5.3b Artigo de Medicina

O texto trata da ascite na avaliação da função pulmonar em portadores de hipertensão portal e ascite.

O problema é a oxigenação inadequada nos pacientes com hipertensão portal e ascite. O objetivo do texto é avaliar a função pulmonar de cada paciente, para verificar o quadro clínico de cada indivíduo, e em seguida poder diagnosticá-lo.

A linha teórica utilizada é a disciplina que estuda o pulmão, por meio da aplicação de análise da função pulmonar através de espirometria e medida dos gases arteriais em doentes adultos de ambos os sexos, com diagnóstico de hipertensão portal e ascite.

Foram analisados quinze pacientes com hipertensão e ascite dos hospitais central São Luiz Gonzaga, da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

O registro mais relevante da pesquisa é a diminuição do volume da ascite melhora significativamente a ventilação pulmonar através da alternativa de tratamento terapêutico.

O texto é científico, de pesquisa. As páginas estão marcadas na parte inferior do lado direito, tem duas colunas e o texto é dividido em tópicos.

5.4a Artigo de Letras

O tema do artigo é uma abordagem crítica do discurso sobre a mulher profissional, onde se busca verificar o discurso que envolve a mulher na área em que ela atua profissionalmente. Trata-se do discurso sobre a mulher profissional, através da análise de revistas e jornais, porque ainda há um preconceito, para tentar combatê-lo. A linha teórica adotada é a Análise do Discurso. A metodologia é o levantamento teórico e análise de pesquisas em revistas e jornais sobre notícias sobre as mulheres. O texto apresenta *a Análise do Discurso em si, e também o Sujeito, a Cognição Social e a Ideologia... Hoje já pensamos o discurso como o efeito de sentidos entre locutores, lembrando que a língua é uma das condições de possibilidade do discurso... Para a análise do discurso crítica a língua em uso na sua forma oral ou escrita deve ser vista como uma forma de prática social... Acredito também que a relação entre discurso e sociedade é medida pela cognição social... Outro aspecto relevante que pode ser estudado ao pensarmos na abordagem*

Crítica da Análise do discurso é o de como as relações de poder se manifestam e são negociadas através da linguagem... ao usarmos a abordagem proposta pela análise do discurso crítica, podemos observar que a mídia não só incorpora elementos da realidade mas, também, modula re-dimensiona e re-cria essa mesma realidade podendo ou não reforçá-la... Outro aspecto a ser ressaltado é que na imprensa fica evidente a valorização que vem sendo dada à mulher, bem como o discurso veiculado sobre ela – a preocupação com a qualidade de seu trabalho. O gênero utilizado é o científico, pois trata-se de uma pesquisa baseada em teoria e recortes de jornais. Os números das páginas são encontradas em cima, não há divisão de tópicos, trata-se de um livro, uma única coluna por lauda.

5.4b Artigo de Medicina

O artigo fala da influência da ascite na avaliação da função pulmonar em portadores de hipertensão portal. O objetivo é avaliar a função pulmonar de doentes com hipertensão portal antes e após a redução do volume da ascite. O problema a ser trabalhado é a verificação do fenômeno em pacientes voluntários, portadores de hipertensão portal e ascite, para que através dos resultados obtidos encontrar alternativas de tratamento. Os exames espirométricos foram realizados no Laboratório de Provas da Fundação Pulmonar da ISCMSP. A metodologia foi a observação da

amostra escolhida e de pesquisas relacionadas ao problema.

Resumo: Segundo Yao et al., a ascite acarreta elevação do diafragma, com diminuição dos volumes pulmonares e aumento da pressão intratorácica... Os efeitos da ascite no sistema respiratório são mediados, provavelmente, pela pressão hidrostática exercida sobre o diafragma e a gravidade dos prejuízos causados nas trocas gasosas está intimamente relacionada à diminuição dos volumes pulmonares que ocorre nessas circunstâncias... Encontraram diminuição nos parâmetros analisados ao medir a força muscular respiratória em doentes com e sem ascite, indicando uma menor efetividade dos músculos da caixa torácica, o que poderia contribuir para as alterações funcionais encontradas... Acreditamos, como outros autores, que a diminuição da pressão intra-abdominal pela diminuição do volume de ascite, foi a responsável pela melhora no VRE... Em resumo, nos casos estudados, a diminuição do volume da ascite melhora significativamente a ventilação pulmonar, sendo que a paracentese terapêutica parece ser uma alternativa de tratamento para um alívio rápido dos sintomas de dispnéia e desconforto abdominal, ou para os casos em que a terapia com diuréticos não esteja sendo totalmente satisfatória. O texto tem caráter científico, e as páginas têm divisão em tópicos; é um jornal e as laudas divididas em duas colunas.

5.5a Artigo de Letras

O tema é a mulher profissional. O problema é o preconceito face à mulher profissional.

Por meio da abordagem da mídia, o objetivo é observar uma evolução na maneira como a mulher profissional tem sido representada na mídia, para verificar o reflexo da sociedade em que está inserida a mulher.

O autor utiliza a Análise do Discurso, e realiza pesquisa junto aos meios de comunicação e as relações de poder que se manifestam e são negociadas através da linguagem. As informações mais relevantes são as críticas pela análise do discurso observadas nas mídias que não só incorpora elementos da realidade mas também modula, re-dimensiona e re-cria essa mesma realidade podendo ou não reforçá-la. Ideologia, cognição social, preconceito e discurso.

O texto é científico, e segue as normas da ABNT, há nota de rodapé, há citações de vários autores, de periódicos e revistas, o número da página encontra-se na parte superior, no canto direito. Há referências bibliográficas. Trata-se de um artigo da revista de Letras da PUC/Campinas.

5.5b Artigo de Medicina

Tema: Influência da ascite na avaliação da função pulmonar em portadores de hipertensão portal.

O problema levantado é a ascite como principal complicação encontrada em pacientes cirróticos causando a oxigenação inadequada. Trata-se da complicação da ascite em pacientes cirróticos (portadores de doenças hepáticas), como causadora secundária da disfunção pulmonar, porque com o aumento do volume causa desconforto respiratório e abdominal. Para que o paciente possa ter uma melhora significativa na ventilação pulmonar.

A linha teórica adotada foi baseada em trabalhos de outros autores que abordaram a função pulmonar, ascite e pacientes cirróticos. O autor estudou outros autores, ou seja, realizou revisão de bibliografia, inclusive de seus trabalhos, além de pacientes submetidos à prova de função pulmonar.

Os principais pontos são a ascite hepática, a hipertensão portal, testes de função respiratória. O objetivo foi avaliar a função pulmonar de doentes com hipertensão portal antes e após redução do volume da ascite.

O gênero do texto é o científico. Trata-se do Jornal Brasileiro de Pneumologia. Segue as normas técnicas da ABNT, o número de páginas encontra-se no canto esquerdo inferior, há duas colunas por todo texto. Conta com referências bibliográficas. Possui tabelas, quadros estatísticos, siglas e abreviaturas.

6 – Relatórios: Administração

6.1a Artigo de Administração

O texto trabalha a Aprendizagem Organizacional (AO), a qualidade e a vantagem competitiva, e busca saber se a AO pode ser aplicada, e apresentar seus resultados em diferentes países, conseqüentemente, em diferentes culturas. Os professores mostram que a AO é diferente, de acordo com o local onde é aplicada, de acordo com as pessoas envolvidas, etc. A base utilizada é a Aprendizagem Organizacional e a Qualidade. Todo o trabalho é realizado através do Centro de Pesquisas, exemplo, The Union of Japanese Scientists and Engineer (JUSE) e pelas leituras de escritores e pesquisadores do tema, no sentido de comparar a AO nos dois países. Os principais pontos são o destaque do trabalho em equipe no Japão, o que trouxe resultados positivos (TQM), já a mesma técnica aplicada no Brasil enfrentou barreiras já que a cultura é diferente e predomina-se a teoria do Taylorismo. O texto é científico, e está escrito num estilo jornal, artigo de revista.

6.1b Artigo de Medicina

O Texto trabalha a influência da Ascite no desempenho pulmonar em portadores de hipertensão, e busca analisar se a

redução da ascite melhora o desempenho do pulmão, através de aplicação prática em pacientes com diferentes quadros clínicos, diferentes idades, sexo, que submeteram-se ao tratamento hospitalar. O objetivo, segundo os autores foi: *avaliar e quantificar a influência da redução do volume do líquido ascítico na função pulmonar de doentes portadores de hipertensão portal*. A teoria utilizada é a relação Ascite x Hipertensão. A metodologia utilizada foi baseada em pesquisas de estudiosos, poucos dados afirmados pelos estudantes da área. No texto, selecionamos as partes mais importantes do artigo: a ascite é a principal complicação encontrada em pacientes cirróticos, acometendo 50% dos doentes. Quando ocorre ascite podemos observar alterações restritivas e obstrutivas nas provas de função pulmonar, com diminuição dos volumes pulmonares e hipoxemia, que melhoram após redução da ascite. O aumento do volume e da pressão intra-abdominal decorrentes da ascite levam à diminuição da expansibilidade pulmonar, com conseqüente hipoventilação, principalmente nas bases pulmonares. Portanto, a ascite, principalmente quando de grande volume, prejudica de forma variável a função pulmonar de doentes com hipertensão portal de diferentes etiologias, sobretudo quando associada à cirrose. Os doentes tabagistas foram incluídos apenas quando não apresentavam sintomas ou sinais clínicos ou radiológicos de comprometimento pulmonar prévio. Acreditamos, como outros autores, que a diminuição da pressão intra-abdominal pela diminuição do volume de ascite, foi a responsável pela melhora no VRE. Em resumo, nos casos estudados, a diminuição do volume da

ascite melhora significativamente a ventilação pulmonar. Trata-se de um texto científico, apesar de não ser de fácil compreensão, tem aparência física de artigos de revistas ou jornais.

6.2a Artigo de Administração

Tema: Aprendizagem Organizacional. Problema: diferença na conceituação da aprendizagem organizacional entre o Brasil e o Japão. Objetivo: informar sobre o modelo taylorista no Brasil, que não é totalmente eficiente. Teoria: expõe os fatos e dados históricos para argumentação. Metodologia: conduz a conclusão final de uma maneira argumentativa e ilustrativa, é mais sutil por ser um artigo didático-pedagógico.

6.2b Artigo de Medicina

Tema: Ascite. Problema: influência da ascite em hipertensos portais. Objetivo: melhorar o tratamento da hipertensão portal. Teoria: expõe estatísticas, fatos lógicos, tabelas que apresentam dados claramente mensuráveis. Metodologia: é de maneira clara, direta e taxativa, não deixando outro modo de interpretação. Gênero: artigo científico.

6.3a Artigo de Administração

O artigo aborda a questão da Aprendizagem Organizacional e a vantagem competitiva, buscando observar em que ela colaborou para o entendimento sobre as diferenças existentes entre os sistemas do Brasil e Japão. O objetivo do autor foi identificar essas diferenças, e usou as teorias que falam sobre AO e vantagem competitiva. No texto os autores fazem uma visão histórica e comparativa dos elementos envolvidos na AO nos dois países. Infelizmente, pelo tempo curto para realizarmos a atividade, não conseguimos preparar um resumo do texto lido. O texto parece científico e está organizado em duas colunas por folha, com os números no final da página, com foto dos autores.

6.3b Artigo de Medicina

Os autores trabalham com a influência da ascite em portadores de doenças de hipertensão portal, e buscam saber até que ponto a ascite prejudica a função pulmonar dos doentes. O objetivo é avaliar a função pulmonar de doentes com hipertensão portal antes e após redução do volume da ascite. Para isso eles utilizam os estudos sobre Pneumologia, tanto que o texto é retirado de um jornal de Pneumologia. No texto há a utilização de vários outros textos da área, além de testes com pacientes com as doenças, comparando todos os resultados. Não fiz o resumo porque

não houve tempo suficiente para isso. O texto é um artigo científico publicado no Jornal de Pneumologia, em duas colunas, com nome da revista em cima das páginas e números abaixo.

6.4a Artigo de Administração

Os autores trabalham com a vantagem competitiva e a aprendizagem organizacional. Eles querem ver se isso mostra as diferenças entre a administração no Brasil e Japão, e a meta principal é ver essas diferenças. A teoria utilizada, segundo os autores, é a Aprendizagem Organizacional e a Vantagem Competitiva. A metodologia utilizada é a comparação entre os fenômenos ocorridos no Brasil e no Japão. O texto vai atrás do entendimento das maneiras que o Japão encontrou com a AO depois da Segunda Grande Guerra. Daí, faz um resgate histórico, e identifica as diferenças entre Brasil e Japão: o método japonês é muito mais avançado que o nosso, entre outras coisas, não há trabalho de equipe no Brasil, enquanto que lá tem; no entanto, os administradores brasileiros se vêem na necessidade de desenvolver ações parecidas com a do Japão, para a partir de um projeto de organização, caminhar para o aprimoramento da qualidade, o que gerará vantagem competitiva. É um artigo científico bem estruturado, em duas colunas com números de páginas e informações adicionais no cabeçalho e rodapé.

6.4b Artigo de Medicina

A influência da ascite na avaliação pulmonar em portadores de hipertensão portal, é o assunto principal do texto. Tem também a oxigenação inadequada nos pacientes com hipertensão portal. A linha teórica do texto é o trabalho realizado no serviço de clínica médica do hospital São Luiz Gonzaga, na clínica de Gastroenterologia e no Laboratório de Prova de função Pulmonar da Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Quinze doentes com hipertensão portal e ascite foram submetidos a provas de função pulmonar. É um artigo científico, que se trata de uma pesquisa para avaliar a ascite na avaliação da função pulmonar da hipertensão portal. Os autores usam o rodapé, não divide em tópicos, em duas colunas.

6.5a Artigo de Administração

O tema é Aprendizagem Organizacional e qualidade como vantagem competitiva, no objetivo de saber se os exemplos aplicados no Japão podem ser aplicados no Brasil. Eles queriam saber se os métodos utilizados no Brasil são parecidos com os praticados no Japão. Eles utilizaram, como dizem no início do texto, *faz-se necessário registrar que o conceito-chave norteador deste artigo é o da aprendizagem organizacional (AO) e o da qualidade.*

Eles utilizam a comparação para argumentar sobre o tema. O texto reflete sobre a busca das empresas brasileiras para saídas de crises provocadas pela competição acirrada, e sobre reflexões sobre as diferenças culturais entre um país e outro. Eles apresentam as três etapas do Japão, Controle Estatístico da Qualidade, Controle da Qualidade Total e Gestão pela Qualidade Total. Eles dizem que o trabalho em equipe é fundamental para a TQM, e isso é um diferencial em relação ao Brasil, que ainda não tem esse costume. Dizem que é necessário refletir sobre as diferenças culturais existentes no momento da imitação das etapas japonesas. Revelam também que falta investimento no Brasil. É científico e está dividido em colunas, com o nome do jornal e números de páginas.

6.5b Artigo de Medicina

O tema está apresentado na introdução: a oxigenação inadequada nos pacientes com hipertensão portal pode ser secundária a alterações na mecânica respiratória, determinadas pela presença da ascite. Objetivo: avaliar a função pulmonar de doentes com hipertensão portal antes e após redução do volume da ascite. Método: quinze doentes com hipertensão portal e ascite foram submetidos a provas de função pulmonar, constituindo-se de espirometria e gasometria arterial, antes e após redução do volume da ascite. Os parâmetros analisados foram: capacidade vital forçada (CVF); volume expiratório no primeiro segundo (VEF); fluxo

expiratório entre 25 e 75% da CVF (FEF 25-75%); volume de reserva expiratória (VRE); relação VEF, / CVF; pressão arterial de oxigênio (PaO_2), pressão arterial de oxigênio (SaO_2). O artigo é científico, dividido em duas colunas, com a numeração no canto externo das páginas, bem estruturado por tópicos, podendo fazer parte de uma revista científica.

7 – Relatórios: Direito

7.1a Artigo de Direito

O texto fala dos reflexos tributários da Nova Lei de Falência, e discute a eficácia e constitucionalidade da lei.

O autor trata das mudanças/adaptações tributárias após a vigência da N.L.F., comprando o teor atual com o anterior da legislação tributária, afim de demonstrar pontos que, a seu ver, deixam margem a dúvidas para que o leitor reflita sobre o assunto.

O seu trabalho se baseia em dispositivos legais que normatizam a área tributária. Ele inicia fazendo um breve apontamento sobre o artigo do CTN sobre modificações e adaptações introduzidas por lei complementar, aponta algumas divergências, segundo sua ótica, para finalmente argumentar sobre a constitucionalidade do tema.

O texto fala sobre a solidariedade tributária e como ela se dá, sobre as alienações judiciais e a não-solidariedade, o conceito de unidade produtiva isolada, sobre a dificuldade de identificar o “agente” do falido no caso de arrematação de bens e a inconstitucionalidade que pode advir de diferentes tratamentos dados, na esfera da União, estados, municípios e DF, para os casos de concessão de parcelamento.

Este texto tem caráter científico, e é dividido em duas colunas, os números de páginas encontram-se no rodapé, encontramos vários tópicos no decorrer do assunto e o mesmo foi veiculado em revista especializada na área do Direito.

7.1b Artigo de Medicina

O autor do texto trata da complicação das funções pulmonares em decorrência da ascite, para entender melhor a avaliação da função pulmonar de doentes com hipertensão portal, antes e após a redução do volume da ascite.

Foram acompanhados quinze doentes com hipertensão portal e ascite, submetidos a provas de função pulmonar.

Os procedimentos adotados foram: doentes classificados de acordo com critérios de *Child Pugh*, exames de acordo com a técnica do Conselho Brasileiro de Espirometria, comparação dos exames (linhas) de acordo com a ATS, variáveis submetidas e comparadas pelo teste T de *student* para dados pareados.

O texto abordou a cirrose hepática como principal causa de hipertensão portal, a função pulmonar analisada através de espirometria, e maior prevalência de cirrose hepática em doentes do sexo masculino.

O artigo é científico, e está dividido em duas colunas por página, traz quadros comparativos, números de páginas no rodapé,

publicado no Jornal Brasileiro de Pneumologia, número 30, de Janeiro e Fevereiro de 2004.

7.2a Artigo de Direito

O texto é uma reflexão sobre a Nova Lei de Falência, onde se reflete sobre a concessão de parcelamento de débitos fiscais e a classificação dos créditos fiscais em processos de recuperação judicial e falência. O autor procura estudar a eficiência da nova lei.

O objetivo do texto é refletir a Lei Tributária, através da Lei número 118, de 9/01/2005, para estabelecer como regra geral, a solidariedade tributária com o alienante do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional. Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

O autor baseia seu estudo nas próprias leis em questão, e a metodologia utilizada é o próprio texto.

O texto apresenta a preocupação em questão de ser a lei aplicada e respeitando os direitos de todo cidadão, conforme reza a Constituição.

O texto é científico, apresenta boa aparência, números de páginas localizados no rodapé, com divisão de tópicos. Pertence à Revista do Advogado e contém duas colunas.

7.2b Artigo de Medicina

O tema é a hipertensão e o problema é a realização de testes para verificar a eficácia do tratamento. O objetivo é avaliação médica, através de exames, testar o tratamento para avaliar os resultados.

A teoria utilizada são várias informações científicas, que não foram possíveis de serem entendidas pelo leitor, leigo.

O assunto principal é a hipertensão e a ligação com os portadores de cirrose. O gênero utilizado é o científico, e se trata de um jornal, com duas colunas, de aparência muito ruim. Os números de páginas são localizados no rodapé, do lado esquerdo.

7.3a Artigo de Direito

O tema do texto lido é a solidariedade Tributária, a concessão de parcelamento de débitos fiscais e a classificação dos créditos fiscais em processo de recuperação judicial e falência. O problema levantado pelo autor são as limitações dos parágrafos 1º e 2º da LC 118/05, inseridas no caput do art. 133 do CTN que exclui a

responsabilidade tributária daquelas referidas pessoas. Ele parte do princípio que se as pessoas insertas nos parágrafos 1º e 2 da LC 118/05, artigo 133 do CTN forem solidárias em tributação caminhará para sua própria extinção dispensando-as de qualquer chance de recuperação. O texto é baseado em Leis de sociedade por ações, CTN e Código Civil. Quanto à metodologia, percorre-se um caminho de pensamento sobre as exigências de identificação do agente falido ou devolvedor em recuperação, pois tal lei abre um leque de possibilidades para burlar a legislação fiscal. Assim, o texto está tratando de: solidariedade tributária, recuperação judicial e falência, concessão de parcelamento de débitos tributários a devedor em estado de recuperação judicial. Além disso, trata do crédito tributário e as regras de preferência a que se submete. Trata-se de um texto para os hermeneutas do Direito, logo, um texto científico. É uma revista científica.

7.3b Artigo de Medicina

O tema do texto lido é a influência da ascite na avaliação da função pulmonar em portadores de hipertensão. O texto gira em torno do problema que a cirrose hepática é a principal causa de hipertensão portal e ascite. O produtor do texto teve como objetivo avaliar a função pulmonar de doente com hipertensão portal antes e após a redução do volume da ascite. A linha teórica utilizada baseou-se em pesquisa de exames espirométricos, e

pesquisas a textos científicos diversos sobre pneumologia. Observou-se, além desses textos as alterações detectadas pelas provas de função pulmonar em doentes portadores de doença hepática. O autor falou sobre a influência da ascite na avaliação da função pulmonar em portadores de hipertensão portal. Avaliou a função pulmonar de doentes com hipertensão portal antes e após a redução do volume da ascite. Como método, utilizou as provas de função pulmonar e obteve como resultado melhor significativa após a diminuição da ascite entre outros. O texto é científico.

7.4a Artigo de Direito

O texto aborda a solidariedade tributária, do qual todos que sejam e convivem em uma sociedade devem colaborar (contribuírem para se organizarem socialmente). O problema é a carga tributária excessiva que é cobrada de uma sociedade do qual não é compatível com os ganhos (lucros). Das garantias das dívidas, para que não haja fraudes nos tributos, para que os Estados e municípios, União não fiquem no prejuízo na carga tributária. É baseado em leis. A metodologia são as fraudes por meios de falência. O resumo do texto é procurar estabelecer uma organização nas arrecadações de tributos e facilitar os pagamentos para que não haja inadimplementos e fraudes. É um texto científico. É uma revista, dividida em tópicos, com uma única coluna na lauda.

7.4b Artigo de Medicina

O texto aborda os problemas crônicos pulmonares, a hipertensão e a cirrose. O problema de pesquisa é o desenvolvimento considerável da hipertensão e cirrose hepática que cresce na população. O objetivo é monitorar e pesquisar doenças que estão levando muita gente a óbito, testar e avaliar pessoas com doenças, etc., para mostrar através de laudos, exames o tipo de doença e controlar para diagnosticarem mais cedo com tratamentos, para assim orientar a população e atualizarem os médicos a respeito das doenças cardíacas, hipertensão, cirroses, etc. A linha teórica são exames e terapias. Foram realizadas pesquisas com pacientes com problemas sérios e outros com problemas menos sérios. O ponto principal é o estabelecimento de um parâmetro das doenças, tabagismo, cirrose, álcool, etc. O texto é científico, e trata-se do Jornal de Pneumologia, com os números abaixo, nos cantos, com divisão em tópicos, uma única coluna com lauda.

7.5a Artigo de Direito

Tema: reflexos tributários da nova Lei de Falências. Linha teórica: o texto foi baseado na Lei, a Nova Lei de Falências, na Constituição Federal, no Código Civil e na Lei Complementar número 118/05. O texto é científico. Com número de páginas na parte interna da folha, com divisão em tópicos. É uma revista, com duas colunas em cada lauda. Tive dificuldades em fazer o relatório, pois o

tema do texto é uma matéria desconhecida. Se houvesse mais tempo para análise do texto, a compreensão do mesmo seria mais fácil.

7.5b Artigo de Medicina

Tema: A influência da ascite na avaliação da função pulmonar em portadores de hipertensão portal. Problema: como ajudar pacientes com problemas pulmonares decorrentes da ascite, utilizando-se de pesquisas com pacientes reais. Metodologia: pesquisas com quadros comparativos para dar continuidade a sua tese. O texto é de caráter científico. O número das páginas encontra-se na parte inferior direita da lauda; há divisão do texto em tópicos e tabelas comparativas de resultados; o texto é dividido em colunas por lauda e foi retirado de um trabalho de uma clínica médica.

Nossas atitudes dificilmente agradarão a todos, mas é muito importante que elas não desagradem a Deus.